



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

SEMINÁRIO De recepção aos novos parlamentares da 5ª BANCADA DO PTEVENTO : Seminário N°: X-0188/98 DATA: 09/12/98 DURAÇÃO: 1h56min PÁGINAS : 36
QUARTOS: 24 REVISORES: ANDRÉA MACEDO, VEIGAS SUPERVISORES: ESTELA, MARIA LUIZA
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO SUMÁRIO: Abertura do Seminário de Recepção aos Novos Parlamentares da 5ª Bancada do PDT.
OBSERVAÇÃO Há oradores não identificados. Há intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Boa-noite, companheiras e companheiros. Peço que se acomodem, a fim de darmos início ao nosso seminário. As primeiras filas de cadeiras estão reservadas aos Parlamentares, para facilitar a realização do evento. Companheiras e companheiros, a meu lado, co-presidindo a Mesa, está o Senador Eduardo Suplicy, Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado da República. Sou Marcelo Déda, Líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados. Peço desculpas a todos pelo atraso do início do seminário, que se deu em função da nossa agenda no Congresso — os companheiros, dentro em breve, saberão que é uma verdadeira loucura. É impossível programar com perfeição o funcionamento dos trabalhos da Casa. Peço, mais uma vez, aos companheiros que se sentem; que nos ajudem, encerrando as reuniões paralelas e nos homenageando com o silêncio, a fim de que possamos ouvir as palestras. Depois, vou homenagear vocês também com o meu silêncio. Trago a justificativa das faltas dos companheiros Lula, Presidente de Honra do PT, e José Dirceu, Presidente do Partido dos Trabalhadores. Eles deveriam compor a Mesa, mas se encontram em Belo Horizonte, em reunião, e só chegarão às 20h em Brasília. Como não estou com a lista da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores em mãos, poderei enganar-me em relação aos cargos daqueles que chamarei para compor a Mesa. Convido o 1º Vice-Presidente do Partido dos Trabalhadores, Aloizio Mercadante, para representar a Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, e a 2ª Vice-Presidente, Deputada Joana Darc (Palmas.). Os companheiros já receberam a convocação para este evento. Antes de passar a palavra aos membros da Mesa, para saudar os companheiros, quero, em nome da nossa bancada federal, saudar os novos integrantes e parabenizá-los pela vitória, que significou muito para seus Estados, para nosso partido e para a luta social e dos trabalhadores. Nosso Partido os recebe aqui na Câmara com muita felicidade, carinho e alegria, porque conhece a trajetória de cada um e sabe que a representação que trazem para esta Casa é muito mais do que uma mera representação formal: é a concretização da luta do povo dos seus Estados, na realização dos seus mandatos. Este seminário é a forma que nós, da atual bancada, da direção do partido temos para dar as boas-vindas a cada um de vocês. O objetivo do seminário é, em primeiro lugar, preparar a acolhida dos companheiros, apresentando, é óbvio que parcialmente, a estrutura do Congresso Nacional, as normas de funcionamento da Casa, a forma de organização da nossa bancada, de modo a possibilitar um entrosamento maior, e também trazer esses companheiros já para o centro do debate político, que ocupará a pauta do Congresso Nacional e a pauta política do País, no próximo ano. Ao organizar o seminário, a Secretaria de Assuntos Institucionais, a Liderança do partido, na Câmara e no Senado, buscaram preparar temas que deverão centralizar o debate político, no início da nova Legislatura. Sendo assim, hoje, iniciamos este seminário que trata do Congresso Nacional, fazendo a apresentação de uma proposta que entendemos fundamental: o novo Regimento Interno da Casa, documento que vai orientar nossa ação política aqui dentro, que será apresentado pelo companheiro José Genoíno. Às 21h, planejamos uma confraternização, que será realizada na ASCADE, a fim de mantermos a tradição da convivência petista — uma cervejinha, uma festinha, um forrozinho —, para que possamos estreitar nosso conhecimento. Antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, peço que todos os companheiros — vou fazer uma chamada tipo "Escolinha do Prof. Raimundo", para que todos nos conheçamos — da nova e da velha bancada se levantem. Convido o companheiro Hamilton Pereira, Secretário de Cultura do GDF, para compor a Mesa. (Pausa.) Ele está saindo; mas estaria convidado para fazer parte da nossa Mesa. Retornando à apresentação, vou chamar os companheiros, para que se apresentem: Adão Pretto, do Rio Grande Sul, (Palmas.); Alcides Modesto, da Bahia (Palmas.); Aloizio Mercadante, do PT de São Paulo (Palmas.); Ângela Guadagnin, de São Paulo, nossa ex-Prefeita (Palmas.); Antonio Palocci, de São Paulo (Palmas.); Arlindo Chinaglia, de São Paulo (Palmas.) — está no plenário, mas está vindo para cá; nosso caçula da bancada, o último a ser oficializado Deputado Federal, Avenzoar Arruda (Palmas.); companheiro Babá, João Batista Oliveira Araújo, do Pará (Palmas.); companheiro que não corre de biga, mas é Ben-Hur, do Mato Grosso do Sul, Deputado mais votado do Estado (Palmas.); Carlito Merres, de Santa Catarina (Palmas.); nosso integrante da nação manguense, Carlos Santana (Palmas.); Chico Vigilante, do Distrito Federal (Palmas.); nossa querida Maria da Conceição Tavares, do Rio de Janeiro, que não foi eleita, mas não foi "deseleita" ainda — tenha paciência — (Palmas.); Dr. Márcio Artur de Matos, do Paraná (Palmas.); Dr. Rosinha (Florivaldo Fier), também do Paraná — terra de doutores (Palmas.); Dr. Eduardo Jorge, de São Paulo (Palmas.); Esther Grossi, do Rio Grande do Sul, que permanecerá conosco — Onde está a Profa. Esther Grossi? Está no Uruguai; Fernando Ferro, de Pernambuco (Palmas.); Fernando Marroni, do Rio Grande do Sul (Palmas.); Arlindo Chinaglia, este jovem de cabelos alvos, aqui à minha frente (Palmas.); Geraldo Magela, do Distrito Federal (Palmas.); Geraldo Pastana, do Pará (Palmas.); companheiro baiano, mas de raízes sergipanas, Geraldo Simões, da Bahia (Palmas.); Gilmar Machado, de Minas Gerais; Biscaia, do Rio de Janeiro (Palmas.); Gilney Viana, do Mato Grosso, eleito agora Deputado Estadual (Palmas.); Hélio Bicudo, de São Paulo; companheiro Henrique Fontana, do Rio Grande do Sul (Palmas.); Humberto Costa, de Pernambuco (Palmas.); Iara Bernardi, de São Paulo (Palmas.); Ivan Valente, de São Paulo (Palmas.); Jair Meneguelli, de São Paulo (Palmas.); Jaques Wagner, da Bahia e do mundo (Palmas.); Joana Darc, de Minas Gerais (Palmas.); João Coser, do Espírito Santo (Palmas.); João Fassarella, de Minas Gerais, liderando a bancada, muito embora a metade dela não esteja aqui — está no plenário do Congresso, na votação de créditos suplementares (Palmas.); João Grandão (João Batista dos Santos) — não preciso dizer quem é, pois é o maior daqui —, do Mato Grosso do Sul (Palmas.); João Paulo Cunha, de São Paulo, um dos pretendentes à Liderança (Palmas.); Jorge Bitar, do Rio de Janeiro; José Dirceu de Oliveira e Silva, nosso Presidente, que se encontra em Minas Gerais; um outro candidato à Liderança até o momento, José Genoíno, o mais votado Deputado do Brasil (Palmas.); José Machado, de Piracicaba (Palmas.); companheiro cearense José Pimentel

— quem leu a **Folha de S. Paulo** hoje viu que aquela careca que está naquela foto é do Pimentel — (Palmas.); Luci Choinacki, de Santa Catarina, que volta à Câmara dos Deputados, trazendo também a luta dos Sem-Terra (Palmas.); Luciano Zica, bravo representante de Campinas e dos petroleiros (Palmas.); Luís Alberto, da Bahia — baiano demora um pouco para chegar; tenham calma, pois ele vai chegar. (Risos.) — (Palmas.); Luiz Eduardo Greenhalgh (Palmas.); Luiz Gushiken, o implacável Samurai — não chegou ainda, mas vai chegar (Palmas.); Luiz Mainardi, do Rio Grande do Sul (Palmas.); de Angra dos Reis para o mundo, Luiz Sérgio (Palmas.), do Rio de Janeiro; Marcelo Déda, de Sergipe (Palmas.); Marcos Afonso, do Acre (Palmas.); Marcos Rolim, do Rio Grande do Sul (Palmas.); Maria do Carmo Lara, das Minas Gerais (Palmas.); Maria Laura, do Distrito Federal, nossa brava companheira (Palmas.); companheira Marta Suplicy, de São Paulo (Palmas.) — ausência recebida e justificada; o companheiro Suplicy representa a Marta aqui em alma, corpo, idéias etc. —; nosso querido Vice-Governador do Rio Grande do Sul, Miguel Rossetto (Palmas.); a cimitarra de Alah, Milton Temer (Palmas.); Milton Mendes, de Santa Catarina, candidato ao Governo do Estado, com uma bela performance (Palmas.); companheiro Nedson Michelleto, candidato do Paraná, também com uma bela performance (Palmas.); companheiro mais votado lá pelas bandas da Bahia, chegou atrasado como um bom baiano, Nelson Pellegrino (Palmas.); Nilmário Miranda, de Minas Gerais — está no Rio; mineiro gosta do Rio, que é um caso sério (Palmas.); Nilson Mourão, do Acre (Palmas.); nosso companheiro Padre Roque — a presença de Deus aqui —, do Paraná (Palmas.); Paulo Bernardo, do Paraná, agora Secretário de Finanças do Mato Grosso do Sul (Palmas.); Paulo Delgado, de Minas Gerais (Palmas.); Paulo Paim, nosso Terceiro-Secretário da Mesa, do Rio Grande do Sul (Palmas.); Paulo Rocha, do Pará (Palmas.); Pedro Celso, do Distrito Federal (Palmas.); Pedro Wilson, de Goiás (Palmas.); Prof. Luizinho, de São Paulo — está dando aula; chega já. (Risos. Palmas.); Ricardo Bezoini, representando os bancários de São Paulo (Palmas.); Sandra Starling, de Minas Gerais (Palmas.); companheira de Santos, Telma de Souza (Palmas.); nosso cacique Tilden Santiago, que anda com tribos nesta época (Palmas.); Valdeci Oliveira, do Rio Grande do Sul (Palmas.); Valdir Ganzer, do Pará (Palmas.); Vânio dos Santos, de Santa Catarina (Palmas.); Virgílio Guimarães, de Minas Gerais (Palmas.); Waldir Pires, da Bahia (Palmas.); Waldomiro Fioravante, do Rio Grande do Sul (Palmas.); Walter Pinheiro, da Bahia (Palmas.), e Wellington Dias, do Piauí (Palmas.).

Passo a palavra ao companheiro Eduardo Suplicy, pedindo-lhe que faça a apresentação dos companheiros Senadores, saudando a chegada deles à bancada do PT no Congresso Nacional.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Também quero dar as boas-vindas a todos os Parlamentares, sobretudo aos que chegam à Casa, e apresentar de pronto os companheiros que já estão no Senado e que farão parte da bancada.

Vou começar com os ausentes: Marina Silva (Palmas.), do Acre, que está viajando hoje e deverá estar aqui amanhã; inclusive porque está programado para ela dar uma das palestras de amanhã, o segundo painel, às 11 horas, sobre "A Ação Parlamentar: Definições e Atuação do PT; Lauro Campo (Palmas.), do Distrito Federal, que se encontra adoentado desde ontem.

Estão presentes a Senadora Benedita da Silva, (Palmas.), eleita Vice-Governadora pelo Estado do Rio de Janeiro, e nosso companheiro Senador José Eduardo Dutra, de Sergipe, que foi Líder do PT e do Bloco de Oposição, antecedendo a mim.

Apresentando os novos integrantes do Senado Federal, temos: Tião Viana (Palmas.), do Acre, irmão do Governador eleito, Jorge Viana; Heloísa Helena (Palmas.), de Alagoas, que ainda não vi — não sei se está chegando —; e nosso Geraldo Cândido (Palmas.), primeiro suplente da Senadora Benedita da Silva, um dos principais batalhadores da luta sindical e da formação do Partido dos Trabalhadores.

Gostaria de lhes dizer algumas palavras. Todos nós que vivemos já alguns anos na vida parlamentar colocamo-nos à disposição de vocês que estão chegando, para lhes mostrar a trajetória do Partido dos Trabalhadores. Podem ter certeza de que a imagem que o Partido dos Trabalhadores construiu desde 1º de fevereiro de 1980 é, sobretudo, de seriedade, de defesa da ética na vida política e pessoal, e isso constitui uma das suas marcas principais.

Também é marca do PT o congraçamento que existe entre seus representantes, a prática que normalmente têm de estar sempre dialogando com os membros da bancada, interagindo com a Direção Nacional, no caso, para tomar decisões sobre aquilo que será feito no plenário do Senado da República, da Câmara dos Deputados ou do Congresso Nacional. Também há na nossa história uma interação muito grande entre as bancadas do Senado e da Câmara, bem como de nossas assessorias. A maior parte dos projetos chega primeiro à Câmara para, depois, ser votada no Senado. Mas, normalmente, tudo aquilo que é objeto de análise de nossas assessorias no Senado Federal leva em consideração o acúmulo de discussão ocorrida na Câmara dos Deputados.

Temos procurado, da melhor maneira possível, realizar bem aquilo que é nossa atribuição constitucional: representar o povo, expressando os sentimentos da população. Por exemplo, amanhã comemoraremos os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Haverá sessão no Senado Federal, com a presença dos Deputados Federais, porque o Deputado Luís Eduardo Greenhalgh e a bancada do PT haviam requerido uma sessão especial na Câmara dos Deputados. Então são todos convidados para estarem juntos na sessão do Senado, que se dará às 10 horas, com a presença de Dom Paulo Evaristo Arns, que será homenageado. Às 12 horas haverá uma missa, também em comemoração aos 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos.

Desenvolvemos também tudo aquilo que se faz necessário com respeito à responsabilidade de fiscalizar o Executivo. Foram de autoria do PT algumas das CPIs mais importantes desta década, como por exemplo a CPI sobre os atos de PC Farias, denunciados por Pedro Collor de Melo; a CPI do Orçamento, onde tivemos a imensa colaboração de Deputados como José Genoíno, Aloizio Mercadante, José Paulo Bisol, José Dirceu e tantos outros. Inicia-se, na próxima terça-feira — gostaria até de informar a todos, porque há um interesse muito grande por parte do PT — a CPI sobre os institutos de pesquisa. O Presidente Antonio Carlos Magalhães designou hoje os titulares, já que os Líderes de partidos não haviam ainda indicado os membros. Portanto, será instalada uma CPI de iniciativa do Senador Ademir Andrade, do PSB, mas que contou com o nosso apoio. E o prazo para funcionamento dessa CPI será apenas até o dia 31 de janeiro.

Obviamente, na nossa função legislativa, temos um enorme cabedal, um conjunto de proposições, da história do PT, como, por exemplo, a proposta de emenda referente à reforma do sistema tributário, visando à realização de justiça em nosso País, dos princípios de equidade e eficiência do sistema econômico. Estaremos sempre interagindo com aqueles que estiveram presentes na batalha de todos os nossos candidatos a Governador; os eleitos e aqueles que, com tanta dignidade, em nome do PT, participaram das eleições, como foi o caso do Governador Cristovam Buarque, aqui no Distrito Federal. Dou esse exemplo em nome de todos os candidatos ao Governo e, obviamente, também interagindo muito com aqueles que estiveram batalhando para que Lula fosse o nosso Presidente da República. A nossa saudação, portanto, a todos os senhores. Estamos à sua inteira disposição, com o intuito de ajudar os novos, bem como os que conosco já interagem. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Passamos agora a palavra, em nome da Executiva Nacional, para saudar os companheiros e as companheiras, ao nosso Vice-Presidente Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Boa-noite a todos.

Este seminário tem uma importância muito grande não só para a Executiva Nacional, mas para todo o partido. O Lula e o José Dirceu estarão chegando em breve, e falo em nome do José Dirceu e de todos os companheiros da Executiva Nacional que estão prestigiando este evento: Walter, Sônia, Joaquim Soriano e outros Parlamentares, como é o caso dos Deputados José Genoíno, Tilden Santiago e Arlindo Chinaglia, Secretário-Geral do Partido, aqui presente.

Do nosso ponto de vista, este seminário tem uma importância muito grande. A bancada foi, ao longo destes quatro anos, uma referência fundamental para o partido e para a sociedade; e acho que as eleições revelaram o reconhecimento que o povo brasileiro deu ao trabalho realizado pelos Deputados que aqui estavam pelo partido, pelo País e pelo povo.

Em vários Estados da Federação, os Parlamentares mais votados saem desta bancada, e, em âmbito nacional, os Parlamentares mais votados vêm desta bancada. Acho que isso legitima o que foi a atuação da bancada nestes quatro anos, num período muito duro da vida política, por ser uma minoria — o Bloco do Governo era muito forte nas votações, havia um enfrentamento muito difícil nos meios de comunicação, num momento de consolidação e de avanço das políticas neoliberais —, mas esta bancada foi uma referência decisiva na disputa política.

Exatamente por esse papel e pelo trabalho da nossa militância, no cotidiano, nas lutas sociais, nos sindicatos, nos movimentos, nas lutas nos campos, nas cidades, nos bairros, nas fábricas, nas escolas, é que podemos fazer um balanço da eleição, como o que temos neste momento.

Governamos Estados importantes da Federação, aumentamos nossa bancada na Câmara e no Senado. Mais do que isso, tivemos uma votação espetacular nos grandes centros urbanos do País, o que demonstra que o PT tem um imenso potencial para as eleições das Prefeituras no ano 2000. Temos chance de pavimentar uma grande bancada de Vereadores e de Prefeitos que possam alavancar as disputas e a construção de um poder alternativo na sociedade. O próprio Rio Grande do

Sul mostra um pouco a relevância que foi a experiência de poder local, para chegarmos ao Governo do Estado e disputar a hegemonia na sociedade. Acho que essa campanha deixa também uma outra lição. Quer dizer, não basta o PT governar bem. Temos que, além de governar, disputar a hegemonia, os valores, os princípios na sociedade, para poder construir uma hegemonia alternativa a esse projeto neoliberal.

A nossa bancada assume um cenário muito distinto do que foi a bancada de 1994: um Governo fragilizado por uma crise moral e ética muito profunda, de desmoralização dos valores mais elementares da administração da vida pública — e vamos ter o imenso trabalho de fiscalizar, de exigir a implantação da CPI das denúncias sobre o processo de privatização e levar adiante, na próxima Legislatura, esse processo de fiscalização —; um Governo que tem sua base Parlamentar fragmentada por disputas, por corporações, por interesses, inclusive, às vezes, absolutamente contrários ao espírito da vida pública, e que, portanto, abrem muito mais espaço para atuarmos, como foram essas duas últimas votações. O PT teve um papel decisivo na derrota e também hoje, ao procurar uma alternativa que possa defender as políticas sociais; por tudo isso, sobretudo porque somos uma alternativa de poder na sociedade brasileira. Quer dizer, o Lula sai com prestígio, com reconhecimento, e este Bloco de Oposição e o PT muito maiores do que quando começamos a última eleição. Por isso mesmo, nestes quatro anos, temos o imenso desafio de construir uma alternativa para o Brasil: uma alternativa de Governo, uma alternativa de modelo de desenvolvimento alternativo a esse projeto neoliberal que criou essa miséria ética para todos, essa miséria social para a maioria do povo, essa miséria econômica para muitas pessoas.

Acho que é com este espírito que precisamos, nestes três dias, começar a afinar a nossa viola, ver como vamos trabalhar como equipe, saber o papel de cada um de nós neste período que se inicia. Devemos, sobretudo, mostrar para a nossa militância a importância que o trabalho parlamentar pode ter na organização do movimento popular, na organização da luta social, na organização de políticas alternativas, na organização de um projeto alternativo de poder.

Quero portanto, ao terminar, em nome da Executiva, saudar todos os que estavam conosco, os que continuam, os que nunca estiveram e que estão chegando. Mas, especialmente, termino a minha saudação homenageando aqueles que, nestes quatro anos, engradeceram a nossa estrela, a bandeira do nosso partido, especialmente a companheira Maria da Conceição Tavares (Palmas.), o companheiro Chico Vigilante (Palmas.), o companheiro Paulo Bernardo (Palmas.), o companheiro Luciano Zica (Palmas.), o companheiro Ivan Valente (Palmas.), a companheira Maria Laura (Palmas.), o companheiro Humberto Costa (Palmas.), que dignificaram o PT e que vão para a base continuar mostrando que estamos Deputados, mas somos petistas militantes, para construir o projeto deste País. Muito obrigado. (Palmas prolongadas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Acabam de chegar o Deputado João Fassarella (Palmas.); nosso querido companheiro da Bahia, Walter Pinheiro (Palmas.); Valdir Pires (Palmas.), Valdir Ganzer, do Pará. (Palmas.)

Quem chegou depois das apresentações pode falar, para que os companheiros os conheçam.

Estão presentes também os companheiros Paulo Rocha, do Pará (Palmas.); Jair Meneguelli, de Botucatu. (Palmas.)

Companheiro Arlindo Chinaglia, não responda as provocações de Milton Temer.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, não. Só quero dar uma informação à bancada atual e à futura bancada: o Deputado Milton Temer é quem fará a saudação ao José Dirceu, quando ele aqui comparecer. (Risos no plenário.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Obviamente que sob a mediação de Vladimir Palmeira. De modo que não há problema. (Risos.)

Quero passar agora a palavra, para falar em nome do...

O SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY - (Ininteligível) ... está lançando um livro pelo Brasil inteiro.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - O companheiro Eduardo Supply lembra que os companheiros José Dirceu e Vladimir Palmeira estão lançando um livro juntos, no País inteiro, e as noites de autógrafos têm sido pacíficas. Não sei se a divisão do cachê tem sido tão tranqüila. (Risos.)

Para cumprimentar os companheiros, em nome de todos aqueles que integram o Governo do Distrito Federal, e os companheiros novos que agora chegam — não vão ter a oportunidade que todos tivemos de, ao longo de quatro anos, acompanhar uma das mais belas experiências políticas do País liderada por nosso partido: o Governo democrático popular do Distrito Federal, que mudou a face de Brasília, deu qualidade de vida ao povo brasileiro, inverteu prioridades, foi inovador e ousado na administração pública.



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

SEMINÁRIO DE RECEPÇÃO AOS NOVOS PARLAMENTARES INTEGRANTES DA 5ª BANCADA DO PTEVENTO : Seminário Nº: X-0189/98 DATA: 10/12/98 DURAÇÃO: 3h31min PÁGINAS : 68 QUARTOS: 15 REVISORES: ANNA AUGUSTA, CLÁUDIA CASTRO, LEINE, LUCIENE, VEIGAS SUPERVISORES: MARIA LUIZA, AMANDA, MYRINHA DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO JOSÉ DIRCEU - Presidente Nacional do PT LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA - Presidente de honra do PT GERALDO MAGELA - Deputado eleito BEN-HUR - Deputado eleito ANTÔNIO PALOCCI - Presidente do Diretório Regional de São Paulo SUMÁRIO: Debate sobre os atuais problemas enfrentados pelo PT e sobre as ações do partido no futuro.

OBSERVAÇÕES 1º Painel - Balanço do Período, Conjuntura Pós-Eleitoral e Perspectivas. 2º Painel - A Ação Parlamentar e Definições da Agenda de Atuação do PT. (Matutino) Há oradores não identificados. Há intervenções fora do microfone. Ininteligíveis. Há falha na gravação.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Companheiros e companheiras, vamos, por obséquio, tomar assento à Mesa.

Publicamente, comunico ao Lula que seu pedido foi atendido. Liguei para o Sidraque Marinho, sergipano, que resolveu o problema do Viola lá.

Peço aos companheiros que se encontram de pé no corredor que ocupem as cadeiras do plenário e façam silêncio, para que realizemos nossos trabalhos da manhã de hoje.

Daremos início ao segundo dia do nosso seminário, relevando os atrasos dos que participaram da festa, por motivos óbvios, e dos que dela não participaram por motivos que não quero investigar. Vamos prosseguir nosso seminário, com o primeiro painel do dia de hoje.

Hoje, temos por tema um balanço do período, uma análise da conjuntura pós-eleitoral e uma discussão a respeito das perspectivas para o Partido dos Trabalhadores, para a esquerda e para a ação parlamentar da bancada no próximo ano.

Para apresentar o tema à bancada, temos o companheiro Luiz Gushiken, Deputado Federal por São Paulo, a quem caberá iniciar as exposições — S.Exa. não concorreu à reeleição e foi coordenador da campanha do Lula à Presidência —, o companheiro José Dirceu, Presidente Nacional do Partido e Deputado Federal eleito por São Paulo, concluindo com a intervenção do nosso Presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, Lula.

Com a palavra o companheiro Paulo Rocha.

O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA - É só para ver como fica a pauta no seu conjunto, para orientar os Parlamentares sobre suas idas para seus Estados ou não.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Todos temos esta agenda com todos os horários. A idéia era de que se começasse às 9h, mas houve uma hora e meia de atraso, e de que, às 13h, encerrássemos esta primeira fase.

Há a exposição do primeiro painel, a que já me referi, depois "A ação parlamentar e definições da agenda de atuação do PT", com Marina Silva, José Genoíno e Milton Temer.

Estamos propondo não entrar na questão do novo Regimento agora, neste seminário, até porque não é assunto que tenha importância tão grande, já que não há nenhuma perspectiva de aprovação do novo Regimento tão cedo assim. Então, manteríamos os dois painéis que estão aqui previstos, com a idéia de terminar entre as 13h, 13h30min, para o almoço, retornando às 15h. Ai, prossegue-se até as 21h.

(Não identificado) - Sexta-feira, dia 11, haverá nossa diplomação no Acre. Então, sugiro que façamos esse debate da escolha do novo Líder na parte da manhã, e, na parte da tarde, viajariamos. Proponho a inversão dos pontos para sexta-feira. Há outros colegas que também serão diplomados na sexta-feira.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Fizemos um levantamento. Para realizar este seminário, enfrentamos uma série de dificuldades, a própria agenda do Congresso Nacional, o recesso do Natal, a retomada dos trabalhos em janeiro, com a convocação extraordinária, e a preocupação de que terminássemos sucumbidos na agenda do Congresso Nacional, perdendo a oportunidade de realizá-la.

A definição das prioridades desta agenda é dos companheiros. Faremos a inversão que preciso for. Esclareço aos companheiros que a intenção da coordenação, ao propor a introdução ao debate sobre a escolha do novo Líder, não é fechar a discussão nem travar o debate dos nomes, até porque novos nomes poderão surgir. O quadro da disputa não está definido. A idéia era de que tirássemos da reunião, pelo menos, um calendário em alguns pontos do método da escolha, para viabilizar o trabalho de coordenação que a atual Liderança vai fazer para a escolha do futuro Líder. Não era para discutir nomes, era para discutir um calendário, de modo que nos preparássemos para o debate que vai definir a nova Liderança do PT.

Mas vamos avaliar e ver se, daqui para a tarde, deliberamos sobre isso. Vamos ver que ajuste podemos fazer aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Vamos iniciar. Não há definição ainda aqui. Vamos ver como faremos. Há convidados e uma série de agendas.

Vamos ouvir a palestra do Deputado Luiz Gushiken, para podermos fazer uma análise.

Com a palavra nosso companheiro Luiz Gushiken, o samurai da estrela brilhante.

O SR. DEPUTADO LUIZ GUSHIKEN - Vou deixar o tema "Balanço do período e perspectivas", do primeiro painel, para o Lula e o José Dirceu. Três pessoas para falar sobre esse assunto são demais.

Dada a experiência recente que tive na coordenação da campanha do Lula, seria muito mais proveitoso, numa reunião como esta, eu tentar passar para os senhores aquilo que não é tradição nossa discutir e que considero que, na minha experiência, foi algo muito importante e que diz respeito mais a questões de natureza organizativa. Não podia perder essa oportunidade.

Considerando que aqui representamos, na verdade, a elite do partido — certamente, muitos daqui serão majoritários, coordenadores de campanha, certamente majoritários de Estado, até de Presidente da República —, o enfoque sobre alguns temas talvez pudesse ser bastante proveitoso para o futuro do partido e para os senhores. De maneira que peço um pouco de paciência, porque, às vezes, não gostamos de discutir questões organizativas. É, na verdade, um informe, não assunto para debate político, porque já se passou.

Como disse aos senhores, acho muito importante esse debate. Deparei-me com o gargalo de uma campanha, certamente no futuro teremos que superar. Portanto, meu enfoque é de dois instrumentos organizativos de uma experiência recente: a campanha do Lula. Fui coordenador dela, todo o mundo sabe. Para alguns, isso é um privilégio, para outros, uma honra, para outros, uma dor de cabeça muito grande. Para mim, foram as três coisas. Quero mostrar-lhes o lado da dor de cabeça.

Relativamente, é simples a montagem de uma campanha, principalmente quando se tem uma direção política que gosta de discutir muito questões abstratas, que define eixo político, estratégias, discurso. Entretanto, quando se depara com a necessidade de uma articulação da máquina que exige uma visão sistêmica e uma sincronia de ações, observa-se muita dificuldade para operacionalizar. Então, quero mostrar aos senhores a primeira dificuldade que tivemos e como a superamos. Numa campanha eleitoral com um período muito curto, a questão que está posta em primeiro lugar é como posicionar sua artilharia, em que tempo nossos canhões vão ser disparados. Essa é uma discussão difícil, porque é uma estratégia. Formatamos uma matriz operacional que permitisse a definição dos períodos de uma campanha nos quais definiríamos estrategicamente qual seria o uso das nossas artilharias. Essa é uma decisão organizativa que tem grave consequência: se você erra, errou a campanha. Essa matriz se constitui de um instrumento de operações que considero um grande avanço em matéria de coordenação de uma campanha eleitoral.

Mostro na transparência como sintetizamos essa matriz, que eu diria de posicionamento estratégico, para que os senhores avaliem como fazemos a disputa.

(Apresentação de Transparências.)

A questão, portanto, é como definir as fases da campanha: em períodos determinados, onde se definiriam, **a priori**, as principais características daquele período; os objetivos que devem ser atingidos; a ação dos protagonistas do adversário do nosso candidato; a linha de ataque e de defesa; enfim, como se criam metas de ação políticas, em períodos da campanha. Esse esforço de operação política para nós foi fundamental.

Se os senhores observarem essa tabela de características, no primeiro período da campanha, que chamamos de formatação geral da campanha, datava de 1º de junho a 17 de agosto, foi uma campanha que começava a intensificar o embate entre Lula e FHC. Era uma campanha eleitoral, com grande repercussão na mídia, que começava a assumi-la. As pesquisas começavam a ter peso; o eleitorado começava a se iniciar, e constatávamos uma baixa organização da campanha, uma alta ansiedade dos protagonistas da campanha e um baixo envolvimento da militância.

Nesse quadro — o segundo quadro —, o objetivo que se traçava nesse momento político era termos as providências organizativas, comitês, recursos humanos, unificação e centralização da campanha, popularização dos entes centrais da campanha, expandir espaço da campanha — estadual, majoritário — e definição de estratégias, uma das quais é essa das fases. Tínhamos que definir as estratégias da campanha nesse período — e as fases eram uma das estratégias fundamentais — a idéia-síntese, a idéia de comunicação e o aquecimento da militância. Passe para a primeira tabela.

(Apresentação de Transparências.)

Mas o dado mais importante dessa fase era como se manobrar o programa de televisão. A rigor, numa campanha eleitoral do porte da que tivemos, há dois interlocutores-chave: o candidato e os meios de comunicação. A preparação do candidato é uma estratégia, mas há que saber como utilizar nossa mídia, porque dela dependia a relação que teria o eleitorado com a mídia naquele momento.

Constatamos através de pesquisas, de dados, ao longo da história eleitoral que naquele período da fase B, que chamamos de "universalização de campanha", existia uma auto-audiência do horário político. Na seqüência, caía a audiência, depois, no final, aumentava violentamente a audiência política em televisão.

Portanto, no momento inicial de campanha em televisão, tínhamos um objetivo fundamental: fixar a imagem do candidato. Não podíamos perder em assuntos que pudessem tirar esse foco, porque pesaria significativamente no passo seguinte. Fizemos isso ao longo de toda a campanha. Quero chamar a atenção dos senhores quanto à definição de uma campanha. Se levarmos a cabo apenas em cima do candidato, ele vai tornar-se uma pessoa insuportável, mais do que já é naturalmente, porque numa campanha ele possui vários mecanismos de ação, de influência.

Acho que, sem instrumental organizativo, dificilmente se consegue fazer uma campanha, porque todos ficam doidos, não se sabe para onde vai a luta.

Evidentemente, quando se erra numa estratégia dessa, coloca-se em risco a campanha. Por isso, é instrumental. Essa matriz estratégica e operacional é o elemento fundamental.

Chamo a atenção dos senhores para o item na fase A, que chamamos de "popularização dos entes centrais da campanha através de candidato". Aí, vem a segunda questão para que quero chamar a atenção dos senhores: os candidatos do PT sofrem uma exigência do eleitorado no que diz respeito a uma equação estratégica fundamental, o programa de Governo.

Por razões que não vou comentar, na verdade, quando se trata de candidato do PT, em particular a candidatura do Lula a Presidente da República, há uma exigência do povo sobre o programa de governo. Isso é constatado em todas as pesquisas. Entretanto, o povo não lê nossos programas de governo, e os formadores de opinião pública também não. Mas se passarmos uma fase da campanha e não resolvermos a equação, acho que iremos sucumbir, porque há um valor cultural, fundamental, no eleitorado em relação ao PT. Como iríamos fazer um movimento para dizer que tínhamos um programa de governo, sabendo que o povo e os formadores de opinião pública não lêem? Isso pode ser letal para nós.

A essa questão se juntava outra: o candidato. Como é o movimento de um candidato como Lula, onde há uma demanda enorme e espontânea sobre ele? Se deixar que a demanda espontânea norteie a ação do candidato, seu discurso e movimento se darão sem nenhum tipo de norte: ora ele vai ao Ceará, falar da seca, ora ao Amazonas, falar do meio ambiente, ora ao Rio Grande do Sul, falar da agricultura, e fica uma coisa difusa. Então, a discussão da agenda do candidato era difícil de ser realizada. Não é à toa que Lula sempre ficou irritado com essa forma de conduzir a campanha.

Quando juntávamos o movimento do candidato — em que ele explicitava um programa de Governo, que é o discurso político dele, mas era centrado nas demandas e não tinha norte, era difuso —, juntamos essa necessidade de organizar a agenda de um candidato com o programa de governo. O que fizemos? Criamos as chamadas semanas temáticas, um termo técnico que não revela conteúdo político nenhum, mas que, na minha concepção, foi vital para a campanha e passou despercebido, porque realmente é assim mesmo.

O outro problema era como unificar a campanha. Como os diversos agentes políticos, como candidatos majoritários e proporcionais, poderiam unificar uma campanha? Unificar significa ter o mesmo discurso.

Em função de toda essa exigência estratégica, formatamos, num determinado período, para atender àquele objetivo que está na primeira fase, que é propagandear as idéias básicas de um programa de governo, definimos o que chamamos de semana temática, que se resumiria em: o Lula faria, em cinco semanas, a explicitação do seu discurso programático, centrado no que comumente chamam de programa de governo, que são as questões do momento social. Na primeira semana, saúde; na segunda, educação; na terceira, não sei o quê; na quarta, política industrial; na quinta, emprego. Em cada semana, o Lula falava apenas sobre um tema. Com isso, resolvemos o problema da agenda, porque ela é movimento físico, local, geográfico e discurso. O discurso era temático, centrado no tema político do programa de governo, e o movimento do Lula era centrado em cima da exigência de eventos vinculados ao tema.

Com esse mecanismo, conseguimos trazer o adversário para nosso embate, para nosso terreno. O Lula conseguiu pautar a luta política daquele momento, que era um objetivo que não sabíamos como fazer. Num movimento difuso, o candidato diz aquilo que não está preparado com antecedência, fala, geralmente, o que a região local exige. À medida que se prevê com antecipação o discurso político, tem-se todo um trabalho de preparação da mídia, para que aquele ponto seja o da agenda política brasileira. O Lula conseguiu fazer isso depois de duas semanas, a ponto de o FHC ser obrigado, na semana de educação, a lançar o projeto de bolsa-escola para se contrapor ao nosso programa e, na semana do emprego, ser obrigado a lançar, de maneira atabalhoada, aquela proposta, que, por fim, tornou-se uma proposta de desemprego. Portanto, tem que trazer o adversário para o campo político que lhe interessa.

Como essa é minha tese — que não é fácil de provar e que, numa eleição, tem um peso significativo —, quero chamar a atenção dos senhores para o fato de que se Lula não tivesse feito a semana temática até o começo da campanha eleitoral transmitida pela TV, se ele tivesse ficado subordinado ao movimento difuso da campanha, em que o discurso é difuso, acho que os formadores de opinião pública iriam dizer que Lula não tinha programa de governo, e entraríamos na segunda fase derrotados. A semana temática não traz, a rigor, grandes vantagens eleitorais, mas resolve uma equação estratégica que, se não resolvida a tempo, impõe a derrota por antecipação.

Por isso, dado que companheiros que estiveram sempre presentes a esse debate considerem esse elemento fundamental, fiz questão de trazer-lhes essa percepção em termos de matéria organizativa, que tem peso fundamental num debate, numa organização de uma luta que é a campanha eleitoral, um trabalho muito complexo.

Tentamos unificar os candidatos majoritários num mesmo discurso, ligamos para todos os coordenadores no dia seguinte, dizendo: nesta semana, fale sobre saúde, sobre educação, para potencializar a temática. Não tivemos sucesso, porque, em alguns Estados, fizeram campanhas dando sincronia à nossa atividade, mas, a rigor, é difícil ter uma centralização política no PT. Com os senhores, os proporcionais, é impossível. Jamais falaram em sincronia com o movimento central num mesmo discurso. Não estou criticando, apenas constatando. Essa centralização é difícil.

Hoje, concluo que um dos problemas políticos para o PT é a eleição casada. Eleição casada impõe ao PT uma fragmentação letal. Não se consegue centralizar com facilidade. Acho que o desmembramento de eleições proporcionais com eleições majoritárias, no âmbito de Presidência da República, é uma exigência nossa, porque se tivéssemos 10% dos dirigentes políticos fazendo a campanha de Lula, acho que 2,5% estavam garantidos.

O problema é que essa dispersão é uma imposição estrutural — e não quero fazer discurso moralista e dizer que os Deputados não fazem campanha —, é uma imposição. Então, tínhamos que resolver. Refazendo um pouco a posição que tive, porque ajudei a aprovar a proposta de campanha de eleição casada, acho que é um gravíssimo problema político para nós. Na reforma política, o PT deveria repensar seriamente os desastres que traz como consequência a eleição casada.

A semana temática nos mostrou enorme dificuldade de se articular sistemicamente uma organização, que é uma coordenação, em atividades que exigem absoluta sincronia e dependência. Por exemplo, na semana de saúde, com data definida, o Lula tinha que entregar uma carta-programa de saúde, uma carta-compromisso de saúde, ter eventos ligados à saúde e ter os representantes, líderes do mundo político-profissional ligados ao tema. Então, tinha que ter uma sincronia absoluta, porque o núcleo de saúde tinha que propor, em tempo hábil, para o pessoal de programa de governo, sua proposta de programa setorial de saúde, que, por sua vez, tinha que passar ao pessoal da imprensa, para publicar com antecipação nos jornais do Brasil que aquela semana teria notícias sobre saúde e que nossa proposta era essa. Depois, tinha que entregar à gráfica, que, por sua vez, entregaria para a agenda.

Essa sincronia absoluta era um risco político gravíssimo, porque o Lula poderia chegar na semana do emprego e falar que estávamos sem propostas ainda, porque nossa equipe não conseguiu produzir. E todos sabem que isso seria um desastre. Aliás, quando decidimos pela proposta da semana temática, eu disse para o Lula: "Lula, isso aqui contém um risco que aparentemente é simples, mas que é gravíssimo". Ele teria que ficar com um pincel na mão no dia em que fosse falar sobre um tema. São cinco temas principais, e não temos o discurso, porque a máquina partidária foi incapaz de produzi-lo no tempo certo.

Eu disse: "Não, vamos assumir, vamos impor esse ritmo". Mas, como coordenador de campanha, foi a tarefa de maior complexidade, da maior dificuldade da campanha eleitoral a articulação das semanas temáticas para produzir essa sincronia, essa seqüência de eventos. E noto no partido uma cultura de fragmentação. A visão administrativa organizacional do partido, quando traduz em ação uma decisão política, é uma ação fragmentada dentro do partido. Não temos o hábito de organização e de ações sistêmicas baseadas em compartilhamento de áreas.

Chamo a atenção, porque o partido não mexe com essas questões com o devido valor que exige uma organização partidária que logo, logo vai ganhar a Presidência da República e muitos governos.

É necessário que haja uma preocupação com a política organizacional, senão perdemos muito tempo.

Eu quis apenas ressaltar esses aspectos, que considero muito importantes em uma campanha eleitoral.

Finalizando, o candidato é a figura central, a preparação da imagem do candidato é decisiva, em particular, o Lula, que é objeto de muito preconceito neste País. O partido tem de se debruçar muito para ter ações políticas que possam quebrar o preconceito existente em torno dessa nossa liderança.

O Lula inovou muitas coisas nessa eleição. Penso que inovou. Ele teve o privilégio de ter um quadro político que lhe dava, às 8h, um informe político por escrito, que passava pela leitura de todos os jornais, com propostas de ação política. Evidentemente, essas propostas não passavam por nenhum conselho, iam diretamente para o Lula.

O Lula também fez uma coisa nova nesse ano, que certamente vai reproduzir-se nos anos futuros: falar no rádio. O Lula falava diariamente no rádio, por duas horas e meia. Para isso, evidentemente, houve um esquema organizativo particular, um cidadão que só ficava articulando o Lula nessa área.

Termino a minha intervenção novamente ressaltando que deixei de lado as questões candentes dos eixos políticos, que é termo de muito debate, porque certamente se faz isso constantemente nos órgãos do partido, como o balanço das eleições e perspectivas. O Lula e o José Dirceu vão dar subsídio para o debate.

Eu quis chamar a atenção para esse fato. Tive o privilégio, a honra e muita dor de cabeça, porque achava que tinha de passar para os senhores dois componentes de uma campanha, que podem ser adotados como modelo, pelo menos nas fases de campanha, como instrumental estratégico para que as decisões políticas, num momento tão decisivo, sejam tomadas com a devida cautela e com a precisão que exige a eleição de um quadro nosso.

É isso, não há debate. É uma mera informação. Espero que, como futuros majoritários coordenadores de campanha, os senhores possam utilizar esse informe.

(Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Agradeço ao companheiro Luiz Gushiken.

Antes de passar a palavra ao companheiro Lula, queria dar alguns avisos: primeiro, trazer ao conhecimento dos companheiros e das companheiras a justificativa da ausência da nossa Senadora Heloísa Helena, de Alagoas. Como os companheiros sabem, S.Exa. é Deputada Estadual e, neste momento, encontra-se na Assembléia Legislativa, participando dos debates sobre o orçamento público de Alagoas. É o planejamento de dívidas do próximo Governo. Queremos também comunicar, para a alegria da coordenação, a presença do Secretário de Organização da Executiva Nacional do PT, o companheiro Joaquim Soriano; do Secretário Nacional de Assuntos Institucionais, companheiro Vicente Trevas, e do ex-Deputado Federal e Prefeito de Santo André, companheiro Celso Daniel. O companheiro Valter Pomar e os demais membros da Executiva, que chegaram a tempo e a hora ontem, foram devidamente registrados e homenageados pela sua pontualidade. Estou fazendo minha meiazinha aqui.

Companheiros, agora vamos ouvir o companheiro Lula.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - Estão-me alertando de que há jornalistas aqui. Obviamente, a presença de jornalistas só nos obriga a tomar cuidado com aquilo que vamos falar. Mais do que isso, até porque há muita coisa que queremos que a imprensa publique. É um alerta para quem for falar aqui. Então, todo cuidado é pouco. Quando acertamos, já não sai favorável, quando erramos, então...

A primeira coisa é a seguinte: os senhores perceberam a dificuldade da campanha. O Gushiken passou o tempo inteiro tentando melhorar minha imagem, o que não é uma coisa fácil de ser feita. Precisamos começar a discutir a imagem na escolha do candidato.

Queria cumprimentar todos os companheiros Deputados eleitos; parabéns aos companheiros que conseguiram eleger-se e lamento pelos que não conseguiram eleger-se. Há companheiros valorosos que poderiam ter sido reeleitos ou eleitos, mas não conseguiram. E há companheiros extraordinários aqui em Brasília. Por exemplo, ao mesmo tempo em que parabenizamos o Magelinho e o Pedro Celso, lamentamos que não tenhamos eleito os Deputados Maria Laura e Chico Vigilante.

Se tivéssemos crescido a bancada em Minas Gerais, a Joana Darc teria sido reconduzida. E, assim, outros companheiros que não conseguiram chegar até aqui. Vou relembrar algumas coisas que o Luiz Gushiken falou, porque se é verdade que as semanas temáticas foram muito importantes na campanha, é verdade também que, pela desmobilização dos chamados segmentos organizados da sociedade, não havia uma correspondência efetiva entre o gesto político que criávamos e a divulgação ou o envolvimento de milhares de pessoas na divulgação daquilo que havia sido produzido por nós.

Primeiro, porque muitas vezes não era o tema do Estado. O candidato a Governador estava com outras preocupações; os candidatos a Deputado certamente estavam com outras preocupações; e os candidatos a Senador certamente com outras preocupações.

Muitas vezes, lançávamos, e nem sempre a imprensa divulgava corretamente. Lembro-me de que um dos atos mais importantes de que participei nessa campanha foi na Escola Paulista de Medicina, em São Paulo, ao lançar nosso plano de saúde. Foi um ato efetivamente importante, a ponto de um médico famoso, Dr. Vicente Amato, quando terminei de fazer a exposição do nosso programa de saúde, levantar-se na frente da imprensa e dizer o seguinte: "Eu sempre fui contra você, eu sempre fui contra o PT, mas, a partir de hoje, você me convenceu. Sou seu eleitor".

Eu imaginei que aquilo iria ser, pelo menos, noticiado na imprensa. Ao contrário, a imprensa publicou coisas pejorativas que aconteceram naquela reunião e absolutamente nada sobre o plano de saúde. E, também, porque muitas vezes nos comprometíamos com os companheiros do movimento, ao lançar um programa, a

fazer com que aquilo fosse popularizado, que fosse feito um abaixo-assinado. Isso não acontecia, porque efetivamente foi a primeira campanha de que participei — vejam o contraditório, em nenhuma campanha de que participei o movimento sindical se apresentou de forma tão organizada como nessa campanha — da qual participavam não apenas os companheiros da CUT, mas também companheiros de outras correntes do movimento sindical.

Em função da crise econômica e do desemprego, perdeu-se muito o poder de mobilização para colocar esses assuntos na rua, mesmo quando lançamos nosso programa de geração de empregos. Não havia espraiamento das nossas ações temáticas. E isso pesou, porque, como fizemos uma campanha em que, pela primeira vez... Que me desculpem os companheiros da imprensa, mas eu disse isso durante a campanha e vou repetir: nunca, na minha vida, vi a imprensa tão subserviente, tão oficial, como na campanha de 1998. Quanto àquilo que tentaram negar o tempo inteiro na primeira semana depois das eleições, a revista **Veja** publica o que vínhamos denunciando, que era a reunião do Fernando Henrique Cardoso com os donos dos principais jornais e dos principais canais de televisão do País, para exigir deles o seguinte: parem de falar da fome, de desemprego, porque senão eu vou perder as eleições, e não estou disposto a ser candidato para perder. Ou os senhores tiram isso do noticiário ou eu não sou candidato.

Por coincidência, no mês de julho, saiu seca, saiu fome, saiu desemprego, saiu crise econômica da imprensa, e ficaram apenas as coisas favoráveis ao Governo. Isso já está mais do que visível hoje, e os donos de jornais nos comunicam que tiveram efetivamente essa reunião.

Então, se o movimento social estava um pouco amortecido em função da crise econômica... Todo o mundo aqui sabe que há um paradoxo no movimento sindical em nível mundial, sobretudo, no brasileiro. Quando há crise, imaginamos que o movimento deve crescer e brigar muito mais. Porém, ao contrário, há um refluxo, porque os trabalhadores que estão trabalhando ficam com medo de perder o emprego e não gostam muito de fazer coisas que habitualmente fazem. Foi uma campanha que dependeu muito próprio partido e de suas alianças. Se formos analisar a sociedade organizada, ela estava efetivamente fragilizada em função da situação econômica, do medo e do desespero de muita gente.

Lembro-me do trabalho extraordinário que as chamadas comunidades de base faziam na campanha de 1989. Em 1998, tanto essas comunidades, quanto o restante do movimento social — o Padre Roque deve saber disso tanto quanto ou mais do que eu —, estavam fragilizadas.

Então, fizemos uma campanha — a mais difícil de que já participei — em que tivemos menos recursos do que em 1989 e em 1994, e em que se estava consolidando, cada vez mais, a idéia que eu tinha quando aprovamos a eleição do Presidente junto com a de Governador e Deputado. Essa eleição casada, como chamamos, muitas vezes é um desastre, porque muitas vezes os candidatos majoritários ficam segurando a broxa porque não há uma combinação efetiva entre as candidaturas proporcionais e a candidatura dos candidatos majoritários.

Essa é uma coisa que temos de discutir, vai haver um congresso, e nosso partido vai ter que recuperar suas cartas eleitorais. Cada candidato, antes de ser candidato, vai ter que assumir alguns compromissos com esse partido antes, durante e depois da campanha, porque o partido vai ficando vulnerável se não tomarmos os devidos cuidados para que o nosso partido continue a ser visto como o único efetivamente existente no Brasil.

Apesar de todas essas dificuldades, saí da campanha, embora derrotado, gratificado politicamente. Por quê? Em primeiro lugar, porque o partido como um todo não saiu da campanha com ar de derrotado. Ele saiu da campanha com o cheiro de alguma coisa nova que estava acontecendo. Possivelmente, porque acertamos o discurso e, até um pouco tardiamente, abordamos a questão da crise no momento em que ela se apresentou. Foi uma aposta que foi feita. Não foi uma decisão fácil deliberarmos e colocarmos a crise. E colocamos a crise, sustentamos até o final, e a discussão sobre a crise econômica conseguiu empolgar, eu diria, os quadros dirigentes, até os companheiros na periferia deste País. Foi uma campanha — não pelos doze Deputados a mais, ou pelos nove, cinco ou um Senador a mais, ou por eleger Olívio Dutra — em que todas as pessoas com quem conversei e as que visitei mostraram certo grau de satisfação pelo fato de termos acertado na política e, conseqüentemente, de não termos sido vítimas do fracasso que alguns pensaram que teríamos.

Quero agora me dirigir aos companheiros e às companheiras do meu glorioso partido. Espero que, daqui para frente, não percamos a dimensão da importância adquirida pelo partido nas eleições de 1998. Espero que, ao avaliarmos a campanha, não pensemos apenas no que aconteceu até o dia 4 de outubro, mas no que vamos produzir para os próximos quatro anos. Espero mais: que os companheiros do PT não transformem a avaliação de campanha numa disputa interna, em que cada um vai tentar achar um culpado para justificar seu discurso. Se assim for, chegaremos ao congresso do PT e, em vez de discutirmos a grande política, vamos discutir quem é o responsável por alguém ter perdido num Estado ou quem é o responsável por alguém não ter ganho a Presidência da República, e assim por diante.

Temos de tirar ensinamentos dessa eleição; acho que ela projetou o partido político não apenas como um partido capaz de disputar a eleição, mas o projetou como capaz de se articular com outras forças políticas e de comandar o processo diferentemente do que era feito há alguns anos, quando se ia para o palanque de um conservador e a Esquerda era no máximo anunciada, ou então participava apenas como coadjuvante.

Nessa eleição, o PT virou o ator principal e pode consolidar-se se, primeiramente, trabalhar para manter a frente que foi criada e que, sabemos, tem problemas. É por isso que precisamos trabalhar com muito mais dedicação.

Estamos tentando manter o conselho político criado durante a campanha até com personalidades de fora dos partidos. Queremos ver se é possível mantê-lo, trazendo, inclusive, mais personalidades, tentando fazer com que se transforme numa espécie de movimento que realize as políticas que iremos deliberar em algum momento e colocaremos em prática até o ano 2000 e, outra vez, até 2002.

A consolidação desse conselho político do Partido dos Trabalhadores precisa de muita compreensão, porque, como é amplo, as pessoas não combinam necessariamente com todos os discursos do PT. E, muitas vezes, precisamos aprender a ouvir aqueles que não pensam como nós, mas que gostariam de trabalhar junto com o PT em algum projeto que queiramos colocar em prática.

Se, na análise da campanha eleitoral, o Partido dos Trabalhadores não fizer uma avaliação correta do que foi a atuação do poder econômico nessa eleição, será a primeira vez na história do Brasil em que fazemos uma campanha com ingerência externa, numa política premeditada de fazer com que vários Presidentes de países vizinhos e até um Ministro inglês viessem ao Brasil para dizer que o Lula não pode ganhar porque será o caos. E cada bobagem e asneira desse tipo, ditas por alguém de outro país, mereceram, durante uma semana, a primeira página de todos os jornais, com comentários de todos os analistas econômicos da televisão, que ficavam vendendo para a sociedade a idéia de que somos demônios.

Um dia desses li a avaliação da votação feita por uma companheira jornalista, que vendeu a idéia da derrota do Governo. Ela não fez sequer uma crítica à ausência da base do Governo no Congresso Nacional, mas passou quinze minutos chamando a Oposição de irresponsável porque que não havia contribuído com a votação do pacote fiscal.

Se não analisarmos isso de forma correta, não nos prepararemos para as outras eleições, porque sempre estamos achando que o erro está dentro de nós. Quero saber quem cometeu o grande pecado, para que possamos executá-lo, de não ter feito uma análise correta do que aconteceu fora dos nossos controles. Imaginem V.Exas. fazendo campanha num país do tamanho do Brasil, onde o principal canal de televisão se exime da responsabilidade de divulgar a eleição.

Somente na última semana, quando Fernando Henrique Cardoso e seus assessores começaram a ficar preocupados com a quantidade de abstenções que poderia haver, eles resolveram divulgar a campanha na Rede Globo de Televisão. Resolveram colocar, sei lá, trinta segundos para que pudéssemos aparecer na televisão. Acho que o PT não pode deixar de analisar isso de forma correta para sabermos como trabalhar os meios de comunicação. Eu diria que, na maioria das vezes, o PT tem gestos de covardia diante da imprensa. Muitas vezes, não reagimos porque nos subordinamos à idéia de que a imprensa é o quarto poder e é inatacável.

Nessa campanha, resolvi mudar a regra do jogo: abrimos um processo para cada bobagem falada a nosso respeito. O resultado pode levar quatro anos; não tem problema. Mas vamos ensinar tanto o jornalista, quanto o dono de canal de televisão e de jornal a aprender a respeitar os outros, porque neste País prevalece a tese de que todos são culpados até que se prove o contrário. Sou defensor da tese de que todos são inocentes até que se prove o contrário.

O Partido dos Trabalhadores precisa fazer com que sua base de militância, sua base social tenha informações corretas. Do contrário, vamos achar que o culpado é o bigode do Aloizio Mercadante, e a **TV Globo**, a **TV Bandeirantes**, o **SBT** e a **TV Manchete** passam como inocentes, assim como o jornal **Folha de S. Paulo**, etc. Quem foi candidato nos Estados sabe do que estou falando. Quem foi candidato majoritário nos Estados sabe efetivamente do poder econômico sobre os meios de

comunicação nessas eleições. É preciso analisar isso corretamente. É preciso analisar o poder da ingerência externa da televisão.

Fico imaginando um cidadão comum ligando a televisão e ouvindo o Primeiro-Ministro Tony Blair dizer que o Lula não pode ganhar porque será o caos; que tem de ficar o Fernando Henrique Cardoso porque, senão, o FMI não irá emprestar 41 bilhões ao Brasil. Ele tem de ganhar, senão não haverá empréstimo. Fico imaginando as preocupações que esse tipo de problema causam na cabeça de pessoas inocentes. Normalmente, não compramos essas brigas, mas acho que temos de comprar essa briga já, pois o ano 2002 está aí, e nosso partido vai disputar com a perspectiva de ganhar em pelo menos metade das Capitais brasileiras. O partido vai disputar com a possibilidade de ganhar em grande parte das maiores cidades brasileiras.

Só aqui, à minha frente, vejo pessoas já como Prefeitos. Não podemos deixar para julho do ano 2000 o que temos de pensar a partir de agora, ou seja, organizar e começar a trabalhar para ganharmos as próximas eleições. Acho que é a forma mais eficaz pela qual ganharemos o Governo neste País.

Vou discorrer agora sobre o papel da bancada. Fui Deputado num tempo melhor, porque a bancada só era composta por dezesseis pessoas. Era uma coisa mais de família. Sei da dificuldade de reunir uma grande bancada, das dispersões que ocorrem, dos efeitos causados por um telefone celular no caso de o Deputado não atendê-lo durante uma reunião. Sei tudo isso. Mas não sei se os senhores estão percebendo que temos de combinar duas coisas: a atuação institucional da bancada, no mínimo quase perfeita, com a luta social que nós, do partido, não poderemos jogar nas costas dos Deputados. O partido tem de assumir junto com o movimento social essa efervescência que queremos criar na sociedade brasileira, única forma de reagir aos abusos que vemos no País.

Aliás, fiquei sabendo pela imprensa, e não sei se é verdade, que o Mendonça de Barros voltou para ser assessor conselheiro de Fernando Henrique Cardoso.

A nossa bancada terá um papel muito importante na construção da frente de oposições neste País. Vamos ter de trabalhar a partir dos nossos aliados na união do povo — PDT, PCdoB, PSB — e vamos ter de trabalhar com outras forças políticas. Do PMDB, neste plenário, deve haver no mínimo trinta Deputados que sempre votaram e continuarão votando conosco. Precisamos, respeitando a participação dessas pessoas em outros partidos políticos, manter certo entrosamento, para que eles se sintam respeitados na relação com o PT. Obviamente, essa frente não pode ser um bloco monolítico, em que cada partido perde sua autonomia. Penso que isso seria difícil até para o PT. Fico imaginando a hora em que um líder de outro partido virar líder também do PT. Se com os líderes do próprio PT já temos problemas sérios, fico imaginando quando chegar a vez de outro partido político.

Então, precisamos tentar, respeitando a autonomia de cada partido político, construir uma frente em que as direções dos partidos tomem decisões e discutam com as bancadas suas aplicações, quando não houver acordo. Até porque não é culpa individual de ninguém, mas a atividade parlamentar muitas vezes faz com que um cidadão levante pela manhã para fazer a barba, pense ser um microfone e comece a fazer discurso. Precisamos evitar isso, porque muitas vezes esse ataque de vedetismo pode fazer com que algo sério não aconteça. Quando isso acontecer, as direções dos partidos ou o conselho político terão de fazer intervenção política no sentido de chamar à razão, para que possamos consolidar não apenas no âmbito do Congresso Nacional, mas também no da Assembléia Legislativa e, de preferência, da Câmara de Vereadores.

Esse é um papel que todos sabem jogar; aqueles que ainda não sabem irão aprender. E aí entra o papel do partido, ou seja, uma das coisas que o José Dirceu e eu discutimos na reunião que tivemos com o PCdoB é que muitas vezes fazemos uma aliança eminentemente eleitoral e, quando acabam as eleições, cada um volta para seu mundo, e a guerra continua sob nossos pés, sem que possamos fazer absolutamente nada. Na conversa, disse aos companheiros do PCdoB que nós vamos precisar começar a discutir, como direção partidária, a respeito das nossas divergências no movimento social. Vamos ter de resolver muitas questões de sindicatos e de movimento popular, possivelmente nas direções partidárias, tentando orientar os companheiros a evitar as guerras fratricidas.

Há casos em que a eleição termina no dia 4, e, no dia 10, há eleição num sindicato importante; os companheiros que estavam num mesmo barco defendendo nossa candidatura vão para as portas de fábricas separados, um querendo matar o outro. E aí, obviamente, nós dificultamos a compreensão da parcela mais desinformada da sociedade brasileira.

É preciso que o partido — e eu acho que temos que transformar 1999, 2000 — faça este País voltar a ter movimento popular. E o partido vai ter que se voltar um pouco para sua organização de base. O partido vai ter que repensar, junto com o movimento social, como dar um salto de qualidade nessa situação difícil que se encontra, e nós poderemos ajudar. E se o partido fizer isso, vai ter uma combinação que é um velho sonho nosso: combinar a luta popular, a luta social com o trabalho institucional que o partido tem que fazer nas instâncias de que participa.

Talvez o José Dirceu fale, mas eu não vou falar a respeito dos efeitos das pesquisas. Somente quem não é candidato diz que as pesquisas não mexem com a cabeça da gente. Mexe tanto que, quando empatei tecnicamente, no final de junho, com o Fernando Henrique Cardoso, ele chamou os donos dos meios de comunicação para mudar a regra do jogo. E quem é candidato majoritário a Prefeito sabe o que pesa uma pesquisa, até para você ficar dando explicações, e, muitas vezes, a imprensa é pautada pela pesquisa. Vocês não sabem quanto é duro alguém dizer: "Olha, você caiu mais meio ponto. Como é que fica?" E, quando você sobe, ninguém pergunta.

Companheiros, termino dizendo — já disse na reunião do diretório e vou repetir agora: eu saí das eleições de 1998 melhor do que entrei. Eu saí possivelmente com mais disposição de continuar essa coisa do que em 1994, ou até mesmo em 1989. Obviamente, foi outro tipo de eleição.

A minha disposição é, primeiro, dedicar-me ao partido para nosso congresso. Os senhores sabem que tenho um problema que venho levantando muito cautelosamente desde 1991, mas precisamos arrumar nosso partido para seu próprio bem. Vamos ter que discutir, colocar a cabeça para pensar, porque está cada vez mais ficando visível a diferença entre as direções e o partido. E esse partido não pode deixar de agir como partido político e ter uma direção que, no mínimo, seja a cara do partido na sociedade. Esse partido, muitas vezes por fragilidade das direções, inclusive estaduais, não tem coragem de tomar posições quanto a pessoas que abusam dentro do partido.

Temos vários candidatos em vários Estados que não fizeram propaganda do majoritário, nem do Governador e fazem ainda do Presidente da República. Isso é público. Quero saber se o partido vai punir ou não. Se o partido vai discutir com essa pessoa ou não. Se o partido vai enquadrar ou não. Porque senão nós viramos os outros e nós nascemos para sermos diferentes dos outros.

Então, vou me dedicar a isso este ano. Há muito tempo, não compro briga no PT, no bom sentido, da forma mais democrática possível, mas vamos ter de encontrar uma solução para nosso partido ser efetivamente do tamanho que ele é. Acho que é uma obrigação nossa, e os Deputados jogam um papel extremamente importante. É uma tarefa que temos agora, independentemente de 2002, 2008 ou de 2090. Precisamos manter as alianças políticas.

Aliás, ia me esquecendo: uma coisa gratificante nessa campanha foi a relação que estabeleci com o Brizola. Quero dizer aos companheiros que foi uma relação efetivamente... Hoje, tenho o Brizola como uma pessoa injustiçada neste País, principalmente pela imprensa de São Paulo e Minas Gerais, porque é um homem de um coração como poucas vezes vi na minha militância política. É uma figura humana impecável. É uma pena que tenhamos descoberto isso já quando estamos... Eu estou para entrar na terceira idade e ele para entrar na quarta; ele já está na quarta. Mas foi uma coisa gratificante, e acho que temos de manter isso. Há coisas boas para acontecer nesse tipo de relacionamento. Vamos ter que trabalhar muito os companheiros do PSB. A novidade é a seguinte: vários companheiros vão ficar surpresos até com a possibilidade de trabalharmos em muitas coisas junto com o Governo Itamar Franco.

Ontem — o José Dirceu vai falar sobre isso —, depois de ouvir o discurso do Itamar Franco... Onde estão o Tilden, o Paulinho Delgado? Pinheiro vai ser porta-voz da... O José Dirceu vai explicar. Temos um campo enorme para trabalhar. O que não podemos é achar que não dá para trabalhar isso porque vai ter problemas em 2000, em 2002. Vamos deixar para resolver o problema quando ele se apresentar. Temos de consolidar essa política de alianças nossas, que foi uma coisa boa para esse processo eleitoral. Foi uma coisa que considero extraordinária. Confesso aos senhores que, em alguns Estados, pessoas que nos apoiaram não apoiaram tanto.

Eu, por exemplo, fui ao Paraná fazer um debate esta semana, e o pessoal estava dizendo que a aliança com o Requião não resultou o tanto de voto que imaginávamos. Mas ninguém do PT teve coragem de dizer que o PT, em 1998, lançou quase dez candidatos a menos do que lançou em 1994. Então, o partido começou a diminuir na hora em que foi escolher candidato. Se não avaliarmos essas coisas corretamente, ficamos só procurando culpados. Acho que tem uma série de culpados nisso, a partir do candidato cuja imagem, segundo o Gushiken, teve pouco tempo para recuperar — preciso fazer amizade com o Pitangy para ver se ele conserta. Mas, sobretudo, é um paradoxo, ou seja, uma situação econômica ruim para o povo brasileiro e uma situação política boa para a Oposição.

Precisamos, então, partir... Perdemos uma companheira do valor da Maria da Conceição Tavares no Congresso Nacional, mas ela mandou o seu substituto, o Aloizio Mercadante.

O debate econômico vai ser muito rico este ano. Primeiro, o PT precisa se preparar para o debate econômico, porque tem muita gente falando bobagem. Precisamos preparar-nos para o debate econômico. Segundo, alinhar quatro ou cinco coisas que possam servir de consolidação de bandeiras, para que possamos trabalhar no ano de 1999.

Essa é a disposição deste que lhes fala. Tenho certeza de que será a disposição do partido, e, se fizermos isso, trabalhando juntos, poderemos dar um salto de qualidade no cenário político brasileiro.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Agradeço ao companheiro Lula.

Primeiro, queremos registrar a presença honrosa de dois companheiros do PT do Distrito Federal: Sigmaringa Seixas — que foi candidato a Vice-Governador na chapa do Cristovam e ex-Deputado Federal (Palmas.) — e o companheiro Berger, que coordenou a campanha do Cristovam e é Secretário de Governo do DF. E da companheira Marina Silva, Senadora do Acre (Palmas.).

Gostaríamos de informar aos companheiros que a Liderança vai fazer uma publicação com o resumo biográfico de todos os companheiros da bancada. Então, foi enviado um formulário de perguntas para preparar essa publicação, e a Sandra é a companheira que vai cuidar das biografias autorizadas dos companheiros.

Portanto, companheiros, enviem as informações para a companheira Sandra, para fazermos a publicação.

Lembro aos companheiros que, quando for iniciado o debate, aqueles que forem intervir, por favor, mencionem o nome, para efeito de transcrição. Então, o companheiro que for inscrever-se fale seu nome ao microfone.

Os companheiros atuais, Deputados e Deputadas — há um pedido do Pimentel —, precisam marcar a presença. Não precisa sair todo o mundo. Quem ainda não marcou presença no plenário favor fazê-lo para efeito de **quorum**, porque nos interessa aprovar a urgência do Projeto de Lei sobre o Plano de Carreira do Ministério Público Federal.

Os companheiros Deputados que chegaram hoje, companheiro Waldomiro Fioravante, do Rio Grande do Sul, Wellington Dias, do Piauí (Palmas.), e Prof. Luizinho, de São Paulo...

Um aviso da nossa assessoria de imprensa: a revista **Época** quer tirar uma foto da nova bancada com o companheiro Luiz Inácio da Silva. Está marcada para as 15h. Todo mundo venha para cá e, antes de iniciar o seminário, vamos para a frente do Congresso, para tirar uma foto do novo time do PT.

(Não identificado) - Essa foto vai ser republicada daqui a quatro anos, antes das eleições.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Vou ter de sair porque tenho um compromisso relacionado com as comemorações dos direitos humanos.

Peço ao companheiro João Paulo, que é vice-Líder, que venha à mesa para assumir a coordenação dos trabalhos durante a minha breve ausência.

Passo a palavra para nosso Presidente, Deputado Federal eleito José Dirceu de Oliveira e Silva.

O companheiro Paulo Delgado também está presente. Ontem não estava.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Bom-dia a todos os companheiros e companheiras.

Antes de iniciar, precisamos de um momento, de forma reservada, só com os Deputados e as Deputadas, para tratar de questão com a direção nacional do partido. Então, precisamos organizar essa conversa entre a bancada e a direção nacional. Tem de ser uma conversa reservada. Gostaria que não saíssemos de Brasília antes de essa conversa acontecer.

Quero também destacar que nessa pauta há a ausência de uma questão muito complexa, que traz muitos problemas para nós, da Esquerda, que é a reforma política, que já foi votada no Senado e vai ser evidentemente remetida para a Câmara dos Deputados no primeiro trimestre de 1999. V.Exas. sabem que isso envolve cláusulas de barreira, voto distrital misto proporcional, mas deve ser aprovado, deve vir para cá no primeiro semestre de 1999.

Sou da opinião de que teríamos que discutir essa questão neste seminário. Isso vai nos trazer muitos problemas lá na frente, porque há diferenças de opinião. Estou percebendo que os partidos estão evoluindo para uma posição de não fazer nenhuma mudança, de não aceitar nenhuma proposta, nem financiamento público, nem fidelidade partidária, muito menos voto distrital misto proporcional para 2006 ou a cláusula de barreira. Eu esperava mais oposição à cláusula de barreira e não ao total. Como, na minha avaliação, é uma questão que estará na pauta do País no ano que vem, lamento que não esteja na pauta da bancada.

Vou falar muito pouco, porque o Lula disse o principal. Não tenho muito a acrescentar nem estou com disposição. Queria só chamar a atenção dos companheiros para algumas questões: primeiro, pedir à Liderança da bancada que distribua aos membros os documentos, que são dois cadernos, publicados pela executiva de debates sobre a avaliação da campanha; e a resolução da última reunião do Diretório Nacional. Considero isso importante para Deputados e Deputadas terem acesso à discussão que está havendo no partido sobre a avaliação da campanha eleitoral. Não vou falar sobre a campanha eleitoral, até porque o maior problema que temos neste momento, em relação à campanha eleitoral, é pagar as dívidas. Esse, sim, é grave. Acredito que a avaliação deva ser feita nos meses de fevereiro e março, já que ela ficou inconclusa no Diretório Nacional, e temos tempo para fazê-la.

Quero chamar a atenção também para a conjuntura que estamos começando a viver no País. Vamos começar a enfrentá-la, como Deputados, a partir de 1º de fevereiro. Vamos governar seis Estados. Aliás, estamos fazendo a transição. Se participarmos do Governo Itamar Franco — e tudo indica que isso vai acontecer —, vamos governar sete Estados. Todos aqui têm consciência da gravidade da situação dos Estados. Acredito que se vá criar uma conjuntura totalmente nova no Brasil, porque vamos ter de dar respostas, ao mesmo tempo em que fizermos oposição ao Governo Federal, aos problemas semelhantes aos do Governo Federal nos

Estados, justamente no ajuste fiscal e numa direção da política econômica de radicalização do modelo. Porque tudo indica que o Governo vai para o fundamentalismo, a não ser que as contradições dentro do Governo ou no empresariado criem outra situação no País.

Isso significa que nós, da Bancada Federal — Senadores e Deputados —, e o partido temos de dar atenção especial à situação dos Governos que vamos assumir, porque não se pode comparar com a situação do Espírito Santo, cujo potencial de crise, de divergência e de impasses a serem trazidos ao PT já conhecemos. Então, vamos trabalhar com esse cenário.

O segundo cenário que julgo importante é o próprio papel do Parlamento. Temos vivido a realidade de uma maioria de três quintos da coalizão que governa o País, apoiada no PFL e no PSDB, e da impossibilidade de a Oposição, o setor das forças que se opõem ao Governo, mesmo que não sejam de Esquerda, criar no Parlamento um movimento que demarque claramente nossa proposta alternativa. É evidente que temos consciência de que isso só é possível quando acumulamos ação no Parlamento com uma oposição popular, sendo esse o grande desafio que temos enfrentado desde a derrota de 1994. Apesar do auge do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e de momentos do fórum de entidades democráticas populares, de manifestações da CUT, o Brasil é um país em que a oposição popular não conseguiu se expressar e mudar a correlação de força. Essa foi uma das questões que mais nos impediu de ir para o segundo turno em 1998. É evidente que estamos afetados pelo desemprego, pelo esgotamento de uma série de movimentos que surgiram na década de 70, pelas mudanças culturais e políticas que o País viveu. Além de todas essas desvantagens mencionadas, nós, Deputados, estamos aquém daquilo que podemos fazer pela mobilização política no País.

Chamo a atenção para esse fato, porque é evidente que o nível de liderança que cada eleito, ou reeleito, tem em seu Estado, sua região, seu Município, (falha na gravação) categoria, ou mesmo para falar à sociedade... Esse potencial não tem sido transformado em organização e mobilização da sociedade seja no movimento popular sindical, seja no conjunto da sociedade.

É evidente que temos tarefas no Parlamento; há a agenda política do Parlamento e a pauta legislativa. Mas temos potencial tanto para organizar o partido, para estimulá-lo, dos pontos de vista político e cultural, quanto para estimular a sociedade, inclusive para ocupar os meios de comunicação. Concordo com tudo o que disse o Lula sobre os meios de comunicação, mas cada Deputado Federal nosso, com raríssimas exceções, fala em qualquer rádio ou jornal de qualquer cidade brasileira. É evidente que nas capitais e no eixo São Paulo/Rio de Janeiro é mais complexa a questão de acesso aos meios de comunicação de âmbito nacional. Neste primeiro momento, devemos fazer o esforço de pautar e discutir essa questão na bancada.

O País vai viver uma crise que pode transformar-se numa crise político-institucional. Ou seja, o Governo Fernando Henrique Cardoso corre o risco de se deslegitimar. Se observarmos o que está acontecendo, os acordos com o FMI, a insensibilidade social do Governo, as contradições que estão surgindo no empresariado, na coalizão conservadora e o potencial que existe de desagregação no País, com o crescimento do desemprego e dos problemas sociais, é evidente que vamos trabalhar num cenário de instabilidade. Todos aqui sabem que sou daqueles que acreditam que não devemos temer esse cenário.

(O Coordenador faz soar a campainha.)

(Não identificado) - (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não há problema. Quem quer ouvir ouve; quem não quer ouvir não ouve.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Desculpe-me interromper o companheiro. Quem precisar conversar, por obséquio, saia da sala para que os outros possam ouvir a intervenção do companheiro.

(Não identificado) - Chico Amaral, um abraço.

O SR. CHICO AMARAL - Prazer em vê-lo.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Não é nada com relação ao senhor. O Prefeito de Campinas veio nos visitar, e nós o recebemos com muita alegria. Esse era o comentário dos assistentes.

Seja bem-vindo, Sr. Prefeito. (Palmas.)

O SR. JOSÉ DIRCEU - Com as medidas apresentadas pelo Governo, nós, do Congresso Nacional, estamos assistindo à radicalização da política. O Governo vai privatizar a Previdência. Quando o Jorge Bornhausen fala na imprensa em privatizar a PETROBRÁS, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, sabemos que é a única opção que o Governo tem se o País não mudar de modelo e de política econômica. Não há muitas opções para pagar juros e manter essa dependência de capitais externos e o pagamento das dívidas externa e interna do País. Nesse sentido, temos de ter clareza sobre essa conjuntura que vamos viver em 1999.

Hoje, vai haver uma manifestação no Rio de Janeiro; amanhã se reúne em São Paulo o Fórum de Entidades Democráticas e Populares. Estamos encontrando grande dificuldade de mobilização, mas é evidente que existem condições no País para se fazer, por exemplo, no primeiro semestre de 1999, um dia nacional de protesto, se conseguirmos unidade entre os cinco partidos de esquerda e o núcleo das entidades que têm força política no País — a CUT, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a CONTAG, a Central de Movimentos Populares, a CNBB, a OAB e a entidade dos aposentados.

Mas o desafio que temos vai além disso. Estamos chamando a atenção de todos para o problema, estamos tentando retomar o manifesto dos intelectuais que apoiaram o Lula, retomar o conselho político, manter a frente de esquerda e ampliá-la, porque acreditamos ser preciso criar um movimento político nacional em defesa do Brasil que trate da questão nacional junto com as questões democrática e social, que atraia outros setores e personalidades e delinear uma proposta, porque já está ficando claro o esgotamento dessa política e desse modelo. (Pausa.) Isso, porque sou Deputado eleito. Imaginem, se eu fosse só do PT, como seria o desrespeito!

(Não identificado) - (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOSÉ DIRCEU - O segundo congresso está aí, os senhores vão ver como vai ser com os Parlamentares. Podem esperar. Vamos discutir na base do partido o comportamento dos Deputados.

(Não identificado) - Sempre que se discute isso, dói no bolso.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Exatamente.

Portanto, temos de mudar a forma de atuação do partido e de nossas bancadas se quisermos enfrentar a conjuntura que vamos ter em 1999. Espero que possamos pautar isso em fevereiro, de forma organizada. Não podemos perder a oportunidade de sermos agentes — vou fazer uma caricatura, para reforçar a expressão — da agitação e da propaganda que precisamos fazer para despertar o Brasil e criar uma alternativa a este Governo.

Temos discutido com o PSB, com o PCdoB, com o PDT e com o PCB. Reafirmo à bancada nosso objetivo de manter à frente das esquerdas o bloco parlamentar. Precisamos pautar e discutir isso na bancada e no Senado Federal. Já estamos discutindo com Itamar Franco e com Ciro Gomes a oposição ao neoliberalismo e ao Governo Fernando Henrique Cardoso. O Itamar Franco fez uma proposta concreta ao PT para o partido participar do Governo dele. O Diretório Regional de Minas vai analisá-la no dia 21. O Diretório Nacional do PT tomou uma resolução sobre isso, que peço também seja distribuída aos Deputados e Senadores.

Ontem tivemos uma segunda grata surpresa. Como sou mineiro e favorável a participar do Governo, sou suspeito para falar. Itamar Franco, na semana passada, disse que pretende reunir os Governadores de oposição em Minas Gerais, para discutir a reforma tributária, propor um modelo alternativo, e começará a discutir um programa econômico alternativo ao do Fernando Henrique. Também disse que quer se manter independente do Governo, que não vai participar da frente de Governadores, porque é do PMDB, e quer disputar internamente no PMDB, com Roberto Requião e com outros da maioria, mas que vai convidar Olívio Dutra para ir a Minas Gerais, que vai ao Rio Grande do Sul depois dessa reunião e que vai convidar todos os Governadores para se reunirem no Rio Grande do Sul a fim de discutir a guerra fiscal e a privatização do setor energético. Disse ainda que vai pedir a realização de uma CPI sobre a privatização da CEMIG, porque se reproduziu o que aconteceu no leilão da TELEMAR, em Minas Gerais, com o mesmo banco, com os mesmos personagens, com o mesmo intermediário e o mesmo esquema, segundo ele. Disse que não vai permitir a privatização de FURNAS, o que inviabiliza a privatização de todo o setor energético brasileiro. Quem é do setor energético sabe que o Brasil não pode montar uma engenharia de privatização se uma grande usina como FURNAS — na verdade, um complexo; quem conhece sabe — não for privatizada. Isso paralisa toda a privatização.

Concordo com Lula quando diz que é evidente que Itamar Franco está sinalizando que vai fazer oposição, nivelando-se, na linha de disputa política do País, contra o Governo e contra esse modelo, atacando-o no coração, ou seja, a questão da privatização e do FMI, em relação às quais ele é contrário. Itamar apresentou um documento à executiva do PMDB, que peço também seja distribuído à bancada. Não precisa ser tudo junto, porque ninguém vai poder ler tudo. Aliás, a assessoria pode fazer uma ficha técnica do documento, porque esse documento é importante. Estamos falando num documento que ele apresentou na reunião com a direção nacional do PMDB, e é público. É um documento que propõe uma política econômica alternativa para o País e rompe com o modelo atual.

Iniciamos conversa também com o ex-candidato à Presidência da República Ciro Gomes, no mesmo sentido: oposição à política econômica, ao modelo atual e ao Governo Fernando Henrique. É evidente que aí há nuances diferentes, todos sabem: Ciro está no PPS, foi Ministro do Governo. É diferente, não é a mesma situação do ex-Presidente Itamar, que venceu uma eleição e é Governador de Estado, e fez oposição a Fernando Henrique Cardoso e seu partido. Mas estamos começando um processo de discussão que vai ter de se estender ao PPS ou a Ciro Gomes, que, acredito, também tem futuro.

Miguel Arraes perdeu a eleição em Pernambuco e criou-se uma situação política nova no PSB, mas tanto Brizola quanto Arraes têm uma grande preocupação: se não conseguirmos criar, na sociedade, no País, um movimento político nacional, vamos ser prisioneiros de uma correlação de forças e de um sistema político e eleitoral de cartas marcadas que está montado. Infelizmente Lula não pôde estar na reunião com Miguel Arraes, porque perdemos nosso companheiro Juninho de Gramon naquele dia, e fiquei com a responsabilidade de ir. Miguel Arraes não pôde vir a Brasília ontem para uma reunião que tínhamos com ele devido à situação do Estado, que está para enfrentar uma greve geral do funcionalismo. A situação está muito tensa por lá. Todos sabem que greve de Polícia Militar e Polícia Civil cria um estado de instabilidade muito grande, como está acontecendo no Espírito Santo.

Conversamos depois com Brizola. Nós dois fizemos uma viagem à Europa para irmos, como convidados, à Internacional Socialista, e ele expôs a mesma questão. Acredito que, neste momento — é evidente que o PCdoB tem concordância com isso —, exista entre nós unidade de avaliação do momento que vamos viver, de como fazer oposição e por onde começá-la.

É evidente que o papel dos sete Governadores vai ser fundamental, principalmente o do Rio Grande do Sul. Chamo a atenção para isto: vão usar o Rio Grande do Sul — a direita já o está fazendo — numa tentativa de desestabilizar o Governo. É isso que faz Antônio Britto ao se recusar a fazer a transição e ao aprovar na Assembléia (ele, que sempre pousou de democrata, agora está mostrando sua verdadeira face) tudo aquilo que foi derrotado nas urnas. Imaginem se fizéssemos isso! Imaginem se o PT perdesse uma eleição e, tendo maioria numa Assembléia, numa Câmara, começasse a aprovar projetos de lei sobre questões às quais o eleitorado

disse "não"! Fariam o **impeachment** do nosso Prefeito ou Governador no mesmo instante. Mas Britto, que pousou de democrata esse tempo todo, adota uma linha de ação para inviabilizar e desestabilizar o Governo, até porque está assumindo compromissos de renúncia fiscal que são inviáveis.

Então, é evidente que a disputa política a se travar no País vai acontecer no Rio Grande do Sul. É lá que o PT tem o maior nível de organização e de experiência político-administrativa; é lá que estamos elegendos um Governador que foi Prefeito e tem um quadro de grande experiência em política sindical e partidária, e é lá que podemos fazer uma experiência de Governo que pode dar uma diferenciação clara para a sociedade, inclusive cultural, não só política — pode mostrar que tipo de sociedade pensamos para o Brasil.

É claro que é importante o que vamos fazer no Mato Grosso do Sul, porque é um Estado que tem outra característica. É importante enfrentar esse desafio, no Acre, em Alagoas, no Amapá, continuando o Governo. E temos o desafio do Rio de Janeiro, que não é pouca coisa, é um desafio complexo, politicamente falando. Todos sabem o que estou dizendo. É um desafio que temos pela frente, até porque o partido não está unido no Rio de Janeiro. É um problema que vamos ter de saber equacionar em 1999 ao governar o Estado do Rio na coalizão de que vamos participar com o PCdoB, PSB, PDT e PCB. É o desafio que temos. Temos uma agenda muito rica para 1999.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - José Dirceu, permita-me uma pequena interferência. Pediria que analisasse, em sua avaliação de conjuntura, dois temas: o primeiro, muito imediato, é a disputa para a Mesa da Câmara e do Senado — acho que temos de tirar uma posição neste seminário; o segundo é o quadro político nacional a partir da enfermidade do Governador de São Paulo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Temos um assunto para discutir que precisa ser aprofundado: o nível de contradição que existe no Governo com relação ao modelo monetarista e desenvolvimentista. Até onde o pequeno e médio empresário brasileiro e uma parte do empresariado vão suportar esse caminho que o Governo está seguindo?

Ontem estavam dizendo que o Senador Fernando Bezerra ia fazer um pronunciamento no Senado Federal. A Senadora Marina Silva está presente. Ele fez o pronunciamento? (Pausa.) Marcílio está dizendo que sim. Digo isso porque, quando o Governo puxou de 11 para 18 a taxa de longo prazo, todos perguntaram o que estava acontecendo, se Gustavo Franco seria mantido, se havia contradições reais, se elas tinham potencialidade. Mas vocês sabem que política econômica não morre de política econômica; ela morre de crise política, de luta social. É experiência nossa na ditadura. Vamos lembrar como foi a transição da ditadura e o esgotamento de seu modelo, como foi inviável administrá-lo depois, e ele arrastou-se no País, de 1985 a 1994, sem hegemonia, sem definição e sem rumo. O rumo que deram foi esse. Temos de analisar isso, porque envolve a questão de se devemos entrar ou não na disputa da Mesa da Câmara e do Senado e qual o nível de disputa que vamos ter de fazer nesse patamar. São as contradições dentro do PSDB e entre o PSDB e o PFL; é um tema novo que está surgindo.

Muitos aqui conhecem minha posição pública. Fiquei bem na retranca em São Paulo, no segundo turno; até viajei mais para outros Estados para não constranger ninguém, porque muitos companheiros, com autorização da direção estadual, declararam voto a Mário Covas.

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - Mas isso não é sinal de que o partido estava dividido em São Paulo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Nessa questão, em São Paulo, o partido estava dividido. O problema é que a direção tomou, por maioria, a posição de permitir a declaração de voto. Por isso, deixou de ser uma dissensão, na medida em que esse voto estava aprovado pelo Diretório Estadual. Os líderes dos partidos, os Prefeitos, os Deputados, os militantes, todos podiam declarar o voto.

Mas é evidente que está evoluindo um embate político entre Antonio Carlos Magalhães e Mário Covas, por exemplo. ACM, como eu disse, é a sombra da República, e isso macula qualquer democracia. Mas é uma sombra que Fernando Henrique aceita de bom gosto, todos sabemos. Nós só precisaríamos virar essa página do País, e estão aqui Nelson Pelegrino, Pinheiro e o nosso Deputado Waldir Pires, que não me deixam sozinho quando digo isso. Mas acredito que devemos analisar isso e entrar nessa disputa política, porque o empresariado vai dissentir cada vez mais do Governo.

Eu e Lula viajamos com um empresário médio de Santa Catarina, da área de metalurgia, utensílios, móveis etc., que disse que ia quebrar. Além do problema do juro alto, da concorrência internacional, da política tributária, agora existe o crime organizado. Hoje, roubam-se no Brasil dezenas de caminhões por semana para levar para os países do MERCOSUL ou para a Bolívia. O País inclusive está sem ordem na fronteira, e o crime alastra-se em todos os níveis.

Essa questão precisa ser bem discutida para haver unidade entre nós. Toda vez que discutimos aliança e disputa no campo do adversário e de suas contradições, se não dermos segurança para nossa militância, para o conjunto do partido, de que temos política própria, cara própria e objetivos claros, criamos divisão no partido, porque começa a discussão de que estamos abrindo mão de programa, de ponto de vista, de nossa independência. É bom fazer uma discussão transparente na bancada e nas direções do partido.

Sou favorável, todos sabem, não só a se manter a frente de esquerda mas também a ampliá-la, e ainda a entrarmos nessa disputa. Falo até com autoridade, porque, no caso de Mário Covas, não só disputei uma eleição com ele em 1994 como agora tive uma posição diferente da que venceu no partido, ainda que não seja um dia adequado para falar sobre isso, porque o que desejamos, evidentemente, é que o Governador Mário Covas se restabeleça, visto estar vivendo um momento difícil em sua vida, para ele e para sua família.

Estou fazendo uma análise política do que aconteceu no Estado de São Paulo.

Por fim, chamo a atenção para o segundo congresso do partido. Se os Deputados e Deputadas, nossos Senadores e Senadoras não entrarem na discussão e na elaboração política, não percorrerem as cidades e regiões, não haverá segundo congresso. É evidente. Temos uma responsabilidade grande. Se queremos fazer um segundo congresso, temos de fazê-lo com debate democrático, com opções claras para os filiados e regras democráticas claras, senão não vale a pena. Para que vamos perder o ano inteiro fazendo uma simulação? Vamos fazer uma discussão política profunda, porque os impasses que o partido vive são muitos. Temos um problema seriíssimo de organização, como todos sabem. Essa campanha eleitoral tem de ser a última, assim como não se pode repetir uma série de práticas que tivemos na última campanha. Lula falou sobre isso.

O partido tem graves problemas estruturais e financeiros. Temos dilemas políticos para resolver; a política de alianças é o menor deles. E temos uma tarefa dupla. A não ser que os diretórios nacionais, as lideranças do partido e a militância sinalizem em outro sentido, vamos eleger a direção junto com o debate político do Congresso, que vai ocorrer em novembro. Vamos renovar as direções municipais em agosto, as estaduais em outubro e a direção nacional em novembro. Além de renovar a direção nacional, vamos aprovar um estatuto e o regimento e discutir teses políticas.

Não é pouco o que vamos fazer em 1999. E será um ano em que, pela primeira vez, estaremos governando Estados importantes, no caso três Estados ou sete, além de Alagoas, Rio, Amapá e Minas Gerais, e vamos viver uma profunda crise social. O que vem por aí de desemprego e crise social... Achar que não vai acontecer nada no Brasil é achar que o Brasil não é o Brasil e o mundo não é o mundo, a não ser que não queiramos que aconteça. Como quero que aconteça — creio que todos aqui também —, vamos ter um verão quente no País. Temos de trabalhar para o País se mexer.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - José Dirceu, permita-me um aparte. Acho importante precisar isso, porque pode-se criar um mal entendido, o que não é conveniente. Quando você diz que os Deputados participarem do congresso é absolutamente necessário, evidentemente você não está transportando a discussão do Congresso para a bancada. A tarefa da bancada no confronto com Fernando Henrique Cardoso estabelece um tipo de unidade que pode ser prejudicada se se colocar a discussão do Congresso na bancada. Trata-se do Deputado como delegado ou candidato a tal, que deve cumprir seu dever de militante.

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - José Dirceu, sugiro que encerre para abrimos as intervenções.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Milton tem razão. Foi bom ele ter destacado isso e ter-me corrigido, já que deixei a idéia malparada.

Esclareço que estou chamando a atenção para darmos um papel à discussão nos diretórios, nas cidades, nas categorias, na imprensa. Temos de buscar uma unidade na bancada para trabalhar do ponto de vista legislativo e na oposição ao Governo. Sou totalmente favorável a isso. Sempre sou favorável à unidade. Se sou favorável a uma aliança tão ampla assim, só falta eu não o ser dentro do partido. Seria uma contradição, ao contrário do que muitos imaginam.

O que eu gostaria de abordar era basicamente isso.

Desejo a todos nós, depois desta reunião e do encerramento do Congresso, um feliz Natal; por que não? Apesar de eu ser agnóstico, feliz Natal para todos nós e

próspero Ano Novo, como diz o povo. Um 1999 cheio de paz e saúde. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - Bem, pessoal, pela pauta distribuída, quero observar que estamos atrasados já bastante tempo. O que eu tinha combinado com Déda antes de ele sair foi que permitiríamos dez intervenções, cada uma de quatro minutos, mais ou menos, sobre esse tema, para que pudéssemos ouvir, ainda antes do almoço, pelo menos as intervenções de Milton, de Genoíno e de Marina. É uma exigência do tempo.

Aos atuais Deputados que ainda não marcaram presença solicita-se fazê-lo para que a sessão não caia. Não é preciso todos irem ao mesmo tempo; vai uma turma, volta, vai outra turma, para se manter o **quorum** aqui na reunião também. Pode ser, companheiros? Vamos abrir a palavra para dez intervenções, depois ouviremos as exposições dos três companheiros.

Estão abertas as inscrições. Quem quer iniciar? Onde está Milton Temer?

(Não identificado.) - Encerra-se a discussão por falta de oradores.

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado.

Vamos passar para o próximo ponto.

Todos se sentem contemplados com as três intervenções? Podemos passar para o próximo? Tudo bem, pessoal? Vamos lá. Bancada paulista, o lado paulista, tudo bem? José Dirceu, Lula e Gushiken.

Desfaço esta Mesa e convido os companheiros José Genoíno, Milton Temer e a nossa Senadora Marina Silva a virem para a mesa, a fim de fazermos o debate do segundo tema.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - Vamos lá, pessoal! Onde estão? Marina, venha compor a Mesa. (Palmas e apupos da platéia.) Sinto-me muito incomodado com isso, mas, com a ajuda de Sergipe, através do juiz...

(Não identificado.) - Só precisava do empate, mesmo; só precisava do empate.

(Tumulto na platéia.)

(Não identificado.) - O juiz roubou. Foi roubo, Lula.

(Tumulto na platéia.)

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - Bem, companheiros, é o seguinte: primeiro, vamos pedir silêncio para que possamos ouvir os três companheiros. Vou repetir o pedido de Déda: os companheiros que precisarem conversar poderão sair da sala, conversar tranquilamente, depois retornar.

(O Coordenador faz soar a campainha.)

A SRA. SENADORA MARINA SILVA - Vou apresentar a seguinte sugestão: não é "Marina, comece". Eu acho que o Plenário está... Não, não é assim, não.

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - Espere aí, Marina.

A SRA. SENADORA MARINA SILVA - Não é assim, não. Eu acho que o Plenário está um pouco desagregado. José Dirceu teve grande dificuldade para começar a falar. Sugiro que comece alguém que tenha mais condição de agregar o plenário.

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - Vamos começar com o companheiro Milton Temer. Vão falar Milton, Marina e depois Genoíno.

Pessoal, vou insistir em que façamos silêncio. Houve uns minutos de recreio; daqui a pouco vamos suspender para o almoço; então, vamos tentar fazer silêncio para ouvir, principalmente em reuniões aqui dentro. Vamos tentar evitar isso.

Está com a palavra o companheiro Milton Temer.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Fica claro para todos que, quando se promove um debate, promove-se, evidentemente, um confronto de idéias. É claro que todos querem primeiro ouvir aqueles que têm idéias do contraponto para depois fazerem sua expressão. Mas, diante do argumento de Marina de que é preciso que alguém comece, senão não haverá maior concentração, proponho-me ao sacrifício. Eu vou começar, não há problema.

Eu tenho a impressão de que a discussão sobre a ação parlamentar em grande parte já foi iniciada e encaminhada, e até recebeu propostas concretas no debate inicial, principalmente naquilo que Lula e José Dirceu disseram.

Quero dizer que tenho quase identidade absoluta com o conjunto de coisas que foram ditas aqui em termos de análise de conjuntura — e disse a José Dirceu. Só não concordo com José Dirceu quando ele diz que governamos sete Estados, porque estamos assumindo responsabilidades que não são corretas. Nós governamos três Estados e participamos da administração de mais quatro, como aliados, evidentemente, onde haverá disputa, haverá diferença, porque existem problemas na frente de esquerda.

Evidentemente não é correto considerar que olhamos a forma com que o partido terá de dar cobertura a... (corte na gravação) Olívio, Zeca e Jorge Viana nos mesmos termos em que terá de dar aos outros. Faremos um trabalho de consolidação e de garantia de que esses nossos outros aliados se manterão no campo que marca aquilo que foi, no meu modo de ver, o eixo fundamental da campanha de Lula e que permitiu — aí, eu dou o "pitaco" fundamental para aquilo que estrutura nosso movimento este ano — estabelecer para a instalação da bancada de 1998 um grau qualitativamente distinto daquele estabelecido para a instalação da bancada de 1994.

Por que isso? Porque hoje existe uma unidade partidária em relação à análise de conjuntura e à definição dos adversários fundamentais que temos de enfrentar que não havia em 1994. Todos se lembram perfeitamente do primeiro diretório, em 1994, quando se debateu a questão da privatização e de como a coisa foi quente.

Todos se lembram do diretório em 1994, de como se discutia a forma de se relacionar, e ainda havia a perspectiva das possibilidades de separação do Governo

Fernando Henrique Cardoso de sua base eleitoral fundamental, que era o PFL.

Acho que os quatro primeiros anos de Fernando Henrique Cardoso não fizeram outra coisa senão comprovar o que está sendo dito por todo o mundo. Aliás, é recomendável que os Deputados que entram freqüentemente essa banca de venda de livros que existe aqui, onde há uma coleção de livros da Universidade de Brasília e principalmente essa coleção "Zero à Esquerda", que, no meu modo de ver, são excelentes, para que nossas formulações teóricas encontrem a adaptação justa para os tempos em que nós vivemos.

Hoje não há nenhuma dúvida entre nós de que Fernando Henrique Cardoso, em sua aplicação da modernidade associada e dependente, igualou-se a tudo aquilo que são os governos dos ditos países emergentes. É evidente também para nós todos — ninguém tem dúvida, e já está em toda a literatura internacional — o caráter da crise estrutural que o capitalismo vive em sua etapa atual; mas também é evidente que a forma de se inserir na disputa da hegemonia do contraponto dessa crise não é a mesma em todos os países e que nós todos temos clareza de que a argumentação do Governo Fernando Henrique Cardoso de que o Brasil não poderia viver uma situação diferente em função da crise internacional é uma falácia absoluta.

Em meu modo de ver, isso mostra que o eixo da ação parlamentar, embora encontre uma realidade do ponto de vista... Fôssemos nós Governo, tivéssemos tido a felicidade de eleger Lula Presidente, teríamos encontrado uma dificuldade muito grande, em função da absoluta predação dos instrumentos essenciais de construção de uma política econômica alternativa a essa que está aí. Não temos dúvida de que esse quadro conjuntural, enquanto somos de Oposição, é muito mais favorável para nós como bancada agora do que foi em 1994. E já estão aparecendo os sintomas concretos desse quadro ao analisarmos o que ocorreu nas duas últimas semanas, especificamente na discussão das medidas provisórias que o Governo apresentou na área da Previdência.

É preciso deixar claro: nós não fizemos um acordo com o Governo em que todo o mundo ganhou, coisa nenhuma. E eu retomo uma interpretação que Lula dá, de forma muito correta, à maneira como se tenta ler — principalmente algumas colunas — o resultado sempre bom para o Governo, em qualquer movimento que se faça. É preciso deixar claro: o Governo foi derrotado pela Oposição nesta semana. Era uma exigência.

Para o PT, não é problema nenhum discutir a separação da filantropia da "pilantrópia". Não houvesse emendas constitucionais derrotadas parcialmente na Comissão de Constituição e Justiça... Eu e Genoíno enfrentamos no primeiro ano a discussão de luta contra as isenções, proposta pela emenda de Eduardo Jorge, que foi derrotada, isolada, enfim. Fazia-se até mesmo a defesa da Golden Cross lá.

O PT tinha uma posição sobre isso. E quando deixamos claro que separassem a questão das filantrópicas da restante reforma da Previdência que, por medida provisória, estão tentando impor-nos, caso contrário votaríamos contra, impusemos não apenas uma questão de método, mas uma vitória política, porque o que interessava ao Governo não era a questão da filantrópica; as filantrópicas estavam ali para que houvesse uma negociação de construção na base do Governo de apoio às medidas perversas embutidas no resto da medida provisória.

Não houve o acordo, a aproximação e a criação da idéia, como alguns pretendem, de que agora a Oposição conversa com o Governo. Não. A Oposição ganhou o Governo porque partiu para o confronto sem abrir mão de princípios, respondendo fundamentalmente a uma exigência da sociedade na questão da Previdência. Essa exigência da sociedade, no meu modo de ver — e acredito que José Dirceu e Lula já expressaram de forma substantiva esse assunto —, vai radicalizar-se no ano que entra. Se, por um lado, o Governo e a sua bancada — e refiro-me especificamente ao PSDB — fazem movimentos com respeito à necessidade de mudar o eixo da aliança do PSDB, haja vista a entrevista de Janot ontem ao **Jornal do Brasil**, por outro, a verdade é que os mentores essenciais da política do PSDB, que estão na área econômica, impedem que isso aconteça. Hoje, na **Folha de S.Paulo**, mais uma notícia deixa claro que não há discussão de taxa de juros no Brasil sem que haja acordo com o FMI sobre o momento de reduzi-la ou não, porque o FMI não vai fazer uma monitoração rotineira de três em três meses, mas sim uma monitoração permanente das ações do Governo.

Objetivamente, mais algumas questões vão surgir nesse campo social, além das perversidades que o Governo vai operar com o crescimento do desemprego, que não nos é obrigatoriamente favorável. O crescimento do desemprego só nos será favorável se tivermos a capacidade de unidade. E aí retomo o que foi dito por Lula: é verdade, sim, que a fragmentação desse modelo causa desmobilização. Não se trata só de um problema de lideranças sindicais acomodadas, mas da realidade objetiva que tira da luta social pessoas que pensam: "é melhor eu garantir meu emprego do que ir para a greve e ser demitido; eu faço qualquer concessão para continuar trabalhando". A indignidade que cai sobre o trabalhador na qualidade de desempregado o assusta mais do que a perda salarial. Portanto, o desemprego não nos é obrigatoriamente favorável, mas será se tivermos a capacidade de transmitir à sociedade, segundo nossa posição absoluta e radical de combate ao modelo, uma alternativa de construção de um modelo que incorporará as massas que hoje estão sendo oprimidas. Estou plenamente de acordo com isso. Não existe incompatibilidade entre uma atitude propositiva da bancada e uma atitude de oposição ativa e radical. Tenho a impressão de que, na atual conjuntura, essa é a linha de convergência possível.

E digo mais: eu gostaria de considerar também o contexto internacional em que estamos operando. Não é um contexto internacional, digamos, favorável ao País, objetivamente. Enfim, não existem referências no campo internacional que nos favoreçam. O que existe é apenas a degradação crescente do modelo que tentam impor-nos. E como é que se sai disso no campo internacional?

Alain Touraine, na **Folha de S.Paulo** de domingo, também mostrou claramente, para acabar com algumas ilusões nossas, as diferenças fundamentais que existem nas concepções de terceiras vias. Alain Touraine já está inventando uma quarta, porque a terceira via existente hoje é uma composição de centro-direita, e ele compara as propostas de Tony Blair com as de Fernando Henrique Cardoso.

Outra coisa que devemos acompanhar no plano internacional são os combates dentro do Partido Trabalhista inglês na disputa pela Prefeitura de Londres. Um maluco como o Sr. Levingston, candidato com força popular, se não obtiver apoio do Partido Trabalhista inglês sairá como candidato próprio em Londres. O Sr. Levingston tem uma postura radical quanto à recuperação das categorias fundamentais do Partido Trabalhista no enfrentamento da crise jogando no agravamento do quadro internacional, porque essa crise vai refletir-se na Inglaterra. Segundo o nosso ponto de vista, isso também promoverá várias discussões no ano que entra. Evidentemente, a ação parlamentar não está descolada, sem que isso represente disputa de Congresso, do partido que queremos. E queremos, sim, ser um partido. Ai tenho uma divergência com Lula: nós não somos o único partido organizado do País. O PFL é extremamente organizado, pela direita. Nós somos o único partido com marca de integração total com a sociedade no campo da Oposição, e por isso somos hegemônicos, sem nenhum desrespeito pelos outros; pelo contrário, entendo até que nossa operação não seria nada sem a ação conjunta com os outros partidos de oposição.

Mas digo uma coisa, pelo menos no que se refere à minha experiência pessoal: para nós seria muito mais eficaz, já que estamos falando em ação parlamentar, que o Bloco da Oposição, guardando as individualidades das Lideranças, não só da Liderança do PT, pudesse manifestar as suas próprias posições e mostrar que o Bloco não é um constrangimento formal, mas uma identidade de caminhos no enfrentamento do Governo Fernando Henrique Cardoso. Acho que José Machado foi sacrificado, nesse aspecto. Quando formamos o Bloco unitário, com Lideranças em rodízio, ninguém sabia na ocasião sequer quem era o Líder, porque um mês ele era do PCdoB, no outro do PDT, outras vezes do PSB, o que gerou uma insatisfação com relação à impossibilidade da afirmação da Liderança de cada partido nesse combate. Isso está podendo ser feito agora, de forma bizarra: os choques entre os partidos de oposição são muito menores hoje, como foram também durante o combate à primeira fase do Governo Fernando Henrique Cardoso, do que quando o Bloco esteve unido formalmente. Portanto, é bom preservarmos, na ação parlamentar, o nosso espaço, e mantermos a relação de escolha de família, e não de família imposta, esse tipo de relação que se permite com os demais partidos do campo democrático e progressista.

Termo dizendo o seguinte: nossa agenda do próximo ano apresenta, evidentemente, esses pontos que é importante considerar, porque determinam quais são as nossas possibilidades de fazer uma aliança com o movimento social. Mas não devemos guardar ilusões. Ninguém que está chegando agora é político de primeira linha. Quem não foi Deputado Federal, ou foi Deputado Estadual, ou foi Prefeito; portanto, tem clareza suficiente de quais são as limitações individuais de cada

Deputado dentro de um regime presidencialista que opera fundamentalmente por medidas provisórias. Nesse quadro, ninguém pode guardar a expectativa da frustração por não poder traduzir na prática questões concretas daquilo que pensa propor para mudar a sociedade brasileira. Isso quem fará é o partido. O papel, no meu modo de ver fundamental, que os Deputados vão individualmente realizar será o de resistência, sim, em cada Comissão, porque somos minoria em todas elas, constrangendo e impedindo que a direita imponha rolo compressor em questões inaceitáveis e de princípio. Isso é possível fazer, mas será muito difícil aprovar projetos que representem ataques frontais ao interesse da direita. Vai ser difícil defender tudo aquilo que não tiver um movimento social por trás.

O Governo passa a operar não fundamentalmente por emendas, pois as emendas à Constituição que vêm aí são a da reforma política e a da reforma tributária, que estão na alça, além da regulamentação da reforma administrativa, que é uma questão séria, para a qual já existem três projetos de lei tramitando, além de mais uns oito, com uma série de pontos a serem regulamentados. A própria reforma da Previdência ainda depende de uma série de regulamentações.

Vejam que bizarro: nós da esquerda passamos dez anos tentando fazer a regulamentação do art. 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro, e demo-nos conta, no último ano, que se aprovássemos a lei ela desregulamentaria o artigo da Constituição, porque a direita tem maioria nesta Casa para aprovar uma lei complementar que desregulamenta o sistema financeiro privado, opera pela lógica do controle do Banco Central pelos grandes capitais e promove a liquidação total do controle social sobre essa área fundamental para nós.

Portanto, a discussão de leis complementares também não será fácil para nós. Tudo dependerá da mobilização da sociedade, e digo da sociedade porque a mobilização social é muito mais ampla do que própria mobilização sindical para o combate aqui dentro. Um fato é concreto: como grande parte dos Deputados Federais eleitos agora são candidatos a Prefeito no ano que vem, é possível atuar naquilo que incomoda o cidadão individualmente. Nesse sentido, a discussão da reforma administrativa e a regulamentação da reforma da Previdência são pontos bastante favoráveis para nós. Mas há um problema: o término desse projeto com o radicalismo nas privatizações. Vão jogar pesado. As leis que permitem as privatizações já estão aprovadas. Isso não depende mais de nós. No entanto, é uma questão fundamental, caso pensemos num governo alternativo, popular e democrático para 2002. Eles já dispõem de instrumentos para radicalizar as privatizações. E agora, com a Lei das Telecomunicações, passaram por cima da Constituição, quando o Supremo Tribunal Federal declarou que a lei complementar satisfazia a exigência constitucional de, para criação ou eliminação de empresas públicas, haver lei específica. Uma lei complementar serviu para tudo. Portanto, esse é um combate sério que devemos travar e que depende da nossa mobilização.

Há ainda a questão fundamental da área rural. Em que termos este Governo que entra vai radicalizar? Jorge Bornhausen já está dizendo hoje em entrevista que o que diferencia a aplicação de investimentos na agricultura no Brasil e na Argentina, segundo um amigo particular dele, é que lá não existe um MST. Ainda bem que o Brasil tem. E precisamos reativar aquilo que o MST fez há dois anos, um dos momentos de abalo da estrutura de poder absoluto de Fernando Henrique Cardoso.

Do ponto de vista do próprio Poder Executivo — e aí concordo inteiramente com o que José Dirceu disse —, a legitimidade, não a legalidade, para mergulhar de maneira açodada nas medidas provisórias vai diminuir. Até agora foi tudo nessa base. Este Congresso não legislou e mal fiscalizou, porque as Comissões Parlamentares de Inquérito que tratariam de questões fundamentais como o sistema financeiro privado, as privatizações anteriores e agora a venda das empresas de telecomunicações sequer conseguiram as assinaturas necessárias para sua instalação. O Governo administra os Parlamentares para impedir isso.

Do ponto de vista da bancada — e foi por isso que fiz aquela observação, José Dirceu — acho que existe uma perspectiva positiva para nós. Existe entre nós uma unidade, seguramente, na análise da conjuntura e na análise da alternativa de casamento hoje. Acho que não existe contestação entre radical, oposição e apresentação de propostas alternativas simultâneas nossas, que permitam a celebração de um acordo que pode manifestar-se de várias formas e facilitar, se houver bom senso, a discussão em torno de irmos ou não para a Mesa, apresentarmos ou não candidato de consenso para a Liderança, enfim, coisas desse gênero. Eu concluo chamando a atenção de todos para essa questão da formação da Mesa e o grande cuidado que devemos ter. Tenho muito medo da operação alternativa do PSDB. Prefiro, por exemplo, que na formação da Mesa surja uma alternativa no campo de Michel Temer. De brincadeira, começamos uma discussão com Deputados próximos à área — e isso nem foi divulgado, nem sei se a imprensa já falou nisso — sobre a possibilidade de se apresentar ao Plenário uma alternativa de candidatura à Presidência da Mesa, em substituição ao Deputado Michel Temer, como Rita Camata. Quem sabe? Talvez isso possa gerar uma discussão muito mais profícua do que aquela de se vamos ou não apoiar Aloysio Nunes Ferreira, que é meu amigo há trinta anos — quem foi Deputado Estadual quando ele foi Presidente da Assembléia sabe a competência, a capacidade, a gentileza, a educação e o fino trato que ele tem na operação da truculência, do trator, em favor dos interesses da maioria, sem grito, sem nada. Ele passa o trator pedindo desculpas, diferentemente daqueles que passam o trator nos humilhando. Ele pede desculpas e atropela.

Portanto, é melhor pensarmos da seguinte forma: na perspectiva de se radicalizar a afirmação de Itamar Franco, no aprofundamento desse campo, o Governo de Minas Gerais será essencial, na discussão do equilíbrio desta Casa. E para mim hoje esse é um dado fundamental, desde que tenhamos claro que há três Governos com os quais o PT é absolutamente solidário e quatro de que participa enquanto corresponderem às expectativas e promessas que fizeram durante a campanha.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) Com a palavra a companheira Marina.

A SRA. SENADORA MARINA SILVA - Bom dia a todos. O companheiro Milton Temer já disse que geralmente a gente vai a um debate para apresentar pontos de vistas diferentes. Minha participação não é necessariamente para trazer um ponto de vista diferente do dos meus colegas de Mesa, mas — quem sabe? — até um ponto de vista que nem tenha sido trazido, e talvez por isso eu esteja aqui.

Quando me foi passada a incumbência, pela bancada do Senado Federal, de participar deste Seminário que está sendo organizado pelas Lideranças da Câmara e do Senado e pelas Secretarias de Assuntos Institucionais, cujo tema é "A Ação Parlamentar e a Definição de uma Agenda de Atuação para o PT", fiquei pensando em como definir uma agenda de atuação para o PT, num espaço em que estamos os Deputados e os Senadores antigos, com a chegada dos novos. Que tipo de contribuição eu poderia dar à nossa bancada, num momento tão importante como este da vida do nosso partido? Pensei e disse a mim mesma: "Seja o que Deus quiser".

Eu gostaria de começar com uma reflexão: estes encontros entre nós são muito importantes — sejam os nossos congressos e seminários, seja o encontro da nossa bancada e mesmo as reuniões do nosso partido nas suas instâncias deliberativas —, mas temos de ter muito cuidado para que não se transformem em espaços **pro forma** onde nos reunimos e debatemos, e depois cada um volta para casa fazendo exatamente o que sempre fez, como sempre fez, sem levar em conta aquilo que foi discutido no encontro como uma referência para a sua ação, ainda que não concorde com isso. Esta é uma preocupação.

Estou aqui há quatro anos e já participei de vários encontros, pois sempre que há uma bancada nova realiza-se um encontro, e assim por diante. Considero muito importante a nossa preocupação com o cotidiano político do partido, que foi agora muito bem avivado com as palavras de Milton Temer. Mas talvez a contribuição que eu esteja trazendo para cá seja bem diferente.

Eu gostaria de começar dizendo que sou uma inveterada contadora de "causos". Completam-se agora dez anos do assassinato de Chico Mendes. Aliás, hoje fiz um café da manhã em homenagem a ele, com coisas típicas da Amazônia. Acho que ainda há bastante lá no Senado, e estão todos convidados. Mas Toninho Alves, um jornalista amigo meu, contou-me certa vez algo muito interessante, que tem a ver com o problema que o PT está vivendo hoje. Existe uma árvore na Amazônia que nasce na barranca do rio. A água que ali vai passando cava o barro. Como a árvore tem raízes bastante horizontais — não são profundas —, ela vai ficando, ficando, mas todo mundo sabe que num determinado momento ela vai cair. A gente vê o buraco embaixo, as raízes, e a árvore cai daí a alguns dias, com as primeiras chuvas.

O que resulta disso tudo? Ela simplesmente floresce. Toninho disse que perguntou a um outro jornalista veterano chamado Aloísio Maia por que sempre que acontece isso a árvore floresce. Ele respondeu da seguinte forma: "Ela sabe que vai morrer e na tentativa de continuar viva lança flores para deitar suas sementes sobre a terra".

A meu ver, o movimento de esquerda, os partidos de Oposição, nosso partido, por incrível que pareça, vive o momento em que a água começa a cavar embaixo das raízes da nossa árvore. Não ouvi todas as palavras de Lula, mas a preocupação dos colegas que me antecederam vai sempre apontando no rumo de que chegou o momento de, ao discutirmos uma agenda para o PT, pensarmos em colocar dentro dessa agenda aquilo que é mais importante: o próprio PT. Daí dependerá toda e qualquer elaboração política que seremos capazes de fazer para responder a problemas tais como a reforma política, a reforma tributária ou até mesmo um projeto global do partido, disponibilizando aquilo que desejamos para o nosso País.

Manifesto-me desta maneira para dizer que não vou entrar no tema político, como meus colegas vão fazer — um até já fez, e outro vai fazer, com muita competência —, mas sim naquilo que eu possa trazer com algum sentimento para esta conversa com os companheiros, que é a forma como o nosso partido tem agido na condução desses temas. Considero todos muito importantes, mas, num momento em que estamos vivendo uma crise política no partido, uma crise de perspectivas, precisamos colocar como ponto fundamental da agenda do PT o próprio PT. Nesse sentido, a bancada tem uma contribuição a oferecer, assim como as instâncias do partido e o movimento social, de uma forma geral.

As coisas que vou dizer podem parecer muito óbvias, e não digo isso por falsa modéstia. Aliás, tenho um conceito sobre obviedade: ao invés de modéstia, acho que é prepotência, porque a obviedade é às vezes o disfarce da sabedoria.

O PT surgiu num momento em que havia um movimento social eferescente — sindical, estudantil, das lideranças eclesiais, e assim por diante. Só que ele nasce tangenciado por valores que estavam referenciados numa estrutura concreta, historicamente determinada, que era a nossa luta de resistência contra a ditadura. Qual era o valor que impulsionava a sociedade brasileira e todos esses movimentos para a sua organização e ação? Era exatamente o desejo de liberdade: liberdade partidária, liberdade política, de autonomia sindical, estudantil. A juventude arrebatava a camisa e lutava por liberdade. Esses eram os valores que impulsionavam toda essa força social que serviu de base, de tessitura política para o nosso partido.

Outro aspecto, que aliás o Prof. Cristovam Buarque já deve ter apontado inúmeras vezes, com uma reflexão fantástica sobre os valores como mola propulsora de qualquer processo político: na Idade Antiga, os valores que impulsionavam a Grécia eram os do conhecimento. Todo o mundo — os cidadãos, não os escravos; os que viviam na **polis** ansiava por conhecimento. Era isso o que impulsionava aquela civilização. Na Idade Média, o maior valor que impulsionava aquela civilização era o desejo da santidade. Todos nós sabemos disso, não sabemos? O Padre Roque sabe. Todo mundo queria ser santo. Na nossa sociedade moderna, qual é o principal valor que nos impulsiona? Ficamos calados, não temos certeza ainda, mas deixou de ser um valor do tipo que apresentei anteriormente, citando o Prof. Cristovam, e passou a ser uma forma perversa de relação com o mundo e com as pessoas. Não somos sábios, como na Idade Antiga, nem somos santos, como na Idade Média, mas temos de ser alguma coisa. Já que não somos, temos de ter algo. Então, os valores da nossa civilização são os valores do "ter", em detrimento do "ser". São esses os valores que impulsionam a nossa civilização.

É em cima desse grande eixo que as forças sociais foram organizando-se. No caso da formação do PT, esse valor de liberdade que estava por baixo de todas as ações dos movimentos sociais, seja da sociedade de um modo geral, seja do movimento sindical, confundiu-se com a própria criação do partido. Não sabemos se o PT é

que ia para dentro dos movimentos, ou se os movimentos é que foram para dentro do PT. Mas essa realidade mudou, e mudou de forma cabal.

Os valores que impulsionavam esse sentimento de liberdade não existem mais como realidade concreta. Não existe mais a ditadura, muito embora ainda exista a exploração. Mas exploração também existia na Idade Média e na Antiguidade Clássica. Os valores mudaram, a realidade mudou, e hoje há movimentos sociais que concretamente se articulam em novas bases. Quais são essas bases? São bases referenciadas em maior autonomia. Hoje, os movimentos sociais, embora arrefecidos, também estão mais diversificados.

Na Amazônia, falamos muito em biodiversidade. Há uma diversidade cultural, social, de movimento, que vai desde a questão ambiental à indígena, desde a questão dos direitos humanos à questão do gênero, uma série de ações que perpassam o tecido social. Só que essas organizações, independentemente do sindicato do companheiro Lula, que se dispôs a ir até o PT dizer que tudo o que o sindicato fez era o PT; diferentemente do movimento das comunidades eclesiais de base, que se dispôs a ir até o PT dizer que tudo o que as Comunidades de Base fizeram eram ações do PT, e vice-versa, hoje não estão mais dispostas a fazer isso. Não existe mais o cavalheirismo de dizer "Isto que estou fazendo na minha ONG é o PT" ou "Isso que eu estou fazendo na minha cooperativa é o PT".

A liberdade gerou também novas ansiedades, gerou nas pessoas o desejo de ter casa, telefone, endereço, e agir conforme sua própria cara. Talvez seja isso o que o nosso partido, ao se debruçar sobre uma agenda, pensando em si mesmo como parte dessa agenda, tenha de compreender para que não fiquemos angustiados com o nosso desejo de ficar tirando resolução após resolução, dizendo que temos de ir para as bases do movimento estudantil, ir para as bases do movimento sindical, como se as nossas resoluções fossem a mola propulsora do agir político, independentemente da realidade social.

Agir nessa nova conjuntura, com essa nova fase do movimento social, requer que nos coloquemos sob uma nova perspectiva de resolução com esses movimentos. Qual é a nova perspectiva de relação que temos, nesse "refazer-nos", para pensar a política da reforma tributária, para pensar a política do nosso projeto político? Aliás, por falar em projeto político, há uma pergunta que podemos fazer-nos. Lula já havia concorrido às eleições em dois momentos, com muita chance de ganhar.

E nesses dois momentos tínhamos um programa político para governar o Brasil. Recentemente, concorremos a uma nova eleição para governar o Brasil. Com sinceridade — não sei se a imprensa está aqui — o programa de governo que foi colocado nas mãos do companheiro Lula, com propostas para as questões econômicas, sociais, ambientais etc., serve para a nossa bancada transformar em ações concretas da nossa atuação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados? Serve para que os nossos Deputados, Governadores e Prefeitos transformem em ação concreta do agir político? O companheiro José Dirceu está dizendo que serve. Ótimo, porque hoje, quando pensamos em elaborar uma política para o nosso partido, é como se partíssemos sempre do zero, é como se não tivéssemos elaborado nada!

Somos o partido que mais elabora, de forma pontual. Temos especialistas em ponto para tudo: educação, questão ambiental, econômica, e assim por diante. Mas existe uma dificuldade muito interessante a ser superada, que é transformar essa ação pontual em ação sistematizada, que dê ao partido um eixo de conjunto, para então pensarmos um projeto estratégico para o partido. Especialistas para pontos nós temos, só que os pontos por si só não respondem à dinâmica da realidade social e fazem com que muitas vezes haja desencontros.

Companheiros, o que eu desejo dizer é que o nosso partido precisa entender que hoje, neste mundo da mobilização e da comunicação em tempo real, do encurtamento das distâncias, neste mundo há uma mobilização virtual no agir e no pensar político, onde as pessoas, umas com fax, outras com e-mail, outras com não sei o quê, articulam-se e se mobilizam no mundo todo. Claro que não é essa a realidade da maioria dos brasileiros, mas a política que nós fazemos, que não está atingindo a maioria dos excluídos, articula-se num plano muito profissionalizado e competente, até muito técnico. É só lembrar o avião que nos trouxe a todos até aqui, para esta reunião, e depois nos levará de volta para casa.

Hoje, o agir político precisa de uma nova compreensão e de uma nova forma, e essa nova forma é necessariamente compreender que é possível ter princípios permanentes e duradouros, mas também fazer alianças pontuais, que possam articular-se e desarticular-se. Não me refiro a partidos — não precisam ficar nervosos —, mas à sociedade, que já não quer ser "hegemonizada" pelos partidos, como quis antigamente. Hoje a ONG quer telefone e endereço, quer ter a sua própria cara, quer creditar na sua agenda de feitos as suas realizações, e não dizer que foi o PT. Mas isso também não significa necessariamente que ela não queira contribuir com o PT. É por isso que o agir em rede, o fazer política em rede necessita fundamentalmente da compreensão de que somos pontos e de que os partidos, nessa nova realidade, são também um ponto, e não "o ponto", como o entendemos em nossos velhos conceitos de que o partido é o espaço onde se sintetizam as propostas da sociedade e de onde elas são disponibilizadas.

O partido pode até ser este ponto, mas tem de compreender que não é ele quem se auto-intitula delegado dessa função, mas sim a sociedade, a partir da sua capacidade de perceber-se representada no partido.

Na Amazônia, por exemplo, obtivemos uma vitória no Estado do Acre. Às vezes o Brasil nos indaga como aconteceu aquilo. Aconteceu exatamente porque ali fomos capazes de compor uma tessitura social em que as organizações da sociedade tinham autonomia e funcionavam quase como um Estado paralelo. Agora temos uma batata quente nas mãos. Como é que o nosso partido vai governar com essas entidades sem "hegemonizá-las", sem funcionar como um buraco negro que as engolirá para a si creditar todos os seus feitos? Muito ao contrário dessa posição, o partido deve fortalecer-se e colocar-se como parceiro, e não como aquele que tem a pretensão de "hegemonizar".

Minha contribuição para esta discussão da agenda política para o PT, para os Deputados, para todos nós, é a de pensar esta angústia que vivemos: por que a juventude não está mais no PT? Ontem participei de um ato público em homenagem a Chico Mendes, onde se discutiu um tema altamente da moda: a questão ambiental. Havia apenas três jovens; os outros eram "novos" velhos como eu, que já tenho 40 anos, ou bastante velhos. Eu ficava pensando: "Onde estão os novos jovens do PT?" Não estavam ali, até porque a juventude que participou da formação do PT foi embalada por aqueles sonhos da reconstrução da UNE e da liberdade política. Hoje já não mais existe essa mola propulsora; são outros os valores que estão na cabeça da juventude.

Ficamos angustiados. Por que a juventude não namora mais o PT? Aliás, a juventude nem namora mais; a juventude "fica". E a juventude "fica" com o PT em determinados momentos. Nas eleições do Estado do Acre, a juventude "ficou" com a campanha de Tião, "ficou" com a campanha de Jorge, já "ficou" com a campanha de Marina, mas não vai para dentro do PT, porque não estamos sendo capazes de formular políticas atualizadas e em sintonia com a sociedade de hoje.

Nossa frequência talvez não esteja no rádio da juventude e do movimento social. Precisamos ser capazes de pensar esta nossa fase, esta nossa crise.

Existe um livro chamado "Emergência Espiritual" que trata dessa emergência em seus dois sentidos: o do surgimento e o da crise. O PT está vivendo uma emergência política, uma emergência do ponto de vista da crise que estamos vivendo e uma emergência do ponto de vista das potencialidades que essa crise nos oferece para ressurgirmos — não ainda das cinzas — do que nos está posto aí, de alguma extinção de fogo, para reconstruirmos a paixão que a juventude, os intelectuais e os movimentos sociais já tiveram pelo PT e que até se dispõem a ter novamente, se formos capazes de nos relacionar com eles de uma forma diferente.

Então, como Senadora, vivendo um mandato de Senadora que mais se confundiu com uma organização não-governamental do que com uma ação política propriamente dita, partidária, fiz-me a cobrança de trazer aqui esta contribuição, porque, nas palavras de Lula e de todos aqueles que estão pensando a grande política para o nosso partido, considero este um espaço fundamental de discussão, já que vamos realizar um congresso e debater com as bases, já que os nossos Parlamentares hoje formulam mais políticas para a sociedade do que o partido.

O que estou dizendo não é nenhuma novidade. Muitas pessoas ligam para mim e se eu falar sobre algum assunto ligado à questão ambiental acham que aquela é a posição do PT. Mercadante diz uma série de coisas, a Profa. Conceição diz outras — e mais uns dez palavrões —, e o povo diz que é isso o que o PT está pensando sobre o diabo dessa crise econômica, e assim por diante. Não existe mais o espaço político que havia há dez anos, e sim um espaço fragmentado, e, se não tivermos cuidado com isso, nossa fragmentação vai levar-nos exatamente para o buraco.

Em resumo, o que eu queria dizer era que devemos fazer um congresso pensando em todas essas preocupações; devemos fazer uma pororoca de idéias, no sentido de levar para esse congresso uma nova mentalidade sobre como nosso partido irá organizar-se. Aí, sim, com certeza teremos uma outra formulação e outras resoluções para os movimentos sociais que não necessariamente essa de querermos "hegemonizá-los" e achar que eles têm a obrigação de pregar no PT todos os seus selos e todos os seus pontos. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO - Companheiros e companheiras, é uma satisfação estar participando desta Mesa. Quero cumprimentar a todos neste início de Legislatura.

Vou centrar minha exposição considerando as contribuições dos companheiros que me antecederam, precisa e especificamente no que considero essencial da atuação parlamentar para a próxima Legislatura.

Com o privilégio de ter participado de todas as Legislaturas do PT, desde a primeira bancada até hoje, posso dizer que há uma marca em cada uma delas, e temos de detectar qual será a marca, a característica desta que terá início.

A primeira bancada do PT teve uma participação fundamental e saiu-se bem no principal problema da conjuntura, que foi a transição para as eleições diretas, com o Colégio Eleitoral, e a convocação da Constituinte. Na minha avaliação, o PT saiu-se bem, acumulou experiência e construiu, num momento de extrema dificuldade, um espaço próprio de independência política, sem o isolamento e sem a adesão àquele modelo de transição.

Na segunda bancada, saímos vitoriosos, politicamente, na questão do enfrentamento da Constituinte, porque este partido, liderado pelo companheiro Lula, entrou aqui com dezesseis Deputados, mas pensando ser um Congresso Nacional, e teve a ousadia de apresentar um projeto de Constituição para o País — grande parte dele não foi aprovado, mas ele foi um instrumento essencial de disputa.

Na terceira Legislatura, a marca fundamental que este partido acumulou, e que resultou no excelente desempenho da campanha de Lula, que chegou a ocupar o primeiro lugar nas pesquisas, foi o enfrentamento da crise de ética na política, com as duas CPIs, quando o partido assumiu a vanguarda e a direção política de um processo que não foi feito só por ele, mas que o partido teve a sabedoria de dirigir.

Na quarta Legislatura, opusemos resistência a um bloco hegemônico de centro-direita, centrado na questão das reformas. Foi quando adotamos uma tática basicamente de resistência. Nessa tática de resistência dividimo-nos entre a melhor tática e a tática mais acertada. E pudemos avaliar.

No meu entendimento, qual a questão central que estará posta nesta Legislatura que vai iniciar-se no dia 1º de fevereiro? Esta bancada, de sessenta Deputados, tem a responsabilidade de ser, como foi dito aqui nas intervenções anteriores de Lula, de José Dirceu, de Luiz Gushiken, do companheiro Milton e da companheira Marina, a ponta avançada de visibilidade, de enfrentamento com a opinião pública, de relação com o movimento social; de ser, ao mesmo tempo, dirigida pelo partido e sua porta-voz. O que acontecer na bancada refletirá imediatamente no partido, sejam as nossas divergências, sejam as nossas derrotas, sejam as nossas vitórias. O impacto será imediato. E por quê? Porque o partido dos trabalhadores construiu, nessa sua história, um modelo de atuação parlamentar em que a bancada parlamentar constitui, nos termos de um organismo partidário, essa ponta avançada da política do partido, a ponta avançada e mais visível da política do partido na relação com o outro elemento fundamental nessa conjuntura, que é o movimento social, e ainda um terceiro, que é a responsabilidade executiva do partido. Considerando a oposição parlamentar, liderada por esta bancada, a oposição do movimento social e as responsabilidades que temos de governar, qual será, no meu modo de entender, o elemento central para solucionarmos com essa nova bancada?

Se vamos dar visibilidade à opinião pública e à sociedade organizada do nosso enfrentamento do Governo, o projeto de poder do partido deve enfrentar um modelo que se esgota, um modelo que vai dividir-se na disputa de 2002, um modelo que vai enfrentar uma crise social e um modelo que hoje está com a credibilidade abalada.

A esquerda brasileira, representada no Congresso Nacional por este partido em aliança com os demais partidos de oposição, terá, no meu modo de entender, a característica de fazer uma atuação parlamentar de enfrentamento político com outro rumo para o País. Essa característica não é de resistência ou de denúncia, é de disputar novos rumos para o País. Para cada ponto vamos dizer quais são os rumos e as alternativas que o PT apresenta, seja nas denúncias, seja na fiscalização, seja no enfrentamento da crise. Vamos sempre olhar para o projeto alternativo que passará por esta bancada, pelo movimento social, por 2000 e por 2002.

Se cumprirmos essa tarefa estratégica, esta bancada será vitoriosa quando estivermos, daqui a quatro anos, fazendo uma nova discussão — aí, sim, a discussão com uma nova bancada, governando o País com um projeto alternativo. Na minha avaliação, esses sinais de esgotamento econômico do modelo, os sinais de aprofundamento da crise social e da desagregação social do País, a nova situação internacional, a credibilidade abalada e a divisão do bloco de centro-direita vão abrir espaço para a disputa de novos caminhos. Nossa responsabilidade é ser exatamente a alternativa para esse novo caminho. E para isso vamos ter uma atuação parlamentar caracterizada por essa disputa mais sofisticada, de maior elaboração, de mais reflexão, no sentido de que todos os pontos desta agenda estejam presentes na Câmara e no Senado.

No meu modo de entender, a questão será basicamente de enfrentamento, podendo haver negociações pontuais, mas a característica central é de enfrentamento político, até para nos entendermos nas possíveis divergências que possamos ter em relação à tática política de enfrentamento.

É possível que nas divisões, no enfraquecimento e na queda da credibilidade do Governo haja fissuras, blocos e divisões? Sim. É possível surgirem negociações pontuais? Sim, é possível. Mas o determinante é o enfrentamento político, com a nossa agenda, com a nossa pauta.

Para mim, será prioridade, de acordo com essa visão que estou expondo, a seguinte questão: como vamos tratar a agenda social do País? De maneira pulverizada, de maneira sindical, de maneira corporativa, ou vamos tratar de maneira politizada a questão da luta pelo emprego, da desagregação social e das políticas públicas? Para mim, esse é o eixo central, a prioridade de uma atuação parlamentar que terá vários desdobramentos, desde o de não aceitarmos nem defendermos a CLT como ela é ao de nos opormos à precarização que o Governo quer, com o contrato temporário ou a demissão temporária.

Qual é o nosso projeto para uma reforma social, com os nossos valores, na disputa aqui dentro, para a disputa na sociedade e para a disputa na opinião pública? Não significa necessariamente que vamos ter força para ganhar. Quando eu discuto essa agenda da bancada, não estou pensando necessariamente que vamos ganhar com maioria absoluta ou simples no plenário, e sim que vamos ganhar politicamente, na politização de uma agenda social, porque a crise desmobiliza, desorganiza e deteriora as relações, inclusive do movimento social. Se não politizarmos isso, para mim será uma debilidade.

O sinal dado pela mobilização que fez o ABC na luta pelo emprego, uma espécie de maratona que juntou empresários, Parlamentares e Governadores num grande movimento político, acho que é uma pista de como devemos trabalhar uma agenda social dentro do Congresso Nacional e também fora daqui.

O debate sobre o ajuste fiscal e o acordo com o FMI; a nossa luta contra esse ajuste; a nossa proposta de reforma fiscal e tributária; a nossa visão de pacto federativo; a nossa relação com os Governadores e com os Prefeitos — é nesse terreno que devemos fazer a disputa central, é onde poderemos ganhar politicamente.

Falemos da reforma política. No meu modo de entender, vai haver uma reforma política conservadora, elitista, que vai tratar do voto distrital misto, da fidelidade partidária e de outros problemas sob a ótica de uma oligarquização das instituições políticas. Então, temos que entrar com uma proposta democrática de reforma política global, que pegue a representação da correção do voto proporcional — prefiro dizer assim —, o conceito de fidelidade partidária, de imunidade parlamentar, medidas provisórias, reforma do Poder Judiciário, e dizer que o Partido dos Trabalhadores quer a reforma da democracia, a radicalização da democracia, e ter uma proposta para enfrentar nesta Casa. Queremos, sim, com uma Comissão Especial, fazer debates com a sociedade, chamar à audiência pública e ser ofensivos no tema reforma política.

Na questão do modelo de privatização, podemos incluir uma visão crítica, política, propondo — estava até falando sobre isso com o companheiro da bancada que tem hoje o maior conhecimento na matéria, Walter Pinheiro — uma alternativa em relação à Lei Geral das Telecomunicações, que criou a ANATEL, e à ANP.

Agora, podemos fazer um questionamento político com fatos concretos do modelo e uma intensa disputa — além da fiscalização e da denúncia — do modelo político das privatizações.

No meu entendimento, não podemos deixar em segundo plano a questão da democratização do Congresso Nacional, Câmara e Senado. Os companheiros vão viver aqui um enfrentamento extremamente desigual, "barra pesada". O modelo nesta Casa é presidencialista. Os Regimentos são vagos — não deu para falarmos sobre isso —, em que a maioria e a Mesa têm um poder sufocante. Temos que levantar uma agenda de democratização, uma agenda de autonomia do Poder Legislativo. Para mim, esse é o ponto central na nossa disputa para a Mesa. Temos que disputar a Mesa com uma proposta: o que o PT quer do Parlamento brasileiro. Disputar a Mesa, seja compondo-a, politizando a nossa entrada, seja enfrentando, se for o caso — não estou discutindo isso —, uma outra candidatura. Temos que fazer esse debate sobre a Mesa dentro de uma visão de democratização do Parlamento.

Dentro dessa agenda, há também a questão da nossa atuação Parlamentar. No meu entendimento, já tivemos a atuação de bancadas de esquerda atomizadas, que foi ruim. E tivemos uma experiência de bloco orgânico, o que, no meu modo de entender, também não foi bom. O que podemos hoje construir como experiência positiva para essa nova bancada? Ter um bloco político, uma aliança formal com reuniões periódicas, com agenda comum, com todos os acertos comuns, e periodicidade. Se for o caso, até formar um Colégio de Líderes da Oposição, com reunião, pauta e todos os acertos. Mas para efeito do combate, do enfrentamento, do microfone, da tribuna, termos vários Líderes é mais produtivo e eficaz; temos mais poder de fogo.

Isso não significa que vamos deixar de fortalecer a aliança. Temos que trabalhar em aliança, com essa idéia de multiplicar o nosso poder de intervenção, o nosso poder de fogo.

Por isso, companheiros, entendo que, se a bancada acertar uma agenda, vai ser uma experiência nova, porque quando tínhamos uma bancada de oito, nove ou dezesseis Deputados era fácil reunir-nos; às vezes fazíamos reunião até duas ou três vezes ao dia — não era, Lula? —, na Constituinte. Com uma bancada de sessenta, não vai haver nem espaço físico para fazermos as reuniões. Vamos ter que construir uma unidade política nesta bancada, capaz de garantir o enfrentamento superior, porque uma bancada grande ou potencializa o enfrentamento político naquilo que são as linhas básicas, e tentei colaborar aqui, ou se pulveriza em um dia-a-dia "barra pesada" nesta Casa, com uma quantidade, um volume de tarefas em que cada um some nesse amontoado que é o Parlamento brasileiro, particularmente a Câmara dos Deputados.

Por isso, é fundamental neste debate definirmos bem as linhas básicas que dão unidade no enfrentamento, nas Comissões, no Plenário, na mídia, na sociedade, para que a bancada possa ter um nível, uma visibilidade e uma apresentação bem maior, apesar da dificuldade de fazermos reuniões periodicamente. Isso vai ser muito importante.

Com isso, encerro a minha contribuição para este debate. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA - João Paulo, vai haver debate agora ou após o almoço?

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - Que horas são, Genoíno? Uma hora. A sugestão é a seguinte: para não atropelarmos muito a tarde, devíamos tentar esgotar em uns trinta, quarenta minutos este ponto. A sugestão quanto ao ponto anterior, repito agora, é permitirmos umas dez intervenções de em torno de três ou quatro minutos, encerrarmos e irmos almoçar. Certo, Lula?

O SR. LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA - Já vou sair, porque tenho que almoçar com Cristovam Buarque.

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - Certo. Está liberado. Vou fazer o seguinte, Lula: são trinta, quarenta minutos de intervenções. Se você e José Dirceu puderem agüentar...

O SR. LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA - Tenho agenda, e agenda não perdoa.

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - Não. Estou fazendo uma ponderação. Senão der, não há problema; pode ir almoçar.

Lula, talvez seja o caso de ir. Se quiser ouvir a intervenção da Profa. Maria da Conceição Tavares e de Aloizio Mercadante, depois estará liberado, tendo que voltar às quinze horas para as fotos.

Teremos dez intervenções. A primeira inscrita é Maria da Conceição e o segundo é Aloizio. Quem mais? Faremos uma lista.

Com a palavra Maria da Conceição Tavares.

A SRA. DEPUTADA MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES - Meus companheiros, não ouvi a intervenção do Deputado Milton Temer, mas ouvi um pedaço da fala da nossa companheira Senadora. Quero dizer que estava dando uma entrevista sobre o acordo que foi assinado, supostamente com o Fundo Monetário Internacional, mas na verdade com a caterva toda, com o G-10, com os dez grandes países. Senadora, se esta bancada não levar a sério a determinação brutal que vai ter o econômico no ano que vem — na verdade, está tendo —, vou continuar dizendo palavrões, não aqui, mas lá fora, eles falando para os senhores e ninguém entendendo a pauta.

Companheiro Genoíno, lamento dizer que, do ponto de vista da sociedade, a pauta que temos para o ano que vem, reforma política, tudo o que foi mencionado pelo companheiro não tem a menor importância. A sociedade não acredita neste Congresso, não temos força para democratizar este Congresso no ano que vem, e acabamos de assinar um acordo que vende o País. Quero dizer o seguinte: o que adianta discutir o que se vai fazer com os conselhos das telecomunicações ou com o novo modelo de privatizações? Está no acordo que até o fim do ano que vem temos que vender o resto. O resto inclui PETROBRÁS e Banco do Brasil. São 21 bilhões. Está no acordo. Está no acordo que eles vão acompanhar todo o dia **on line** as informações sobre isso. Quem vai monitorar as reservas, as privatizações e a taxa de juros são eles. Quer dizer, assinamos um acordo que ninguém neste mundo capitalista assinou. Em linguagem vulgar, arriamos as calças. Vendemos o País!

Este acordo vendeu o País. Não há mais autoridade monetária.

Esse garotinho que está aí presidindo queria baixar os juros em 0,5% para atender à meta do ajuste fiscal, sendo que não haverá ajuste fiscal nenhum, e para atender aos empresários. Ele foi proibido pelo Fundo Monetário e baixou 0,2%. Assinamos por 6 bilhões, que já estarão à disposição do Brasil no dia 7. Fomos ao Senado, depois de assinar tudo, fazer a farsa que quem lá estava viu. Infelizmente — não estão aqui os companheiros Senadores — só dois dos nossos entrevistados. Pedi para intervir, mas não me deixaram. Ontem, pedi de novo para intervir e não me deixaram.

Semana que vem não vai haver Congresso para não se debater este acordo. A razão não é só que os Deputados queiram tirar férias. Esse acordo é um escândalo.

Com o acordo que assinamos, este País todo dia vai ser monitorado nas reservas, na taxa de juros, no câmbio, em tudo. O acordo, ao contrário do da Ásia e da Rússia, que são lamentáveis, está defendendo banqueiro privado. Eles estão-nos dando quarenta e tantos bilhões para que os banqueiros privados e os empresários que tomaram dívidas possam remeter para o exterior. Continuamos remetendo! Ontem foram 400 bilhões. Quando chegarmos aos 20 bilhões de reservas — é fácil fazer o cálculo, mesmo sem acelerar — está dito que é a guilhotina. Provavelmente até julho vamos ter uma crise cambial, um assalto violento a este País; vamos ter vendido e nos comprometido a vender tudo!

Pois bem, mal consegui discutir com Eduardo Suplicy o seu veto. A bancada não sabe nada disso. E não levar a sério a economia nesta bancada, com o País sendo vendido e desestruturado, é acabar com o resto do Estado. A reforma tributária que eles mandaram é uma palhaçada, é para acabar com os Estados, centralizar tudo na União. A reforma da Previdência, a nova que virá, que não foi mencionada, vai ser um escândalo. Então, temos que estar concentrados aqui na bancada para acompanhar os nossos Governos, que vão ser massacrados.

Portanto, temos que dar prioridade ao acompanhamento de apoio aos nossos Governos e às nossas Prefeituras. Temos que dar prioridade ao que virá, porque a sociedade vai estar mobilizada. Vai haver um desemprego massacrante, um arrocho de créditos sem precedentes, a taxa de juros não vai baixar e vamos explodir fiscal e cambialmente.

Portanto, quando o meu substituto, Mercadante, como os senhores disseram, convocar a bancada para explicar — ele explica melhor do que eu, diz menos palavrões e é mais claro —, também venho; uma vez por mês vou vir aqui para dizer os palavrões e para que se entendam também.

A SRA. SENADORA MARINA SILVA - Seus palavrões são didáticos, Conceição.

A SRA. DEPUTADA MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES - Se esta bancada não ficar atenta à crise e não se reunir para acompanhar a situação e falar em seus Estados, em todo lugar, para que a população deste País saiba o que está acontecendo, todas as demais campanhas contra o Governo ou a pauta que foi apresentada corretamente pelo nosso companheiro Genoíno não vão ter importância nenhuma. Imaginem se o povo vai estar preocupado com a reforma política! Não vai estar preocupado, nada. Vocês vão ficar sozinhos, minoria, sendo esmagados por eles, que farão a reforma política e a da Previdência que quiserem. Eles farão o que quiserem aqui dentro, como fizeram ao longo destes quatro anos, e toda a bancada mais velha sabe que fomos esmagados.

Ou bem vai para o ataque, usa a imprensa, vai aos Estados, promove um movimento civil em defesa desta Nação e deste povo, ou esta bancada não estará à altura do que vai acontecer. Por mim, virei. Se não estivesse hoje no Partido dos Trabalhadores, meteria uma bala na cabeça. Meteria, porque tenho 45 anos de luta. Só tenho esperança neste partido. Esta bancada não pode apenas esmagar-se de trabalho para ganhar deles, porque não ganha nunca. Deve perder menos tempo com isso, confiar na Liderança, para que conduza a porcaria da rotina da Casa — porque é uma porcaria, não vai dar em nada — e mobilizar-se para estar atenta a todas

as crises sociais, a todas as greves, ao fenômeno do desemprego, ao fenômeno da venda, para poder fazer mobilizações efetivas. Esta bancada está aqui para acompanhar nos seus Estados a repercussão da desgraça que esses canalhas vão fazer com nosso País. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - Com a palavra Aloizio Mercadante; depois, Jaques Wagner.

O SR. DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE - Quero tentar centrar minha intervenção na questão fundamental deste período, a crise econômica e, neste momento, o acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Começaria dizendo o seguinte: ACM não faz nada de graça. Ele não quer a convocação para o dia 16, para impedir que haja um debate deste fórum — que devia pensar o Brasil — sobre tema que vai determinar toda a economia política no ano que vem e no próximo período da história do Brasil.

Então, a primeira providência que nossa bancada deve tomar é exigir que o Deputado Michel Temer pelo menos sustente sua posição e lute para que o Congresso seja convocado imediatamente; que se faça o debate que a sociedade brasileira precisa fazer neste momento e de que a Câmara dos Deputados não pode abdicar.

Entre outras coisas, é preciso convocar os Ministros para debater o acordo. Segundo, o acordo **stand-by** foi assinado inclusive antes do encaminhamento da documentação ao Senado Federal, que juridicamente levanta um problema relevante para a ação que encaminhamos.

Quero agora discutir o mérito do acordo. Nos anos 80, aprendemos a conviver com a política do FMI. Mas qual era o objetivo dessa política? Era pagar o serviço da dívida externa. E qual era o alvo fundamental? O chamado saldo comercial: aumentar as exportações, conter importações, o que era feito com juros altos, corte dos gastos públicos, aumento dos impostos, desvalorização cambial, inflação e deterioração das finanças públicas.

Neste momento, o alvo desta política é o mesmo: o serviço da dívida externa. Este alvo aparente é construído com uma outra meta, que são as reservas cambiais. É preciso entender um pouco a natureza da discussão, o que isso envolve. Então, o acordo estabelece que o FMI vai controlar as reservas.

Em primeiro lugar, as reservas líquidas são as reservas do Brasil menos os empréstimos. Se as reservas líquidas do Brasil não podem cair abaixo de 20 milhões de dólares, então há um limite que determina até onde o País pode perder reservas. Qual é o instrumento para defender as reservas? O que o País tem hoje para poder atrair capital, se não há nada que garanta aumento das exportações, como está no acordo? Não há nada que garanta que se vai reverter o saldo comercial via aumento de exportações. A única possibilidade é conter importações com recessão, com menos consumo e menos investimento.

Então, o que ele propõe na realidade? Ele estabelece, por exemplo, que no próximo semestre o País só pode perder até 6 bilhões de reservas cambiais. Qualquer perda além disso imediatamente aciona a taxa de juros, aumenta os juros. Se os juros aumentam, o que acontece com a questão do ajuste fiscal? Recoloca-se a necessidade de um ajuste fiscal permanente, que cada vez mais corta o gasto público, aumenta os impostos, para garantir o serviço da dívida que tem de ser paga, da dívida pública e da externa, que agora está sendo estatizada, porque esses empréstimos são dívida pública.

A segunda questão básica é que a conta do FMI não fecha, porque ele prevê um aumento de exportações, no ano que vem, de mais de 7 bilhões de dólares. Se mexer na taxa de câmbio, com a economia internacional em recessão e os preços que exportamos caindo, de onde virá esse dinheiro que não vai aparecer? Virá da venda do patrimônio.

Então, o Bornhausen afirma hoje que só há três saídas. Na realidade, ele só vê uma saída, que é demolir o Estado e vender tudo o que resta: PETROBRÁS, Banco do Brasil etc. Esse é o acordo que foi assinado. Essa é a garantia para poder viabilizar as metas que estão expressas. E os mecanismos de controle são extremamente perversos, tanto no que se refere à questão da administração dos juros quanto à meta das reservas cambiais.

Então, acho que ninguém está entendendo o que está sendo negociado. O debate que foi feito no Senado está muito aquém da discussão que temos de fazer com a sociedade. Nossa bancada deveria sugerir ao Presidente da Câmara que faça esta Casa se impor neste momento como Instituição, mantenha a convocação dos Deputados, construa uma agenda de debate em relação a essas questões e procure intervir antes que se consolide essa idéia.

Estamos comemorando uma vitória política que tivemos nessas duas semanas, mas uma vitória de Pirro, porque o que estamos discutindo é o varejo. O que temos de discutir neste momento é o atacado do sentido da desestruturação produtiva, da perda de soberania e do desmonte da estrutura industrial, agrícola, produtiva, e dos serviços públicos do Estado brasileiro.

Termino dizendo que temos de resistir a essa política, denunciar, explicar, mostrar. Como em poucos momentos na história, o nosso partido tem condição de disputar a hegemonia na sociedade e atrair outros setores da produção, da indústria, da agricultura, com uma agenda alternativa que seja a defesa da produção e do emprego, a defesa da estrutura produtiva do Brasil, a capacidade de produzir desta Nação. Acho que com isso podemos criar um movimento nacional, cívico, amplo, de defesa do emprego, da produção, e nos opor radicalmente à lógica que este acordo, que esta política estão impondo ao País.

Trata-se de um momento bastante importante. Deveria haver um pronunciamento mais firme da bancada ao partido e à sociedade. A bancada deveria, hoje, exigir a convocação extraordinária do Congresso, o debate sobre o rumo da política econômica, e explicitar com mais clareza o que a imprensa até agora tem se negado a fazer — mesmo porque o Governo não ofereceu minimamente as informações a que estamos tendo acesso para poder entender a gravidade do acordo e do sentido da política econômica que está sendo imposta ao Brasil atualmente.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Se queremos a convocação real, não podemos dizer que é para debater o acordo. Temos de entrar no jogo mesquinho e dizer que é para o adiantamento da chamada ajuda de custo. Em vez de ser paga no dia 4, que seja agora. Se você disser para esta Câmara — a política é muito mais mesquinha do que você imagina —, aí é que Michel Temer adere a Antonio Carlos Magalhães.

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - Durante as três intervenções, foi apresentada uma série de temas para a ação da bancada no próximo período. A Conceição e o Aloizio, evidentemente, deram ênfase a algo fundamental: o acordo assinado recentemente com o Fundo Monetário Internacional.

Estava conversando com o Genoíno e o Temer sobre isso. Talvez a saída fosse convocarmos uma reunião específica sobre o acordo com o Fundo Monetário, inclusive para municiar os atuais e os novos sobre o que foi assinado. Então, talvez o Aloizio, a Conceição, a Emília, o Peliano e os outros assessores pudessem preparar uma nota técnica junto com o pessoal do Senado, para podermos fazer isso.

Sugiro também que a Liderança faça um pronunciamento solicitando a convocação extraordinária. Sobre isso poderíamos conversar depois com o Déda, para que sejam tomados os cuidados políticos necessários.

O SR. DEPUTADO JAQUES WAGNER - Na verdade, queria fazer um chamamento tanto àqueles companheiros que vão continuar como Parlamentares como aos companheiros que estão chegando, porque acho que a idéia mais forte que o PT — seja na bancada, seja como partido — consegue passar para fora é exatamente essa de ser um partido e de ser uma bancada. Os mais fortes opositores do PT aqui reconhecem que somos a bancada mais organizada, mais bem assessora, que mais intervém. Quando saem os pontos de qualquer revista ou jornal, evidentemente, sempre ocupamos os melhores lugares.

Tenho uma preocupação, que já tive nesta bancada que está se encerrando agora, com cinqüenta componentes — agora seremos sessenta. Evidentemente, cada companheiro e companheira que aqui chegam ficam angustiados, porque têm de fazer o dever de casa aqui. Qual é o dever de casa? É conseguir ter uma atuação que possa dar retorno ao partido, à base social, a quem nos delegou esta tarefa. Mas existe algo mais importante, que é — por isso quis falar agora — o que acabou de ser mencionado pela Conceição, pelo Aloizio e pelos companheiros que estavam na mesa. Por exemplo, achei a intervenção da Marina espetacular; ela sugere que se traga outro eixo de reflexão para dentro da nossa atuação partidária.

Então, o que quero dizer — que todos reflitam sobre isso, inclusive os companheiros que estão chegando — é que não podemos perder a dimensão de coletivo, não podemos perder a dimensão de bancada. Cada um de nós, evidentemente, tem o seu dever de casa para fazer. Ninguém aqui vai fazer curso de Economia, ninguém aqui vai conseguir entender tão profundamente de economia como alguns companheiros que já chegam à Casa com essa bagagem no seu currículo; outros não entendem tanto de educação. Acho que não nos devemos angustiar por isso.

Esta bancada, agora no final, perdeu um pouco a noção de coletivo. Não dá para todos acharem que entendem de tudo, querer falar de tudo, discutir cada coisa, porque, quando voltam à sua base e alguém pergunta por que o PT teve essa posição, vira um inferno. A gente não consegue atuar como bancada. Precisamos ter a humildade de delegar tarefas dentro da bancada. Insistir numa tese de reuniões constantes é inviável. Não dá mais para reunir bancada de sessenta pessoas semanalmente, porque é contraproducente. Isso não existe. Não dá para debater cada pauta.

Por isso, vamos ter de potencializar os nossos Vice-Líderes, o nosso Colégio de Líderes. Quero, principalmente, fazer um alerta: não percamos a dimensão de coletivo. Na minha opinião, se perdermos o horizonte de atuação como bancada — nas votações e atuações de plenário —, vamos fazer o que, infelizmente, está acontecendo com parte do movimento social: na barbárie econômica, estamos vivendo o esgarçamento da relação. Estou dizendo isso porque é inevitável. Todos vamos disputar presença na mídia, ficar angustiados quando não estivermos conseguindo isso; e, por vezes, trazemos para dentro da bancada um relacionamento entre companheiros que não potencializa a nossa ação coletiva. Acho que temos de retomar isso. Por exemplo, a confraternização de ontem foi positiva, porque a dimensão humana é necessária. Vamos viver muita tensão nesta Casa, porque via de regra é só porrada, porrada, porrada. E ver o desmonte do País, para quem quer construir uma alternativa para ele, não é fácil. Então, deixo esse elemento para nossa reflexão.

O SR. GERALDO MAGELA - Na verdade, quero falar um pouco da minha angústia. Eu era Deputado Distrital e, claro, muito virado para a questão regional e sem condições de me aprofundar nas questões nacionais e debatê-las.

Os três expositores, pela experiência e bagagem que já têm acumuladas, trazem, de fato, uma proposta, uma visão do que deve ser a agenda da bancada. Estou me sentindo sem condições de me aprofundar nessa agenda sem discutir a questão da crise econômica. De fato, detesto concordar com economista e arquiteto. Contudo, tenho de concordar que, neste momento, a questão econômica traz uma centralidade maior. Não acho que vamos discutir reforma política sem passar pela questão da crise econômica. Na verdade, ao trazer esta angústia, estou querendo propor à Mesa talvez até uma alteração da pauta.

Sei que não há como alterar a pauta do início da tarde, com Governadores e representantes do Executivo, mas penso que a pauta que está prevista para o final da tarde de hoje poderia ser substituída, alterada, para discutirmos a questão da crise econômica, para entendermos e até podermos discutir um pouco melhor a questão da agenda.

Deixo então esta proposta. Quem sabe, João Paulo, podemos alterar um pouco a pauta e discutir o ajuste fiscal, a situação da crise, em vez de discutir políticas públicas? Considero essa questão da maior importância, mas gostaria de discutir a questão da ação da bancada depois de ouvir um pouco mais sobre as questões econômica e a crise.

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) -- Evidentemente, já captamos aqui a ansiedade e o desejo dos companheiros. Solicito que aguardemos a chegada do Déda e que, no intervalo do almoço, refaçamos essa agenda e a apresentemos no início da tarde, considerando o aspecto levantado pelo Magela. Então, no início da tarde, ao retomarmos os trabalhos, apresentamos uma nova organização da reunião.

Com a palavra o companheiro Ben-Hur, do Mato Grosso, nosso Deputado mais votado.

O SR. BEN-HUR - João, tenho uma preocupação. A bancada que está agora encerrando o seu trabalho deveria fazer uma avaliação sistematizada da sua atuação; é um pouco do que a Marina externou sobre as reuniões **pro forma**. A nova bancada que vem tem de dar um salto qualitativo.

O partido precisa ter capacidade de ações urgentes em relação a questões imediatas importantes, como a questão econômica, que exige uma ação imediata do partido. Além disso, deve ter capacidade de agir e refletir sobre outras áreas também, porque do contrário não potencializamos a bancada. Ou seja, temos de ter na pauta políticas públicas, agenda social, até porque a questão econômica, se é central, vai refletir em uma série de outras demandas. A bancada tem uma diversidade étnica — de gênero nem tanto —, que deve ser potencializada.

Estamos pensando concretamente que precisamos ter um reencontro desta nova bancada, no período de 1º a 15 de fevereiro, mas com uma nova metodologia. Essa metodologia aqui dá conta de algumas questões, dá conta da pauta objetiva, da questão da reforma política, do acordo com o FMI, mas a avaliação da bancada que se encerra agora precisa descer a questões mais pontuais como a sua composição, a divisão de trabalho, para chegar à questão coletiva de que o Jaques falou. Tenho uma experiência, pois sou Líder da bancada do PT na Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul e, obviamente, estou fazendo uma provocação, no bom sentido. Quem vê de fora a nossa bancada do Mato Grosso do Sul tem a impressão de que ela é combativa, atuante, enfim, tem uma ótima impressão sobre ela.

Quem se aproxima, como eu, que sou Líder há três anos — acho que bati o recorde como Líder no partido — vê que a bancada, de perto, é totalmente desorganizada; cada um por si. Ela passa para a sociedade uma imagem coletiva, mas na prática não consegue potencializar a sua ação de bancada, é muito desorganizada, individualista, e existem outros valores, dos quais a Marina falou aqui, que impregnam a bancada. Enfim, não somos uma ilha distante dos valores que são adotados pela sociedade.

Por isso, quero pedir isto: uma avaliação da atual bancada, com todos os avanços e os vícios que permanecem. É importante tocar o dedo na ferida mesmo, no sentido de estar dando um salto de qualidade. Sugiro que no mês de fevereiro, nas sessões preparatórias, tenhamos uma nova metodologia — nem sei definir isso aqui agora, mas a assessoria está anotando — que dê conta da riqueza...

Éramos oito integrantes da bancada, depois fomos para dezesseis, para cinquenta, e agora somos sessenta. Isso implica uma nova metodologia. É preciso que haja uma avaliação indicando o que isso vai implicar, ou seja, podemos ter um aumento quantitativo e qualitativamente não avançar, o que seria um grande erro. Por quê? Porque temos algumas figuras-chave no partido que são importantes, mas temos de criar um mecanismo para socializar mais algumas questões. Ninguém aqui tem a pretensão de ter a experiência do Genoíno — de cinco mandatos — da Profª. Conceição e do Mercadante na área econômica. Mas há outras demandas que a bancada trouxe para cá, e se houver outra metodologia...

Vou dar outro exemplo: o Genoíno disse que a eleição da Mesa é no dia 2 de fevereiro e que temos de disputar, ou não, politizando a nossa participação na Mesa.

Quando vai haver um momento para politizar? Temos que sair deste fórum hoje...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. BEN-HUR - Então, tudo bem. De repente já está previsto e não estamos sabendo. Mas é importante, para não ser uma coisa **pro forma** apenas.

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - Os últimos inscritos são o Palocci e o Prof. Luisinho. Depois, teremos os encaminhamentos.

Com a palavra o Sr. Antônio Palocci.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI - Quero fazer alguns comentários sobre o que foi dito. Não vou ater-me ao que o Temer e a Marina disseram, embora os considere temas da mais alta importância, porque entendo sejam eles de médio e até de longo prazos na nossa discussão. Como teremos o congresso do PT este ano, acredito que as questões apresentadas são fundamentais para nós; e vamos passar praticamente todo o ano de 1999, em direção ao nosso congresso, discutindo essa temática que o Temer e a Marina abordaram, além de outras questões fundamentais. Acho que a participação da bancada na preparação e na realização do congresso do PT é fundamental para isso.

Vou me ater à pauta que o Genoíno propôs e à ponderação que o Aloizio e a Conceição fizeram, dizendo que concordo em parte com o Genoíno e em parte com a Conceição. Acho que de fato a pauta proposta pelo Genoíno...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANTÔNIO PALOCCI - Tudo bem. Se vocês concordam, está ótimo. Só que falaram coisas opostas. Não é só a da semana. De fato, a pauta proposta pelo Genoíno, pelo menos num longo período do ano, ou talvez no ano todo, tem de ser presidida pela questão econômica, infelizmente. Infelizmente, para o Magela, os economistas é que vão, muitas vezes, dar o tom a esta questão.

É fundamental para nós, até pela ação da nossa bancada — não só aqui, mas repercutindo lá fora — que a nossa atuação seja presidida pela questão econômica. O País está sendo estrangulado. A economia nas regiões, em qualquer parte deste País, está desmontando.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANTÔNIO PALOCCI - Pois é. A situação é que a empregabilidade — não os empregos, que estão crescendo — está acabando no País. O fenômeno de desnacionalização, de centralização da economia, de destruição do pequeno e do médio produtores do campo e da cidade está de tal forma acelerado, neste final de ano, que vamos iniciar o ano de 1999 com uma crise social e econômica sem precedentes. Então, nenhum Deputado da nossa bancada pode deixar de ter a questão econômica presidindo sua atuação política. Isso não significa que os outros temas apresentados aqui — políticas públicas, reforma política — não devam ser pautados. É certo que vamos perder, mas têm de ser pautados. Isso faz parte da composição de um conjunto político. Vamos perder, mas vamos fazer todo processo

que fizemos há tantos anos aqui no Congresso Nacional e que tem valorizado e engrandecido a posição do PT no País. Não concordo muito com a idéia de separar o debate da questão econômica. Concordo com a idéia do Magela de, hoje à tarde, ou amanhã cedo, se não for possível hoje, pautar a questão do acordo com o FMI. Mais do que isso, precisamos combinar com o José Dirceu para ver se ele participa desse debate, porque, além do debate, precisamos ter uma ação imediata a respeito disso. Primeiro, uma denúncia imediata. Todos os Deputados e a Direção Nacional do Partido têm de fazer uma denúncia imediata sobre o conteúdo desse acordo, somando-se a isso a declaração do PFL hoje, que é o primeiro balão de ensaio que o Governo lança.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANTÔNIO PALOCCI - Do Presidente do PFL aqui. Não falamos que eles mandam? É uma verdade. Ele anuncia o passo seguinte do Governo: a desnacionalização total, a destruição total do País, a venda sem sobrar nada, nem uma frutinha na cesta. É o Banco do Brasil, é a PETROBRÁS, ou seja, é a transformação do País em um mercado secundário de consumo da economia internacional. Nada mais do que isso, porque é a desnacionalização total, completa do País.

Então é preciso que haja uma discussão pautada sobre isso. Não quero subverter a pauta, mas a preocupação do Magela é importante. Temos de conseguir marcar para hoje ou amanhã uma discussão sobre o assunto.

Segundo ponto: articular com o José Dirceu para que a bancada e o partido façam um documento nacional de denúncia do acordo e do que se prepara na virada do ano. Em terceiro lugar — e deveríamos incluir isso na pauta que o Genoíno propõe —, como partido e bancada, devemos trabalhar no sentido de se criar fóruns nacionais e regionais para discussão sobre o fim desta política econômica e a criação de alternativas. Não importa o resultado, mas precisamos ter uma ação concreta de combate efetivo a esta política econômica.

Ficamos esta semana respondendo à pressão hegemônica do País, criticando aqueles que ajudaram a derrubar a contribuição dos servidores, que prejudicou o ajuste fiscal, prejudicando então a baixa dos juros. Temos de dizer que não haverá baixa de juros coisa nenhuma, que esse ajuste fiscal é uma falácia. Fui duas ou três vezes à imprensa esta semana para responder por que a nossa bancada não ajudou no ajuste fiscal, pois isto é o que pode permitir a baixa dos juros. É uma balela.

Precisamos denunciar que isso é uma balela, porque não haverá baixa da taxa de juros. A FIESP percebeu isso e fala nos jornais hoje, mostrando-se traída pelo Governo, pois havia o compromisso de se fazer um ajuste fiscal. Foi assim que os empresários aceitaram, mais uma vez, por meio de um acordo com o Governo, um aumento de impostos. Havia uma promessa de baixa de juros. Fizeram o acordo e "levaram tinta" mais uma vez. E hoje estão dizendo no jornal: "levamos tinta", fomos traídos e queremos ir para a briga. E estão chamando a Oposição para a briga.

Então, acho que no congresso e na ação do partido tem de haver uma ação concreta de articulação e de alternativas. O movimento social, o movimento sindical, a FIESP, as entidades empresariais de vários Estados devem ser chamados, a fim de se criar aqui no Congresso palcos de debates de políticas alternativas, junto com a iniciativa dos Governadores que o partido está articulando e da Frente de Oposição.

Acho que o ano de 1999 tem de começar com uma denúncia forte do PT sobre a questão econômica, com o estabelecimento de uma pauta, como o Genoíno propôs, para termos uma atuação de conjunto, mas fundamentalmente pela articulação — que necessariamente passa pelas resoluções do PT e que já está de fato encaminhada, como nos relataram o Lula e o José Dirceu — de uma oposição à política econômica no Brasil. Temos de fazer um combate de frente, dizer que queremos o fim desta política econômica. Não vamos colaborar com ajuste nenhum, pois ele é o caos, porque está adiado com acordo de monitoramento da economia pelo FMI. É nessa questão que deve estar pautado o nosso encontro.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - João Paulo, peço a palavra só para uma questão de ordem. Quero ter o privilégio de falar sem réplica.

Acho que não há desacordo político nenhum aqui. O que está havendo é um desacordo de método. Este debate é sobre a ação parlamentar. E quanto a isso é bom deixar claro que não existe mais nada a fazer, sob o ponto de vista parlamentar, com respeito às privatizações, a não ser fazer parte da ação conjunta bancada/partido, para mobilizar a sociedade na resistência.

A questão de instrumentos regulamentadores, esta, sim, possui uma pauta nossa; como é que entramos para modificar. Ainda vem mais uma lei de telecomunicações. Mas, por exemplo, a privatização da PETROBRÁS já tem até agência reguladora, que, aliás, é dirigida pelo genro do Presidente. Tudo isso aprovado neste Congresso.

Então uma coisa é a discussão sobre a ação política do partido em relação a isso que não temos desacordo. Outra coisa é dizer quais são as funções da bancada, para não criar frustração de uma pauta que não podemos cumprir, sem cumprir junto com o partido, com o movimento social e com o movimento sindical organizado.

Esse negócio tem de ficar claro no nosso debate, porque estamos criando desacordo onde não existe. O acordo político está feito. Essa denúncia, levantada principalmente pela Conceição e pelo Aloizio, tem de ser levada imediatamente para proposta do Palocci, com documento, mas isso não faz parte do debate sobre ação parlamentar.

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - O Prof. Luisinho é o último a falar. Teremos então os encaminhamentos, que são importantes.

O SR. LUISINHO - No fundo, há uma angústia aqui. Primeiro, acho que o Temer disse bem, porque não há desacordo. Não vi contradição nem contraposição. Segundo, há uma soma de lutas para a reforma administrativa. Aí, sim, porque você pode ver como vai ser a contribuição coletiva para a manutenção do Estado. E há ações que já estão em andamento — não sei se estamos dando conta disso — geradas por esta crise. Por exemplo, hoje à tarde deve estar havendo uma assembléia na Volkswagen, que vai aceitar, para não haver 7 mil demissões, redução de jornada com redução do salário; uma negociação, por causa da crise. Então, está na cara que esse ponto ganha preponderância na pauta e na agenda. Não que os outros não sejam importantes.

Fiquei angustiado, porque o Magela propôs mudança na pauta do nosso seminário, e houve uma concordância geral em relação ao que foi proposto sobre o seminário específico. Acho que também aqui um não deve substituir o outro. Por quê? É uma opinião pessoal, mas pode ser de outros também; não sei. Sou Deputado Estadual ainda. Até 2h da madrugada estava votando o Orçamento lá no Estado. Cheguei aqui hoje às 9h. Às 7h, tenho de estar de volta ao Estado, porque vamos votar as contas dos Governadores, que há vinte anos não são votadas. Então, não vou poder estar aqui; não é por falta de disciplina partidária. Aqueles que vão ser diplomados terão de ir embora. Então, precisamos ter um momento para essa reflexão. Ela tem de ocorrer neste seminário. Não estou discordando disso, mas tem de haver um outro ponto de acúmulo logo após.

Era o que tinha a dizer.

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - A idéia é incluir um debate meio específico sobre a questão abordada pela Conceição e pelo Aloizio. Se vier acompanhado de uma nota técnica, melhor. É isso que vamos tentar viabilizar, sem prejuízo de outros pontos da pauta. O que disse, e repito, é que agora, no intervalo para o almoço, eu e o companheiro Déda vamos tentar redistribuir o tempo de acordo com os temas que estão colocados. Mas foi apresentada a angústia, e o companheiro Ben-Hur abordou bem a questão: não basta somente discutir economia; temos de discutir outras coisas também. Então, diante dessa dificuldade, vamos readequar a pauta.

Alguém disse, e o Ben-Hur também, que a posse será no dia 1º de fevereiro. Então, naturalmente, vamos, no período da convocação extraordinária que antecede a posse, ter de realizar uma nova reunião dos Deputados, para nos aprofundarmos em relação à questão do Regimento Interno; o Genoíno, a Mesa, as Lideranças, as Comissões, as presidências de Comissões etc. ainda não falaram sobre isso. Até lá, estará evoluído o debate sobre a disputa no campo de lá, para definirmos um pouco o que vamos fazer.

Com relação ao pedido que o Ben-Hur fez sobre um resumo do período da bancada, vamos ver se é possível, através da assessoria, setorialmente, ou no conjunto, elaborar alguma coisa para também distribuir aos companheiros.

As informações preliminares sobre Mesa, Comissão, Liderança etc., amanhã, no período da tarde, serão passadas aos companheiros pelo companheiro Déda. Vamos tentar entrar ainda hoje no debate sobre a economia, para aproveitar a presença dos companheiros que terão de ir embora.

O SR. DEPUTADO PADRE ROQUE - Peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PADRE ROQUE - Seria possível organizar para que todos nós recebêssemos o que já existe de oficial sobre o acordo com o FMI?

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - É isso que nós vamos ver.

Vamos almoçar e retornar às 15h, porque vai haver a sessão de fotos, e isso demora.

Está encerrada a reunião.



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

SEMINÁRIO DE RECEPÇÃO AOS NOVOS PARLAMENTARES DA 5ª BANCADA DO PTEVENTO : Seminário Nº: X-0191/98 DATA: 10/12/98 DURAÇÃO: 2h34min PÁGINAS : 53
QUARTOS: 11 REVISORES: ANNA AUGUSTA, LEINE, MADALENA, ODILON, ZILFASUPERVISORES: NEUSINHA, JOSÉ, MYRINHA
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO CELSO DANIEL - Prefeito de Santo André - SP CRISTOVAM BUARQUE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - Presidente de Honra do
PT GERALDO MAGELA - Deputado eleito NELSON PELLEGRINO - Deputado eleito VICENTE TREVAS WALDIR PIRES - Deputado eleito
SUMÁRIO: Debate sobre a relação entre as bancadas e os executivos do PT.
OBSERVAÇÕES 3º Painel - A Relação Entre as Bancadas e os Executivos do PT

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - Vamos começar os trabalhos. Enquanto o companheiro Marcelo Dêda, o Líder, não chega, vamos dar andamento à pauta; só vamos pedir silêncio, para que a gente se entenda. O terceiro painel é a relação entre as bancadas e os Executivos do PT. Perguntei sobre o companheiro Edmilson e o companheiro Zeca, porque os dois fariam parte, ou, assim que chegarem, farão parte desta Mesa.

Está aqui o nosso companheiro Cristovam Buarque, a quem a gente aproveita para dar as boas-vindas — posteriormente, na falação, deverá fazer uma saudação à nossa nova bancada do PT —, e o companheiro Celso Daniel, que é o nosso Prefeito na cidade de Santo André, em São Paulo. Temos um problema prático. É o seguinte: o companheiro José Dirceu pediu um tempo para que a gente pudesse ter uma conversa somente entre a Executiva do partido e a bancada federal. Essa conversa precisa ser realizada hoje, porque vários companheiros precisam ir embora amanhã. O companheiro Arlindo Chinaglia e o companheiro Walter Pinheiro já sugeriram que a gente substitua esses dois pontos, a definição de políticas públicas e o instrumento de fiscalização, pelo debate desse assunto que José Dirceu levantará na oportunidade, e que a gente remeta esses dois temas para a reunião nossa do final de janeiro, na segunda quinzena. Fariamos essa discussão sobre a relação entre as bancadas e os Executivos, teríamos esse informe e a conversa sobre esse assunto do companheiro José Dirceu, da Executiva Nacional do PT, e depois fariamos um debate específico sobre o conteúdo do acordo com o Fundo Monetário. O companheiro Aloizio e Maria Conceição dariam um informe — a gente está verificando a possibilidade de ter uma nota técnica até a hora —, encerrariamos o dia e amanhã dariamos prosseguimento com aquilo que está pautado aqui. Insisto: remeteríamos o quarto e o quinto painel para a reunião de janeiro.

Há algum companheiro que não concorda, ou podemos dar prosseguimento a esse encaminhamento? (Pausa.)

Pessoal, o silêncio pode ser considerado uma concordância? Pode.

Vamos passar a palavra ao companheiro Celso Daniel e ao companheiro Cristovam Buarque, mas antes gostaríamos de lembrar que a revista **Época** tinha pedido uma foto da bancada toda com o companheiro Lula. Essa foto deveria ser tirada às 15h. Em função do atraso, não foi possível. A sugestão que estamos fazendo é que entre este debate e o próximo a gente possa suspender temporariamente os trabalhos e ir em conjunto até a rampa (daqui, não do Planalto). O problema é a luz.

Vamos fazer o debate desse tema e nossa Assessoria verificará se é possível tirar a foto depois. Se for possível, a gente tira depois, ao final do nosso seminário.

Passo a palavra ao companheiro Celso, que foi nosso colega aqui em 1995 e 1996 e é atualmente Prefeito da cidade de Santo André.

Celso, você está com a palavra.

O SR. CELSO DANIEL - Gostaria de cumprimentar os companheiros da bancada que encerram este mandato, em particular os companheiros e companheiras que começam o seu mandato a partir do ano que vem, pessoas que foram eleitas agora.

Falando diretamente, o tema da nossa Mesa é a relação entre as bancadas e os Executivos do PT. O tema que foi proposto para nós — é o meu entendimento — não é de caráter geral ou político mais abrangente, mas diretamente ligado à operacionalização dessa relação.

Por esta razão, queria fazer umas poucas observações — não tenho muitas idéias geniais a respeito — a partir daquilo que tem sido minha vivência como Prefeito, mas também e sobretudo a partir daquela curta vivência como Deputado Federal aqui.

Antes de passar a esses pontos específicos, quero apenas fazer uma observação de caráter geral, que creio ser importante, em função da oportunidade. Não sei exatamente como esses temas são tratados aqui no Congresso Nacional, levando-se em consideração o discurso dominante. Qual é o discurso dominante, relativo tanto a Estados quanto — e principalmente — a Municípios?

No caso específico dos Municípios, não só o Governo Federal coloca as chamadas entidades subnacionais no mesmo saco, Estados e Municípios, como, por outro lado, tem sistematicamente colocado Estados e Municípios como importantes responsáveis pela chamada crise fiscal. Mais do que isso, tem prevalecido a mística de que, em função da Constituição de 1988, os Municípios viraram — digamos assim — o primo rico da Federação, e são o espaço institucional que está em melhor situação, do ponto de vista econômico-financeiro.

Na realidade, algo semelhante a isso foi verdadeiro, principalmente durante os mandatos de 1989 a 1992. Os Prefeitos, naquela oportunidade, não só tiveram algo a mais em termos de receitas que foram transferidas — isso é inegável —, como também muitos deles fizeram um esforço para aumento de arrecadação própria.

Naquela oportunidade, a questão da crise fiscal no nível municipal não se colocava, a não ser em casos muito excepcionais.

Ao longo desse tempo, as coisas foram mudando, justamente pelo fato de que, por um lado, o Governo Federal, baseado nessa mística, começava a tomar um conjunto de medidas — conhecidas de todos —, em função das quais receitas que anteriormente iriam para os Municípios deixavam de ir, através do Fundo de Estabilização Fiscal (que tinha um outro nome antes), da maneira como foi feita a desoneração de exportações de produtos agropecuários etc. e várias outras iniciativas conhecidas de todos, que não vou repetir.

Sobretudo, foi feita uma investida importante no sentido de responsabilizar os Municípios com novas atribuições. O argumento é o de que a Constituição de 1988 dotou os Municípios de novos recursos, mas não estabeleceu novas competências e atribuições.

A situação concreta de uma parte muito importante dos Municípios do Brasil hoje demonstra que isso não é mais realidade; que, da mesma forma que uma crise fiscal profunda se abateu sobre a maior parte dos Estados brasileiros, hoje em dia parcela crescente dos Municípios também está numa situação cada vez mais crítica.

Não tenho estudos consolidados para mostrar isso, mas tenho evidências de toda a quantidade de Prefeitos de diferentes partidos, Municípios e Estados com os quais nos relacionamos. Isso demonstra que, na prática, o que tem acontecido é uma redução das receitas, uma captura de parcela das receitas que antes eram dos

Municípios, principalmente pelo Governo Federal, e, por outro lado, um aumento das atribuições legais.

Ocorre — e esse é o problema central — que uma parte importante dessas novas atribuições e dessa redução da arrecadação se dá num quadro em que os Municípios já ajustaram as novas atribuições às novas receitas que passaram a receber a partir de 1989. Isso foi feito de maneira natural, e há estudos que mostram que a unidade da Federação que por excelência sustentou o investimento público foram os Municípios, ao lado dos Estados, muito mais do que o Governo Federal. Isso não é outra coisa senão a manifestação de que novas atribuições foram absorvidas, em termos de prestação de serviços, de fornecimento de infra-estrutura, por Estados e sobretudo pelas municipalidades, ao longo desses últimos anos.

Nesse quadro em que se organizou um novo equilíbrio no nível dos Municípios é que se retiraram receitas dos Municípios e aumentam suas atribuições, particularmente nas áreas de saúde e de educação, que são as mais pesadas do ponto de vista de despesas. Isso é que gera crises muito importantes nesses Municípios.

Claro que há fatores conjunturais ou locais que podem fragilizar mais ou dar maior sobrevida a este ou aquele Município, mas o quadro geral — eu posso garantir — é extremamente preocupante.

Digo isso por considerar que para as Prefeituras e para os nossos Governos é absolutamente imperioso que se estabeleça uma relação bastante íntima e estreita com as nossas bancadas do Senado e da Câmara Federal, porque inúmeras iniciativas do Governo Federal e dos Parlamentares podem mudar a vida dos Municípios e dos Estados da nossa Federação.

Se as medidas que o Governo Federal tem proposto e aprovado, pelo menos em parte, podem contribuir no sentido de esgarçar cada vez mais a nossa Federação — é efetivamente o que tem acontecido —, com a fragilização de Estados e Municípios, com a generalização e reiteração da guerra fiscal isso pode perfeitamente acontecer, a exemplo da proposta de reforma tributária, que não elimina a guerra fiscal; muito pelo contrário, consolida-a, particularmente nos próximos quatro anos. É o caso das medidas de ajuste fiscal atuais e de outras que já foram levadas a efeito antes; é o caso de legislação sobre responsabilidade fiscal, que vai ser muito pesada — se, por acaso, for aprovada — tanto para aqueles responsáveis pela gestão dos Estados, quanto para os que fazem a gestão dos Municípios; são questões ligadas, por exemplo, a precatórios judiciais, que se tornam, por uma parte dos Municípios, elementos de dívidas totalmente impagáveis; e é o caso da possibilidade ou não de renegociação de dívidas não só dos Estados, como foi feito, de uma forma ou de outra, ao longo desses últimos anos, mas também dos Municípios, em função desse novo quadro que estou analisando aqui.

Então, existem inúmeras iniciativas, provenientes do Governo Federal ou dos Parlamentares, que podem orientar ou reorientar as coisas para um ou para outro lado.

Esta a razão por que insisto: é fundamental que se estabeleça, com esses novos mandatos, com essas novas bancadas, uma relação de qualidade diferenciada em relação ao que houve até os últimos anos. Diferenciada, inclusive, em relação ao que houve num momento em que fiz parte da bancada federal.

Em função desse quadro amplo, quero apresentar algumas idéias, que não são muito inovadoras, mas pelo menos são algumas linhas nas quais pude pensar, a partir das quais seria talvez possível estabelecer uma relação mais sólida.

Em primeiro lugar, quero falar da possibilidade de organização das bancadas do Senado e da Câmara Federal para garantir a relação com as Prefeituras. Creio que é possível, principalmente desde que reconheçamos de pronto as dificuldades envolvidas.

Por um lado, a minha pequena vivência nesta Casa demonstrou que aqui há uma correria. A pauta muda todos os dias. Os Deputados e as Deputadas, os Senadores e as Senadoras estão o tempo inteiro comprometidos com as Comissões, as votações do dia-a-dia, as urgências e assim por diante. Organizar um trabalho mais estruturado, com linha de atuação, com começo, meio e fim é sempre algo muito difícil de ser feito aqui, por causa da dinâmica própria do Congresso Nacional.

Por outro lado, deve ser considerada também uma relativa desarticulação com os Governos municipais petistas. Nós hoje não contamos com uma forte organização das Prefeituras petistas. No nível dos Governos estaduais, acredito que isso tende a ser mais fácil, em função da proposta de criação dessa Frente de Governadores.

Mas no nível municipal infelizmente isso não tem acontecido. A própria Frente Nacional de Prefeitos não me parece que vem sendo um instrumento tão potente quanto já foi, por exemplo, em 1989, 1990, 1991 e 1992, e mesmo em alguns anos subseqüentes.

Essas são dificuldades concretas que não podemos deixar de considerar, porque caso contrário propostas apresentadas vão ser e pura e simplesmente perdidas no ar. Ainda assim, quero resgatar algumas idéias que já fizeram parte pelo menos de algum debate travado aqui anteriormente. Uma delas é a de respeitar a organização da bancada. Nem sei como está agora, nosso Líder.

(Não identificado.) - (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CELSO DANIEL - Não é isso. É a forma de organização. A organização, tenho certeza absoluta, está boa. Com Líderes desse quilate, não podia estar senão excelente.

(Não identificado.) - (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CELSO DANIEL - Estou tentando — e certamente não estou conseguindo — chegar, pelo menos engatinhando, próximo ao nosso Líder. (Risos.)

Outra idéia que tentamos realizar no nosso mandato que está finalizando agora e que não sei até que ponto foi bem-sucedida, mas parece-me que poderia ser encaminhada de forma muito melhor, é a de responsabilizar um Deputado ou Deputada, de preferência um Vice-Líder que faça parte do Colégio de direção da bancada — direção da bancada é a bancada inteira, mas apenas um Vice-Líder —, não exatamente por fazer a relação direta com os Governos estaduais e principalmente com os Municípios, mas mais do que isso. Eu seria um pouco mais ousado: ele poderia ser responsável por coordenar um grupo de Deputados, Deputadas e Senadores, com esse objetivo.

Não estou querendo restringir a isso. Muito pelo contrário, apenas quero dizer que não é difícil fazê-lo. Não estou querendo restringir, pelo que vou dizer agora, ou seja, pelo fato de que esta nova bancada conta com sete ex-Prefeitos e Prefeitas, dois um pouco mais antigos e cinco mais recentes, mais fresquinhos aqui na bancada, inclusive — com certeza, o Deputado Aloizio Mercadante; evidentemente, vários futuros.

Se considerarmos os vários futuros Prefeitos e Prefeitas, mais os sete ex-Prefeitos, mais um ex-Governador, que fazem parte desta bancada, acho que temos plenas condições, se houver interesse, de montar um grupo que seja coordenado e liderado por um Vice-Líder responsabilizado para isso, para poder levar a efeito, de maneira sistemática, essa relação entre as bancadas do Senado e da Câmara Federal com Governos de Estados e Prefeituras.

Claro que organizar isso exige um programa mínimo de trabalho, uma orientação. Embora eu não tenha muitas pistas a esse respeito, quero pelo menos abordar algumas delas, para encerrar a minha fala.

Uma delas, que poderia ser tentada — não sei o que os companheiros Deputados e Deputadas acham — é fazermos um esforço de puxar uma frente municipalista no Congresso, particularmente na Câmara Federal. Geralmente, essas iniciativas são lideradas por quem as toma. Neste mandato, quem tomou a iniciativa foi Welson Gasparini, que era (não sei se ainda é) o Presidente da Associação de Municípios.

Embora tenhamos feito um esforço de nos inserir nesta Frente, naturalmente foi muito difícil fazê-lo, em função do estilo de trabalho de Deputados de outras bancadas. Nosso estilo coaduna-se perfeitamente com uma forte Frente Municipalista, porque é um estilo mais aberto, que abre espaço para a participação de outras bancadas, com outros pontos de vista, que estejam interessadas em trabalhar com esse tema, que estejam interessadas em trabalhar a questão municipal e a estadual não no sentido corporativo de fortalecimento de Municípios e Estados, mas sim no de fundar um pacto federativo e portanto uma nova proposta de Estado-Nação para este País.

O que estou sugerindo no bojo, inclusive, da proposta de uma Frente Municipalista é que nós, além de sairmos à frente, puxemos e proponhamos essa Frente. É claro que isso exigiria uma divisão de tarefas, um trabalho de interlocução com as mais diferentes bancadas, desde o PPS, o PSDB etc., até evidentemente o PT e as bancadas de Oposição, de Esquerda, mas tem que ser algo muito mais amplo.

Considero que teríamos realmente condições de puxar um trabalho importante e que inclusive a conjuntura dada vai exigir mobilização de Prefeitos e Governadores. Se tivermos a capacidade de liderar esse movimento aqui na Câmara Federal para que possamos fazer essa mediação, creio que teremos muito a ganhar em termos de formulação, insisto, de propostas vinculadas a uma nova visão de pacto federativo — repito, mais uma vez —, e não apenas de questões que interessem

estritamente a Municípios e a Governos estaduais.

Uma outra questão que queria levantar, até pelo fato de que Arlete não está à mesa e não há ninguém da SNAI; Vicente tinha-me alertado a esse respeito e eu estava também conversando rapidamente com a companheira Arlete, nossa Vice-Governadora. Há um problema sério em fazer essa ponte entre bancada federal e Prefeitos, não só por causa da dinâmica do Congresso e dos Prefeitos, mas também pelo fato de que, na hora de fazer o encontro entre esses dois espaços, fica difícil ter quem possa responsabilizar-se.

Parece-me evidente que o espaço, por excelência, que pode viabilizar isso é a SNAI — Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais. Mas a pequena estrutura com a qual contamos hoje na SNAI é um impedimento para isso, porque Vicente, Luizinho, o pessoal da equipe tem que se deslocar pelo Brasil inteiro, não só para ficar apagando incêndio como para fazer as propostas de construção dentro dessa linha de trabalho com os Parlamentares, com os nossos Governos, e assim por diante.

Não sei se posso falar sobre isso que vocês estavam comentando... Posso falar? Não há nada de...

(Não identificado.) - (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CELSO DANIEL - Não estou falando das virtudes, mas de uma predisposição que a companheira...

(Não identificado.) - (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CELSO DANIEL - É, da potencialidade. Estou falando de uma predisposição que a companheira Arlete tem manifestado de trabalhar junto à SNAI e possivelmente junto ao escritório do PT em Brasília, para fortalecer esse espaço, que poderia cumprir inúmeras iniciativas. Ela falou de algumas delas. Isso ela é que deveria comentar, não eu. Portanto, vou deixar de lado. Mas uma delas, que acho que poderia ser cumprida de maneira absolutamente precisa pela SNAI, pela equipe de Vicente, particularmente pela companheira Arlete, seria justamente fortalecer também esse trabalho aqui em Brasília, tendo como uma das tarefas fazer essa ponte.

Se tivermos uma pessoa com a experiência da Arlete, com experiência acumulada já da SNAI e com experiência em termos de Congresso Nacional, de Prefeituras e Governos de Estados, acho que teremos condições de fazer essa liga, que tem sido difícil fazer ao longo destes últimos anos, embora esforços importantes tenham sido levados a efeito.

Poderia ser uma iniciativa bastante importante. É claro que a relação pode e deve ser feita diretamente com Vicente e a equipe dele, e, no âmbito dos Municípios, com os Prefeitos que coordenam as Prefeituras do PT no Brasil hoje: os Prefeitos de Porto Alegre, Belém, Ipatinga, Porto Murinho e também de Santo André. Se tivéssemos esse reforço de peso, sem dúvida nenhuma teríamos condições de mudar essa ação, em termos de qualidade.

Quero insistir, para finalizar, na importância da participação das nossas bancadas em ações que digam respeito diretamente aos interesses dos Municípios e dos Estados. Insisto nos interesses dos Municípios, porque são interesses mais frágeis do que os dos Estados; tendem a se representar com muito mais fragilidade no Congresso Nacional. São mais frágeis por si mesmos e mais pulverizados.

A participação das bancadas no Congresso Nacional em encontros que sejam relevantes, não em todos, mas em congressos, seminários, em reuniões eventuais de instituições com a Frente Nacional de Prefeitos, em ações que sejam levadas a efeito em Brasília, isso seria um elemento fundamental de presença da nossa bancada, de assumir compromissos dentro da nossa proposta mais geral para o País, compromissos que são, tenho certeza, perfeitamente compatíveis com a parte importante dos compromissos que interessam aos Municípios do Brasil, independentemente dos diferentes partidos políticos que estão à frente desses Municípios. A mesma coisa posso dizer em relação ao Governo do Estado.

Isso, quero insistir, já aconteceu de maneira fragmentada no passado, mas nunca de maneira sistemática. Creio que, frente a essa nova conjuntura que foi apresentada e discutida inclusive na parte da manhã — e muito há o que falar a respeito disso —, há condições positivas, extremamente propícias, para que isso venha a ocorrer.

Encerrando a minha fala, insisto novamente em que isso exige um esforço da parte dos Deputados, Deputadas e Senadores novos, que talvez não tenham essa noção, porque não conhecem suficientemente o ritmo do trabalho do Congresso Nacional. Exigirá efetivamente um esforço muito especial. Exigirá estruturas organizadas e uma diretriz de trabalho e o estabelecimento de pontes, através da SNAI, com os nossos Executivos.

Com essas condições, não tenho dúvida nenhuma de que poderemos estabelecer uma relação qualitativamente nova, muito positiva, muito produtiva entre as nossas novas bancadas e os Executivos Estaduais e Municipais.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado João Paulo) - Obrigado, companheiro Celso Daniel.

Dando continuidade ao nosso debate de relações entre os nossos Governos Executivos e a bancada federal, passo a palavra ao Governador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE - Boa tarde a todos. Meus cumprimentos àqueles que assumem, a partir do próximo ano, os seus respectivos cargos. Parabéns pelo desafio que teremos todos adiante.

Eu poderia falar aqui concentrando meu discurso na experiência de um governo local e suas relações com a bancada local. Eu levaria horas e horas para falar das dificuldades, dos conflitos, das incompreensões etc. Mas não vou falar desse passado.

Também poderia falar, a partir dos quatro anos que estivemos juntos, sobre as ações concretas que poderíamos tomar para facilitar essas relações, na linha do que disse o Sr. Celso Daniel. Contudo, diante do fato de que daqui a quinhentas horas eu serei apenas ex-Governador e não mais Governador, tenho a impressão de que melhor do que falar sobre a experiência, que isso vale pouco, seria falar sobre algo mais concreto, ou seja, do porquê temos tido tantas dificuldades entre nossos Governos municipais e estaduais, cujo melhor exemplo foi Vítor Buáiz, e as bancadas locais.

A esse respeito, para mim, o maior problema não está na relação do Governo Executivo do PT com a bancada do PT. O problema é mais complexo. Ele vem da relação da bancada com o Governo; do Governo e da bancada com o próprio partido; do partido, da bancada e do Governo com os sindicatos, e de todos esses com a militância. Trata-se de um complexo de relações que ainda não conseguimos articular de maneira que nos permitisse atravessar com tranquilidade a crise que estamos vivendo e que vamos viver por muitos e muitos anos. Ainda não conseguimos articular governos do PT, bancadas do PT, Parlamentares em sua individualidade e respectivas bases eleitorais e sindicatos, que são parte integrante e fundamental do nosso partido.

Para mim — aproveito o privilégio de falar para este grupo —, isso decorre do fato de que estamos carentes de algo que nos aglutine. Falta nitidez nos objetivos, que devem ser os mesmos para o partido, para o Governo que estiver no poder em nome do partido, para os Parlamentares e para a bancada, para os sindicatos, levadas em conta as diferenças, e para a própria militância.

Se prestarmos atenção, veremos que nos aglutina um forte e rígido senso de responsabilidade para com o País, ou seja, uma postura ética diante dos cargos que ocupamos, o que nos diferencia dos outros. O que mais nos diferencia? Qual o objetivo comum que há entre cada um de nossos militantes? Para usar uma palavra que muitos acham fora de moda, qual a ideologia que aglutina a militância de nosso partido com seu Governo, com seus Deputados, com os líderes sindicais, se não com os próprios sindicatos? Falta definirmos isso, tarefa que julgo tão importante quanto todas as outras que temos que cumprir, inclusive o fortalecimento da Secretaria Assuntos Institucionais. Tudo isso é importante, mas nada disso vai funcionar se ao longo dos próximos meses ou anos não trabalharmos na construção de uma ideologia aglutinadora. Temos nomes aglutinadores, temos líderes que nos aglutinam, alguns em âmbito estadual, outros em âmbito nacional. Do ponto de vista da concepção, do projeto de futuro do País e de cada Estado, o que nos aglutina?

E quanto a este ponto, sim, quero falar com a experiência de quem fez um Governo sem ter nenhum elemento claramente aglutinador. Pude fazer uma porção de ações que hoje as pessoas até acham que deram certo, apesar dos resultados eleitorais. O que nos aglutinou? Não implantamos o socialismo no Distrito Federal. Longe disso, raramente nos preocupávamos se estávamos ou não construindo o socialismo. Mas não nos limitamos a administrar o capitalismo local reduzindo as contradições e as crises. Não fizemos isso, nem teria sido esse nosso objetivo. O que fizemos, afinal? Em que se resume ter colocado todas as crianças na escola, ter construído um sistema de saúde que funciona satisfatoriamente, ter conseguido reduzir as tarifas de ônibus, melhorado o sistema de trânsito, reduzido o número de mortos no trânsito, aberto o Governo com transparência? O que é isso, em termos de proposta? Isso não é desenvolvimentismo, não é socialismo, muito menos

neoliberalismo. Então, o que é isso? Este é o debate que eu gostaria de propor.

Trata-se de dar um choque de decência, um choque de ética na sociedade. Um choque de ética não apenas no comportamento, mas também um choque de ética e de decência de ter crianças na escola, de ninguém ficar morrendo no meio da rua por falta de um leito. Esse choque de ética ou de decência, a meu ver, é a aglutinação da sociedade, que hoje está dividida por um **apartheid** social. E a superação desse **apartheid** social, tal como na África do Sul, se faz em termos raciais, mas aqui fazemos em termos sociais. Acho que isso pode vir a ser uma bandeira que aglutine governo do PT com sua bancada, a bancada entre si, os Deputados com sua militância, os militantes com seus sindicatos, os líderes sindicais com seus partidos e através deles com o Governo.

É isso o que está faltando. Hoje, tem-se a impressão de que é cada um por si, e com contradições tão fortes dentro de nosso partido quanto entre o nosso partido e os outros que bom seria levarmos adiante esta discussão na militância, na tentativa de dizer: "vamos construir um conjunto de objetivos que caracterizem que, terminada a aplicação deste programa de governo, a sociedade seja pelo menos decente". Ainda seria o capitalismo, com que não vamos conseguir romper em pouco tempo, mas seria decente, em termos do tratamento dado às crianças, aos doentes, aos desempregados, quando a esses não for possível dar pleno emprego, o que não é fácil.

Tenho a impressão de que hoje, no debate nacional, temos alguns itens. Em primeiro lugar precisamos levar adiante uma discussão de como ir além do conceito tradicional de Nação. Não podemos, durante o debate, cair na tentação — muitos do PT estão caindo — de negar a Nação em nome do neoliberalismo, mas não adianta querer voltar ao passado das nações isoladas e independentes no mundo de hoje. Isso não existe, é uma balela e está superado, por razões concretas do avanço técnico.

Como podemos ir além da Nação, constituindo um processo nacional sem romper relações internacionais no todo? Tenho a impressão de que isso se fará na medida em que formos capazes de definir o processo no qual globalmente nos inserimos, sem ruptura internas, ou uma globalização sem exclusão interna, ou a possibilidade de termos as relações internacionais não cortadas, mas submetidas aos interesses da identidade nacional. Podemos nos ligar ao lá fora, mas primeiramente vamos nos ligar ao aqui dentro. Vamos primeiro colocar os meninos na escola; depois compramos automóveis japoneses, no dia em que sobrar dinheiro para tanto. Mas também não vamos dizer que não queremos isso, porque há uma aceitação geral no conceito dos desejos de futuro.

Em segundo lugar, além de ir além da Nação, ir além do crescimento. Nosso partido tem-se caracterizado hoje como um dos poucos que não cai na tentação da estabilidade a qualquer custo e que defende a retomada do crescimento. Mas se nosso partido apenas defender crescimento não vai ficar diferente do PPB, que também o defende, não vai ficar diferente de uma porção de gente da Direita, que também defende o crescimento e contesta a política monetária do atual Governo. Para que nós nos diferenciemos, temos que formular uma proposta diferente de crescimento. E o que tentamos aqui e até levamos adiante, de certa forma, foi a idéia de que é possível crescer pela base, e não pelo topo.

O Brasil cresceu basicamente a partir da indústria automobilística, dos produtos de luxo, dos produtos para as populações de renda alta, deixando que isso se diluísse até chegar embaixo. O "flanelinha" é um beneficiário da indústria automobilística, porque sem ela não haveria pára-brisa de carro para ele limpar a cada esquina.

Vamos convir que isso não é um absurdo lógico, mas é um absurdo ético. Se dêssemos dez milhões de bolsas-escola para os "flanelinhas" do Brasil, o crescimento acabaria chegando ao topo, porque ele compraria produtos que viriam de indústrias que pagariam salários a seus engenheiros e dariam lucros a seus proprietários. Podemos formular um crescimento da base para o topo. O ponto de partida disso é a reforma agrária. Não estamos discutindo o que seria o segundo ponto, ou seja, o crescimento a partir de investimentos nos produtos de consumo de massa, e não nos de consumo de alta renda. É difícil o partido aceitar isso, porque grande parte de nós estamos vinculados a essa média ou alta renda. Somos do setor produtivo de salários para trabalhadores que produzem bens de luxo.

Em terceiro lugar, depois de ir além da Nação com a globalização sem exclusão e de ir além da estagnação, construindo um crescimento pela base, ir além da estabilidade monetária. Ir além da estabilidade monetária é aceitar que a estabilidade monetária é, em primeiro lugar, um desejo do povo, e, em segundo lugar, uma necessidade das agendas que a Esquerda tem que construir. Em regimes inflacionários altos, a Esquerda perde sua agenda. A Esquerda só consegue levar sua agenda para a mesa quando há um mínimo de estabilidade. Com inflação, a agenda limita-se à retomada do poder aquisitivo, limita-se à luta contra a carestia, sem que haja luta por escola, saúde ou emprego. A inflação encarrega-se de gerar empregos através das trocas ilusórias que provoca na sociedade.

Temos que ir além da estabilidade monetária. Não podemos aceitar essa estabilidade que está aí. O contrário dessa estabilidade não é a inflação. Temos que inventar o contrário da estabilidade diferente da inflação, uma estabilidade com crescimento pela base, uma estabilidade com relações internacionais, desde que elas não gerem desagregação social interna, como está acontecendo.

Pois bem, até aí pode-se dizer que isso é conversa mole de quem quer falar de abstrações. Vou dar duas propostas de como podemos levar nosso partido a começar a formular isso.

Em primeiro lugar, proponho uma revolução na ótica sob a qual nosso partido vê os problemas do País. Nosso partido — e esse é o mérito de seu nascimento — vê o partido sob a ótica dos trabalhadores do setor moderno e não dos trabalhadores em geral, ou seja, sob a ótica dos trabalhadores de cada segmento e não sob a ótica do conjunto do povo brasileiro.

Para tomar um só exemplo — e lamento se ao tomar um único exemplo possa chocar alguns do setor —, tomemos o caso da educação. O PT olha a educação (e isso provoca choque, como provocou aqui, entre Governo e bancada) sob a ótica dos professores, e não sob a ótica das crianças, da família e do País.

Vejam o seguinte: no Distrito Federal, atualmente, o salário do professor talvez seja um dos maiores do mundo, se levarmos em conta que a aposentadoria se dá aos trinta anos de trabalho e não aos sessenta e cinco de idade, como em outros países, e que aqui há treze meses, quando lá fora só há doze. Se dividimos toda a renda de um professor do DF ao longo de sua vida pelo número de meses de trabalho, o salário obtido será um dos mais altos do mundo.

No entanto, não temos professores de química, porque é preciso disputá-los com a Rhodia, assim como, para temos professores de português — e, para mim, é muito mais importante professor de português do que professor de química, uma vez que só se aprende química se se souber português —, é necessário disputá-los no mercado com jornais e com o setor público. Então, tem que haver uma diferença no salário, tem-se que olhar o mercado para atender à exigência de as crianças terem escola com professores de química.

Não conseguimos fazer o debate sobre como usar o mercado para melhorar a escola. Ou negamos o mercado, ou defendemos uma isonomia até favorável aos trabalhadores da categoria, mas não favorável ao conjunto da sociedade.

Deu-se a mesma coisa com as estatais. Não conseguimos levar o debate sobre as estatais, pelo menos de algumas delas, em nome de toda a população, mas apenas em nome dos segmentos dos trabalhadores dela, estatal. Não estou dizendo que esteja errado, mas isso não basta. Só mudando a ótica sob a qual vemos os problemas é que vamos começar a formular uma identidade entre bancada, sindicatos — ou pelo menos líderes sindicais, que é outra coisa —, líderes sindicais do PT e os governos que venhamos a ter.

Em segundo lugar, além da revolução na ótica, proponho fugirmos da visão tecnocrática que ainda tem o PT. O Partido dos Trabalhadores pensa os problemas brasileiros tentando consertá-los, grafado com "s", em vez de fazer o concerto, grafado com "c", do conjunto da sociedade. Ainda acreditamos que os problemas brasileiros possam ser resolvidos por economistas e não por estadistas. Economistas não podem resolver o problema do Brasil. Eles podem até resolver o problema da taxa de câmbio, mas não o da taxa de evasão escolar, da taxa de doenças endêmicas ou de insegurança. O problema do Brasil exige um concerto com "c", e não um conserto com "s". Não estamos levando adiante esse debate. Quando queremos analisar os problemas brasileiros, chamamos os economistas; quando queremos analisar os problemas da saúde, chamamos os médicos; quando queremos analisar os problemas da educação, chamamos os professores; e sempre esquecemos de chamar o povo para discutir o conjunto dos problemas brasileiros.

Não é debater nas bases que vai fazer com que surjam soluções, mas sim o partido formular idéias de um grande concerto nacional, com "c", daqueles que querem construir um novo projeto, ignorando a Direita reacionária, bandida, em grande parte, que quer estragar nossos projetos de povo. O contrário da Direita é o povo. O contrário da Direita não é cada segmento, muito menos tal ou tal profissão que a gente siga.

Pois bem, eu me limito a esses dois vetores: a revolução na ótica, como a gente vê os problemas, e a busca de um grande "concerto" nacional. Como a gente constrói isso? Primeiramente formulei objetivos, depois os meios políticos; faltam os meios técnicos. Eu considero meios técnicos algumas coisas. A primeira é levar em conta o custo da omissão de não fazer as coisas. A maior parte dos nossos governos petistas fica receosa de fazer certas coisas ao analisar o custo de fazer e não analisar o custo de não fazer. Não fazer uma escola custa muito mais do que fazer a escola, só que fazer a escola custa de imediato, não fazê-la custa em médio e longo prazos. Mas um partido não pode limitar as decisões que toma sobre o que fazer com base apenas no custo imediato de quanto custa fazer. O custo de não fazer, aliás, como diz Lula, eu chamava de custo da omissão; fica mais difícil até de entender. O custo de não fazer muda a lógica de como os nossos governos funcionam e pode levar a mudanças na lógica de como as nossas bancadas funcionam.

A segunda coisa, além do custo da omissão, é não ficar prisioneiro da crise. Nós tendemos a dizer: "o Estado gasta muito; por isso, vamos esperar reduzir os gastos do Estado para botar os meninos na escola". Aqui a gente evitou isso. Nós aqui, no começo do Governo, definimos uma lista de projetos que nós chamamos de projetos transcrive, que eram projetos que seriam executados sem provisão de recursos. Esses projetos seriam executados no meio de greves, com muita gente contra. Esses projetos a gente tinha obrigação ética de levá-los adiante, como colocar todo mundo na escola.

Nenhum país tem o direito de primeiro resolver o problema da crise financeira para depois colocar meninos na escola. Pode-se construir escolas mais baratas, negociar o salário do professor, a fim de que este não seja tão alto quanto você desejaria pagar. Se a gente leva em conta o custo da omissão e define projetos nítidos que vão além até mesmo do mandato inicial de um Prefeito, de um Governador, a bancada chega, porque ela não consegue ficar contra esses projetos, e se ficar ela fica para fora. Ela termina dizendo que o Governador ou o Prefeito é arrogante, não dialoga. Não se trata de falta de diálogo, de arrogância. O fato é que tínhamos clareza acerca de alguns projetos que tinham que caminhar por razões éticas, mais ainda do que por razões políticas.

E finalmente, além do custo da omissão, além desse Projeto Transcrive, vem a questão da criatividade. Não há solução para os nossos problemas a partir de soluções tradicionais. Nós não vamos colocar todos os meninos na escola quando a escola for ideal e quando todos os pais tiverem emprego. A gente vai ter de colocar é antes de a escola ser ideal e antes de os pais terem emprego, até porque quando a escola for ideal e os pais tiverem emprego não vão nem precisar do Governo para que tenham escolas decentes.

Temos que, de imediato, começar a formular soluções que às vezes são simples, baratas. Aliás, quase sempre os sindicatos ficam contra essas soluções. Quando a gente implantou a solução de limpar as cidades satélites do Distrito Federal, que eram pavorosamente sujas — vocês só conhecem o Plano Piloto; não conhecem Santa Maria, Samambaia, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Ceilândia, que é uma cidade grande —, sem contratar garis, pois não tínhamos dinheiro para realizar concurso, para contratar esses maravilhosos caminhões modernos de limpeza, mas usando desempregados, cuja carroça era financiada, ganhando um salário mínimo, a bancada, em parte, ficou contra. Os sindicatos ficaram contra, porque esses sujeitos que faziam a limpeza da cidade não tinham, no começo, carteira profissional, não tinham todos os benefícios do trabalhador do setor moderno, mas a cidade ficou limpa e os desempregados arranjaram um salário. São soluções criativas que existem.

O problema de saúde no Brasil, em grande parte, não é resolvido porque ainda há muita gente que se nega a usar medidas alternativas que muitas das nossas Prefeituras já adotaram; por exemplo, a saúde em casa. Esse tipo de programa é mais barato, é mais simples. Para o médico desse tipo de programa tem-se que pagar um salário maior, porque ele tem dedicação exclusiva, e os da rede pública não têm. Então, os sindicatos ficam irritados, furiosos, e as bancadas, muitas vezes corretamente, do ponto de vista da política imediata, ficam na defesa dos que já estão trabalhando sem atender os que estão doentes, em vez de ficarem ao lado dos que não estavam trabalhando e agora vão atender os que estão doentes.

Vou concluir por aqui, mas quero aproveitar este público, porque não é todo dia que posso falar, para fazer uma proposta ousada para ir adiante em tudo isso. Eu tenho impressão de que nada disso de que estou falando adianta se a nossa militância não se seduzir por essas ou outras idéias; do contrário vai ficar sendo apenas coisa de Deputado, de quase ex-Governador e de alguns Prefeitos no meio do mandato. Só tem um jeito de a gente realmente fazer com que este partido mude para melhor: mobilizando nossa militância na busca de um projeto — nem digo uma utopia; seria uma pretensão muito grande.

Vamos supor que esse projeto seja um choque de ética na sociedade, como eu disse, ou que seja outra coisa qualquer que seja inventada. Nós temos de trazer nossa militância para defender isso como sua bandeira. Hoje ela não está fazendo. Hoje ela tem como bandeira ficar contra reformas absurdas que o Governo Federal tenta impor. Essa é uma bandeira que precisa levantar, mas uma bandeira pequena, medíocre, em longo prazo, ainda que muitas vezes nem isso a gente consiga.

A única maneira de a gente mexer com a nossa militância é fazer eleição direta para o Presidente do PT no próximo mandato. Sei que isso gera um **frisson**, como dizem por aí, em diversas lideranças, em diversos grupos, em diversas tendências, mas ou a gente põe a militância para debater o que ela quer para o seu partido, e não nós, apenas entre nós, ou a gente faz um congresso do tamanho do Brasil inteiro, e não numa sala do Hotel Glória ou de outro hotel ou do Congresso Nacional; ou a gente faz um congresso com 200 mil participantes — aliás, hoje é fácil fazer isso, através de mecanismos de comunicação de que a gente já dispõe, sistemas fechados de televisão, Internet —, colocando todos os militantes em debate com os candidatos, ou a gente faz isso, ou vamos continuar dialogando entre nós, chegando aqui até a uns bons acordos de como a bancada deve relacionar-se com os Governos locais, e quando chegar lá volta tudo ao que era, e daqui a dois anos a gente vai ter outros como Vítor Buaziz sofrendo, como ele e a bancada sofreram, todos cometendo erros mutuamente, por falta de quê? Por que Vítor é ruim? Não. Por que a bancada estava errada? Também não. Porque os dois não tinham um projeto em comum, porque os dois não tinham um projeto de médio e longo prazos que os unificassem, o que fez com eles brigassem tanto que se cindiram, trazendo grandes prejuízos para uma grande liderança e prejuízos ainda maiores, a meu ver, para o nosso próprio partido no Estado do Espírito Santo.

Vocês percebem que faltando 500 horas para deixar o mandato eu já estou falando com mais liberdade do que falava há 500 horas? Já estou falando como quem está disposto a chutar o pau da barraca, como ex-Governador tem direito a fazer, e estava doído para fazer isso, depois de quatro anos meio amarrado, trancado, sem poder dizer tudo, pelas amarras do cargo que ocupei, a meu ver dando certo orgulho ao meu partido.

Era isto que eu tinha para dizer, e daqui para a frente chamem-me que eu quero debater, debater em todo canto. Espero que estas coisas que estou dizendo e aquelas que eu vou aprender no debate possam ajudar nosso partido a formular uma proposta, a unificar-se em torno dessa proposta e ser de fato uma alternativa de poder, não só para ganhar o poder, mas também para exercê-lo, construindo a sociedade de que o Brasil precisa. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Paulo Rocha) - Muito obrigado, companheiro Cristovam.

Vamos seguir a mesma dinâmica de antes, abrindo inicialmente dez inscrições para aprofundar este debate, diante das exposições dos dois companheiros, e após este debate nós suspenderemos os trabalhos para as fotos. Depois das fotos haverá uma reunião da Executiva com a bancada.

O primeiro inscrito é o companheiro Lula.

Estão abertas as inscrições.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - Como faltaram dois debatedores, acho que os perguntadores têm um pouco mais de tempo. Na verdade, fiquei esperando Cristovam falar sobre a relação entre as bancadas e a Executiva do partido e os Executivos dos Governos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE - Só falei disso.

O SR. COORDENADOR (Deputado Paulo Rocha) - Com a palavra, Lula.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - Parece-me um problema de fácil solução, mas talvez seja um problema mais complicado. Refiro-me ao problema da relação humana entre as pessoas que exercem cargos importantes, sobretudo no nosso partido. É de se perguntar se o erro é do Executivo ou do Legislativo. A pergunta que se faz é a seguinte: nossos Governadores eleitos — tínhamos dois —, quantas reuniões pediram com a bancada de Deputados Federais? Ou quantas reuniões a bancada de Deputados Federais pediu com o Governador? Talvez nós fiquemos falando com atravessadores. Talvez Cristovam imagine que conversando com dois Deputados, Chico Vigilante e Maria Laura, de Brasília, estaria conversando com toda a bancada sobre os problemas de Brasília. Ou vice-versa: os companheiros da bancada talvez imaginem que conversando com Maria Laura e com Vigilante estariam conversando também com Cristovam.

A verdade é que nós tivemos um relacionamento que não foi legal. Eu lembro que várias vezes aqui na bancada havia queixas: não se conversa, não se sabe, não se

comunica e tal. Sou testemunha da relação de Celso com o partido. Celso participa de todas as coisas junto com a bancada, junto com o partido.

Vejam: há dois anos, até por idéia de um dirigente sindical, fizemos aquele estudo de diretrizes básicas para implantação do contrato coletivo de trabalho, com o objetivo de criar uma nova relação entre sindicato e Governo, ou seja, de fazer com que o sindicato deixasse de ser apenas um reivindicador e passasse a ser um co-participante da elaboração das transformações das políticas sociais que nós íamos colocar em prática. Isso não aconteceu. Só para vocês terem idéia, a

Coordenadora do programa, Luiza Erundina, nem na sua campanha para Prefeita de São Paulo defendeu o próprio programa que ela coordenou. Então, os documentos vão ficando, as coisas que a gente vai criando vão ficando, caindo no vazio, porque não são colocadas em prática, na verdade. E em política não tem jeito. Se os três Governadores que nós elegemos não estabelecerem uma dinâmica, em primeiro lugar, de sistematicamente ter contatos com a totalidade da nossa bancada que lhes dá sustentação, e se, em âmbito federal, os Governadores, quando vierem a Brasília, não pedirem à bancada uma reunião, a fim de exporem o que está acontecendo no Estado, nós vamos terminar mais uma gestão com Deputados andando pelos corredores e queixando-se de não saberem o que está acontecendo no Estado, e os Governadores queixando-se de não saberem o que as bancadas estão fazendo. Isso só é possível resolver se houver — Celso fez a proposta de colocarmos um Vice-Líder — gente na bancada com responsabilidade de ser essa interligação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

Do contrário, não funciona, e vamos dar trombadas mesmo. Para nós é muito fácil dizer: "Olha, a bancada do PT do Espírito Santo foi muito radical". Vamos supor que tenha sido. Mas também não era normal o nosso Governador pegar um projeto, discutir com o PFL, e os nossos Deputados tomarem conhecimento desse projeto através do Líder do outro partido político. As pessoas se sentem traídas. Chamar a nossa bancada para discutir assuntos, informar a direção do partido, depois levar isso para votação, é uma política que pode dar melhores resultados e aprimorar as relações entre bancada e Poder Executivo; do contrário, não é possível. É o Governador mandando um projeto para a Câmara e o Deputado do PT questionando por que aquele projeto chegou sem que ele antes pudesse dar palpite, sem que ele antes pudesse dizer que aquilo não era correto.

Então, poderemos consertar isso se forem colocados companheiros na bancada com a responsabilidade de fazer essa ligação; assim teremos de quem cobrar. Se todo mundo ficar com essa responsabilidade, na realidade, ninguém fica com ela. Devemos designar companheiros para cuidar disso em cada Estado. Como temos Deputados Estaduais, essa tarefa poderá ser facilitada.

Sobre a relação do movimento sindical com o Poder Executivo, faz, no mínimo, 3 anos que tenho conversado com os companheiros sobre isso. Brasília foi palco de muitas reuniões minhas com dirigentes sindicais. Se os companheiros, dirigentes sindicais, continuarem apenas com a idéia de fazer reivindicações com os outros Governos, não haverá solução. O ideal para um Governo do PT não é atender a uma demanda de 5% de um sindicato do Estado, mas envolver esse sindicato na elaboração das políticas que vamos colocar em prática. Ou seja, eles devem ter acesso às discussões políticas para se sentirem comprometidos com elas. Senão, eles vão continuar tratando o Governo do PT como tratam qualquer outro. E aí, como o discurso é só para reivindicação, tanto faz um governo de esquerda como de direita. Temos experiências de que sindicatos que eram de esquerda, quando ganhamos, a direita ganhou as eleições. Ainda existem pessoas que ficam na base de que quanto mais se pede, mais radical se é.

O Celso teve uma experiência triste. O sindicato da Prefeitura fazia greve contra a Prefeitura. Tínhamos um companheiro, que era Vice-Prefeito, vindo do movimento sindical, que ficava com um dilema de consciência, porque não sabia de que lado ele estava: se era do lado do Celso ou do lado dos grevistas. Às vezes contribuímos para fomentar isso. Trata-se de uma cultura que vai depender muito da ação do Poder Executivo em ter flexibilidade para chamar essa gente para conversar.

Outro dia dizia a alguns companheiros que duvido que haja uma relação de amizade melhor do que a do Cristovam e do Zunga. Duvido! O companheiro Zunga é Presidente da CUT no Distrito Federal; um extraordinário companheiro. Entretanto, todas as porradas que eles trocaram, divulgadas pela imprensa, não ajudaram nem o Zunga, nem o Cristovam nas eleições. Não adianta você passar 3 anos e 6 meses dando pau e, quando faltam 4 meses, ir para a rua, com panfleto, defender aquele governo. As pessoas não entendem. As pessoas não têm maturidade. Construir esta nova relação é o desafio que vamos ter neste próximo período, principalmente porque ganhamos as eleições em 3 Estados da Federação. As Prefeituras vão entrar em uma crise econômica mais profunda, e os salários irão diminuir. Só para termos uma idéia, temos o problema dos "perueiros" no ABC, o que já está acontecendo no Brasil inteiro. Por falta de um entrosamento entre o Executivo e o Legislativo, entre o partido e o Executivo, há uma situação delicada. Muita gente do partido é favorável aos perueiros. Aliás, o partido adotou uma política **sui generis**: onde somos Oposição, somos favoráveis aos perueiros; onde somos Situação, somos contra os perueiros. E aí fica uma situação extremamente desagradável, porque como partido não levamos em conta a problemática e não deliberamos uma política que possa ser compreendida pelos nossos Parlamentares e pelos nossos executivos.

Por exemplo, o Zeca vai tomar posse dia 1º de janeiro. Tenho certeza de que grande parte dos sindicalistas que elegeram o Zeca estão esperando que no dia 2 de janeiro ele já anuncie um aumento de 10% ou 15% para o pessoal. Quem esteve lá sabe disso. E ele não vai poder fazer isso, porque o Estado está gastando 105% do que arrecada. Só para terem uma idéia, o Governo gasta 65% com folha de pagamento, 25% para a Assembléia Legislativa — criaram uma lei própria, em que a Assembléia leva 25% do orçamento — e mais 17% não sei com o quê. Não há um centavo para investimento. Teremos Governadores que tomarão posse dia 1º e, possivelmente, dia 10, muita gente vai fazer greve, porque não vai receber aumento de salário.

Na minha opinião, nesse caso, o partido tem que cumprir o papel de um partido que quer dirigir e organizar uma parte da sociedade. O partido tem que mostrar exatamente para os dirigentes sindicais a situação e enfrentar esse debate. Normalmente, como partido, muitas vezes nos acovardamos. E não estou falando de ninguém, falo por mim, que sou uma espécie de "caixa de ressonância". Quando as pessoas não têm mais jeito, vão a minha casa. Os perueiros cansaram de brigar com o Celso e foram fazer piquete na porta da minha casa, faltando pouco tempo para as eleições. (Risos.) E, assim, vale para o movimento sindical. Em Belo Horizonte, tinha que encontrar com o Patrus, em uma sala e, depois que o Patrus ia embora, eu me encontrava com os sindicalistas na outra sala. Isso não é possível. Muitas vezes eu falava coisas da minha cabeça, porque nós, do partido, não deliberamos sobre isso. O partido precisa começar a deliberar para orientar tanto o Executivo quanto o Legislativo; senão, vamos terminar mais um mandato sem resolver esse problema.

No Rio Grande do Sul, pelo menos, em Porto Alegre, eles estabeleceram uma lógica que deu certo em 3 Governos. Como o Estado tem maior exigibilidade, talvez possa servir de exemplo para os Governos de outros Estados. Mas esse para mim é o nó da questão. Aqui mesmo em Brasília tivemos problemas de relacionamento entre a bancada do PT e o Governo, possivelmente por falta ou excesso de discussão, não sei. Mas que tiveram problemas, tiveram. E, se existe problema com a gente, imaginem com os adversários.

Para terminar, uma coisa que a Marina disse e que me chamou atenção: a questão da juventude. Acho que há uma contradição. Quem participou desta campanha, no Brasil, percebeu que a grande massa nos comícios era formada por jovens. Obviamente isso não significa que eles estão organizados no partido. É preciso que se leve em conta o seguinte: quais as políticas públicas para a juventude que estamos fazendo nas Prefeituras e Governos que administramos? Temos políticas específicas para essa gente? Há um canal pelo qual eles podem extravasar todas as suas energias e revoltas? Nós criamos isso? Confesso que não conheço muitas experiências neste sentido. Para a juventude, como um todo, não conheço. Quando fizemos o encontro com o **Hip Hop**, a queixa deles para nós foi a de que não havia nas nossas Prefeituras um espaço público onde eles pudessem promover encontros com a juventude brasileira. Possivelmente, a fala da Marina pode ser uma preocupação que temos de

levar em conta, a fim de criarmos um espaço específico para a juventude. Não criamos para os velhinhos, como a Casa da Terceira Idade, Salão de Baile, cursos, tudo isso. Para a juventude não há nada. O Celso está dizendo que existe algo em Santo André. Então, já é um passo importante. Era isso, Sr. Coordenador.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Está inscrito, agora, o companheiro Magela, mas também estão inscritos os companheiros Arlindo, Marina, Peregrino, Welinton, Chico e Aloizio Mercadante. Com a palavra o companheiro Magela.

O SR. GERALDO MAGELA - Na verdade, percebemos que as considerações do Cristovam são muito parecidas com as da Marina. Acho que temos que refletir sobre essa questão. Tanto o Daniel, quanto o Cristovam, mesmo entrando no tema, não foram direto à questão da relação da bancada.

Tenho uma grande preocupação com o fato de — e falo isso um pouco de cadeira, ainda sou Deputado Distrital, e aqui temos diversos Deputados Estaduais, como o Welinton, a Rosinha, o Peregrino e vários outros — nunca termos conseguido ter uma relação com a bancada federal. Digo que até aqui, no Distrito Federal, morando aqui, vivendo aqui, sendo Deputado aqui, mesmo quando éramos Deputados de Oposição não tínhamos uma relação permanente, regular, com a nossa bancada federal. Quando ganhamos o Governo esta relação se deu um pouco pela exigência da situação, mas muito pouco, diria assim. Hoje, há uma grande demanda nos Parlamentos Estaduais. Depois da Constituição Federal, o poder de legislar ficou depositado fundamentalmente no Congresso Nacional e nas Câmaras Municipais, e os Estados, as Assembléias Legislativas Estaduais ficaram praticamente sem função, ficaram esvaziadas do poder de legislar. E nós, do PT, não tivemos capacidade — e digo isso até junto com o Vicente, tentando fazer algumas articulações com os Deputados Estaduais do PT — de fazer este debate, até para ajudar em uma reflexão no plano federal, sobre como dividir o poder de legislar, até para permitir aos Estados possibilidades de legislar, permitir aos Deputados Estaduais encaminhar diversos problemas que têm nos Estados.

Aqui em Brasília votamos a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança, mesmo sabendo que era inconstitucional legislar sobre trânsito. A população não só aprovou como passou a usar o cinto de segurança em uma proporção de 98%. Isso é uma demonstração de que os Estados e mesmo os Municípios precisam ter o poder de legislar revisto.

Nós, do PT, não conseguimos refletir sobre isso. Às vezes até Deputados que foram Deputados Estaduais, que vieram para o Congresso, não tiveram condições de fazer esse debate aqui. É claro que quero trazer esse debate para a bancada federal. Venho dessas duas experiências e quero ter a oportunidade de fazer este debate.

Sobre a questão da relação, tenho a felicidade de ter sido o primeiro petista Presidente de um Legislativo distrital. E só fui Presidente de um Legislativo distrital porque ganhamos o Governo aqui. Não fosse isso, não seria. É claro que a experiência que tivemos é rica e vamos ter a oportunidade de avaliar melhor. Acho que falta ao partido, exatamente ao partido — e aí estou de acordo com o Cristovam —, um projeto que unifique Governo, Executivo e Legislativo. As representações, os interesses e mesmo as ações às vezes são conflitantes. O Executivo existe para toda a sociedade, seja em que plano for. O Legislativo é a representação plural da sociedade, da população, seja do Estado, seja do Município, seja da Nação. E aí os interesses são conflitantes mesmo. Se o partido não tiver capacidade de dar unidade para quem está tanto no Legislativo quanto no Executivo, os conflitos serão inevitáveis.

O maior problema, na minha visão, é que em muitos casos — e não vou me prender à análise de nenhum caso específico — o partido toma partido. Ou fica do lado do Executivo, ou fica do lado do Legislativo. Se toma partido de um, naturalmente ficou contra o outro, e isso não ajuda. Acho que vamos ter de resolver este conflito no plano político; devemos ter uma perspectiva para propor. Todas as vezes que tivermos Executivo e Legislativo do PT, teremos o partido formulando esse projeto. Mas, mais do que isso, acho que o partido precisa formular o projeto de atuação no Executivo e no Legislativo de forma muito clara, porque, às vezes, só percebemos a dificuldade de ter esse projeto depois de ganharmos o Governo e os cargos no Legislativo.

Então, quero propor que pensemos mais também não só na relação da bancada federal com os nossos Governadores e os nossos Prefeitos — aí o Celso tem razão também, porque não se pode ficar só no caso dos Estados —, mas que a nossa bancada federal se preocupe em se relacionar também com as bancadas estaduais e com as bancadas municipais, mesmo onde não temos Governo.

Sobre a situação local — a provocação da minha companheira Arlete —, sugiro que vocês leiam a entrevista que dei hoje no **Correio Braziliense**. Essa leitura é fundamental para que os companheiros iniciem o próximo mandato informados.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Companheiro Deputado Arlindo Chinaglia, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Primeiro, quero fazer referência à intervenção do Sr. Celso, visto que ele aqui trouxe algumas informações a partir da experiência concreta e as inseriu numa movimentação política do Governo e conclui com uma proposta que ele próprio aqui tentou, creio, desenvolver com as características que relatou, ou seja, não tinham caráter de continuidade, nem aquilo, naquele momento, dava a real dimensão da necessidade.

Portanto, quero dizer que concordo com a avaliação e a proposta que o Sr. Celso Daniel traz, principalmente quando ele tem a dimensão das dificuldades em executá-la, até porque há movimentação através de interesses.

Então, o Prefeito procura a bancada federal, e creio também a bancada estadual, a partir da sua questão municipal ou até mesmo estadual, e, portanto, se isso seguir nesse ritmo, evidentemente, não conseguiremos criar, digamos, esta integração onde se busque, de maneira planejada, com os recursos que se tem através de uma bancada de Deputados, fazer política e até mesmo — quem sabe? — ajudar objetivamente de forma pragmática os Municípios.

Quero fazer agora referência à intervenção do Sr. Cristovam Buarque, antes cumprimentando-o pelo Governo e também pelo estilo de abordagem que me estimulou, portanto, a entrar nesse debate. O Sr. Cristovam Buarque, ao mesmo tempo em que disse que não queria relatar dificuldades no curso da sua intervenção, creio, permitiu-nos vislumbrar aquilo que de fato foram ou as suas dificuldades ou aquilo que identificou como elementos a serem trabalhados.

Falou do PT, da militância, do sindicato, dos Parlamentares. Talvez tenha faltado falar do próprio Executivo. O Poder Executivo é o que detém maior poder, é aquele em que no mundo inteiro está concentrando o poder, ampliando o seu raio de ação, através de medidas provisórias ou até de decretos-leis. E o Executivo — e quero depois, ao final, fazer uma comparação — contrata, demite, tem um poder que nenhum outro setor organizado possui. O Executivo também acaba se constituindo num amplo setor organizado com vários atores, que não necessariamente o Governador, ou o Prefeito, ou até mesmo o Presidente da República. Estes têm o controle ou domínio, mas, justa ou injustamente, respondem, pelo menos solidariamente, pelo que ocorrer no Poder Executivo.

A partir daí o que ocorre? Aplaudo a concepção de sermos contra a visão tecnocrática. Mas será que o Poder Executivo não está cheio de pequenos tecnocratazinhos, burocratazinhos, que, às vezes, sem nenhuma tradição de luta no movimento sindical, no movimento popular, nunca, jamais um dia vão se eleger em coisíssima nenhuma e tratam a militância do PT, outros representantes do PT, como se fossem empregados seus? Então, temos de fato de fazer uma revolução cultural no PT, mas acabar com a subordinação ao próprio poder, porque, de repente, às vezes, mesmo sem compreender, acabamos constituindo um partido em que o Prefeito manda demais, em que, às vezes, a Executiva do Partido, a direção do partido no Município — e eu estenderia ao Estado — acaba sendo chapa-branca, porque fica na obrigação de defender aquilo que nem sempre quer defender. Este outro lado tem que ser visto.

Por exemplo, quando diz que os professores acabam vendo a educação não do ponto de vista da criança que está fora da escola, mas através do

seu salário, acho que o Sr. Cristovam tem razão, mas teria mais razão, e todos teríamos mais razão, se durante a campanha, em todas as campanhas, disséssemos antes aos setores organizados: "Olha, nós vamos governar olhando para o desassistido e não para os ingleses". Quero cumprimentá-lo, companheiro Cristovam, porque o senhor, ao se recusar a conceder os 28%, só foi coerente com aquilo que fez durante o seu Governo. O senhor não tinha alternativa. Mas não estou falando tanto do senhor, estou falando do geral.

Como o dirigente sindical ou o militante se sente quando, ao se defender com os argumentos de que dispõe — que podem não ser tão sofisticados, mas são igualmente importantes —, diz: "Olha, nós teremos que eleger tal Governo porque vai melhorar a nossa vida, vai melhorar a sua vida". Ele cria uma expectativa e depois, como dirigente sindical — e aí, inclusive, o Lula fez observação —, não pode ser um dirigente sindical chapa-branca, tem de lutar pelas mesmas bandeiras que lutou desde sempre. Ao chegar como Governo do seu partido, ele diz: "Não, agora não defendo a mesma coisa que defendia antes". Qual é a lógica disso? Ele não é menos importante do ponto de vista de construção de um partido do que o Deputado, ou o Prefeito, ou o Governador.

Portanto, acho que, com esta atitude geral do PT, a que o senhor deu o nome de "choque de decência", devemos, sem rotular, descentralizar o poder no PT, porque chega de um partido de assessores, chega de um partido de eleitos. Que animação tem o militante do PT — o senhor, inclusive, fez a reflexão — para trabalhar para eleger alguém e depois continuar desempregado, sem sonhos, sem perspectiva?

A partir daí, portanto, creio que faz parte do esforço coletivo do PT descentralizarmos o poder. Quem disse que é o Governo, ou o Poder Legislativo, excluindo o sindicato? Hoje há uma discussão até no mundo jurídico. Por exemplo, houve quem defendesse, como o Fábio Comparato na Constituinte de 1988, que houvesse outros instrumentos de participação institucional com sindicatos, associações, no sentido de ampliar e não de restringir. Pareceu-me que o Sr. Cristovam Buarque centralizou-se no Poder Executivo, o que sou radicalmente contra. Se interpretei mal, quero ouvi-lo, mas me deu esse sentido a sua intervenção. Acho que, por exemplo, a eleição direta do Presidente do PT é para continuar combatendo setores organizados do PT e para o povo do PT, em sentido mais amplo. Gostaria de entender mais a sua proposta, porque, senão, sem ter aquele elo que nos unifica, que o senhor identificou, sem ter a ideologia, sem ter um debate franco e aberto, será que não estaríamos escolhendo um guru centralizador de poder, que, de repente, por acertar o discurso num determinado momento, vai ser o Presidente, mas não vai ter nenhuma condição de resolver problemas, digamos, que identificamos em nosso partido?

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Companheiros, tínhamos convencionado dez inscrições. Temos onze inscrições aqui.

Em segundo lugar, a avaliação é de um tempo médio de três minutos de intervenção. Senão, teremos a opção política de dizer que não vamos tirar a foto que nossa assessoria de imprensa entende interessante, importante, no âmbito do espaço de mídia que conquistaremos. Teremos problema de luz. Se o sol se puser, não haverá luz para tirarmos a foto em frente ao Congresso.

Então, vou dar a palavra por três minutos à 11ª inscrita, companheira Senadora Marina Silva.

A SRA. SENADORA MARINA SILVA - Primeiro, acho que essa discussão sobre a relação da nossa bancada ou das bancadas dos Estados com o Executivo é bastante complicada porque há um sério problema de inflação, que se dá muito no sentido do que já reivindicamos do Governo dos outros Prefeitos, do Governo dos outros partidos, aquilo que, para mantermos a coerência, muitas vezes temos de ser obrigados a ficar reivindicando dos nossos, para mostrarmos que não estávamos fazendo um pedido absurdo; mantemos esse pedido, mesmo que o Prefeito seja do PT. É um problema de desmoralização de bandeiras inflacionadas que temos historicamente dentro do nosso partido e que se traduz na relação com os nossos Governos.

O companheiro Nilson Morano falava também sobre o problema das eleições. Inflacionamos para ganhar a eleição com idéias e propostas nem sempre exequíveis e depois quisemos cumpri-las, cobrando do Prefeito, do Governador, e estes, às vezes, até se esconderam delas. Então, já criamos aí um problema.

Acho que no fundo de tudo isso há um problema que para mim é crucial, que é a concepção de poder que temos, que vai muito ao encontro do que disse o companheiro Deputado Arlindo Chinaglia, uma concepção em que o Executivo pode tudo e onde temos uma tradição de não querer dividir poder, porque precisamos de todo o mundo para ganhar, mas depois temos uma dificuldade em operar — e é difícil mesmo — em poder governar. É fundamental fazer-se essa partilha de poder no momento em que se está no Executivo. O Legislativo também quer fazer parte das vitórias do Governo e, como não tem como executar políticas, tem de ficar caudatário, muitas vezes, ou aprovando, pura e simplesmente, numa política chapa-branca, ou simplesmente sendo contra para se diferenciar, porque, ao final de contas, tem de continuar mostrando aqueles que são vinculados a uma determinada base, que continuam radicais, defendendo salário dos professores, uma meia passagem de ônibus, seja lá o que for, para poder manter uma certa coerência.

Então, temos essa dificuldade na relação entre as bancadas e o Executivo. Todo mundo, quando se trata de poder, quer ter duas coisas que são fundamentais: a autoria e o reconhecimento. Enquanto não formos capazes de dividir a autoria para que nos nossos Governos todos sejamos reconhecidos, vai continuar esse problema da relação da bancada e do Executivo.

Por último, acho que, como bancada, temos de fazer uma certa autocrítica, porque, às vezes, há um certo populismo do Legislativo face a determinadas medidas do Executivo. São coisas mesmo para fazer média com a nossa base, com a sociedade, em detrimento dos interesses maiores do Estado ou do Governo, que é do nosso partido. Por exemplo, quando tínhamos a Prefeitura de Rio Branco — esse é um caso muito interessante —, o nosso Secretário de Educação fez uma proposta de remanejamento de professores: pegar mais ou menos três professores por dez alunos em cada escola do centro e colocá-los nas escolas de periferia, porque defendíamos que os filhos dos pobres tinham de ter educação de qualidade. Só que ninguém queria — professores do PT, do PCdoB e do PV — dar aula na periferia.

Apresentamos uma proposta concreta ao Secretário para fazer o remanejamento. Vai todo mundo para a periferia agora. Houve uma revolta de cabo a rabo do PT, do PCdoB e do PV, liderada pelo PMDB, deixando o nosso Secretário e o Prefeito acuados. Os nossos Parlamentares, com raríssimas exceções, nem apareceram lá.

Eu sou professora. Tinha obrigação moral de estar lá. Fui para lá defender a proposta do Governo e do Secretário, que estava corretíssima. E o que aconteceu? Na primeira votação eles tiveram 95%, e nós tivemos só 5 votos. Na segunda votação, com a intervenção do Secretário e a minha intervenção como professora e Deputada, revertemos o quadro e ganhamos a proposta com a base dos professores.

Então, creio que muitos problemas que enfrentamos apresentam todas essas questões que citei, mas, acima de tudo, há, às vezes, um pequeno problema em que procuramos fazer uma certa média para facilitar a nossa vida numa próxima eleição. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Muito obrigado, companheira Marina Silva. Com a palavra o companheiro Nelson Pellegrino, por três minutos.

O SR. NELSON PELLEGRINO - Compreendo que a relação entre o Executivo e o Legislativo, nos movimentos sociais, não é pacífica, muito menos em um momento como este de agudização da crise no Brasil, do problema fiscal que a Administração Pública enfrenta. Isso acaba determinando uma margem de manobra menor, uma dificuldade maior.

Temos de saber, com clareza, que cada um tem o seu papel. O Executivo tem o seu papel, o Legislativo tem o seu, os movimentos sociais têm o seu, e os dirigentes do movimento social também têm o seu, mesmo sendo do PT, que é dirigir e defender os interesses. Cabe ao Legislativo o seu papel de legislar, e ao Executivo o seu papel de governar, mediando, inclusive, os conflitos. Em última medida, cabe ao Executivo mediar os conflitos, evidentemente, com o apoio do Legislativo.

Entendo que essa relação entre o Legislativo e o Executivo é de partilha, de parceria. Quando o Executivo tem a capacidade de ser parceiro do

Legislativo e de buscar essa parceria, ele tem solidariedade. Caso contrário, essa solidariedade não existe. E não são apenas as relações das administrações do PT com as bancadas do partido, mas também onde o PT não é administração, em que há o apoio a outros partidos. Quando não se discutem as propostas, não há solidariedade. Não se pode ter solidariedade com quem não se discutiu, com quem não se construiu coletivamente. Essa é uma questão fundamental. Se não for construída essa relação de parceria, de construção conjunta, dificilmente vai-se ter solidariedade. Peço, inclusive, que o Governador Cristovam Buarque e o Prefeito Celso Daniel falem um pouco sobre isso.

Quero falar também sobre o tema que o Celso apresentou, que considero fundamental. Está nesta Casa uma proposta do Governo de ampliação do Fundo de Estabilização Fiscal. Essa proposta, como foi dito inicialmente, rompe o pacto federativo e inviabiliza os Estados e Municípios. Penso que temos feito muito pouco, sinceramente, não somente as nossas Prefeituras — e temos algumas importantes sob o controle do PT —, mas os Governos dos Estados e a própria bancada do PT, no sentido de se partir para uma ação não só parlamentar, mas em termos de atuação dos Prefeitos e mobilização da sociedade, para tentar inviabilizar a aprovação dessa medida. Fica parecendo que já aceitamos que o Fundo de Estabilização Fiscal vai ser ampliado e que vamos aceitar, vamos administrar uma crise que ficará maior ainda.

Creio que, neste momento, em que estamos discutindo relação entre bancadas e administrações, temos de discutir, inclusive, como se dá esse processo de mobilização, porque muitos Parlamentares que estão aqui, a totalidade, têm suas bases políticas, são dirigentes de movimento social, são dirigentes partidários, e entendo que temos de fazer uma mobilização em relação a isso.

Recentemente, o Congresso derrotou uma medida, o aumento da contribuição dos ativos e a instituição da contribuição dos inativos. Entendo que o Congresso também pode derrotar uma medida como essa, se houver mobilização, mas, com a situação que se apresenta, considero isso muito difícil.

Por último, faço uma pergunta ao Cristovam. Tenho um grande respeito pelo Cristovam, pela sua administração no Distrito Federal. Na campanha eleitoral usamos muitos exemplos do que de positivo foi feito nesta administração, como a bolsa-escola e outros programas. Mas fiquei sem entender uma questão, e acompanhei esse processo também pela mídia. No segundo turno, Cristovam, surgiram, pela mídia, não sei se indevidamente, informações de que você teria apoiado candidatos, tanto em Minas como em Goiás — e me parece que no Piauí também —, que não foram apoiados pelo partido no Estado. Há também essa preocupação. Tanto você, como o Celso, como qualquer outro administrador do partido, membro do Executivo, têm um nível de autonomia, mas, se estamos querendo construir um novo partido, uma nova relação, tem de haver essa preocupação, pois isso cria problema, como tem acontecido. Somos de um partido identificado como partido único. O que um prefeito no interior de qualquer lugar faz e dá problema pagamos na Assembléia Legislativa da Bahia e no Congresso Nacional. Então, temos de ter também essa preocupação.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Eu não estava presente, mas creio que o acordo feito foi de que todos vão falar e, depois, as questões serão respondidas.

Companheiro Welinton, a Mesa pede que as balinhas do Acre também cheguem aqui. Com a palavra o companheiro Welinton, por três minutos.

O SR. WELINTON - Senti-me, em parte, até contemplado com a pergunta do Deputado Arlindo Chinaglia em relação ao Cristovam. Quero apenas complementar, além de tratar dessa questão, sobre como se deu esse processo dentro do Poder Executivo, essa relação com a bancada do ponto de vista da força do Poder Executivo e do partido também.

Só para citar esse exemplo do Piauí, mencionado juntamente com Minas, aconteceu um fato engraçado. O Cristovam gravou um programa que foi usado no programa eleitoral do Hugo Napoleão, que é do PFL, e o PT, que tinha criado uma posição de neutralidade, foi para o programa do Mão Santa, a direção estadual lá, que terminou ganhando a eleição. Isso causou problemas no Estado. Estive até aqui conversando com a bancada na época.

Quero reforçar esse ponto que apresentou o Celso Daniel, da necessidade de se ter, de forma mais fortalecida, um escritório ou uma SNAI, não sei qual é a estrutura adequada, que possa trabalhar melhor essa relação dos membros do Executivos com a bancada.

Cito um exemplo recente. No Piauí, temos uma única Prefeitura, de uma cidade pequena, Alagoinha. Estive com eles; queriam fazer uma emenda ao Orçamento. Conversei com o Marcelo Déda, com outros Parlamentares, recebi as orientações, e eles a mandaram para cá. Não foi acatada, não foi encaminhada no Orçamento. E o interessante é que foi o único ano em que isso ocorreu, porque, nos anos anteriores, quando tínhamos uma aliança com o PSDB, uma boa relação com o Prefeito e com o pessoal do PMDB, o pessoal desses outros partidos incluía a emenda. Neste ano, que ficou a cargo do PT, não vai haver emenda nenhuma para esse Município. Nessa relação de acompanhamento de projetos, enfim, há uma dificuldade de entendimento que precisa ter um assessoramento maior do partido, nessa relação com a bancada, para ajudar nesse trabalho.

Quero finalizar, Cristovam, dizendo que em 1995 fui Presidente do Diretório Regional do partido no Piauí e senti muito a distância entre a direção do partido e as bases. Encaminhei ao Deputado José Dirceu e às secretarias um esboço de proposta de implantação de eleições diretas no partido. A idéia é que haveria uma eleição à parte para Presidente e o Diretório seria uma espécie de conselho proporcional, garantindo-se a presença no conselho do Presidente de cada Diretório Regional. Não há como eu ser Presidente do Diretório de um Estado e não ter parte na direção nacional do partido. O Executivo seria feito de forma separada, como sendo Executivo, sem a proporcionalidade, por exemplo. E haveria uma proporcionalidade no Diretório, no Conselho, relativamente ao número de filiados, no âmbito nacional. Isso valeria para as direções nacional, estadual e municipal, inclusive podendo ser uma eleição só. E haveria um ponto de votação em cada local em que houvesse um núcleo do partido. Onde houvesse um núcleo do partido haveria debate, haveria votação.

Entendo que isso valoriza o núcleo, dá maior legitimidade, força um debate, e, creio, traz um avivamento das questões do partido. Portanto, também quero defender essa tese aqui. Era isso.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Com a palavra o companheiro Chico Vigilante.

O SR. DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Esta reunião é importante e está-se dando em um clima interessante, com a participação de 60 Deputados Federais, porque, de certa forma, estamos discutindo teoria. Gostaria de ver o clima da reunião se tivéssemos ganhado as eleições presidenciais e os 60 Deputados estivessem agora debruçados em cima do monte de projetos que o companheiro Lula teria de encaminhar imediatamente ao Congresso Nacional, convocando-o para começar a aprovar as leis necessárias para as mudanças, leis que iriam mexer, de certa forma, com cada uma das bases dos Deputados que estão aqui.

É isso o que acontece nos nossos Estados e é com isso que nossos Governadores têm de ter cuidado na hora das discussões, porque os companheiros são eleitos e, depois, cada medida que se tem de tomar mexe com a base de um Deputado, e este não se subordina ao partido. É esta a realidade.

Falamos muito da cobrança em cima do Executivo, mas nunca dizemos qual é o papel fiscalizador do partido com relação aos mandatos dos Deputados. Qual é a fiscalização feita em um mandato de um Deputado de qualquer Assembléia Legislativa ou de um Vereador de qualquer Câmara Municipal deste País? Quando é o Executivo, qualquer passo que o Executivo dá, estamos lá em cima.

Quando participei da disputa em 1994, em que ganhamos o Governo do Distrito Federal, ganhamos dizendo que era o PT que ia ganhar o Governo do Distrito Federal. Portanto, quando ganhamos, eu me considerei um Deputado governista. Afinal de contas, o PT tinha ganhado o Governo. A companheira Maria Laura também.

A partir do momento em que assumimos o Governo, houve a separação, no partido, entre os que eram petistas e os que eram governistas. Aí eu não entendi nada. Sou do PT, ganhei o Governo, estou no Governo e sou xingado de governista. O trabalho, então, era desacreditar os governistas

perante as bases petistas, o que, muitas vezes, é demagogia pura. Há o exemplo do "perueiro". Quando o Cristovam resolveu legalizá-los, nós, que queríamos a legalidade, estávamos brigando, e havia petistas apoiando os perueiros, inclusive para a invasão do Palácio do Buriti. Quando veio a questão da Polícia Civil, foi a mesma coisa. Fomos para a frente do Palácio defender o Governo, fomos vaiados pelos grevistas, e outros petistas apoiaram os grevistas. Houve momentos em que havia categorias em greve, e o nosso Secretário de Fazenda prestava solidariedade aos grevistas. Secretário de Fazenda não presta solidariedade, Secretário de Fazenda paga, se puder. Se não puder, não paga. E o Governador não o demitiu porque era do PT. Se o demitisse, viria aquela confusão toda em cima dele.

Três minutos não são suficientes para contar tudo. Gostaria que tivéssemos a capacidade de pôr no papel as experiências que temos, que são riquíssimas. Deveríamos escrever um livro a respeito desse relacionamento, para corrigir os erros, porque um dia vamos ganhar a Presidência da República e, nesse dia, se não estivermos preparados para fazer esse enfrentamento, vamos ser derrubados não por gente de fora, mas pelos nossos próprios apoiadores, que vão tramar a derrubada de um Governo nosso.

Portanto, creio que o Cristovam foi muito modesto; disse que não vai chutar ainda o pé da barraca. Quero que um dia ele resolva contar tudo. Também estou disposto a contar tudo o que sei para ver se modificamos o nosso comportamento, porque parece que nos educamos para a vida inteira sermos Deputados de oposição. A maioria dos companheiros tem vergonha de, quando ganha o Governo, assumir que é Governo, assumir que tem propostas corretas, que têm de ser defendidas. (Palmas.) Esse é o problema que tem que ser resolvido, se é que queremos ser um partido sério, com vocação para o poder. Obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Quando o PT ganhar, vou fazer um estágio de governo com você, porque quero ser muito governista. São dezoito anos de oposição. Vou fazer um estágio no Governo.

Com a palavra o companheiro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O difícil, Chico, vai ser ficar quatro anos aqui sem você e sem a Maria Laura. Mas sei que você vai voltar logo. Vamos ver se conseguimos sobreviver até você voltar com essa voz sincera e transparente, como é o seu estilo e que foi uma grande contribuição para o PT durante todo esse período.

Quero falar um pouco sobre o que disseram o Deputado Chico Vigilante e o Governador Cristovam Buarque. Você avança, Cristovam, na definição de uma série de questões com as quais tenho imensa simpatia. Primeiro, a idéia do papel da ética na política. Se não avançarmos na definição de alguns princípios fundamentais que reorganizem a nossa relação entre ética, economia, política e sociedade, não vamos avançar com o projeto histórico para pensar um partido para o século XXI.

Você tocou em algumas questões com as quais me identifico, como a globalização sem exclusão social, a idéia de ir além do crescimento econômico, que é algo que discutimos desde os anos 60, o desenvolvimento com distribuição de renda e, desde os anos 70, o desenvolvimento com preservação ambiental, o desenvolvimento sustentável.

Compartilho também a idéia de que temos de ir além da estabilidade, que a estabilidade é um valor importante e que o fim da inflação é fundamental para podermos tocar nas outras questões estruturais. Mas quero acrescentar duas questões nessa sua reflexão. Uma é que a ética tem um valor político imenso, mas não substitui a política. Devemos articular os interesses reais da sociedade, que passam pelo diálogo governo/partido, partido/sindicato, sindicato/governo/partido/militância, por esse mosaico de organizações que é a alma do Governo.

Por que quero dizer isso? Porque também estou totalmente de acordo com você: o mais importante neste País é colocar uma criança na escola. Não há nada mais importante. O nosso problema estrutural mais grave é criança fora da escola. No entanto, chega o momento da disputa eleitoral, vem um populista corrupto, com discurso demagógico, de que vai dar 28% de aumento e vai dar de novo terra para as famílias carentes, e ganha o voto entre os excluídos, que era a essência do Governo que você desenvolveu. Não é só que desenvolveu, mas efetivamente inverteu prioridades em direção a isso.

O que faltou? Faltaram valores éticos? Faltou horizonte histórico? Eu diria que não, faltou a política. A política na relação com o partido, com a bancada, com os sindicatos. Lá embaixo quem vai ter de enfrentar a Direita, o poder econômico, o poder de corrupção que um Roriz tem — que já não deveria nem ser candidato a Governador, deveria ter sido cassado na CPI do Orçamento, que o Passarinho não deixou; se dependesse de mim, apresentava toda denúncia que existia naquela época, e a história do Brasil teria sido outra — é o militante que está no bar, é o militante que está ali vizinho, é ele que deve ter argumentos, que tem de estar convencido.

Uma questão fundamental no Governo popular é a participação popular, os canais de participação, de discussão, de construção de prioridades para que possamos avançar. Isso é um diálogo de duas mãos.

Quero terminar dizendo que há contradições entre esses interesses, mas não são contradições antagônicas, são contradições que podem ser superadas exatamente pela construção de um projeto histórico e por um diálogo permanente, que tem faltado no nosso partido.

A segunda ponderação que quero abordar é em relação à questão da estabilidade. Concordo que temos de ir além da estabilidade, só que não existe uma política de estabilização que seja neutra. Esta política de estabilização é incompatível com o crescimento, especialmente é incompatível com o sentido do desenvolvimento que queremos dar com distribuição de renda. E, sobretudo, é incompatível com o combate à explosão social e com a soberania do País.

Temos de ter competência de defender o valor da estabilidade, mas dizer que não é possível estabilizar a moeda com âncora cambial, com a abertura radical da economia, com destruição das finanças públicas, com destruição do patrimônio público. Essa política levou o País para a concordata, para a recessão, para um desemprego recorde na história do Brasil, para uma vulnerabilidade externa sem precedentes. Não temos como eleger esses valores éticos conciliando com essa política. A essência dessa política é a dependência e a vulnerabilidade, que é o quadro a que estamos assistindo.

Isso também é um problema político e não é fácil. O risco que corremos de ser contra a estabilidade e perder esse valor fundamental é grande. Mas também há o risco de aderirmos à idéia da estabilização sem fazer a crítica, que não é a única possibilidade de estabilização. Estabilizar com o crescimento econômico: não adianta estabilizar moeda desestabilizando a sociedade e a economia.

Por último, faço um comentário sobre a questão dos economistas. Repete-se isso várias vezes, e sempre faço questão de protestar. O problema da fome no Brasil não é um problema dos nutricionistas; o problema da ecologia não é dos biólogos; o problema das relações sociais não é do sociólogos, não é culpa dos sociólogos, talvez desse Presidente sociólogo; é culpa de um projeto político.

Então, não posso aceitar isso, porque é uma desqualificação profissional, e os economistas, quando as coisas vão bem economicamente, são colocados num papel que não lhes cabe e, quando vão mal, também são colocados num papel que não lhes cabe. Os economistas estão divididos por interesse de classe, por interesse político, por interesse ideológico, e eu não compactuo com um monte de coisas que estão por aí. Portanto, não me identifico, quero preservar minha identidade profissional e não quero aceitar esse comentário.

Hoje o Pinochet está preso, retido na Inglaterra, provavelmente vai ser julgado por crimes contra a humanidade, contra os direitos humanos, é uma questão jurídica fundamental que estamos discutindo. E há um mês, depois de vinte anos, o estádio em Santiago tinha mais de 100 mil jovens prestando homenagem ao Allende, que morreu sem que o Governo dele tivesse sido reconhecido no seu tempo como tendo ousadia e compromisso, o que a história reconheceu.

Guardadas as devidas proporções, sinto nas ruas de Brasília que o povo já se arrependeu do que aconteceu. Nesses quatro anos o Sr. Cristovam deveria realmente elaborar essa experiência, produzir essa política, ouvir mais as críticas ao Governo, o diálogo, ajudar a construir um projeto

político para o partido. Tenho certeza que daqui a quatro anos, Chico, você será um Deputado governista em âmbito nacional e no Distrito Federal, porque vamos voltar a governar o DF e o Brasil. Por isso esta discussão é muito importante. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Com a palavra o companheiro Vicente Trevas, que dispõe de três minutos.

O SR. VICENTE TREVAS - Primeiro quero parabenizar a Liderança da nossa bancada na Câmara dos Deputados por esta iniciativa. Quero dizer que na formatação do seminário fomos procurados pela Liderança para, juntos, pensarmos e comentarmos a pauta do encontro. Portanto, esta reunião de hoje já é uma intervenção prática no tema da relação da bancada com os Executivos. Estamos operando e construindo esta relação. Entendo este Seminário como sendo o momento certo.

Mais ainda, quero reforçar as considerações e as propostas do companheiro Celso Daniel, destacando a idéia de uma Vice-Liderança que poderia estar de forma permanente operando essa relação, lembrando que já há um precedente na história da bancada, quando num certo período foi constituído o Vice-Líder que, antes de ser Líder, assumiu essa função. Há um precedente a que teremos de fazer referência e menção.

A partir da gestão do Machado como Líder da bancada, associamo-nos a uma assessoria na Liderança da bancada, para tentar operar um pouco essa relação das demandas dos nossos Executivos à nossa representação parlamentar aqui em Brasília. Portanto, reafirmo o meu entendimento de que estamos tentando construir essa relação.

Tenho uma proposta de encaminhamento a apresentar à nossa bancada e à sua Liderança no seguinte sentido. Para consolidar essa relação da bancada com os nossos Executivos, teremos de, primeiro, tentar explicitar os operadores dessa relação. Isso é fundamental. E não só os avalistas; é evidente que os Prefeitos, os Governadores e a bancada no seu todo são avalistas da relação. Além do avalista, que é um passo importante, devemos de ter os operadores.

Um segundo tema importante é construir a agenda dessa relação. Não pode ser só uma declaração de intenção, temos de ter uma boa relação que deve ser materializada numa agenda. Qual vai ser, no próximo mandato, a partir de fevereiro, a agenda dessa relação da bancada federal com os nossos Executivos?

Nesse sentido, proponho, se for possível, no final de fevereiro, na última quinta-feira, dia 25 de fevereiro, ou na primeira quinta-feira de março, dia 4, uma reunião para tentar explicitar os operadores e a agenda dessa relação; evidentemente, uma reunião que tivesse a participação do Líder da bancada, na possibilidade de existir esse Vice-Líder, dos nossos três Governadores, das nossas duas Vice-Governadoras, dos representantes dos Governos Estaduais em que não temos a vice-posição, da SNAI, da Presidência do Partido, da Secretaria-Geral para formatar tudo isso.

Refiro-me à agenda dessa relação porque há uma agenda própria do Parlamento, que tem uma incidência na agenda dos nossos Governos. Por exemplo, a cooperação internacional, os companheiros da Comissão de Relações Internacionais, é fundamental que possuam uma agenda comum. Através dos nossos Governos Municipais operamos no circuito das mercocidades, que é um instrumento importante de política internacional, e assim por diante. Mais ainda, estamos convencidos de que o espaço do Congresso é de articulação da questão municipalista e vivenciamos neste ano essas iniciativas.

Com isso apenas reforço os parabéns à nossa Liderança da bancada. Insisto nessa proposta de uma reunião a curto prazo. Até lá, certamente, a direção do partido, através de proposta nossa, da SNAI e sugestões, vai também trazer a sua participação. É uma relação trilateral.

Por último, quero pedir que se pautem na discussão da bancada a relação com os nossos Governos de coalização. Não sei se o meu querido amigo Milton Temer está aqui presente, mas não me contento na posição que ele enunciou. Por isso estamos tendo este diálogo, esta discussão da nossa relação partidária com os Governos em que não temos os Governadores. Não somos comissão julgadora para achar se o desfile está bem, se a ala das baianas ou a coreografia estão bem. Somos comprometidos com o sucesso desses Governos. Nesse sentido, peço, se for possível, que se agende esta discussão.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - O companheiro Trevas falou durante cinco minutos, mas foi como se fossem dois.

Com a palavra o companheiro Waldir Pires, penúltimo orador inscrito, e a companheira Maria Laura, nossa brava companheira do DF, vai encerrar a reunião.

O SR. WALDIR PIRES - Gostaria de dizer aos companheiros que uma reunião como esta fortalece dentro de mim, seguramente não sou aqui dos mais jovens, a confiança de que vamos vencer esta batalha política que aí está. A experiência deste partido, as relações com a bancada, as diversas preocupações que ouvi aqui ao longo deste dia são coisas a que, a esta altura da minha vida, estou assistindo pela primeira vez, nesta primeira reunião de bancada de que participo no Partido dos Trabalhadores. Portanto, é algo profundamente novo no processo brasileiro.

Disso tudo resulta para mim um sentimento de otimismo, de confiança, de aprovar o prognóstico de Aloizio Mercadante de que vamos ser capazes de vencer a crise política deste País. É uma crise política do mundo, é um desencontro brutal da civilização que estamos vivendo; é a incapacidade de um sistema produtivo que perdeu absolutamente seus controles e suas limitações, sobretudo as éticas, e não alimenta a humanidade, não protege a vida, abandona as crianças.

Quando Cristovam menciona, na sua bonita intervenção, o dado essencial de todas as crianças na escola, fica claro que esse sistema que aí está, essa concepção de sociedade, esse Estado atual não permite isso, não permite que as crianças estejam na escola, não permite que todas as pessoas possam comer, neste País de fome, de gente que morre de fome. Fico na dúvida, sem saber qual é a prioridade: que todas as crianças estejam na escola ou que todas as pessoas comam todos os dias e possam sobreviver.

No fundo, portanto, os senhores estão aqui, nós todos estamos aqui buscando fazer com que essa crise política seja resolvida politicamente, e na política nunca podemos desconsiderar a ética. A ética significa que as relações econômicas e de Estado têm como objetivos essenciais a vida e as pessoas.

Dessa maneira, quero transmitir o sentimento de otimismo de que vamos ter uma solução política. Todos nós sabemos que, no fundo de toda a questão econômica, o que existe é uma questão política a ser definida. Trata-se de retomarmos o destino de nosso País e de fazer com que seja possível que ele não perca sua soberania; que a Nação brasileira sobreviva e que sejamos capazes de incluir todos os cidadãos nesta Nação de nós todos. Essa é a luta política das relações políticas, do comportamento político, da linguagem política, da metodologia política, da forma, enfim, para que tornemos politicamente viável uma mudança profunda dos modelos de sociedade e de Estado que aí estão e hoje se desmoronam em nossas esperanças como modelo de sociedade e de Estado, que precisa ser o instrumento mais válido para a transformação de uma sociedade como a nossa.

Quero dizer aos senhores que saio daqui mais otimista do que nunca em relação a minha convivência com o Partido dos Trabalhadores. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Muito obrigado, companheiro Waldir Pires.

Concedo a palavra à companheira Deputada Maria Laura.

A SRA. DEPUTADA MARIA LAURA - Pensei que fosse a quinta oradora inscrita. Não vi os companheiros levantando a mão.

Em primeiro lugar, quero dizer aos companheiros que não vamos estar juntos nessa batalha, nesse campo, mas sempre estaremos firmes e fortes na luta.

Sem dúvida alguma, estamos fazendo uma discussão da maior importância num momento em que temos grande experiência no combate político a esse projeto, temos experiências executivas superimportantes, grande expectativa da sociedade em relação a nós, e muita esperança. Saímos de um processo eleitoral que mostrou ter o eleito um terço da população a seu favor. Esses parâmetros são importantes para que nos orientemos na intervenção concreta que precisaremos fazer no próximo período.

Essa não é a discussão, mas achei que deveria fazer essa referência agora, porque penso que a responsabilidade do PT é cada vez maior, por estar ela em relação direta com a expectativa social desenvolvida em relação a nós.

A outra questão diz respeito às experiências que vivemos em Brasília, como certamente em Santo André e em tantos outros lugares. Elas são tão ricas, que dificilmente podemos compreendê-las e apreendê-las em seu tempo, enquanto acontecem. Portanto, acho também da maior importância refletir sobre elas. Quero destacar agora a discussão que para mim é central nesse tema: a relação entre as bancadas e os executivos do PT. Acho que a discussão é do PT, é da concepção partidária, é de rumos, é sobre a nossa intervenção concreta neste momento, hoje, final de século, aqui e agora, com as responsabilidades políticas e sociais que já temos, porque construímos para tê-las, e porque a sociedade passou a nos ver como uma opção. Aí está a discussão central, e é nessa medida que me encontro, de certa forma, com a intervenção do Governador Cristovam Buarque. Vejam bem: qual é nossa questão central? Somos um partido, portanto, precisamos ter políticas claras para apresentar como alternativa à sociedade. E, dependendo do espaço social em que fazemos nossa intervenção, temos nossos pedaços de partido. E isso é um problema. Acho que nos perdemos aí exatamente porque ainda há esse buraco, que é a definição de rumos e de estratégia política para hoje. Portanto, para também estar discutindo e construindo o poder que entendemos como aquele que vai possibilitar à sociedade brasileira sair do buraco no qual ela está metida.

Enquanto falavam o Deputado Chico Vigilante e outros companheiros, estava aqui pensando: por que há tanta unidade — acho que o Deputado Marcelo Déda vai concordar com isso — entre nossa bancada federal e a política partidária? Será que não temos nossas diferenças? Nós temos, no entanto, somos capazes de definir ações comuns que nos unifiquem, independente do outro embate nosso. Por quê? Porque nos colocamos na defesa de um projeto que às vezes não está claro para nós inteiramente e nos colocamos contra um projeto que está sendo concretizado. Aí nós fazemos a unidade. Quando vamos limitados para o Executivo, como foi nossa experiência aqui, diria para os companheiros rapidamente: nosso problema não foi não haver reunião entre executiva e bancada ou entre Cristovam e bancada. O problema é que, quando passavam pela porta de vidro, muitos falavam do jeito que queriam. Por isso, digo que a discussão é partido. Fica, então, a seguinte pergunta: como vamos construir objetivamente isso?

Agora, isso é exclusividade da relação partido e executiva ou bancada e executiva? Não. Para que há o movimento sindical? Por que temos tantas chapas disputando a mesma direção no sindicato? Por que não achamos também que isso é grave para a imagem e a responsabilidade social do nosso partido, tanto quanto nossas diferenças quando ocupamos um cargo maior no Executivo, porque lá, inclusive, está a nossa escola de origem?

Acho que a nobre Senadora Marina Silva levantou questões muito importantes, muito importantes mesmo. Como não fazemos, muitas vezes, a discussão partidária necessária, mesmo no movimento sindical, respeitando a autonomia, assumimos coisas as quais depois não sabemos direito onde se metem. Alguns companheiros dizem assim: "É melhor não sermos Executivo, porque vou garantir meu discurso radical sempre". Porém, vou influenciar muito pouco na mudança e na transformação efetiva.

Acho que essa é a discussão central de hoje. Eu me somo àqueles que acham que temos todas as condições de nos apresentar concretamente como alternativa. Vêm aí as eleições para as Prefeituras no ano 2000, daqui a dois anos. Penso que é responsabilidade deste partido realmente aprofundar seus rumos, sua direção e sua política, do ponto de vista de programas e ações unitárias, independente de outras diferenças, para que, de fato, sejamos uma alternativa de Governo e de poder para a maioria do povo brasileiro. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - A fase de intervenções acabou. Não sei como ficou acertado, mas devolvo a palavra aos companheiros para fazerem comentários.

Concedo a palavra ao Sr. Celso Daniel, Prefeito de Santo André.

O SR. CELSO DANIEL - Em minha opinião, a Mesa tratou de dois temas bastante diferentes entre si. Evidentemente ligações existem, mas são dois temas muito diferentes entre si.

Um grande tema, que polarizou praticamente todas as intervenções, a respeito do qual não me posicionei, é essa relação entre Governo, partido, movimentos sociais e bancadas ligadas diretamente aos governos de referência. Não me posicionei a respeito desse tema nem vou fazê-lo, até por respeito ao Plenário em relação à limitação de tempo, mas quero pelo menos deixar registrado que teria grande interesse em também participar deste debate.

A Mesa também trabalhou com outro pequeno tema, mais restrito, a respeito do qual muito menos foi falado: é exatamente aquele no qual centrei minha intervenção. Vou fazer apenas algumas observações relativas a minha primeira fala.

A outra questão que eu tinha abordado é a relação entre as bancadas do PT no Congresso Nacional e os nossos Governos Estaduais e Municipais, algo bastante diferente da outra discussão, insisto, que polarizou quase todas as intervenções. Em relação a essa, como eu tinha dito antes, há imensas dificuldades em se estabelecer uma relação frutífera e sistemática entre as bancadas no Congresso Nacional e nossos Governos Estaduais e Municipais, inclusive aqueles em que temos coligações — nesse ponto, concordo também com a preocupação levantada pelo Sr. Vicente Trevas.

São dificuldades imensas, por exemplo, em relação aos Governos, sobretudo os Municipais, por causa de sua pulverização, dificuldade de articulação e assim por diante, mas há dificuldades aqui, no Congresso Nacional, também. Eu tinha falado que uma dessas dificuldades diz respeito, sobretudo, à maneira como as coisas acontecem no Congresso Nacional, com muita rapidez, trabalhando sempre na tentativa de apagar incêndio, indo atrás da agenda do momento e, portanto, sendo sempre um entrave para a elaboração e para o acúmulo mais sistemático de questões. Mas quero agregar mais uma — esta é um ponto de vista pessoal que quero apenas deixar registrado. Até em função do fato de estar o Congresso Nacional sob os holofotes da mídia e em relação direta com o Governo Federal, creio que haja a tendência de o Congresso Nacional — incluindo, é claro, por decorrência, nossas bancadas — não levar na devida conta o que, afinal, é ou gostaríamos que fosse este Estado-Nação e, portanto, o que é ou gostaríamos que fosse a Federação brasileira, levando em consideração também os diferentes níveis de Poder e de Governo, envolvendo comunidades e Governos locais. Isso tende a ser subestimado em função exatamente da maneira como funciona o Congresso Nacional e da maneira como ele está diretamente relacionado à mídia e ao Governo Federal.

Creio que o papel do Congresso Nacional, e sobretudo das bancadas do PT, ter uma visão mais universal. Pode parecer uma contradição o que estou dizendo, mas acho que ter uma visão mais universal é pensar ou buscar a redefinição do que pode ser o Estado-Nação no Brasil e, portanto, um projeto alternativo de Nação a esse que está aí. Isso envolve, certamente — como dizia José Luís Fiore num daqueles livros cuja leitura o Deputado Milton Temer recomendou —, aproveitar a janela de oportunidades que está colocada diante dos Estados-Nação e também do Brasil, indo contra à idéia da visão única, do consenso, mas também considerar que essa redefinição do Estado-Nação passa necessariamente hoje, em função das transformações internacionais, pela maneira como este País se insere nas relações internacionais, nas articulações supranacionais. E, nesse nível, existem diferentes projetos possíveis e diferentes maneiras de ver como se podem dar, configurar e fortalecer essas relações supranacionais. Da mesma forma, acho fundamental que se dê conta também dessa visão mais universal de um Estado-Nação redefinido de qual seja o papel de União, Estados e Municípios, ou, mais propriamente, do Poder Central, dos poderes regionais ou estaduais, dos poderes municipais ou locais, dentro desse novo Estado-Nação que queremos construir. Isso tem de ser debatido, porque hoje se está produzindo no Brasil um novo Estado-Nação, com uma nova Federação, como também tem sido denunciado por pessoas, como o próprio José Luís Fiore, que fala desse esgarçamento da Federação, a que me referi, está diretamente ligado a políticas direcionadas através do Consenso de Washington, está diretamente relacionado à guerra fiscal que se instalou neste País. E não foi apenas neste País que a guerra fiscal se instalou, porque isso também é uma forma de manifestação própria a outros países, a outros estados-nações.

Creio que seria fundamental dar-se conta do fato de que, no âmbito regional e no âmbito local, existem potencialidades importantes — e quero insistir aqui nisto —, existem potencialidades importantes para a construção de um projeto de estado-nação. Não existem apenas potencialidades importantes para a construção localizada de experiências interessantes, que podem servir como referência mais ampla, não apenas como referências em termos de acúmulo de forças para um outro momento, não apenas em relação a isso, mas também em relação à construção de um novo pacto federativo e, portanto, de uma nova proposta de Estado-Nação que dê conta de todos esses aspectos e não apenas da relação direta, que é o que tende a polarizar aqui entre Legislativo e União, em função, é claro, também do dia-a-dia que atravessamos e que a nova bancada também necessariamente vai atravessar.

Eu queria fazer este registro, dizer que eu novamente estaria muito interessado em participar desse debate e também tenho todo interesse em participar de outros debates de natureza nacional, como a questão da reforma tributária. Acho ruim participarmos de maneira ativa de algumas coisas, quando estamos aqui

desempenhando algumas funções; então, vamos para outras funções, mudamos completamente de rumo e deixamos um acúmulo para a bancada atual e para a nova bancada, outros companheiros e companheiras, da qual eu também gostaria de participar, junto com tantas outras pessoas.

Em suma, queria reforçar o fato de que a definição de uma agenda concreta, que é aquilo que o Vicente Trevas sugeriu, passa, a meu juízo, também pela reflexão mais ampla, em termos desses contornos gerais que tentei expor aqui, porque é ela que pode — e eu queria insistir nisso — realmente lançar luz a respeito da nossa ação, como bancadas federais, bancadas aqui do Congresso, na relação com movimentos municipalistas ou interesses estaduais, para que não se caia apenas na defesa municipalista estreita ou na defesa dos interesses estaduais também estreitos, mas se articule a defesa desses interesses, na medida em que eles façam parte de um projeto mais amplo, de um projeto nacional, que acho que estamos tentando construir. A bancada já deu mostras, como já foi ponderado aqui, em várias oportunidades, que tem competência e tem condição de contribuir concretamente para essa construção.

Quero reforçar aqui as propostas de estabelecer um Vice-Líder para fazer essa relação entre bancadas nossas daqui e Governos estaduais e municipais; mas, mais do que isso, estabelecer, na verdade, um grupo de trabalho coordenado por esse Vice-Líder, que deite raízes aqui na bancada federal, que não deixe na mão apenas de um Parlamentar ou de uma Parlamentar, porque isso será certamente insuficiente, não será operacional e não terá condições de ir à frente. Se isso criar raízes, essas coisas podem funcionar de uma maneira muito mais qualificada do que conseguimos fazer até agora.

Se, além disso, conseguirmos fortalecer o papel da Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais diretamente aqui em Brasília, com operadores que se articulem também como pessoas específicas na nossa assessoria técnica de bancadas, acho que teremos um quadro muito mais positivo para enfrentar essa relação específica entre bancadas, Governos Estaduais e Governos Municipais.

Quero agradecer novamente o convite feito pela bancada e pela SNAI, para participar aqui. Gostaria de estar muito mais presente do que estive nesses últimos dois anos, aqui em Brasília, junto com vocês. Muito obrigado pelo convite, novamente. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Tem a palavra o Sr. Governador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE - Vou tentar responder às perguntas, começando pela do Deputado Arlindo Chinaglia, que fez algumas considerações.

A primeira é a de que o Executivo está cheio de tecnocratas. Pior: está cheio de ditadores. Cada secretário, cada chefe, o Governador também e o Prefeito sentem-se um pouco ditadores. Isso é verdade, temos de quebrar isso, mas nem sempre é fácil, porque a subordinação aos Parlamentares seria colocar-se debaixo de outro ditador. É o partido que supera isso.

Aqui, volto a falar — falei e quero repetir: o partido é um aglutinador, mas ele só aglutina quando está aglutinado. Hoje, o nosso não está plenamente aglutinado. A Deputada Maria Laura tocou nesse assunto de maneira correta.

Quanto ao problema de líder sindical e de militante, é claro que se chocam, mas vai haver a hora em que a pessoa terá de escolher se quer ser líder sindical ou militante. Há horas que não dá, sobretudo em uma sociedade com um **apartheid** social como a nossa. Há momentos em que ser líder sindical... leal, não estou falando dos que são picaretas, não. Para definir a sua categoria, vai afastar-se.

Por isso, defendo que o partido se afaste de sindicato. Não é a mesma coisa. Toda vez que um partido chega ao poder, os sindicatos ganham autonomia. Na Espanha, ocorreu isso. Era a mesma coisa: o partido socialista e as frentes socialistas sindicais. Chegou ao poder, de repente, estavam separados. Têm de ser autônomos. Sindicato é para fazer greve e lutar. Agora, não diga que é governo, não diga que é governo, diga que é líder sindical, diga que é sindicato. Quem é governo é o partido.

Quanto ao problema da eleição direta, V.Exa. perguntou qual era a vantagem? Acho que há três vantagens na eleição direta para Presidente do PT. Em primeiro lugar, mobiliza a militância. A nossa militância está perplexa, parada. Só se reúne no setorial de educação, no setorial de saúde, no setorial disso, e não se reúne no setorial do Brasil, não se discute um projeto alternativo de futuro. Uma eleição direta faria com os 200 mil militantes — acho que nem os 200 mil, mas que 100 mil militantes — façam realmente campanha e votem. Isso mudaria este partido.

Em segundo lugar, o candidato a presidente do partido na eleição indireta fala para o partido; numa eleição direta, ele vai ter de falar para a sociedade também, porque o debate dele sai nos jornais. Isso vai mudar a nossa maneira e o nosso discurso. Não vai falar só para tal tendência, para tal corporação, vai ter de falar para a população inteira. Os dez, quinze ou vinte debates entre os candidatos vão sair na mídia. Vai-se mostrar divergência interna, vai haver briga; o partido se desnuda, mas ele muda. É através de uma eleição direta que o partido e os seus líderes começam a falar para a sociedade também, e não só para os seus militantes, como numa sala fechada, no Hotel Glória, como fizemos da outra vez.

Finalmente, além de mexer com a militância e dialogar com a sociedade — e quebrar as tendências e as corporações, porque o discurso vai ter de ser amplo —, fundamentalmente trazemos a juventude para o nosso lado. A juventude hoje está se "lixando", mas na hora que estiver quatro ou cinco, durante dois ou três meses, circulando neste País, debatendo entre os nossos candidatos, os jovens nas universidades vão ficar a favor de um ou de outro; nas escolas de primeiro grau vão escolher o candidato do PT que eles querem para ele. Vai haver **bottom** no povo, na rua.

Nem radicalizo, como na Argentina, que permitiu que, para escolher o candidato, até quem não era do partido votasse — vocês sabem disso. Para escolher o De La Rúa, qualquer pessoa que não fosse militante de outro partido, porque, senão, poderia entrar para perturbar o processo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE - Não estou radicalizando, não. Não estou radicalizando. Fiz questão de dizer que não quero radicalizar este ponto, mas temos 100 mil militantes que podem votar. Gente, a beleza de, num dia só, 100 mil militantes do Brasil, nos mais diversos lugares do Brasil, irem visitar, isso muda a cara do partido para dentro e a cara dele para fora.

Quanto ao que foi dito pela Deputada Marina Silva, sobre descentralizar, sou favorável à total descentralização, mas a descentralização brusca do Poder Executivo, nas instâncias outras do partido... sabe o que vai acontecer? Tiramos o poder do Executivo, é verdade, do Prefeito, do Governador, espalha no partido — no partido não, porque o Governador é do partido, assim como o Prefeito —, espalha nos Parlamentares e sindicatos e afasta o povo. Em vez de botar menino na escola, vamos ter de dar aumento de salário para servidor; em vez de melhorar a saúde, vamos ter de gastar com prédio melhor para tal repartição pública. Só os organizados é que participarão. Se é para descentralizar, tem de descentralizar tanto que chega até aos próprios excluídos do processo normalmente.

O Nelson Peregrino expôs o problema da divisão entre o Executivo, sindicato, movimento social e Parlamentares. É verdade, mas quem unifica isso é o partido.

Não faz mal que eles fiquem separados. Quem unifica são os partidos.

Vou falar da sua cobrança sobre a minha participação no processo eleitoral em Minas Gerais e em Goiás, é verdade. Mas eu ouvi as pessoas do partido antes. Quase todos os Prefeitos de Minas Gerais, que eu saiba, pois deve haver muitos Parlamentares, a maioria estava na posição que eu estava.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE - Muito bem, erramos. Está bem, erramos.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE - Muito bem. Estou dizendo que ouvi os Prefeitos, não disse que ouvi o partido. Ouvi os Prefeitos. Agora, se eu fosse ouvir o partido, o partido teria tomado posição? Teria?

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE - De quê? De não participar. Muito bem. Então, o Governador daqui ia a Paracatu desfilando com o Prefeito de lá, ao lado de um candidato... acho que não foi traição alguma.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE - Então, foi dos Prefeitos também.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE - Está bom, está bom. Muito bem.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE - Então, errei com os Prefeitos. Perfeito, errei com os Prefeitos de Minas. Quanto a Goiás, foi parecido. Agora, no Piauí, não. Não apoiei ninguém no Piauí, não. O que permiti foi que usassem uma frase minha dizendo que a Bolsa-Escola deu certo aqui, no PT, deu certo no PSB, de Belo Horizonte, deu certo com o PFL, de Recife, e poderia dar certo no Piauí. E isso estou disposto a dizer, até que o partido me proíba.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE - Mas é isso que está faltando neste partido: definirmos para onde queremos ir. Queremos todo menino na escola? E para todo menino na escola, é a Bolsa-Escola? Qual era o problema de apoiar alguém de lá — o que não fiz —, desde que não tivesse um do PT, porque esse do PT iria estar apoiando isso também?

Finalmente, não me peçam para apoiar ninguém do PMDB. Se vocês fossem escolher entre qualquer outro e o PMDB em Minas, desculpem-me, mas Itamar Franco não teria o meu apoio, porque aqui são bandidos, e ele nunca criticou o PMDB daqui. E o que corria aqui é que foi o Luiz Estevão um dos que deu dinheiro para a campanha de lá. Verdade ou não, não sei. São bandidos. O PMDB, aqui, não é político, não; é bandido! E é do partido deles, e é do partido de Mão-Santa.

E aqui pesa, porque perseguem a gente. Perseguiram minhas filhas durante anos. A Polícia Civil é usada pelo PMDB daqui, o PMDB de Itamar Franco. Isso quero deixar bem claro. Esse, não contem comigo; do PMDB, não contem. O PT, por falta de uma linha, por falta de um projeto é que apóia o PMDB.

Quanto ao Aloizio, acho que faltou política aqui a nós. Isso é verdade, faltou política. Faltou até competência no diálogo, mas não faltou diálogo. Diálogo não faltou aqui. Acho que houve demais, demais. Agora, faltou competência nossa para fazer com que, no diálogo, as pessoas tivessem mais a opção cidadã do que a opção individual.

É claro que o eleitor sempre vai ser cidadão e sempre vai ser indivíduo, e sempre vai votar como indivíduo ou como cidadão. Não trouxemos o cidadão para votar, deixamos que os indivíduos votassem. A última pesquisa aqui dá 80% de apoio ao Governo, porque quem apóia o Governo apóia, sim ou não, como cidadão, não como indivíduo, apóia o Governo.

Há uma história muito boa, de uma amiga minha, que viu um gari com a bandeira do Roriz e perguntou onde o gari morava. O gari estava numa bicicleta. Ele disse. Ela sabia que lá nós havíamos colocado água, luz, esgoto, tratamento de esgoto, escola, posto de saúde, o Saúde em Casa e outras coisas, como Bolsa-Escola. Ela perguntou: "Como é que o Cristovam fez tudo isso, e o PT, e você votou no Roriz?" "Ah, ele fez tudo e o PT fez tudo lá, mas não fez nada para mim." Porque botar água, esgoto, escola, saúde, muitos não vêem como para ele, vêem para a cidade. Isso faltou em nós.

Talvez quatro anos sejam pouco ou talvez tenha sido realmente incompetência nossa. Com isso estou de acordo. Ou a revolução da consciência dura mais do que quatro anos, exige mais do que quatro anos, ou fomos incompetentes para, em quatro anos, fazê-la. Diálogo não faltou. Faltou mais política e mais competência, e acho que, principalmente, sobretudo, de minha parte.

Quanto ao problema dos economistas, passei quatro anos de governo dando aula como economista. Estou voltando, no dia 1º de janeiro, para continuar com a minha carga integral. Então, não tenho nada contra o economista. Agora, sou contra economista mandar no País, como sou contra militar mandar no País, médico mandar no País. (Palmas.) V.Exa., como Deputado, sou a favor que vote no País. É Deputado que manda no País, é Senador e é Presidente. Economista é para ajudar, e às vezes atrapalhamos, nós atrapalhamos muito.

Por quê? Porque os políticos se sentem subordinados à lógica econômica, quando a lógica é a ética que você defendeu. Para mim, é política; o instrumento é a economia. Para mim, uma das maiores tragédias brasileiras é esta: achar que a solução é econômica. A solução é política, é ética, é cultural, é até espiritual. E economia é um detalhe que resolvemos fácil quando tivermos o projeto claro. Economia resolvemos fácil.

Volto a insistir: consertar essas coisas é fácil, difícil é saber se a população está disposta a pagar o preço. É claro que tem de haver uma mudança cambial. Agora, quem está disposto a pagar o preço de continuar com esse câmbio absurdo ou o preço de mudar o câmbio? Porque qualquer um dos dois vai resultar um custo. Isso é problema para um partido dirigido por estadistas no conjunto, nós todos.

Foram essas as perguntas.

Apenas para complementar, eu quero dizer que fiquei muito satisfeito com os discursos que ouvi do companheiro Chico Vigilante e da companheira Maria Laura, sobretudo porque houve um diálogo muito bom aqui. Houve também muito conflito, mas é bom que tenha sido assim. O ruim é o conflito sem a definição de um rumo claro. Não é ruim o conflito que corre em torno de como chegar mais rápido a um destino, mas aquele que se dá sem direção, pelas coisas do caminho e não pelo destino aonde o caminho leva.

Grande parte dos nossos conflitos não aconteceram para saber como chegar lá, mas em torno de como agir neste momento, sem uma estratégia, sem uma perspectiva mais longa, sem o conceito de revolução na cabeça dos que conflitavam. Nós conflitávamos por interesses de grupos individuais, autoritários até, ou não.

Qual é o melhor caminho para a construção da sociedade que desejamos? Esse para mim é o grande debate que o partido tem de fazer. Aonde é que queremos chegar daqui a dez, quinze, vinte ou trinta anos? Não se trata de saber se vamos chegar com ou sem estatais, mas aonde queremos chegar. Depois discutimos se será com estatais ou não. Não se trata de saber se chegaremos com maior ou menor salário, mas aonde queremos chegar. Aí discutimos se é com maior salário, com mais escolas, ou com as duas coisas.

Esse propósito de saber aonde queremos chegar, a meu ver, hoje falta e nos divide. E é o que falta para nos aglutinar nos diversos segmentos que somos e nas idiossincrasias e esquizofrenias que temos: ora professor, ora político, ora líder sindical. A unificação disso, o que cura a esquizofrenia de cada um de nós no processo político é um partido que tenha uma proposta, uma proposta que aglutine e evite essas nossas divergências entre quem apóia em cada lugar.

Cada um de nós pode estar errado, ou os dois. Eu assumo que posso estar, mas o outro também tem de assumir. Não tínhamos uma linha que levasse a construir. Não havia uma estratégia clara, senão a gente não se dividiria tanto, como nos dividimos em muitos Estados.

Espero que vocês me convidem ainda mais à bancada, já que estou aqui em Brasília. Não vou sair daqui e vou ter muito mais tempo de debater com vocês, coisa que não posso fazer agora, porque tenho de sair correndo para uma audiência, pois tem gente lá esperando. Mas, a partir de 1º de janeiro, ou fevereiro, quando vocês estiverem de volta, peguem o telefone e me convidem. Estou à disposição. Aliás, desejo muito que me chamem, para que não me esqueçam. Virei debater com vocês. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Obrigado, Governador.

Temos agora uma deliberação a tomar. Ainda há tempo de tirar o tal do retrato? Mas o Luís Inácio está por aqui?

(intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Suspendemos para tirar a fotografia agora? Vamos esperar, pois ainda vão verificar se há luz suficiente para bater o retrato. (Pausa.)

Depois da foto, prossegue o seminário. (Pausa.)

Quero lembrar que a reunião será da bancada com a Executiva. O Genoíno vai apresentar uma proposta de encaminhamento. E o José Dirceu vai querer discutir. Todo mundo na frente da Câmara dos Deputados para tirar retrato, rapaziada!



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

SEMINÁRIO DE RECEPÇÃO AOS NOVOS PARLAMENTARES INTEGRANTES DA 5ª BANCADA DO PTEVENTO : Seminário Nº: X-0192/98 DATA: 11/12/98 DURAÇÃO: 2h53min PÁGINAS : 55 QUARTOS: 13 REVISORES: LIZ, MADALENA, ODILON, ZILFASUPERVISORES: MARIA LUIZA, J. CARLOS, MYRINHA DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES - Deputada Federal MARCO AURÉLIO GARCIA - Secretário de Relações Internacionais JOSÉ DIRCEU - Presidente Nacional do PT JOÃO FASSARELA - Deputado Federal EDUARDO SUPPLY - Senador da República ALOIZIO MERCADANTE - Deputado eleito SUMÁRIO: Debate acerca dos temas: O Brasil no Contexto Internacional (A crise no modelo neoliberal) e Ajuste Fiscal e Reforma Tributária. OBSERVAÇÕES 1º Painel - O Brasil no Contexto Internacional (A crise no modelo neoliberal) 2º Painel - Ajuste Fiscal e Reforma Tributária Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis Há oradores não identificados

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Bom dia. (Pausa.)

Companheiros, por obséquio, tomem assento.

Quero dizer que é uma honra estar ao lado do maior Líder que esta bancada teve.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

(Pausa na gravação.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Bem, meus companheiros, vamos iniciar; não vamos esperar mais.

Vamos convidar para a Mesa, e já se encontra nela, nossa companheira Maria da Conceição Tavares, Deputada Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, economista, professora, revolucionária, com alguns laivos de reformismo, sempre freqüente na sua vasta biografia e querida amiga do Líder que está aqui; convidamos ainda o companheiro Marco Aurélio Garcia, nosso Secretário de Relações Internacionais, produtivo intelectual brasileiro, membro da Academia, ex-revolucionário, segundo Conceição Tavares, o que freqüentemente mostra ajuizamento ao longo do tempo, e o Líder, que é o homem de centro dentro do partido.

Senador Geraldo Cândido, tome assento.

Bem, vamos iniciar agora.

Eu quero de início avisar que o tema do primeiro painel é "O Brasil no Contexto Internacional (A crise no modelo neoliberal)".

Nós tínhamos convidado para participar da mesa redonda, além da companheira Conceição e do companheiro Marco Aurélio, o Senador Lauro Campos, do DF, e nosso companheiro e ex-Prefeito de Porto Alegre Tarso Genro. O Prof. Lauro Campos, por razões de saúde, não vai poder estar presente para compartilhar conosco seu saber e suas reflexões. O companheiro Tarso Genro também justificou sua ausência por compromissos de agenda antecipadamente aceitos. Portanto, temos como participantes do painel hoje a Deputada Conceição Tavares e o Prof. Marco Aurélio Garcia, que vai agora iniciar. Depois, os companheiros falarão em torno de 20 minutos; obviamente a Mesa terá tolerância para permitir...

A SRA. DEPUTADA MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES - Dado que ando assaz desordenada mentalmente, talvez não consiga fazer uma exposição ordenada dada a minha raiva. Sugiro que Mercadante depois resuma o que todo o mundo disse, como uma espécie de sintetizador.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Aceitando a sugestão, convidamos o companheiro Aloizio Mercadante para nos dar a honra de compor a Mesa e participar também como um dos painelistas da manhã de hoje.

Com a palavra o companheiro Marco Aurélio Garcia.

O SR. MARCO AURÉLIO GARCIA - Bom dia, companheiras e companheiros. Em primeiro lugar, acho que é muito importante esta iniciativa da bancada.

Espero que no quadro da atual Liderança ou com o futuro Líder nós tenhamos a possibilidade de estabelecer articulação maior entre a Secretaria de Relações Internacionais e a bancada na Câmara e no Senado, por uma razão muito simples: nós somos freqüentemente solicitados a obter maior participação dos Parlamentares em eventos dos mais variados tipos, comissões de acompanhamento de eleições em países onde pairam dúvidas sobre a lisura do processo eleitoral, missões internacionais, congressos, seminários. Atualmente, por exemplo, há demandas de vários países para que sejam enviadas comissões de parlamentares latino-americanos, a fim de acompanhar processos de transição democrática, como é o caso do Haiti e da Colômbia, e visitas a presos políticos. Há outro problema também que acho que valeria a pena destacar antes de... Estou tentando tratar desses assuntos antes de entrar propriamente no tema da minha exposição, que é nossa participação em instâncias parlamentares internacionais. Vocês sabem que São Paulo é a sede do Parlatino. Hoje em dia, há uma bancada expressiva de Deputados de esquerda no Parlatino que nos têm cobrado com enorme constância a ausência dos Deputados brasileiros em geral e dos Deputados do PT em particular, salvo raríssimas exceções.

Acho que seria de grande importância, a despeito da fragilidade dessas instituições, até mesmo para corrigi-las, que pudéssemos assegurar presença maior da bancada brasileira e em particular do PT nessas instâncias, foros e missões internacionais.

Bem, dito isso, queria centrar minha intervenção em alguns aspectos da nossa política externa, evidentemente, porque estou convencido de que a Deputada Conceição e o Deputado Aloizio terão condições de se expressar de forma muito mais consistente e clara sobre as questões de natureza econômica, isto é, as mudanças ocorridas na ordem econômica internacional e o impacto que tiveram, estão tendo e terão sobre o nosso País.

Parto do princípio de que a política externa brasileira vive um período de crise mais ou menos prolongado, ainda que nem sempre essa crise tenha sido facilmente perceptível. Por que isso? Obviamente, toda a política externa de um país é diretamente vinculada à existência de um projeto nacional. Não conheço nenhum país que tenha conseguido constituir uma sólida política externa sem a clara definição de um projeto nacional.

Ora, o projeto nacional brasileiro encontra-se em crise há algum tempo. De certa forma instaurado a partir de 1930, dos anos 30, quando se iniciou a aventura nacional desenvolvimentista neste País, os sucessivos governantes mais à direita, mais à esquerda, movendo-se num quadro democrático ou num quadro autoritário, foram constituindo políticas externas que, de certa maneira, a partir de uma leitura do quadro internacional, iam permitindo contornar os constrangimentos e aproveitar as oportunidades que a cena internacional criava.

Por razões de tempo, não vou fazer uma digressão a esse respeito, mas todos têm suficiente informação histórica para lembrar como as distintas etapas do desenvolvimento econômico brasileiro corresponderam ao aproveitamento do quadro internacional, a uma inserção mais ou menos adequada ao quadro internacional, independentemente da valoração que fizemos do ponto de vista político.

Essa linha de conduta, de certa forma, ocorreu desde os anos 30 até mais ou menos os anos 80, com brevíssimos intervalos. Quando houve o golpe militar de 64, inclusive produziu-se uma pequena inflexão de tipo liberal na nossa economia. Durante a gestão Bulhões Campos, também houve uma inflexão no que diz respeito à política externa brasileira. Todos estão lembrados da famosa frase: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil", e do alinhamento automático que tivemos naquele período, participando inclusive de aventuras agressivas ao Continente e do combate a movimentos populares, como foi o caso da invasão da

República Dominicana.

Mas, a pouco andar, essa conduta foi invertida, e à medida que se desenvolvia de novo, quer dizer, que se implementava de novo o modelo nacional desenvolvimentista sob forte égide autoritária, o Brasil foi obrigado a buscar uma política externa, a voltar a alguns dos pressupostos da política externa independente, que haviam sido esboçados durante o Governo Jânio e Jango, e formular aquilo que eufemisticamente se chamou de pragmatismo responsável, isto é, romper com a noção de fronteiras ideológicas, com as quais os militares no começo haviam trabalhado, eliminando, de certa forma, alguns constrangimentos que a política de guerra fria havia implementado e buscando alianças que fossem convenientes ao desenvolvimento do projeto nacional, sobretudo depois do impacto da crise do petróleo. Foi o período de forte abertura para a África, o período no qual nos aproximamos do mundo árabe. Inclusive o Brasil votou a famosa Resolução de Combate ao Sionismo nas Nações Unidas, o período de abertura de relações com a China e assim por diante.

Esgotado o modelo nacional desenvolvimentista a partir do final dos anos 70 e dos anos 80, e ficando o Brasil sem definição clara durante todos os anos 80, quando tivemos fortes lutas sociais e políticas no País, que tinham no seu bojo justamente a definição de um novo projeto para o País, o Brasil ficou sem um referencial interno para formular sua política externa e tratou de implementar algo como sobrevivência.

Sempre tenho dito que essa situação se agravou de forma particular depois do final da guerra fria, quando, entre outras coisas, produziu-se uma mudança do quadro internacional muito forte, o fim da bipolaridade existente, e isso teve uma incidência não só sobre nossa política externa como também sobre nossa política de defesa. Acho que foram os dois setores do Estado brasileiro que foram mais duramente atingidos. E passamos a ter então uma política externa que mantinha de certa forma alguns resíduos do pragmatismo responsável do período anterior e que se ia adaptando de forma totalmente espontânea às novas realidades, aos novos desafios que foram surgindo.

Essa situação veio a se complicar um pouco mais, sobretudo a partir desse fenômeno que mencionei, no final da guerra fria, e particularmente depois da Guerra do Iraque, quando não só se constatou efetivamente que aquela bipolaridade existente havia acabado, à medida que as grandes potências do Conselho de Segurança, a Rússia e a China, aliam-se de fato com os Estados Unidos na repressão ao Governo Saddam Hussein, mas porque ao enunciar a nova agenda do pós-guerra fria, do pós-guerra do Iraque, o então Presidente Bush colocou como uma das questões importantes para a política externa norte-americana um novo pacto com a

América Latina e anunciou naquele momento a chamada Iniciativa para as Américas.

É importante observar, sem querer fazer uma incursão histórica, que todas as vezes em que os Estados Unidos anunciaram políticas de caráter pan-americano, esse anúncio coincidia com a necessidade de proteção dos interesses daquele país em relação a ameaças exteriores ao hemisfério.

Lembremos que nos anos 30, para fazer frente à onda nazi-fascista que existia no mundo, o Governo Roosevelt formulou a chamada política da boa vizinhança. No imediato momento pós-Segunda Guerra Mundial tivemos a doutrina Truman. Depois, quando se produziu a Revolução Cubana, visualizada pelos Estados Unidos como uma cabeça de ponte soviética no Continente, formulou-se a Aliança para o Progresso, que, além de ter um caráter contra-insurgente, procurava também atacar um pouco aquilo que considerava as causas sociais da insurgência com programas existencialistas.

Enfim, nos três exemplos que citei, poderíamos, no limite do tempo, nos remeter até à Doutrina Monroe, onde sempre havia o interesse de proteção político-estratégica daquilo que na linguagem antiimperialista sempre se considerou quintal dos Estados Unidos: a América Latina.

No entanto, há uma mudança na situação atual que meus companheiros economistas poderão tratar com mais consistência. E qual é essa mudança? Essa mudança está diretamente ligada ao fato de que a América Latina passou a ter para os Estados Unidos um interesse comercial muito grande.

Evidentemente, ela sempre teve um interesse econômico-estratégico geral, mas agora passa a ter um interesse comercial. Não vou atormentá-los com dados, mas se observarmos as séries econômicas dos dez últimos anos, veremos que o comércio exterior dos Estados Unidos com a América Latina sofreu mudança radical. Os Estados Unidos hoje em dia têm crescentes superávits comerciais em relação à América Latina, particularmente no caso brasileiro. Não é o único caso, diante de uma circunstância global. Eles começaram a descobrir que a América Latina se transformou em uma área relevante para o comércio exterior norte-americano. Os dados estão hoje em dia em torno de 20%, 25% do comércio externo dos Estados Unidos, o que não é nada desprezível, razão pela qual, no marco dessa Iniciativa para as Américas, foram surgindo uma série de outras iniciativas por parte dos Estados Unidos, que procuravam provocar um novo enquadramento da América Latina.

O primeiro deles foi com relação ao NAFTA, com a assinatura do Tratado do Livre Comércio entre Canadá, México e Estados Unidos, que o Governo Bush, no quadro da Iniciativa para as Américas, pensava que poderia ir estendendo-se pouco a pouco para os outros países. A idéia era ir mais ou menos fatiando a América Latina. O Chile aderiria ao NAFTA, depois a Colômbia, depois a Venezuela e assim sucessivamente. A idéia, portanto, é a de que a partir de determinado momento o Brasil, como pólo — além dos intenções de seu Governo, que se opõe objetivamente a uma hegemonia absoluta dos Estados Unidos no Continente —, ficaria praticamente isolado e sem outra alternativa senão aderir à ALCA.

Essa política esbarrou, obviamente, em dois elementos. O primeiro, eu diria, foram as próprias resistências que o Tratado de Livre Comércio sofreu nos Estados Unidos por parte de regiões daquele país e por parte de **lobbies** organizados em torno do movimento sindical.

O Congresso norte-americano é muito preso a interesses regionais, até porque o voto distrital favorece isso, e em função disso conseguiu fazer pressão, além do **lobby** sindical muito grande e dos **lobbies** ecológicos etc., para que não se desse ao Presidente norte-americano o **fast-track** a partir do qual ele poderia estender o nafta ou evoluir na direção do outro projeto anunciado no final de 1994, na Reunião dos Presidentes em Miami — o de criação de uma área de livre comércio americana.

Como integrantes do Partido dos Trabalhadores, nós, e de uma maneira geral, as esquerdas na América Latina, que se reúnem no âmbito do Foro de São Paulo, uma grande articulação que o PT propiciou há oito anos e que periodicamente se dá, firmamos uma posição fortemente oposta ao projeto da ALCA, porque considerávamos que se a ALCA se materializasse seria efetivamente, pela simetria da economia norte-americana com a economia brasileira, um fator de aceleração do processo de "desindustrialização" dos nossos países — não só de "desindustrialização", mas inclusive de comprometimento de políticas agrícolas em vários países —, e estaríamos cada vez mais subordinados à ótica neoliberal que nos assinaria pequenos nichos na nova divisão internacional do trabalho.

Então procuramos realizar uma política de resistência. E nesse particular é importante dizer que o próprio Governo brasileiro, ou os próprios governos brasileiros, inclusive este, compreendendo o impacto que a ALCA teria para a América Latina, de maneira geral tiveram uma política oposta.

É importante qualificar essa oposição. Essa oposição, menos do que uma oposição sistêmica de princípios que procurasse construir uma explicação e oferecer uma alternativa de integração, na realidade escudou-se no fato de que o Governo norte-americano, não tendo recebido **fast-track** do Congresso para assinar a ALCA, ficou mais ou menos de mãos amarradas. Beneficiamo-nos disso e fomos empurrando o tema da ALCA com a barriga, razão pela qual sempre nos colocamos numa situação perigosa. Se amanhã ou depois o Congresso outorgar o **fast-track** ao Presidente da República e ele disser: "Bom, posso agora assinar o tratado de criação da Área Livre Comércio", o que teremos feito?

Temos inserido no debate destes últimos anos — e, particularmente, de forma bastante intensa, na discussão programática, nas campanhas eleitorais — o fato de que precisamos não só desenvolver uma oposição muito sólida à ALCA, no sentido de denunciá-la como um elemento de destruição das nossas economias com um potencial extremamente forte de desagregação econômica e social, mas também estabelecer contra-estratégias de integração, partindo do princípio de que não há incompatibilidade na construção de um projeto nacional de desenvolvimento, o grande desafio com o qual nós, como partido de oposição no Brasil, estamos confrontados. Insisto, não há incompatibilidade na construção de um projeto nacional de desenvolvimento e de um projeto de regionalização, isto é, um projeto no qual não há propriamente uma renúncia imposta de soberania, mas uma convergência de objetivos de alguns países, que permita não só potencializarem-se

econômica e socialmente, mas também garantirem uma inserção internacional mais competitiva, mais soberana.

Aí se introduz a questão do MERCOSUL. De maneira geral, as esquerdas apoiaram e saudaram a idéia, até pela própria origem que o MERCOSUL teve. De qualquer forma, o MERCOSUL está muito aquém das suas possibilidades, e nos rumos que está seguindo pode inclusive produzir o seu contrário. Temos defendido que não basta, ainda que seja importante, construir uma agenda social do MERCOSUL. A reunião do Rio de Janeiro produziu isso. Não tivemos ainda oportunidade de analisar detidamente. Vim de um seminário do Movimento Sindical Latino-Americano, realizado no Rio de Janeiro, que trabalhou um pouco essa questão. Mas, mesmo admitindo que essa agenda social, que é a generalização de direitos sociais e trabalhistas, venha efetivamente a ser positiva, ela por si só não resolve o problema fundamental, porque é próprio do modelo neoliberal tentar, por meio de uma agenda social compensatória, diminuir um pouco o impacto das políticas neoliberais. Quer dizer, as políticas sociais compensatórias passam a ser uma espécie de aspirina para o mal maior que o neoliberalismo produz. Como toda aspirina, isso tem um efeito tóxico, mas não resolve esse mal maior.

Havíamos dito que efetivamente o destino do MERCOSUL passa por uma transformação estrutural importante, pelo fato de que ele possa ser não tanto um **locus** de compatibilização de políticas macroeconômicas, como hoje é, mas porque as políticas macroeconômicas dos quatro países são iguais às do Chile e Bolívia, que também estão associados; que ele deveria ser efetivamente um espaço de articulação de políticas ativas industriais, agrícolas, de ciência e tecnologia no plano da educação, políticas que permitissem efetivamente a retomada de um ciclo de desenvolvimento com distribuição de renda, conforme aquelas definições que são as nossas e as da totalidade das forças políticas de esquerda e progressistas dos países da região; que deveríamos colocar concretamente a expansão do MERCOSUL como elemento importante, tema que esteve na agenda do Itamaraty num determinado momento e foi inexplicavelmente abandonado.

Em terceiro lugar, também disse que deveríamos pensar esse MERCOSUL reformado com outra política econômica, com outra dimensão social e inclusive com instituições políticas de novo tipo — e aí poderíamos inspirar-nos nas experiências da construção da União Européia — que pudessem garantir, evidentemente, uma presença internacional mais consistente, mais soberana, que protegesse mais nossas economias e que estabelecesse inclusive alianças com outras zonas econômicas e comerciais, como, por exemplo, a União Européia, estabelecendo um certo balanço, um certo equilíbrio que nos tornasse menos vulneráveis às pressões norte-americanas.

Estou vendo que o tempo chegou ao final. Quero concluir, chamando a atenção para algumas fragilidades da atual política externa, porque elas podem e devem ser objeto de uma atuação parlamentar e obviamente da bancada que se vai constituir para a próxima Legislatura.

A política externa brasileira foi definida, desde o começo do Governo Fernando Henrique, quando o próprio Ministro das Relações Exteriores foi nomeado, como uma política externa que se iria basear muito na diplomacia dita presidencial.

É importante dizer que o Presidente, confiando muito no seu taco, no seu desempenho internacional, no seu desempenho em línguas, um valor muito provinciano que tem sido esgrimido, e nem por isso ele fala tão bem as línguas que diz que fala — **en passant**, como dizem os franceses —, enfim, a diplomacia presidencial rendeu frutos. Todos aqueles que estiveram no exterior sabem concretamente que a imagem do Brasil, em função desse desempenho, dessa performance presidencial, é bastante boa. Mas é importante dizer que ela se sustenta um pouco em uma espécie de esquizofrenia retórica. Não existe ninguém mais progressista do que o Presidente Fernando Henrique Cardoso quando vai ao exterior. Recomendo a todos a leitura da conferência que ele fez no Colégio do México, da conferência que ele fez em Pequim, da conferência que ele fez na Índia e de outras conferências, ou mesmo do discurso que tanto encantou o Presidente Fidel Castro na Reunião do Porto, para vocês verem que estamos efetivamente diante de um homem extremamente progressista, frente ao qual nós somos modestos direitistas e reformistas.

Depois de ter lido o discurso que ele fez há alguns anos no Colégio do México, Luis Fernando Verissimo disse: "Está aí um texto extraordinário. Se esse sujeito for candidato a Presidente da República, eu voto nele". (Risos.) É para vocês verem que há esse elemento, sem dúvida nenhuma, tudo isso contragestado, por assim dizer, por uma política externa que cada dia mais apresenta elementos de fragilidade.

Sem dúvida alguma não temos revelado posição firme nas negociações internacionais, particularmente no que diz respeito ao problema do protecionismo dos Estados Unidos, para citar um exemplo. Afirmamos tanto que iríamos desempenhar uma política de aliança privilegiada com as chamadas "baleias", como a China, a Índia, a Rússia e a África do Sul, para criar, entre outras coisas, um campo de alianças bilaterais e multilaterais de interferência na política internacional; o Presidente fez viagens; mas as conseqüências dessas viagens foram absolutamente pífias, seja do ponto de vista das relações bilaterais com esses países, seja do ponto de vista de uma ação concertada internacional. E é importante dizer que esses países semem que de certa maneira se perdeu uma oportunidade importante de criar um novo liame internacional.

Para concluir, tivemos em relação aos grandes temas internacionais — há uma agenda internacional nova, que está aparecendo no mundo hoje, que não se refere aos temas clássicos das relações interpais, mas a temas multinacionais, como os dos direitos humanos das mulheres, da pobreza, etc., etc. — uma atuação que muitas vezes não chegou a ser, sequer do ponto de vista retórico, uma posição adequada.

Eu chamaria a atenção para o fato de que nos direitos humanos, ainda que o Brasil tenha tido presença importante na Reunião de Viena, a grande conferência sobre os direitos humanos, nosso comportamento internacional é frágil, em primeiro lugar porque efetivamente, além de algumas iniciativas públicas de pouca eficácia prática, não conseguimos conjurar o problema dos direitos humanos. Estamos no pelourinho de novo, pelos relatórios de todas as organizações internacionais, como um país que não respeita os direitos humanos.

Em segundo lugar, frente a uma questão da maior importância, como foi a prisão do General Pinochet em Londres, assumimos essa posição ridícula de dizer: "Repugna-nos o ditador, mas não estamos de acordo que ele seja submetido a uma instância internacional, ainda que estejamos de acordo com a formação de um tribunal internacional". Pois bem, o tribunal existe. Ele está criado. Há um tribunal que existe na Espanha, outro que existe na Suíça, outro que existe na França, outro que existe na Áustria. Enfim, vários países estão hoje demandando o tirano. E para quê? Para preservar o quê, no Chile? Por que não há a mesma determinação, em relação ao Chile, para soltar os presos, por exemplo, pelo seqüestro de Abílio Diniz, em São Paulo?

Enfim, essas questões todas demonstram que há, sem dúvida alguma, uma retórica que não é capaz de se materializar efetivamente em política.

Por último, quero chamar a atenção para o fato de que, mesmo nas questões de enfrentamento de uma nova ordem econômica e social internacional, nossa presença tem sido extremamente frágil. Acho extremamente estranho que o Presidente da República, na Reunião do Porto, tenha se referido ao seu encanto pela **tax** TOB, a taxa TOB. Quando esse tema foi suscitado pelo Senador Eduardo Suplicy na Reunião de Copenhague, reunião sobre os direitos sociais, que era o foro pertinente, a delegação brasileira, presidida pelo Ministro Paulo Renato, ficou de boca fechada e não fez nenhuma manifestação. E teria sido um local de repercussão, de reverberação muito mais forte da nossa posição, sobretudo em se tratando de um país com o peso do Brasil.

Esses problemas colocam evidentemente uma enorme agenda de trabalho para esta bancada. Espero que possamos desenvolvê-la. De qualquer maneira penso que eles são muito menores em relação às grandes questões internacionais que vamos efetivamente enfrentar neste período, aquelas questões sobre as quais a Deputada Conceição e o Deputado Aloizio vão falar, que são os problemas relacionados com a nossa inserção econômica. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Agradeço ao companheiro Marco Aurélio Garcia.

Os companheiros devem devolver hoje os dados biográficos para que a Liderança possa organizar aquela publicação sobre a biografia dos Parlamentares. Portanto, devem ser devolvidos hoje, de preferência pela manhã, à companheira Sandra.

Com a palavra a Deputada Maria da Conceição Tavares.

A SRA. DEPUTADA MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES - Meus companheiros, tenho muita pena que não esteja presente o Governador de Brasília, porque ele fez ontem uma afirmação absolutamente não-verídica, a saber, não é no terreno nem da ideologia, nem das idéias, nem da política dos Estados periféricos dependentes, que aceitam essa condição, que se vai resolver o destino desta humanidade e do nosso País.

O neoliberalismo é apenas uma alcunha ideológica para uma política clara de retomada da hegemonia americana e sua afirmação como império unipolar. E isso começou basicamente com Reagan, com Thatcher, em 1980, depois da crise da dívida externa, que liquidou as possibilidades, as perspectivas de que o anterior

modelo de desenvolvimento da América Latina pudesse continuar.

Nós, ali, capotamos. Nós capotamos em 1980, 1982. Dali em diante foram tentativas de estabilização, retomadas, sufoco, redemocratização, luta sindical, luta política etc. Foi um sufoco, a famosa década perdida economicamente, não politicamente, porque o movimento social, que deve muito ao PT e à sua formação, avançou muito. Mas em compensação a transição democrática foi um fracasso. Está aqui o Valdir, que não me deixa mentir. Acompanhamos isso **pari passu**, no tempo em que éramos do PMDB, a grande frente democrática. Eu fui da Executiva dez anos.

Foi um fracasso a transição democrática. Continuamos em transição democrática? Vírgula! Paramos a transição democrática, não com Collor, quando este Congresso foi capaz de fazer um **impeachment**, mas com o Governo Fernando Henrique, que é hoje uma espécie de guarda pretoriana dos interesses — eu diria uma espécie de PROCON — dos Estados Unidos, na briga que se trava no Brasil, e não no resto da América Latina, que já está travada há horas e perdida há horas, em torno de quem é que reparte este continente, tanto em termos de privatizações estatais (porque as nossas estatais são muito grandes; eram empresas de projeção internacional, estavam entre as maiores do mundo) como em torno das indústrias, que eles estão disputando no tapa no mundo, através de **take overs**, desnacionalização e fusões.

A ditadura do capital financeiro não é apenas um fenômeno da globalização financeira. Se os senhores quiserem saber do que se trata a globalização, o fato, o mito etc., há um livro novo, escrito no ano passado, intitulado "Globalização: o fato e o mito", que José Luiz Clerot organizou. Há um artigo dele, um meu, um do Ramonet e outro do Castel, que explica o impacto sobre a mão-de-obra. Mas todo mundo, a essa altura, já sabe, espero. Essa é uma grande discussão com o Genoíno, mas ele acabou concordando que eu tinha razão. Ele era otimista. E não só ele, mas muitos intelectuais e militantes históricos deste partido.

Tendo dados de que a globalização era irreversível; o fato era saber como ela poderia ser produtiva para nós — como se isso fosse uma possibilidade. Isto, evidentemente, não é uma possibilidade. Estivemos na resistência até agora e esse último ato, o de assinatura do acordo Fundo Monetário e BIS, de que já vou tratar, porque é o mais importante de tudo, encerra o ciclo.

O ciclo é o seguinte, meus senhores: no que tange ao continente latino-americano, à reação dos Estados Unidos frente ao projeto de unificação europeia e frente à disputa na Ásia, na qual eles arbitram o conflito entre Japão, China, Coreia — os inimigos históricos —, Índia, Paquistão, enfim, todo o bordel asiático, que é a área de maior turbulência econômica e política da próxima década, hoje, na disputa Japão/China, ou na aproximação Japão/China, quando há disputa eles arbitram; quando há aproximação eles vão em cima e rompem essa aproximação. Tirando a Ásia, onde não está resolvido o problema, na Europa está resolvido: a hegemonia é alemã; o eixo político é Alemanha-Paris; o eixo financeiro é Alemanha-Londres. Por isso vem Schroeder bancar o bonitinho, falando quase como a terceira via do outro e fazendo acordo de bolsas. E Fontaine, que é o duro, mantendo a aliança com a França, para assentar a disputa. Eles estão resolvendo. Não está brilhante ainda, mas estão resolvendo.

Quando isso ficou claro, no começo da derrocada russa, soviética, isto é, em 1989, o conflito começou. E aí ficou justamente claro que a América era para os americanos — leia-se: deles. Daí veio o projeto ALCA, a reunião. Nem foi, aliás, este Presidente. Ele era chanceler. Nosso Presidente era chanceler do velhinho mineiro, ou era da Fazenda, quando se acordou. Não na primeira reunião. Na primeira reunião não era ele.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Eleito, mas não empossado ainda.

A SRA. DEPUTADA MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES - Não. Então, foram os dois. Não importa. O projeto é ALCA por duas razões: porque os Estados Unidos não têm a menor possibilidade de desfazer o déficit que têm com a Ásia. O déficit comercial com a Ásia é insolúvel, e depois das desvalorizações brutais, da crise asiática, então... Estamos conversados. Não há como o déficit comercial com a Ásia se resolver. Também não se pode resolver à custa da Europa, que está ali de olho. Há, ali, um impacto de forças. Tem-se de resolver à custa da América-Latina.

Não acompanhei os dados recentes, mas há dois anos os Estados Unidos já tinham 25 bilhões de superávit com a América Latina. Em geral, no período do ajuste, década de 80, nós éramos exportadores líquidos para os Estados Unidos, e não o contrário. Meus senhores, durante a década de 80 havia o seguinte: para pagar a dívida fabricada durante a década de 70 — que, no caso brasileiro, pelo menos tem a desculpa de ser desenvolvimentista, porque o Presidente era Geisel; nos casos chileno, argentino e mexicano não tem desculpa alguma, porque era simplesmente dívida de banqueiros e de ladrões. No nosso caso agora é que voltou a ser dívida privada, e de ladrões, mas não foi o caso da década de 70; podemos dizer que o General Geisel errou o modelo, exagerou, mas não que fez uma dívida externa para os ladrões. Não há evidência disso. Pelo menos, no período dele também não consta que se tenha cobrado comissão sobre os equipamentos como o Dr. Delfim Netto era dado a fazer (perdão! Espero que não registrem. É ruim, já me valeu um processo dele. Estávamos de boas intenções, eu e Delfim, até que ele declarou com veemência que faria de novo o AI-5. Ele tem mais dificuldade de conversar, mas isso acontece periodicamente com os meninos que vão ao poder).

Mas eu dizia que na década de 80 todo o esforço exportador, as desvalorizações sucessivas eram feitas para pagar a dívida, porque os banqueiros não queriam mais emprestar nada para a gente. A dívida foi renegociada por Malan. Começou antes, mas terminou no Governo Collor, com um acordo que nos deixou com uma dívida pública de 80 bilhões. Foi negociada como foi possível. Nem dá para acusá-lo. Lembro-me perfeitamente de uma frase simbólica. Ele disse que se irritou comigo porque fiquei enchendo a paciência dele; que ficou dois anos tomando cafezinho numa sala e os banqueiros na outra, sem lhe darem água. Portanto, ele pagou o pato. Por isso é que tem pouca confiança na nossa possibilidade de iniciativa. Enfim, acabou fechando o acordo na década de 90, no Governo Collor — a raiz das moratórias sucessivas.

No final do Governo Collor, de 1992 em diante, em particular, começou um novo ciclo de endividamento, que foi objeto de discussão dentro do partido. O partido, naquela altura — não no Congresso, acho — queria primeiro levantar a bandeira da moratória. Já estávamos em moratória. Era cômico: queríamos levantar uma bandeira que Collor havia feito. Já estávamos em moratória! Segundo, não pagar a dívida externa. Tinha acabado de ser renegociada a pública. Não tinha prestado atenção nisso, devo dizer, apesar de Mercadante e eu termos tido o apoio de Paulo Nogueira Batista. Nisso Paulo Nogueira ficou firme com a gente, para convencer o partido de que a dívida era de novo estilo, era privada, e que se tinha de prestar atenção. O partido não prestou atenção nenhuma, com exceção aqui dos dois infelizes, que depois levam críticas o tempo inteiro.

Na verdade, a maioria dos economistas do partido não prestou atenção ao fato de que estávamos fazendo uma dívida privada superior a 140 bilhões, a despeito da quantidade de artigos que eu, ele e Beluzzi escrevemos — aquela minha infeliz coluna que ninguém lê. Nem os economistas do partido lêem. Não vocês, que não têm de ler. Mas ajuda. É preciso que se continue a ler. Resultado: nós nos metemos numa enrascada colossal. Primeiro, submetemos nosso câmbio e nossa abertura aos desejos deles. Não fizemos — prestem atenção — um déficit de balança comercial gigantesco e depois um déficit gigantesco de balança de transações correntes para absorver poupança externa, até porque a taxa de investimento não subiu e a poupança era esterilizada por dívida. Portanto, ao invés de poupança, pegávamos um tremendo endividamento.

Até hoje esses desgraçados continuam dizendo que a poupança externa tem de ser substituída por poupança interna, como se aquela, que é em dólares, fosse equivalente a reais. Nossa moeda é conversível — vejam V.Exas. E ficam com essa palhaçada de que se tem de criar superávit fiscal!

Quando este Governo assumiu, não tinha nem déficit fiscal, nem déficit de transações correntes. Havia uma poupança forçada dos trabalhadores, tanto no FGTS quanto no PIS/PASEP, e nos Fundos de Pensão, da ordem de 80 bilhões. Dava perfeitamente para ter financiado a reestruturação industrial deste País, para adaptá-lo às novas condições de concorrência internacional. Em vez disso, este Governo usou essa poupança para entrar em operações, a fim de bancar o processo de privatização, o maior processo de rapina que há na História do mundo contemporâneo. Nem a Argentina, nem o México — bom, a Europa... — se comparam. Conseguimos fazer, com um Presidente elegante, um discurso externo civilizado, um Ministro da Fazenda elegante, que não mete nada no bolso — eu até acho que não mete mesmo; Malan não é disso —, um projeto de subserviência e destruição deste País sem precedentes. Isto é acordo. De todos os velhos, dos conservadores de extrema direita aos velhos de esquerda — todos! —, ninguém se lembra de coisa semelhante na história brasileira.

Agora vamos ver a arapuca em que ele nos meteu. Tudo isso acompanhado de condicionantes, que não apenas eram as condicionantes clássicas de arrocho monetário, de taxa de juros alta — essas, aliás, eram indispensáveis para atrair dólares. Como, pagando uma arbitragem, uma comissão aos nossos bancos e aos bancos estrangeiros que também não tem precedentes, uma taxa média de 30% de juro real implica, na verdade, que os de lá levam 15 e os nossos levam 15? Isto

aqui não é taxa de arbitragem nem de risco em lugar nenhum do mundo! Isto é rapina! Pagamos até hoje, nessa brincadeira, mais de 300 bilhões de dólares de juros externos e internos. É um escândalo!

Bem, era só isso? Não. Todo o plano — é bom que os companheiros parem de dizer que o plano é de estabilização econômica. Ele não foi nem de estabilização monetária — foi de estabilização de preços; foi um plano antiinflacionário. Estabilização econômica? Ao contrário, foi a maior desestabilização macroeconômica que esta República e o mundo já viram. Rapidamente chegamos a déficits de transações correntes e a déficits fiscais gigantescos. Estamos hoje com cerca de 8% do PIB de déficit global no setor público financeiro e de 4% do PIB de transações correntes. Isto é maior do que a crise da Ásia, da Rússia. Isto é um escândalo! Portanto, se ouvir qualquer economista deste partido declarar que este Governo conseguiu a estabilização econômica — e continuam declarando — vou ter um ataque. Só não tenho mais porque já tive demais e não quero brigar com os colegas economistas. Mas estou avisando aos navegantes: Deputado que não é economista, por favor, não diga isso. Não houve estabilização econômica e sim estabilização de preços. Foi a maior desestabilização econômica — macroeconômica — que este País já viu.

Estou falando inclusive da nota que está aqui, que foi feita. Não vou explicar nada, porque não estou a fim de chatear companheiro. Estou só avisando, pela última vez, com a veemência que me caracteriza: companheiro do PT que disser que a estabilidade econômica foi alcançada está de porre. Foi alcançada a estabilidade de preços, à custa de uma desestabilização macroeconômica gigantesca, **vis-à-vis** da que foi recebida por este Governo, que entrou, este sim, com uma inflação gigantesca, mas com equilíbrios macroeconômicos, chamados **fundamentais**: balanço de pagamento, equilíbrio fiscal e superávit comercial. Hoje estamos de pernas para o ar.

Em quatro anos, como informa o **The Economist**, este País destruiu em termos de desequilíbrio, privatizações, contra-reformas conservadoras, destruição das leis e da Constituição, destruição da indústria, destruição da agricultura e entrega dos bancos, coisa que a Sra. Margaret Thatcher não conseguiu em dezenove anos. Não é a minha opinião, é do **The Economist**, como todo mundo sabe. Bom, é também minha opinião, obviamente. Fico satisfeita de ver que os conservadores do mundo reconhecem que temos e tínhamos razão. Para nós, pelo menos, é uma alegria, porque ficaram enchendo a nossa paciência no partido no mínimo durante uns três anos. Por isso também botei o colega aqui, porque chega! (Risos.)

Agora que está reconhecido que tínhamos razão, é bom que fique claro. Pelo menos, é minha única vingança ante a bancada. Não tenho dito nada disto publicamente, não tenho escrito nos jornais, não desacato ninguém. Quando desacato é cara a cara, em reunião fechada. Todo mundo sabe. Não digo "isto" de ninguém deste partido, por mais que goste ou não goste.

Então, a crise do modelo neoliberal é patente no Norte. Tanto que as políticas européias do continente e mesmo aquele terceira via de quinta categoria lá da Inglaterra estão tentando fazer políticas não neoliberais, estão voltando a uma espécie de keynesianismo, tamanho é o bode. E, como há de um lado Jospin e do outro lado Fontaine, que é o Ministro, que na verdade manda... Porque o outro ali é feito o nosso Presidente, espaneja-se pelo mundo falando várias línguas também, mas quem manda, evidentemente, todo mundo sabe que não é propriamente FH, que nem tem idéia do que fizeram com este País; quando teve, teve um ataque de choro. Isso foi na crise de julho, agosto do ano passado. Vive de ataques de choro ultimamente. Também não sabia que tinha tantas contas. Enfim, não sabe nada. Ou, pelo menos, como o choro não foi na frente da gente, foi na frente dos auxiliares, suponho que ele não estava mentindo, apesar da sua enorme capacidade Zelig de aparentar o que não sente.

A crise do modelo neoliberal não é nossa. A nós está sendo imposto draconianamente o acordo que vai além de tudo o que o neoliberalismo já nos tinha pedido. O neoliberalismo pediu-nos o seguinte... E nós, Deputados desta bancada, assistimos a isso aqui durante os quatro anos seguintes; está aqui, na porcaria do parecer que mandei distribuir, do Relator da Comissão do Senado, que o companheiro Suplicy me deu, no dia em que ele entregou. E olhem o que fizemos, olhem ao que assistimos impotentes nesta Casa: quebra do monopólio estatal do petróleo, quebra do monopólio estatal da exploração das comunicações, desregulamentação da cabotagem, eliminação de diferença entre empresa nacional e estrangeira — nunca no Brasil se considerou que empresa nacional e estrangeira é o mesmo; agora é o mesmo! —, reforma administrativa, reforma da Previdência, quebra do monopólio da exploração de gás, lei de concessões, regulamentação do setor de telecomunicações (regulamentação!) —, do de energia, do de petróleo, mudanças no imposto de renda da pessoa física, mudanças no imposto de renda da pessoa jurídica, que permite que os empresários descontem os juros do capital próprio, coisa que nunca houve, e, portanto, nunca têm lucro, e que remetam lucros para o exterior sem pagar nada, o que deixou Dornelles, aquele conservador, histórico. Histórico, não: ele fala comigo, para eu ficar histérica, é claro. Mas que ele fala, fala. E mais: criação do SIMPLES, desoneração tributária das exportações e do investimento à custa de Estados e Municípios, lei de propriedade intelectual, lei de cultivares, lei de direitos autorais, lei de privatizações, reformulação da lei de cidades enormes. Está bom? Bastou? Esse foi o nosso mandato. Agora, o de vocês. Pertenci a duas Comissões que são decisivas para o destino desta Nação: a de Reforma Tributária e a Bancária. A Bancária não se reuniu nunca, porque o Presidente da República, usando um recurso anticonstitucional, mas que o Supremo Tribunal declarou constitucional, porque há o decreto, o artigo cinquenta e tantos, autorizou a venda de 100% do capital dos bancos nacionais, quando está expresso na Constituição que não pode ser de mais de 35%, que não pode aumentar a participação. Isso foi o que o nosso Presidente fez. Com isso, num país civilizado, ele teria tomado um **impeachment** na cara. Aqui, não aconteceu nada.

Estou dizendo que vai ser engraçado se ele chegar a tomar um **impeachment** por escândalo de grampos. É porque este País só se comove com escândalos, com comissões, com roubalheira. Este País pode ser destruído e a opinião pública e a imprensa não dizerem nada. Agora, um escandalozinho apimentado, que tenha amantes, a malta adora. Estou-me lixando para o escândalo, a não ser o fato de que, evidentemente, desestabilizou o Governo numa altura em que ele já está desestabilizado, por razões econômicas, financeiras e de inserção internacional.

Passo ao que eles querem fazer. Os senhores assistirão, neste Congresso, às chamadas reformas de segunda geração. Os senhores vão votar contra ela, mas vão votar e assistir à segunda reforma tributária, essa porqueira que aí existe, um ornitorrinco que ele pendurou na primeira. Está, aliás, convocada para janeiro. Pode ser que eu assista, e não vocês. Deixarei o trabalho preparado. Este infeliz é que vai tocar nele.

Segundo: na reforma do sistema bancário não se tocará. Dizem eles que é por causa dos juros. Não é, não. É por causa do Banco Central, por causa de tudo o que lá está, que é incompatível com o que está sendo feito. Está claro?

Terceiro: a reforma da Previdência. Vocês vão fazer uma segunda reforma da Previdência. Chama-se reforma de segunda geração, que é para passar todo o passivo previdenciário para o Estado, como no Chile, e privatizar a Previdência toda. Modelo André Lara, que nem pelo fato de não ser Presidente do BNDES deixa de ser consultor privilegiado do príncipe. Aliás, o outro já é consultor de novo, privilegiado, do príncipe. Aqueles dois podem tomar as ações que quiserem, são os consultores.

Engenharia financeira de teles, de privatizações, é com o Mendonça de Barros. Ele é do ramo. Exceto que ele não é do ramo. O gênio financeiro julgava que era capaz de distribuir as teles, tanto pelos privados, quanto pelos internacionais, a seu bel-prazer. Pequeno detalhe: deu tudo errado! Quando chegou ao leilão pesado, a MCI, que não estava contemplada pelo Sr. Mendonça de Barros, entrou e tomou a EMBRATEL, com o que deslocou as **baby-bells**, que por sua vez deslocaram a Itália, e ficou aquele bordel de ir deslocando, deslocando. Quando chegou na do Rio, na TELERJ, não tinha como enfiar mais ninguém. Daí o bicho que deu.

Acontece que o Opportunity, aparentemente, já tinha cobrado uma comissãozinha beleza; diz o mercado — não eu, que não tenho informações — no Rio de Janeiro, da ordem de 300 milhões de dólares. Daí o bode que deu entre todos eles, que apareceu naquelas gravações. Sobre isso ele sabe mais. Não sei o que ele pode dizer ou não; não estou nada interessada. Já não estou mais interessada. Isso já houve, isso agora é questão de punição, comissões de inquérito; isso é para os advogados da bancada e para o nosso Genoíno, que é um combativo. Genoíno, você vai ter trabalho que vai ser uma beleza.

Diga-se de passagem, Genoíno não acredita mais que a gente consiga fazer aliança com a parte boa dos tucanos, porque a parte boa dos tucanos se f..., literalmente, e porção da parte boa tinha comissão. Aí, realmente, não dá. Os desenvolvimentistas levaram comissão e os outros são uns panacas. Então, está difícil fazer aliança com quem quer que seja. Está difícil, muito difícil!

Voltemos ao que interessa. Feito o desabafo, depois ele resume. Por isso pedi que ele resumisse. Estou muito enfurecida, tenho que desabafar tudo.

Conseguimos, portanto, desequilíbrios macroeconômicos recordes. Metemo-nos numa armadilha — e já nem adianta mais discutir a armadilha — câmbio-juros. É ridículo que o partido hoje diga que se deve baixar a taxa de juros, quando até o menino do Banco Central queria baixar e o Fundo Monetário não deixou.

Assinamos um acordo que está monitorado sobre tudo: juros, base monetária, reservas, déficit, privatizações. Eles vão entrar no dia-a-dia das privatizações, vão dizer quais são e quais não são. Impuseram para o ano que vem as seguintes graças — tabela anexa ao parecer... E não conseguimos bater pesado, até hoje, no

Congresso, porque foi muito rápido.

Quando entregaram este parecer, nossos Senadores já tinham falado. Um espanto! As metas são as seguintes, meus senhores: em primeiro lugar, esqueçam a do déficit nominal e a do superávit de balança comercial, porque aquilo é, evidentemente, para tornar compatível o exercício macro. Como o exercício macro não é compatível, não percam tempo.

Sobre as contradições do modelo, há um artigo de Paulo Nogueira, de ontem. Sobre isso, leiam Paulo Nogueira. Estou pouco me lixando para o exercício macro. Aquilo é uma farsa! Eles sabem que é uma farsa e sabem que é incompatível. Tanto que, quando Suplicy e o outro perguntaram, eles disseram: "Não, são apenas indicativas". Foi ou não foi, Suplicy? Indicativas. Então, esqueçam as indicativas e vamos ao ajuste, que interessa. Fizemos, do ponto de vista comercial, o que eles queriam; do ponto de vista da abertura, o que eles queriam; do ponto de vista de desmontar a Constituição, o que eles queriam; do ponto de vista da destruição de parte do aparelho produtivo, o que eles queriam; do ponto de vista de desnacionalização, o que eles queriam. Não basta. O ajuste agora é patrimonial global. Este é o acordo. O acordo é o seguinte: passem para cá o resto do patrimônio, explicitem como dívida pública, como obrigação pública, os esqueletos que estavam lá no

Banco do Brasil, no BNDES, na Caixa Econômica, nos Estados, todas as dívidas; então, vai ter que aparecer, ao longo do ano que vem, a gracinha de reconhecimento das dívidas de 25 bilhões de dólares. Vamos ter que reconhecer 25 bilhões de dólares e explicitar isso no orçamento que mandamos ao Fundo Monetário, de necessidades de financiamento do setor público.

Quem é do ramo sabe que estávamos tentando usar acima da linha. Acima da linha quer dizer fluxos, que é a meta. Fluxos: déficit, que são fluxos. Isto aqui é um ajuste abaixo da linha. Abaixo da linha e abaixo da cintura, no nosso caso. Chama-se ajuste abaixo da linha. Agora a questão é o patrimônio, os ativos. Vamos ter que explicitar uma dívida de 24 bilhões, que aparecerá como um déficit abaixo da linha, em termos de estoques. É a primeira coisa.

A segunda coisa: vamos ter que privatizar, em um ano, mais 25,7 bilhões. Diz ele, na exposição, que é saneamento. Não sei se saneamento dá 25 bilhões, não sei. O elétrico também; ninguém está querendo pegar elétrico nenhum, a menos que a dívida fique lá com o Governo. Se a dívida ficar com o Governo — até porque o filé **mignon** eles já levaram —, muito bem, mais dívida em cima do Governo. Porque todo o setor elétrico tinha dívida externa, que foi consolidada com o Estado, mas não apareceu; agora, vai ter que aparecer.

Então, o resultado líquido das privatizações será, no futuro, como foi no passado, um aumento da dívida, e não uma diminuição da dívida. Está claro ou não? A cada privatização tem que aparecer a dívida externa que estava implícita em todas as estatais. A única que está pouco endividada, que tem credibilidade e se pode pagar em dólar... Porque as outras também não se pagam em dólar, e remetem lucros. As outras fazem o seguinte: trazem um empréstimo-ponte de curto prazo.

Vocês não imaginem que aquela coisa de Tordesilhas, de Portugal e da Espanha, é dinheiro deles. Vocês estão malucos! É dinheiro de bancos, que estão, por sinal, muito mal. Supõe-se que os alemães bancarão os bancos espanhóis, como bancam os italianos. Os italianos, como a dívida deles é cavalari também, como a nossa, têm um provérbio que diz: **bisogna non spaventare i tedeschi** não convém espantar os alemães. O nosso Ministro diz que não convém espantar os americanos. Só que os americanos já estão espantados e obrigaram-no a assinar esta porcaria que está aqui, onde está explicitado o compromisso patrimonial de fazer aparecer mais 25 bilhões, de fazer subir a dívida pública em mais 10 bilhões; dívida pública oficial, porque tudo o que eles estão nos emprestando é público. E a dívida pública que está subindo aqui, meus senhores, são os juros que a gente vai pagar. Claro, porque quando estourarmos...

Há uma outra cláusula brilhante de que o limite que podemos perder de reservas é de até 20 bilhões. Quando chegar a 20 bilhões, o acordo não vale mais. E 20 bilhões, meus senhores, dá para pagar tudo o que eles nos estão emprestando. Isso aqui é experiência adquirida, porque eles já gastaram um dinheirão no México. O Tesouro americano teve que empenhar as reservas petrolíferas. Empenhou as reservas petrolíferas, mas não privatizou a estatal petroleira. Os outros tiveram que empenhar o diabo. Mas na hora do vamos ver todos perderam reservas, e chegaram à lona na hora do socorro.

Agora está mais inteligente. Antes que nós cheguemos à lona eles nos socorrem. Pequeno detalhe: quando chegar a 20, terminou o socorro, e o órgão encarregado dos acordos todos do BIS... Não é o B. I. S., é o Federal Reserve, é o Banco Central dos Estados Unidos, que centraliza as arrecadações para pagar aos credores, que são os Governos de dez países. O Japão, como não gosta dessa história, fez um acordo à parte. Ele não está a fim, porque a dívida dele é de apenas 1 bilhão e 200 milhões. Mas mesmo um bilhãozinho ele não quer deixar lá. O FED tem esse privilégio, porque o Governo que mais vai emprestar é o dos Estados Unidos. Vai emprestar a cinco. Como eles vão emprestar a cinco, é o Banco Central deles que tem o privilégio de se autoliquidar. É claro, quando eles fizerem isso nós estamos em **default**.

Mas neste período — isso é importante — de um ano, vocês sabem o quanto nós teríamos de necessidade de financiamento externo para o próximo ano? Oitenta e cinco bilhões de dólares; a saber: 32, ou aproximadamente, em transações correntes. A cifra que eles puseram ali é fictícia; todo mundo sabe que não vai haver, a não ser que haja uma desvalorização cambial cavalari. Isso também não garante nada, porque se houver uma desvalorização cambial há os pagamentos de lucros, juros, tudo o que está atrasado e que vai entrar mesmo. Amortizações: 10. Dívidas de curto prazo entre crédito comercial etc.: 43, que é de menos de um ano e que, se os banqueiros privados não rolarem, nós... "Caput"!

Eles dizem que vão rolar pelo menos 30, mas é de 43 que se precisa. Logo, o empréstimo de 41,5 é para garantir que, durante o ano de 1999, possam ser pagas as remessas de lucros, as remessas de juros, a amortização do capital deles e ainda algum capital de fuga dos seus bancos ou estatais. Este capital de fuga, que é em torno de 20, será compensado pelos outros 20 das reservas, e zerou a conta.

Quando terminar a conta, o Brasil não tem mais o que vender e continuará com uma dívida privada — privada! — superior a 140 bilhões de dólares, e, se tiver sorte, com o interbancário dos bancos americanos, porque os europeus vão "picar a mula". Os europeus só estão interessados na disputa das t ELES. Ponto. E em alguma de saneamento e elétrica. Quer dizer, os europeus estão disputando com os americanos as privatizações na velha regra do século XIX. Há uma declaração do Ministro alemão, no século XIX, discutindo com a Inglaterra a brincadeira do padrão ouro, que é essa porcaria do padrão dólar atual. Diz o seguinte: "Ali, não há acordo. Nós vamos defender a Alemanha, vocês defendam o de vocês". Foi o famoso episódio do contencioso entre a Alemanha e a Inglaterra no Brasil.

Vai haver de novo um contencioso: quem é dono do quê. Na hora do vamos ver, quando centralizar-se a dívida, vai haver gente tirando o time. Quando as t ELES estiverem desvalorizadas, quando todas as privatizações estiverem desvalorizadas, do meu ponto de vista, os americanos vão tentar centralizar e comprar a parte bichada e desvalorizada das ações dos outros. É um jogo a ver.

Segundo, está introduzido neste acordo a mesma cláusula argentina: a cada perda de 6 bilhões de reservas nós temos que apertar o crédito líquido interno e subir os juros. Essa a razão pela qual prometeram aos empresários deste País uma falácia: não só o juro não vai abaixar como o que a tabela mostra é que ele vai subir para valer no segundo semestre. No segundo semestre é que está prevista, na verdade, a perda de reservas. A perda de reservas do primeiro, eles estimam, não vai além de 6, porque eles estão com entrada de capitais agora de 9. Então, eles agüentam.

Não é provável que ao fim de um semestre o BIS, isto é, os países fiquem tranquilos olhando o que nos está acontecendo. Ou no segundo trimestre — março a junho — do ano que vem nós privatizamos 16 bilhões de dólares, ou... Ou de março a junho nós vendemos 16 bilhões de patrimônio, ou ali terminou o acordo.

Então, os senhores podem esperar uma crise. Ou entre março e junho, se não conseguirmos privatizar, estoura, ou, se conseguirmos privatizar tudo, no fim do ano vendemos tudo. A dívida continua a mesma, o déficit fiscal estará lá em cima, o mesmo. É contraditório, com juro alto. As transações correntes estarão na mesma e não há autorização de controlar nem saída de capitais, nem remessas de lucros, controle de importações, política de proteção industrial.

Está escrito: nós nos comprometemos a não fazer política industrial de proteção, a não limitar as importações, a não limitar a remessa de lucros, a não limitar a remessa de capitais. Está escrito! E essa imprensa — canalha! — não mencionou isso com a ênfase devida. E não é culpa dos jornalistas menores, porque eles sabem de tudo e ficam indignados. As redações não os deixam publicar.

Então, nós assinamos dia 7 e levamos **pro forma** ao Senado um acordo que, ao contrário de todos os acordos que assinamos na História, tem controle direto do FED de reservas do Fundo Monetário, de taxas de juros, de privatizações, de estoques. De tudo! Isso é pior que o da Rússia e pior que o da Ásia, porque eles não querem perder o capital como perderam lá. Isto, meus senhores, é o que nós assinamos.

Para ordenar a cabeça de vocês, Mercadante falará a seguir, porque é um sujeito mais arrumado que eu. Eu não posso ir além da minha indignação, que espero tenha contaminado os colegas. E peço que ninguém mais diga que houve estabilização econômica neste País. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Camarada Déda, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Primeiro, quero convidar o companheiro José Dirceu, Presidente do Partido, a compor a Mesa.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não quero comprometer-me com vocês.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Está aqui como Deputado ou como Presidente do partido? Ou como as duas coisas?

A SRA. DEPUTADA MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES - Agora ele está como Deputado. Ele é Deputado novo.

(Não identificado.) - Ele é Deputado novo ou Deputado velho?

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Ele é um velho Presidente com um novo mandato.

O SR. JOSÉ DIRCEU - É o seguinte: Lula pediu para conversar com a bancada reservadamente. Ele está terminando uma reunião e deve chegar aqui meio-dia e meia.

Segundo: com quem Jorge Bittar está hospedado aqui? Há uma emergência e tenho que localizá-lo imediatamente.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - O Líder não costuma procurar saber onde os Deputados se hospedam, para evitar conhecer as suas intimidades. Se alguém sabe, pode comunicar em reserva a José Dirceu.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Vou ligar para o gabinete de João Paulo. Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Companheiros, considerando essa informação de que Lula gostaria de conversar em reserva com a bancada, considerando que está previsto mais um painel e que um dos painelistas é o próprio Aloizio Mercadante — o tema do próximo painel é "Ajuste Fiscal e Reforma Tributária", o que pode muito bem ser interligado a essa análise que foi realizada por Conceição e também por Marco Aurélio —, nós queríamos convidar a compor a Mesa o companheiro Eduardo Suplicy, que é um dos painelistas do próximo painel, e o companheiro João Fassarella.

Vamos passar a palavra a Aloizio, pedindo-lhe que na sua intervenção...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O que eu proponho é o seguinte: deixem os dois falarem sobre o ajuste fiscal e depois farei uma explanação final.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - OK. Vamos pedir então aos painelistas anteriores que voltem à plenária e convidar os próximos painelistas. Depois faremos o debate global dos temas que discutimos aqui, e então todos voltarão à Mesa, e o Líder sairá.

Chamo o Companheiro Suplicy.

O tema para o qual foram convidados os companheiros Fassarella e Suplicy é "Ajuste Fiscal e Reforma Tributária". O companheiro Fassarella vai abordar o ajuste fiscal sob a ótica dos cortes que o Governo está fazendo no Orçamento da União e suas conseqüências políticas. O companheiro João Fassarella é Deputado Federal pelo PT de Minas Gerais. É um dos nossos especialistas na área de Orçamento Público e nosso Sub-Relator do Orçamento Geral da União, no que concerne a poderes do Estado.

Com a palavra o companheiro João Fassarella, por um espaço de 15 a 20 min.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Eu vou, ao comentar e analisar as conseqüências do ajuste fiscal para o Orçamento de 1999, trazer as informações, os dados e ao mesmo tempo as análises que, durante a tramitação do Orçamento para o ano que vem e durante os estudos feitos, nós conseguimos concluir.

Quero, primeiro, historiar um pouco a questão do Orçamento de 1999. A primeira proposta veio à Casa, de acordo com o prazo legal estabelecido, no final de agosto. Durante os meses de agosto e setembro a Casa estava esvaziada pelo processo eleitoral, e veio o chamado ajuste fiscal. Diante disso, a Comissão de Orçamento deparou-se com a seguinte situação: a proposta orçamentária que estava tramitando na Casa já não tinha mais qualquer relação com a realidade do País. Nesse contexto, ou a própria Comissão adaptava a proposta orçamentária às medidas provisórias que haviam sido editadas, tanto em relação ao Orçamento de 1998 quanto ao de 1999, ou, uma vez que o Congresso Nacional não tinha elementos para efetuar esses cortes e por discordar da maior parte deles, devolvia a proposta orçamentária ao Executivo, para que ele a refizesse. Essa foi a posição adotada.

Em 9 de novembro foi que chegou à Casa a nova proposta orçamentária.

Antes de comentar alguns aspectos da nova proposta orçamentária, vou comentar a Medida Provisória nº 1.716, que introduz um elemento que ao mesmo tempo é novo e determinante, nessa questão do Orçamento.

Primeiro, houve a mudança da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, por medida provisória. Nós entendemos que isso é um arbítrio, um abuso, uma invasão de competência, além da utilização indevida de medida provisória sem qualquer controle.

A medida provisória sobre uma matéria que tem rito especial, tramitação especial, é inconcebível. Temos até ações já promovidas pela bancada na Justiça, argüindo a inconstitucionalidade, uma vez que a tramitação orçamentária tem rito constitucional e não pode ser modificada por medida provisória. Mas foi feito. A principal mudança introduzida pela medida provisória tem relação com o ajuste. Por ela passa a ser fixado o superávit primário, que tem que ser atingido no exercício de 1999, em torno de 16 bilhões. Por que 16 bilhões? Talvez o Aloizio Mercadante e a Deputada Maria da Conceição Tavares possam trazer uma explicação de por que se chegou a esse número. É de 16 bilhões o superávit que tem que ser obtido no exercício de 1999.

Pratica-se outra arbitrariedade. A Lei de Diretrizes Orçamentárias diz respeito ao Orçamento do exercício seguinte. Entretanto, na medida provisória, estabelece-se meta do ajuste fiscal para 1999, para o ano 2000 e para o ano 2001. Superávit primário de 16 bilhões para 1999, de 19 bilhões para o ano 2000 e de 23 bilhões para o ano de 2001. O instrumento legal correto para se estabelecer metas plurianuais é o Plano Plurianual e não a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Para se atingir esse superávit primário, que, de acordo com a medida provisória, é algo que tem que ser atingido a qualquer custo, foi dado competência ao Executivo e a uma comissão de controle da execução orçamentária — também prevista na medida provisória —, através de decreto, de efetuar cortes no Orçamento ao longo do seu exercício, não só no Orçamento do Poder Executivo, mas também nos Orçamentos do Judiciário e do Legislativo.

Outra invasão de competência. Uma vez aprovado o Orçamento, a execução orçamentária de cada Poder é competência exclusiva de cada Poder. Por decreto, o Poder Executivo poderia efetuar cortes no seu orçamento próprio e não no Orçamento do Legislativo, não no Orçamento do Ministério Público Federal, não no Orçamento do Poder Judiciário. Esta foi a medida provisória. Grande parte dos ajustes propostos para o Orçamento de 1999, como também das suas conseqüências para o ano 2000 e 2001, estão assentados nesta medida provisória.

Para se atingir o superávit primário de 16 bilhões, passa-se a exigir, no Orçamento Federal para o exercício de 1999, um esforço fiscal de 28 bilhões. Isto porque a proposta orçamentária que havia sido enviada à Casa previa um superávit primário de 8 bilhões, com um crescimento do PIB de 4% ano e inflação em torno de 3% ao ano. Com a chamada crise, ao invés de um crescimento do PIB de 4% ao ano, devido à elevação da taxa de juros, o crescimento do PIB vai ser menos 1%, de acordo com a previsão da proposta orçamentária. E a inflação deve ficar em torno de zero a 1%. Diante disso, irá ocorrer uma perda de receita estimada em torno de 11 bilhões, porque a economia cresce menos, produz-se menos, vende-se menos. A renda das pessoas físicas e jurídicas passa a ser menor e tudo isso tem reflexo na receita do próprio Governo. Pela alta de juros, pela recessão, estima-se uma perda de receita. Então, de um superávit primário de 8 bilhões passa a se prever uma perda de receita de cerca de 11 bilhões. Somando-se ao superávit primário que se quer atingir, vamos ter 16 mais 11, o que dá um esforço fiscal próximo de 28 bilhões. Para se atingir esta meta e para realizar esse esforço fiscal, é previsto aumento de receitas para o exercício de 1999 em torno de 19 bilhões. Para se obter esse aumento de receitas, prevê-se, com as reformas chamadas estruturais, a reforma da Previdência etc., um acréscimo de receita da ordem de 3 bilhões e 530 milhões. Com o aumento da COFINS e da alíquota da CPMF, um aumento de cerca de 13 bilhões. E com as medidas, com o corte de benefícios na Previdência, aumento da contribuição dos ativos e a cobrança dos inativos, um acréscimo de receita da ordem de 2 bilhões e 500 milhões. Somando-se isso daria algo em torno

de 19 bilhões de ganho de receita prevista. Haveria também uma redução de despesas da ordem de 8 bilhões e 671 milhões. Foram efetuados cortes no Orçamento. Esses cortes estão distribuídos da seguinte maneira. Primeiro, há uma queda brutal nos investimentos. No exercício de 1998, os investimentos previstos no Orçamento são de 13 bilhões. Na proposta orçamentária enviada em agosto, os investimentos estavam previstos em cerca de 8 bilhões. Na proposta que chegou à Casa, em novembro, a segunda proposta, os investimentos não chegam a 5 bilhões, ou seja, 4 bilhões e 900 e poucos milhões. O corte desses investimentos atingiu praticamente todos os setores. Para todos esses dados, há uma nota técnica produzida pela assessoria da bancada, que está no Núcleo de Documentação, onde vocês poderão encontrar, os que desejarem, toda a análise e os comentários, como também as tabelas anexas identificando por programa, por subprograma, dos cortes efetuados.

Esses cortes atingiram, diferentemente, mas de uma forma muito abrangente, todos os setores. Vou citar alguns. O Acre vai perder 84% dos seus investimentos; Piauí, 83%; Paraíba, 83%; Paraná, 74%. Os cortes nos investimentos praticados pela União nos Estados variam de 84% a 53%. A média do total de perdas de investimentos nos Estados é de 70%.

O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA - Fassarella, permita-me, só para encaminhar. Acho que se poderia reproduzir esse material para ser divulgado para todos.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Este material pode ser encontrado no Núcleo de Documentação do partido e está à disposição de todos.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Deputado, veja os Estados governados pela Oposição, só para dar uma geral para os companheiros.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - O Rio Grande do Sul perdeu 70%; Acre, 84%; Alagoas, 81%; Mato Grosso do Sul, 79%; Rio de Janeiro, 65%; Ceará, 53%; Minas Gerais, 70%.

Esses cortes também atingiram profundamente a área social. Vou citar apenas alguns. Por exemplo: assistência à velhice, corte de 27%; assistência comunitária, 99%; assistência ao menor, 36% de corte. Tínhamos dois critérios para comparar. Um era da primeira proposta em relação à segunda. Preferimos fazer a comparação entre o exercício de 1998 e o de 1999. Conservação de rodovias, corte de 74%; abastecimento de água, 56%; saneamento geral, 73%; defesa contra as secas, 62%; defesa contra inundações, 96%. Cortes na educação, ensino supletivo, 45%; no ensino fundamental, 56%; erradicação do analfabetismo, 34%; material de apoio pedagógico, 93%; transporte escolar, 81%; proteção ao meio ambiente, 90%.

Gostaria, entretanto, de comentar um aspecto que me parece... O corte na área da saúde foi de quase um bilhão. Em termos percentuais não foi muito, mas em termos de valores...

No exercício de 1998, a proposta orçamentária prevê 36 bilhões. Na proposta que veio em agosto, estão previstos cerca de 53 bilhões para pagamento de juros, e na segunda proposta de novembro, os gastos com juros teriam caído, estando previstos cerca de 50 bilhões. Então, ficou uma grande interrogação: toda a economia sinalizou para uma alta de juros? Em agosto se previa um gasto com juros de 53 bilhões, aumentando-se a taxa de juros. Então, como, a partir de novembro, é possível ter uma previsão de redução de gastos com juros? Até solicitamos à Assessoria Técnica da Casa que fizesse uma análise pormenorizada disso, com base em que estaria se prevendo essa redução de gastos de juros entre a primeira e a segunda proposta.

Aliás, acho interessante o pronunciamento da Deputada Maria da Conceição Tavares, que prevê um aumento da taxa de juros para o segundo semestre do ano que virá. Quanto a esse aspecto, há um brutal equívoco na proposta governamental.

Quanto à queda dos gastos com juros, há a previsão de que, a partir de julho do ano que vem, a taxa de juros estaria em 17%. De 42% no primeiro semestre de 1999, ela chegaria em julho a 17%, mantendo-se em 17% até o fim do exercício. Foi com base nessa projeção que se calculou que os gastos com juros no exercício de 1999 seriam 50 bilhões e não 53 bilhões. Ora, se essa previsão não ocorrer, e ao que tudo indica isso não vai ocorrer, porque a taxa de juros ou vai decrescer num ritmo mais lento, e pode ser que no segundo semestre ela até se agrave, não vamos ter um gasto de apenas 50 bilhões com juros no exercício de 1999. E, diante disso, ter-se-á a cada momento de ou se promover, uma vez que o superávit primário tem que ser obtido a qualquer custo, ou iremos ter que, a cada momento, aumentar a carga tributária, ou a qualquer momento efetuar nove fora.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - A execução orçamentária dele já está próximo dos 36 bilhões; foi aprovado um crédito suplementar de mais 1 bilhão e pouco. Deve chegar a 38 ou 39 bilhões em 1998. Com base no que está previsto, que era 36 bilhões, a suplementação que houve, comparando-se com a execução, deve chegar a 38 ou 39 bilhões em 1998.

Outra questão que tem que ser levada em conta é a de que possivelmente — espero que o Sr. Aloizio Mercadante ou outra pessoa que entenda melhor do que eu esta questão consiga comentar mais um pouco — a recessão do ano que vem vai ser maior do que a prevista no Orçamento. Se assim for, o esforço fiscal de aumento de arrecadação previsto em torno de 19 bilhões, pelas medidas, poderá ser comido por uma recessão superior a menos 1% ao ano. É possível também que, da parte da receita prevista, ela não venha a se concretizar, pelo fato de que a recessão prevista seria menos 1% do PIB. Se assim for, terá sido inútil o aumento da carga tributária para resultar num aumento de arrecadação para a obtenção do superávit primário restabelecido.

O Orçamento foi uma das matérias que seria discutido na convocação extraordinária de janeiro. A bancada do PT achou por bem votar o Orçamento. Foi o que conduziu o nosso comportamento no mês de dezembro. Seria pior não votá-lo. Existe na LDO determinação de que o Governo poderia, no mês de janeiro, gastar apenas um doze avos da proposta que foi enviada, a partir daí pararia. Mas a experiência nos indica que o Governo modificaria a LDO por medida provisória, alegando que iria parar o País e aí ele se sentiria livre, sem qualquer controle maior, sem qualquer limitação legal, para executar a proposta orçamentária a seu bel-prazer, ficando privado o Congresso Nacional, dentro desses limites extremamente rigorosos impostos, de até interferir no processo e eliminar algumas das distorções mais gritantes.

Então, diante disso, a posição adotada pela bancada foi de aceitar um processo mais rápido de tramitação do Orçamento, para que fossem encurtados prazos, eliminadas algumas etapas.

Porém, deparou-se com a seguinte dificuldade. Primeiro, houve, ao que tudo indica, um enorme desencontro. A impressão que dá é de que o Ministério do Planejamento, para efetuar esses cortes, efetuou sem consultar ninguém. Ele saiu cortando, sem consultar ninguém, nem a sua própria base. Então, ao chegar aqui, no Orçamento, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização começou a ser alvo de pedidos de Ministros.

Para atender também às emendas dos Parlamentares, às emendas das Comissões, às emendas das bancadas estaduais, precisamos ter uma fonte de recursos. Quando vamos analisar a proposta orçamentária, em sã consciência, não temos mais onde cortar. Vamos cortar onde? Cortar de uma maneira irresponsável, como o Governo fez, seria resolver um problema e criar um outro sucessivamente. Diante dessa dificuldade, estabeleceu-se um mecanismo de negociação que não resultou em nada em relação ao Governo, para que se viabilizassem cortes que permitissem atender às emendas dos Parlamentares e corrigir as principais distorções, algumas delas, criadas pelo próprio Governo.

Diante da impossibilidade de uma solução negociada, a Comissão acaba de tomar a seguinte decisão: vai cortar no setor de pessoal, porque houve aumento de pessoal. A proposta orçamentária que nos chegou é de 49 bilhões. Não há aumento do funcionalismo. No entanto, ela passou para 52 bilhões. Acredito que, até matreiramente, houve um superdimensionamento nos gastos com pessoal para engessar o Congresso Nacional. Pode-se até alegar erros, do ponto de vista de cálculos. Não há nada que justifique esse aumento. E, depois, para o setor de pessoal, o Governo acaba encontrando uma solução. A decisão da Comissão é cortar cerca de um bilhão e meio, na área de pessoal, alegando erro, e cortar também os precatórios, uma vez que, além desses escândalos todos em torno de precatórios, uma boa parte das instituições, tanto empresas estatais quanto órgãos da administração direta, já estão incluindo, em precatórios, matérias que ainda não transitaram em julgado. Está havendo aí um aumento de precatórios na ordem de 1 bilhão. Então, cortar-se-ia também, saindo com base legal, e daí se resultaria possivelmente uns 3 bilhões que serviriam de base para a correção de distorções de uma proposta orçamentária que veio e para o atendimento das emendas dos Parlamentares, das Comissões e das bancadas. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Muito obrigado, companheiro e Deputado João Fassarella.

Dando continuidade aos debates, vamos passar a palavra ao companheiro, Sr. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Minhas prezadas companheiras e meus prezados companheiros, a Deputada Maria da Conceição Tavares me faz lembrar uma das mulheres que mais se distinguiu na profissão de economista que eu conheci numa palestra. Estava nos Estados Unidos, fazendo meu doutoramento, e fui ao encontro da Associação de Economistas Americanos, em New Orleans. E, lá, a Sra. Joan Robinson fazia uma palestra para cerca de dois mil economistas sobre a segunda grande crise da economia. E essa palestra ficou por todo esse tempo na minha cabeça. Por diversas vezes, distribuí esse texto aos meus alunos de economia. Aliás, recomendo a V.Exas. e aos senhores.

Basicamente... E estou falando isso a propósito da bem-observada menção que fez, que de fato não deveria ter escrito "bem-sucedida"; eu já cortei das notas taquigráficas o termo "estabilização". V.Exas. e os senhores podem observar no texto que se está referindo e mencionando apenas a questão dos preços, porque imediatamente após está escrito "dos desencontros e dos desacertos do desequilíbrio interno e externo, dá má distribuição, do desemprego" e todos os fatos que por S.Exa. aqui foram mencionados. Numa breve menção reitero que esse parecer foi preciso ser escrito pela assessoria da noite para manhã do outro dia, porque recebemos, conforme S.Exa. mesmo mencionou, este relatório e o calhamaço de 220 páginas do acordo com o FMI na véspera da votação dessa matéria. Então, o que dizia, o que é próprio para o que ela mencionou, a Joan Robinson? Que os economistas — e isso era em 1971, antes do segundo grande aumento dos preços do petróleo — estavam chegando atrasados para examinar a grande crise. A segunda crise da teoria econômica se diferia da primeira. A primeira se referia ao problema de os economistas não saberem o que fazer diante da crise que se sucedeu depois de 1929, nos anos 30. Os economistas avaliavam que se as coisas estivessem ocorrendo de forma normal, como antes da Primeira Grande Guerra Mundial, em que havia o sistema do padrão ouro e havia o livre funcionamento do mercado, então tudo acabaria chegando aos eixos. Ela observou que os economistas chegaram atrasados na primeira e na segunda vez.

Em primeiro lugar, se de fato as coisas estivessem perfeitamente normais, antes da Primeira Grande Guerra e no final do século passado, obviamente não teria ocorrido a Grande Guerra. Os economistas não haviam percebido isso. E, quando ocorreu a primeira grande crise, essa foi resolvida do ponto de vista de se saber o que fazer para colocar o nível da atividade econômica num patamar mais adequado. E daí surgiu Keynes mostrando que era possível realizar-se uma política econômica para elevar-se o nível da atividade econômica, elevando-se os gastos governamentais. Mas ela observou que mesmo naquela oportunidade, os economistas chegaram atrasados, mesmo Keynes, porque, infelizmente, Hitler já havia demonstrado na Alemanha que era possível levar a economia ao pleno emprego. Mas, infelizmente, e tragicamente, porque ele o fez através do aumento de gastos militares e para a destruição. E, se a primeira grande crise tinha a ver com o nível da atividade econômica, o nível dos gastos, a segunda grande crise, não resolvida naquela época e não resolvida até hoje, 1998, tinha a ver com o problema não apenas do nível de atividade, mas também com o conteúdo dos gastos, com o conteúdo do que a economia produz e que, portanto, tem a ver com a má distribuição de renda, tanto dentro de cada nação quanto entre as nações.

Refiro-me a Joan Robinson, porque a Deputada Maria da Conceição Tavares tem o poder de nos transmitir uma indignação tão bonita, que era semelhante a que tinha a Joan Robinson. Então, é neste sentido que acho que sempre faz bem ouvir essa indignação dela.

Eu acho que será importante aprofundarmos a análise desse acordo com o Fundo Monetário Internacional e examinarmos o grau de dependência que vamos ter, sobretudo, das enormes limitações que o Governo estará tendo, em termos de grau de liberdade que ele próprio vai ter nos próximos dois, três, quatro anos, a partir da maneira como ele se amarrou, em termos daquilo que a Deputada Maria da Conceição Tavares explicou.

O que me assusta muito é que, no memorando de entendimentos enviado ao FMI, é cada vez mais tênue a expressão do Ministro da Fazenda, das autoridades econômicas, do Presidente da República, sobre o que fazer para resolver o problema dramático apontado por Joan Robinson em 1971 e que, em especial, no Brasil, tem piorado mais e mais.

Os dados divulgados ontem pelo IBGE, relativos a 1997, mostram que o Brasil está muito longe, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, de resolver a questão da má distribuição de renda, da erradicação da miséria. É bom lembrar que em 1º de janeiro de 1995, no seu pronunciamento de posse, o Presidente Fernando Henrique disse que iria varrer a miséria do Brasil. Aliás, o que foi feito nesses quatro anos? Acho que é nossa responsabilidade maior procurar, sobretudo, ver os mecanismos para fazer isto.

Estou distribuindo a vocês dois livretos, um que corresponde aos 26 projetos de lei que apresentei durante estes oito anos, e o outro, que é o livreto sobre o Programa de Renda Mínima, edição de 1998.

À pág. 41 do livreto da atuação parlamentar está o projeto que foi apresentado conjuntamente pela bancada da Câmara e do Senado e que teve no Aloizio Mercadante, no Celso Daniel, na Maria da Conceição, em mim próprio, em Paulo Nogueira, em tantos outros economistas do PT, a colaboração. Aqui está a proposta que altera os dispositivos do Sistema Tributário Nacional e que, basicamente, continua a ser o nosso ponto de partida. É bom lembrar isto a todos os Parlamentares do PT. Quando o Governo Fernando Henrique entregou a proposta de reforma tributária, em 1995, o Partido dos Trabalhadores também enviou essa proposta, que visava, sobretudo, resolver três questões, em termos de seus objetivos: criar condições fiscais para realizar gastos expressivos na área social; recuperar o investimento público, para garantir a manutenção da infra-estrutura existente e reverter o processo de desmantelamento do aparelho estatal; e recuperar as suas condições de funcionamento. Essa proposta tinha por objetivo a realização de justiça social, com um sistema tributário que pudesse, sobretudo, ser caracterizado pela progressividade dos impostos, a instituição do imposto sobre grandes fortunas e a instituição de mecanismos que iriam desde garantir um mínimo de renda a todas as pessoas até um sistema que tivesse racionalidade e simplificasse o sistema tributário do ponto de vista de facilitar a produção no País.

Por que razão, em que pese o Governo ter conseguido diminuir os preços, estabilizar razoavelmente a moeda, não se conseguiu a estabilidade econômica no sentido pleno, conforme a Deputada Maria da Conceição Tavares disse aqui? Que instrumentos fizeram com que o Governo, se, de um lado, ao estancar a inflação, pudesse fazer o Ministro da Fazenda, ainda na terça-feira última, aqui dizer que, para ele, os pobres quase não têm voz na sociedade brasileira e, por outro lado, o quanto a inflação era danosa para os pobres? Uma vez diminuída a inflação, conseguiu-se melhorar a sua vida e melhorar a distribuição da renda, como se isso tivesse sido suficiente. Dados do IBGE publicados nesta semana demonstram que, realmente, nós estamos muito distantes de atender a essa meta. Ora, por que razão não melhora a distribuição da renda? Porque o Governo não tem tido vontade de apresentar e implementar instrumentos que, realmente, signifiquem a modificação desse quadro. Ao contrário, o Governo implementa, através de inúmeros instrumentos, formas de concentrar renda e riqueza. Uma das formas mais evidentes de fazer isso pode ser exemplificada com o que ocorre com o sistema de privatização. Quando foi privatizada a Companhia Vale do Rio Doce, o Governo exibiu um cheque de 3 bilhões e 200 milhões de reais nas primeiras páginas — saiu no **Jornal Nacional** — de todos jornais. Ele queria dar a impressão a todos brasileiros: "Olha, aqui está o cheque do dinheiro que pertence a todos nós", com se todos fôssemos proprietários da Companhia Vale do Rio Doce. Esse dinheiro foi enfiado no cofre do BNDES.

Pensemos um pouco no que foi feito desse cheque. Ora, eu — até por sugestão do Lula e o Paulo Bernardo fez o mesmo — já recebi a resposta ao requerimento de informações. Mas, como se trata de um calhamaço enorme, estou pedindo à minha assessoria que faça análise de todos os empréstimos efetuados pelo BNDES para grupos econômicos privados adquirirem empresas estatais brasileiras.

O episódio do Ministro das Comunicações, do André Lara Rezende, veio ilustrar algo muito importante. Aliás, convém irmos a fundo nessa questão. Nós temos dezenove assinaturas no Senado, das 27 necessárias, para a criação de uma CPI sobre o processo de privatizações. Temos umas 110 na Câmara, de 171 necessárias. Solicito à nova bancada que iniciemos, em 1º de fevereiro, insistindo em fazer a CPI sobre o processo de privatização das estatais, caracterizado, sobretudo, pelos seguintes fatos. Primeiro, a maneira como o Governo tem destinado empréstimos a taxas de juros muito menores do que as de mercado para grupos econômicos, muitas vezes, repetidas vezes, adquirem as empresas estatais, que antes eram de patrimônio do povo brasileiro. Em segundo lugar, a maneira como o Governo coordenou, seja o próprio BNDES, o BNDESPAR, o Banco do Brasil, os fundos de pensão — PREVI, PETROS, FUNCEF e outros —, ações para aquisição dessas empresas. E, do ponto de vista justamente econômico da distribuição da renda e da riqueza, como é que se concentrou tanta renda e riqueza nas mãos de alguns grupos econômicos selecionados? Nós podemos ter esses dados. Vocês podem notar que foi o mesmo grupo econômico que adquiriu a Light, depois, a CSN, depois, a Cia. Vale do Rio Doce, depois, algumas ferrovias. E há repetidos grupos econômicos. Então, é possível, não apenas com os recursos do PIS-PASEP, que constituem o Fundo de Amparo ao Trabalhador, mas ainda com esse recurso, como desse cheque que eu estava ilustrando que foi recompondo os recursos do

BNDES para concentrar riqueza, e eles ainda querem acelerar esse processo com mecanismos que são ainda muito pouco conhecidos, a não ser, agora, por essas gravações, que acabam de alguma maneira nos trazendo à luz fatos que nós estávamos a apontar há tempos.

A Deputada Marta Suplicy acabou de receber todas fitas. Não sei se para serem ouvidas, também não sei o que S.Exa. requereu aqui. Não sei se nos originais de todas essas fitas todas nós vamos poder ouvir. Fiquei curioso de saber se em algum momento das conversas de André Lara Rezende, Presidente do BNDES, com o Ministro, com o Presidente da República, há alguma preocupação que não aquelas ali de simplesmente fazer negócios para o grupo A, B, ou C. Se há, em algum momento, a preocupação de utilização dos recursos do povo brasileiro para o objetivo fundamental de erradicar a miséria, de realizar justiça, que é o que temos de nos propor a fazer com toda a nossa energia.

Espero que os novos Parlamentares se juntem a nós para levar adiante esse propósito. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Companheiro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É uma tarefa meio difícil fazer uma intervenção final porque foram várias contribuições. Vários temas foram abordados, desde o Marco Aurélio, que fez uma intervenção sobre a política internacional e as tarefas do PT, até a Conceição, com aquele brilhantismo que lhe é próprio, com as grosserias que lhe são peculiares e os palavrões que ilustram as suas intervenções, fez uma reflexão que, evidentemente, é insubstituível e dificilmente pode ser sintetizável. Acho que o Fassarella contribuiu muito dando todos os dados e o impacto social econômico do ajuste e o Suplicy trouxe mais uma reflexão importante, que é o papel fundamental que esta bancada tem de aprofundar a fiscalização e apurar o processo de privatização, especialmente.... Só de TELEBRÁS são 22 bilhões de dólares, a maior privatização da América Latina. Temos todos os indícios de improbidade, de quebra da publicidade, da moralidade, do rompimento do edital, que é o vínculo obrigatório do processo licitatório, quer dizer, toda a legislação que deveria reger o processo de privatização foi desobedecido.

Vou tentar fazer uma intervenção recuperando algumas questões fundamentais que foram aqui apresentadas, tentando fazer alguns acréscimos que me parecem essenciais.

Queria partir da primeira afirmação da Conceição para entender o que foi o acordo do FMI e por que a crise da dívida dos anos oitenta levou a um esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista, chamado de política de substituição de importações?

O que era o processo de industrialização por substituição de importações? Foi a forma como a América Latina e o Brasil, especialmente, se industrializaram, desde a crise de 1929. Em todos os momentos de crise internacional, portanto, de um choque adverso do balanço de pagamentos, como este que estamos vivendo hoje, o Brasil tinha como resposta o rompimento da lógica econômica anterior, que era uma lógica primário-exportadora. Quer dizer, exportávamos matérias-primas e importávamos manufaturados.

Num momento de crise internacional, o Brasil não tinha como financiar a pauta de importações e era obrigado a impulsionar a sua estrutura produtiva, que passava a ocupar parte daquela pauta de importações, que já não tinha mais como ser financiada.

Um grande momento desse processo foi a crise de 1929. O Brasil tinha 33 milhões de sacas de café para colher. Durante todo os anos 20 vinha estocando um terço da sua produção. Os armazéns estavam abarrotados, era o principal produto de exportação do Brasil. Só o café atingia 60% das exportações e, na crise, o preço despenca 60%. A que isso levou? O Brasil não tinha mais como financiar o consumo, o investimento e as importações que fazia.

Entramos numa crise econômica social e política muito graves, a Revolução de 30 e a mudança da natureza do Estado... Mas a resposta que o Brasil deu, muito marcada por tudo o que ele fazia para defender a economia cafeeira, a oligarquia cafeeira, acabou fazendo com se queimassem os estoques de café, que parasse a queda de preços, que se comprasse todo o café que havia sido produzido, reestocasse, emitisse papel-moeda, e que se decretasse uma moratória externa, o que o Brasil fez, e criou com isso uma demanda de consumo que impulsionou uma indústria incipiente que existia, que vinha desde 1889. E o Brasil, a partir de 1934, passa a ser um país predominantemente industrial.

Então, tivemos, assim como os Estados Unidos tiveram o New Deal e Roosevelt, na crise de 1929, uma resposta econômica produtiva, criativa, industrializante, que fez com que a acumulação de capital passasse a ser predominantemente industrial, desde 1934.

Esse modelo, com mudanças... O plano de metas é um outro momento, é uma outra forma de industrialização, não propriamente o de substituição de importações; é um pacote de investimentos que vem entre 1956 e 1961. O último momento dessa estratégia foi o segundo PND no Governo Geisel, que foi uma tentativa de consolidar a industrialização, de integrar a estrutura produtiva no tripé capital estrangeiro/nacional e estatal.

O Estado teve ao longo dessa história toda, especialmente no pós-guerra, o papel decisivo de articular o setor produtivo estratégico, que viabilizava a acumulação privada de capitais.

Na crise dos anos 80, o que acontece? Vamos ter os Estados Unidos fazendo uma política de proteção em relação ao segundo choque do petróleo, chamada Diplomacia do Dólar Forte. Eles alavancaram a taxa de juros americana, a **prime rate**, e, com isso, geraram uma crise financeira de grandes proporções na América Latina, que entrou num quadro de inadimplência, iniciada com a moratória do México, em setembro de 1982.

A partir dali, mergulhamos na chama década perdida. O que foi a década perdida? Tínhamos um serviço da dívida externa que não era possível ser pago, tínhamos um endividamento público crescente. O País durante boa parte desse período vai estar numa moratória parcial ou integral e subordinado às políticas do Fundo Monetário Internacional.

Há um elemento que eu queria trazer aqui, porque tem muito a ver com a discussão de hoje. Depois quero falar sobre o nosso cenário dos anos 90. Há uma questão básica, que é a seguinte: antes da moratória, o Delfim Netto preparou a socialização da dívida externa e a socialização dos prejuízos que a crise da dívida externa traria para o setor privado.

De que forma? Primeiro, como no período do Simonsen, o endividamento externo era feito através das estatais, que tomavam o dinheiro lá fora e iam financiando.

E, segundo, ele criou um mecanismo, que se chamava depósito remunerado em moeda estrangeira em que os devedores privados podiam depositar em moeda nacional no Banco Central antecipadamente os serviços da dívida que tinham de fazer.

Então, ele permitia que todo setor endividado, o setor privado, pusesse dinheiro dentro do Estado, portanto, se livrasse da dívida externa. O Estado assume a dívida externa e, então, eles fazem duas maxidesvalorizações, transferindo todo o custo das maxidesvalorizações para o Estado, arrebatam a dívida pública e protegem o capital privado da crise da dívida que vem nos anos 80.

Quer dizer, a burguesia, as empresas, os bancos que se tinham endividado transferiram essa dívida externa para o setor público. Essa é a estatização da dívida externa, que foi a forma com que o Estado brasileiro socializou o prejuízo, como fez em 1929, como fez ao longo da história com os prejuízos privados, protegeu o capital privado e gerou uma instabilidade financeira muito grande no setor público.

Então veio o Fundo Monetário Internacional — na época em que dizíamos " agora, não é mais o cachorro que abana o rabo, é o rabo que abana o cachorro. Não é mais o Brasil que administra a dívida, a dívida é que administra o Brasil". As cartas de intenção, as cartas de "má intenção" quando foram assinadas, qual era o objetivo central do Fundo no Brasil? O objetivo central era o superávit comercial. Era aumentar as exportações e conter as importações, para gerar dólares e pagar o serviço da dívida.

O Brasil, quero lembrar, não tinha reservas cambiais. O FMI fazia uma linha de financiamento e exigia, em contrapartida, o monitoramento da política econômica, mas, fundamentalmente, para que as exportações reagissem, para que as importações caíssem. Como isso era feito? Com a desvalorização do câmbio, aumento de impostos, corte no gasto público, arrocho do salário, juros altos, quer dizer, uma trajetória recessiva, foi o quadro da estagnação econômica, uma coisa típica na nossa história.

Então, iríamos fazer um quadro de estagnação econômica, mas gerando superávit, um megasuperávit comercial e que foi possível no caso brasileiro. Chegamos a fazer um superávit de 18 bilhões de dólares, entre outras coisas, porque o segundo PND, o endividamento externo que o Brasil fez, foi um endividamento produtivo no fundamental. Gerou capacidade produtiva nova: Itaipu, Tucuruí, Ferrovia do Aço, Carajás, todos os setores de metal, mecânico, enfim, setores de bem de capital que ajudaram na crise da dívida o Brasil a exportar mais, a ter mais competitividade, impulsionado pela desvalorização e pela recessão, que forçavam as empresas a

exportarem.

Então, geramos um superávit comercial num país que não conseguia ter períodos de algum crescimento econômico nos anos 80, mesmo com várias tentativas de estabilização, que iam fracassando naquele período.

O que acontece nos anos 90, o que é essa crise e esse acordo do FMI? Por que esse acordo com o FMI é muito pior do que tudo o que aconteceu na década de 80, que foi uma década em que ficamos dez anos parados, do ponto de vista do crescimento de investimento produtivo, com crise social, inflação, deterioração das finanças públicas e das políticas sociais?

Em primeiro lugar, tivemos, no caso brasileiro, um cenário internacional, para a América Latina toda, muito diferente dos anos 80. O Plano Brady renegociou, alongou a dívida externa velha, voltamos a ter acesso ao fluxo de financiamento privado, que perdemos na década de 80. Havia liquidez, taxas de juros baixas, dinheiro abundante para você voltar a financiar externamente a economia.

Com o alongamento da dívida velha, o reescalonamento do Plano Brady alivia os serviços da dívida antiga, e então você gera uma nova capacidade de financiamento e de endividamento. E, junto com isso, vem o chamado Consenso de Washington, o ajuste neoliberal, que eram as reformas patrimoniais, quer dizer, privatização, abertura comercial, abertura financeira, novos organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio, que vão monitorar e patrulhar com princípios liberais toda a política de comércio exterior.

O Collor traz essa agenda para o Brasil e começa esse processo. Só que no caso brasileiro vivemos um ajuste neoliberal tardio e, aí, entra o PT. Acho que o PT, a CUT, o Movimento Popular e as oposições tiveram um papel fundamental, porque o **impeachment** do Collor e a CPI do Orçamento paralisaram a agenda neoliberal aqui dentro desta Casa e ali no Palácio do Planalto e ganhamos, praticamente, dois anos com aquela indefinição que era própria do Governo Itamar: três equipes econômicas no primeiro ano de Governo etc. e tal, uma indefinição clara, até que o Fernando Henrique é nomeado Ministro da Fazenda e começa a rearticular essa estratégia neoliberal com um plano de estabilização de preços que teve elementos criativos inovadores e que empolgou economistas de todas as óticas de dentro do nosso partido e fora dele.

Inegavelmente, a URV foi um mecanismo inovador, quer dizer, a forma como se desindexou a economia, abrindo mão da intervenção do Estado, do congelamento de preços, todos os problemas da inércia inflacionária, uma solução através de um trabalho teórico antigo do André Lara e do Pérsio Arida, de 1983, mas que foi pela primeira vez adotado com muito êxito e tem de ser reconhecido como tal.

Qual era a essência daquele plano, desde o primeiro dia? Esta é a questão: desde o primeiro dia, aquilo não era apenas um plano de estabilização de preços, aquilo ali era um elemento fundamental de toda a estratégia de ajuste neoliberal que se iria seguir e que iria ser retomado. Por quê? Porque o coração do plano era a articulação entre âncora cambial e juros altos, abertura comercial e âncora cambial.

Quer dizer, a moeda já entrava sobrevalorizada nos primeiros três meses do plano, gerava uma capacidade para importar fantástica. Junto com a abertura radical, o Ciro Gomes assina o Acordo de Outro Preto e aí a pauta de importações do País dispara de 23 bilhões de dólares para 55 bilhões de dólares, mais um pouco, acho que tivemos — sessenta e quanto tivemos este ano? As importações saem de 23 bilhões de dólares para 58 bilhões de dólares este ano. As importações nesse período mais do que dobram. As exportações têm um comportamento medíocre. Você sai de um superávit comercial de 13 bilhões e 400 milhões de dólares — em 1993, exportávamos mais do que importávamos — e no ano passado tivemos um déficit de oito bilhões e meio de dólares. Destruímos o saldo comercial, financiamos esse déficit com o endividamento externo e todo o resto da conta de serviços, que são os juros da dívida externa que continuamos pagando e que agora cada vez cresce mais, porque as prestações do Plano Brady começam a ser cobradas, ou seja, a dívida velha, associada a uma dívida nova.

Então, há o serviço da dívida, a remessa de lucros cresce porque a desnacionalização da economia brasileira é muito rápida com essa estratégia econômica, os serviços de frete, de turismo, porque estamos com menos turistas que o Uruguai e metade dos turistas da Argentina no Brasil.

Tudo isso vai gerando uma conta, um déficit de transações correntes, quer dizer, um déficit do Brasil com o resto do mundo, que, quando o Fernando Henrique assumiu era inferior a 700 milhões de dólares. Era menos que um bi e neste ano vai fechar em 33 bilhões e 700 milhões de dólares.

Gente, as pessoas não têm idéia, quando a gente fala bi — com todo o preconceito do meu caro Cristovam Buarque —, economista fala muito dado etc. e tal. Mas só queremos dizer que 33 bi são dez Vales do Rio Doce, é o déficit externo deste ano, que tem de ser financiado externamente para podermos fechar as contas do País! É a dívida externa nova que o País é obrigado a fazer para poder fechar as suas contas.

Como é que foi financiado? O que acontece com a dívida externa? A dívida externa, que estava em torno de 120 bilhões de dólares quando começa essa política, está hoje em 228 bilhões de dólares, mais 43 bilhões de dívidas de curto prazo. A dívida mais do que dobra nesse período.

Como é que o País vai financiar esse déficit de transações correntes? Primeiro, com as privatizações, que cumpriram um papel fundamental nessa estratégia de estabilização de preços porque atraíram o capital externo vendendo o patrimônio. Desnacionalização da economia, privatização. Esse Governo vendeu 76% do patrimônio público do País. O País já não tem mais a mineração, a siderurgia, a química, a petroquímica, o setor elétrico, parte do sistema financeiro e todo o sistema de telecomunicações.

A SRA. DEPUTADA MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES - Não esqueça de falar que não dá mais para estatizar porque são 200 bilhões.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O Governo privatizou 76% do patrimônio público e deixa esse passivo externo de 228 bilhões de dólares!

Além disso, o Governo gera um outro instrumento que complementa as privatizações. No ano de 1998, metade desse déficit externo veio com privatização e ingresso de investimentos externos com a desnacionalização da economia. Como é financiada a outra metade? O último instrumento que resta ao País é a taxa de juros.

Então, cobramos hoje a maior taxa de juros da economia internacional, em torno de 38%, enquanto a taxa de juros nos Estados Unidos está abaixo de 6%, no Japão está 0,75%, na Europa está 3% ao ano. Com essa diferença de juros, o investidor traz o dinheiro para cá, deixa o dinheiro parado e ganha na diferença de juros.

Como é que se paga essa diferença brutal de juros? Aí gera um outro problema macroeconômico grave: a dívida interna.

O Sr. Fernando Henrique entrou com uma dívida interna de 61 bilhões de reais. Essa dívida cresce porque houve rolagem da dívida, as reservas eram altas. Mas, fundamentalmente, pela política de juros, a dívida total interna do setor público é de 358 bilhões de reais. E a dívida mobiliária em papéis é de 308 bilhões de reais. Cito um outro dado para que reflitam comigo. Cada 1% na taxa de juros equivale a 3 bilhões e meio de reais, uma Vale do Rio Doce. Cada 1% da taxa de juros vale uma Vale do Rio Doce. Cada 1% da Vale do Rio Doce equivale a um terço dos cortes que o Governo fez no Orçamento. Cada 1% equivale a um terço dos cortes que o Deputado João Fassarella mostrou: investimento, custeio, saúde, educação.

Mesmo com essa taxa de juros, nos últimos dois meses e meio, o País perdeu cerca de 30 bilhões de dólares — até um pouco mais, porque temos o mês de dezembro, peguei só até novembro — de reservas cambiais. O dinheiro sai do Brasil e não fica.

Qual a questão básica que estamos vivendo hoje? Estamos envolvidos numa armadilha de câmbio e juros que colocou a insustentabilidade da estratégia externa, quer dizer, do endividamento externo, que não tem mais como financiar essa política no cenário internacional que estamos vivendo e colocou a insustentabilidade das finanças públicas pelo endividamento e pelo tamanho do déficit público. Como bem citou a Deputada Maria da Conceição Tavares, 8% do PIB... Uma coisa brutal a velocidade de crescimento da dívida!

Não dá mais para conviver com esse déficit público, não é possível conviver com o nível de endividamento interno que o País vem tendo e não temos como financiar externamente um déficit dessa magnitude, superior a 4% do PIB, em torno de 33 bilhões e 700 milhões no ano de 1998.

O País, no final de 1998, entra num estado de concordata, o que significa não ter como honrar os compromissos externos por si só, não tem como financiar o seu déficit de transações correntes.

Aí vem uma questão básica sobre a qual quero abrir um parêntese. Qual foi a política do PT durante esse período, apesar de toda interdição do debate público, porque não tinha como discutir na imprensa nem com a opinião pública? Talvez um pouquinho com a crise do México e, principalmente, a crise da Ásia, que foi como um relâmpago no céu, foi possível a sociedade enxergar as fragilidades que tentávamos apontar, e houve algum debate em relação à questão econômica.

Qual foi a estratégia do PT durante esse período? Primeiro, defendíamos que houvesse um ajuste na taxa de câmbio, que não permanecesse a sobrevalorização da moeda, porque, lá atrás, o custo para ajustá-la era muito pequeno. Hoje vou explicar porque é muito maior qualquer ajuste que se faça no câmbio.

Defendíamos uma abertura econômica seletiva, racional, que o Brasil não fizesse o que fez perante a OMC de sequer utilizar as salvaguardas que tinha direito como **antidumping**, reciprocidade, princípios básicos no comércio exterior que não soubemos utilizar e arrebentamos parte da indústria e da agricultura.

O Brasil hoje está importando 2 milhões de toneladas de arroz, 1 milhão e 700 mil toneladas de milho, 14 mil toneladas de coco, 600 mil toneladas de leite, importando algodão, cacau, sorvete, agora tem aquele HTMagen-Dazs. Com isso, fomos destruindo parte da agricultura e da indústria e gerando essa dependência.

Então, queríamos seletividade na abertura comercial, utilizar os instrumentos de proteção.

Terceiro, defendíamos quarentena para o capital externo. O que era a quarentena? No momento em que havia um fluxo positivo de capital para o Brasil, queríamos que todo capital que entrasse ficasse pelo menos um ano. Só poderia sair depois de um ano, abrindo mão desse capital motel que entra de manhã, dá uma, sai de noite, não deixa nada, não se reproduz. Pior, é uma aparente reserva cambial. Ela só não te serve quando você precisa. Paga juros para o capital ficar aqui e na hora que você precisa vai embora, como ocorreu nessa crise, saindo diariamente mais de 1 bilhão de dólares por dia. Então, queríamos quarentena. Não conseguimos avançar em nenhum desses pontos no debate econômico.

Agora, quando veio a terceira onda da crise da Ásia, no final desse ano — a primeira foi na Tailândia e Indonésia, depois Coréia, em outubro do ano passado —, o que fizemos na campanha presidencial? Abrimos o debate, como disse o Lula, sobre a gravidade da crise, correndo um risco eleitoral, porque discutir crise não necessariamente dá voto, sobretudo para um partido de Oposição. Particularmente, achava que deveríamos ter aberto a discussão desde o início, mas tínhamos divergência sobre o seu significado político. Particularmente eu, Conceição e outros achávamos que deveríamos abrir essa discussão, que a crise vinha e com intensidade. Deveríamos ter traçado uma outra estratégia, mas abrimos um debate sobre a crise internacional.

Na hora em que o PT abre o debate, apresenta propostas. Qual a nova proposta que apresentamos? Defesa das reservas cambiais. Tínhamos 70 bilhões de dólares quando propusemos a defesa das reservas cambiais. Vamos impedir que esse capital que está saindo, especialmente pelo flutuante, nem imposto paga, não paga imposto para ir embora. Então, que se retenha parte desse capital, anunciando que os mecanismos de controle do capital e das reservas são provisórios e temporários, que se pode voltar a aliviar os mecanismo de controle na medida em que passe a turbulência internacional e que, portanto, se proteja e defenda os interesses estratégicos, a manutenção de parte desses recursos que iam embora sem nenhuma medida de contenção da saída.

Uma medida como essa tem um custo? Tem. Como disse o banqueiro Marco Aurélio: "O capital é covarde." Tem um custo: a volta desse capital ia ser mais difícil. O problema é que o capital não voltou e não vai voltar. E não vai voltar com a intensidade que tínhamos no período anterior. Vamos viver um período de restrições externas em termos de financiamento da economia brasileira.

O Governo optou por esconder a crise durante o processo eleitoral o máximo que pôde, foi empurrando com a barriga. Colocamos um relógio: "Cadê a crise, cadê a crise?" Mais de um mês e não se tocava no assunto. A imprensa não tocava no assunto, como aquele pacto anterior, e o Governo também não, até que chegou o momento em que não havia mais condições de não discuti-la. E o Governo, evidentemente, foi contemporizando essa discussão; não a enfrentou, esperou acabar as eleições para começar a apresentar para a sociedade qual o custo dessa estratégia insustentável, qual vai ser o custo econômico, social, patrimonial que o Brasil vai pagar agora por esse acordo que está sendo feito.

Sobre o acordo com o FMI, chamo a atenção para uma coisa. Nos anos 80 não tínhamos reservas. O FMI aportava recursos, não tinha como compromisso aumentar a exportação, conter importações, pagar o serviço da dívida. Todos os outros objetivos da carta de intenção não tinham importância. Só o Delfim assinou oito delas. Se deixassem, assinava a nona, apenas não teve tempo para isso. O que não podia deixar de fazer é gerar superávit, pagar o serviço da dívida. Esse era o objetivo estratégico da carta de intenções.

Hoje, na assinatura do acordo, o Brasil tinha 38 bilhões de dólares de reservas cambiais. Tínhamos reserva em caixa. Portanto, estávamos numa situação muito mais confortável do que nos anos 80 — tínhamos reservas.

Segundo, o Brasil joga um papel fundamental nessa crise. Qual é o papel? Se a crise cambial abateu o Brasil, o País, pelo seu tamanho — a Coréia, 11ª economia do mundo, é menos de 70% da economia brasileira, a bolsa de valores da Rússia, com essa moratória, com tudo que aconteceu, é menos de 10% do movimento da bolsa brasileira —, com uma economia muito mais importante que a Rússia, a Coréia e boa parte do sudeste asiático, se entrasse numa turbulência, numa crise como aquela, o impacto seria decisivo para deflagrar uma crise internacional de grandes proporções. Isso, na crise, é um trunfo para o Brasil negociar.

Então, tínhamos o trunfo do papel estratégico para jogar na crise, tínhamos reservas cambiais, diferente do sudeste asiático e do caso da Rússia. Portanto, tínhamos de ter um acordo em condições muito melhores, mesmo dentro da lógica do Governo, que nunca foi a nossa estratégia, a nossa opção, o nosso caminho.

O Governo vai e assina um acordo que basicamente diz o seguinte: O objetivo do Fundo hoje não é mais o saldo comercial, não é o País gerar dólar, exportando e reduzindo importações. Não. Não mexe na taxa de câmbio. O que o Fundo quer é controlar as reservas cambiais do País, por dois motivos. Primeiro, controlando as reservas, tem a segurança de que o dinheiro que ele investiu, ele recebe. Portanto, jamais as reservas líquidas do País podem ficar abaixo de 20%. Esse é um dos princípios básicos do acordo. Quer dizer: "Pelo menos 20 bilhões eles têm para sacar e pagar o que estão pondo aqui." O risco é muito pequeno do empréstimo que eles estão fazendo. Eles não querem colocar mais dinheiro no Brasil. O Brasil tem de garantir que vai pagar e que, num curto prazo, tenha recursos para cumprir suas obrigações assinadas pelo Governo com o Fundo Monetário Internacional.

Em segundo lugar, ele vai monitorar fundamentalmente as reservas, aquele conceito que está nesse texto, que não está explicado, que se chama "Teto para o crédito doméstico líquido", área monetária. O que é área monetária? A que vai definir a política de juros. Quem vai controlar a taxa de juros não é o Governo brasileiro, nem Gustavo Franco, é o FMI. Como ele vai controlar a taxa de juros? Vai pegar a base monetária do País, menos as reservas cambiais e vai dizer o seguinte: "Vou controlar esse agregado." Numa outra leitura, isso quer dizer que se daqui até o primeiro semestre do ano que vem as reservas cambiais caírem mais de 6 bilhões, se o País perder mais de 6 bilhões, o FMI intervém e muda a política econômica.

E o que ele vai controlar daqui para lá? A taxa de juros, o que atrai o capital especulativo. Ele quer a taxa de juros na mão. Portanto, a taxa de juros não vai baixar porque o Congresso Nacional negociou e votou medida provisória. Não tem nenhuma relação com o ajuste fiscal. O que vai determinar o comportamento da taxa de juros é o desempenho das reservas cambiais, a área externa. E quem determina o ritmo é o FMI. Tanto que o Governo vinha reduzindo 0.5% a taxa de juros ao dia, reduziu para 0.2% porque o FMI deu uma brechada, porque estava saindo dinheiro.

O que importa é se saiu ou não dinheiro do Brasil, como estão as reservas. Isso é que vai determinar a evolução dos juros, a atração de capital externo para que os banqueiros internacionais, FMI e BID, não tenham que colocar mais dinheiro do que essas linhas de apoio.

Qual o desdobramento disso? Se olharmos os outros compromissos assinados, está descrito no acordo o que são as privatizações. O Governo vai vender o Banespa, vai privatizar o resto do setor elétrico e todo o sistema de saneamento básico, água e esgoto, a exemplo do Rio de Janeiro, quando houve toda aquela disputa. Nesse primeiro momento, são esses os setores. Agora...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Está escrito: "Banespa, setor de saneamento básico, setor elétrico." O que vai ser privatizado para cumprir essas metas?

Agora, prestem atenção ao que vou dizer. O ajuste fiscal que o Fassarella descreveu, com todo o impacto que vai ter no nosso Governo e outros, na área da saúde, educação, saneamento etc. e tal é do tamanho... Quer dizer, o ajuste fiscal, daqui para frente, é um processo permanente. Isso é que devemos entender. Depende basicamente da taxa de juros. Se a taxa de juros cair mais lentamente, vai ter de se fazer um outro ajuste fiscal.

Qual o problema de um outro ajuste fiscal? Não há mais espaço para aumentar impostos num quadro de recessão, porque não é eficiente. Aumenta imposto, aumenta a inadimplência e a sonegação. A economia não reage. Então, o Governo tem de cortar gastos públicos, mais da saúde, educação, habitação popular, custeio, demitir funcionários — o Congresso Nacional pode ser chamado para fazer um ajuste fiscal maior do que esse; vai depender da evolução internacional da taxa de juros e das reservas cambiais — e acelerar as privatizações.

Então, se o País perder mais de 6 bilhões de dólares, até o final do semestre que vem, essa meta de 25 bilhões da privatização não serve mais. Como ele não vai ter como aumentar a receita via aumento de impostos e há um limite para cortar gastos, o que entra? Entra o Bornhausen. O que o Bornhausen diz? "Desmonte radical do Estado." Não tem mais nada de Estado mínimo, novo Estado, Estado com novas funções. Não, vamos privatizar para botar dinheiro na educação. Estamos botando dinheiro da educação, da saúde, da habitação e o termo é desmonte radical do Estado. Vender o quê? PETROBRÁS, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O que é a discussão da privatização da PETROBRÁS? É uma empresa rentável, que administra, nunca tivemos problemas de abastecimento de combustível no País, que tem sido usada para políticas de estabilização e outras políticas econômicas. É uma empresa mal administrada. Poderíamos administrar aquilo com muito mais eficiência, transparência, mas, mesmo assim, uma empresa extremamente rentável.

Na hora em que se privatiza uma empresa como a PETROBRÁS, aquilo que era um lucro reinvestido no Brasil e é geração de divisa para o Estado, para o setor público, não só vai para o setor privado, como vira remessa de capital para o exterior. Então, a Vale do Rio Doce, são 3 bilhões e 600 milhões da privatização, o lucro dela o ano passado foi 1 bilhão. Em três anos e meio eles pagam a privatização, daí para frente vira remessa de lucro para o exterior. A LIGHT, no Rio de Janeiro, os franceses remeteram, o ano passado, 650 milhões de dólares para o exterior. Então, vai aumentando a conta de serviço. No primeiro momento entra dinheiro, mas no segundo momento aumenta a conta de serviços e já não se tem mais o que privatizar.

Está claro? Estamos indo no sentido de avaliar qual é o melhor cenário dessa estratégia. O que o Governo está propondo? Aprofundar a recessão nesse momento, porque esse acordo vai significar o PIB que este ano vai ser 0,7% positivo; o ano que vem vai ser menos 1% a menos 3,5%. As estatísticas. A mais otimista acredita em uma queda de 1%, e as mais pessimistas: 3,5%. Vamos ter uma queda do PIB e aumento do desemprego, da recessão. E aqui quero fazer também uma outra advertência. Essa recessão é muito pior do que a dos anos 80, porque essa é uma recessão que está desestruturando o setor produtivo, que já resistiu aos anos 80 e que resistiu a essa política de importações predatórias, câmbio, juros, dos anos 90. Esse setor agora vai ser mais abalado por essa política. Estamos falando agora de grandes empresas que... O setor têxtil já foi destruído, o de autopeça, esmagado, o setor de bens de capitais, arrebatado, o de calçados...

Agora, vamos falar de outros setores chaves que estão sendo impactados. A agroindústria, dizimada. Estamos falando agora do setor automotivo. O Brasil produzia 2 milhões de veículos por ano. Este ano vai produzir um milhão e meio. Perdemos 500 mil veículos num ano de produção. Isso arrebatou parte do setor produtivo e parte do próprio setor automotivo, para dar um exemplo de um setor chave na economia.

E qual é o desdobramento dessa estratégia do Governo? O que o Governo pretende com essa estratégia? Como é que ele quer sair dessa estratégia? O cenário é voltar as condições macroeconômicas para quinze. É voltar a uma taxa de crescimento medíocre. É voltar ao endividamento público interno e externo que não se sustentam. É voltar a uma situação que nos levou a esse quadro de concordata.

Bom, vocês vão me dizer assim: "O cenário internacional está melhorando." É verdade. A economia internacional, o sistema financeiro está em convalescença, mas vamos ter restrição de financiamento durante um bom período. Mesmo que voltem, novas turbulências internacionais poderão ocorrer. Essa crise internacional não está resolvida.

Concluo dizendo o seguinte: no fundo, qual é a macroestratégia conservadora, neoliberal, de desdobramento dessa crise? Para aonde estamos indo? Estive em um seminário, a semana passada, debatendo com o representante do BID, os Ministros Pedro Malan, Edward Amadeo. Havia uns cinco Ministros. O Marco Aurélio estava lá. E o que disse o representante do BID — Banco Interamericano? "Na América Latina, nos próximos dois a cinco anos, vários países vão para o **currency board**.

Hoje mesmo se tem notícia de que o México já está discutindo o **currency board**. O que é o **currency board**? É uma taxa de câmbio fixa, nominal, como é a argentina. Só se pode emitir moeda se tiver dólar. Não existe mais Banco Central, política monetária brasileira. O que determina a base monetária do país é a quantidade de dólares que este possui. Na realidade quem administra a política monetária é o **Federal Reserv**.

No Brasil, uma política como essa, nessa crise, por exemplo, onde se está perdendo reserva, significa que tem de se cortar gasto público e enxugar o Estado, demitir.

Toda vez que há um refluxo externo, uma crise interna, se é obrigado ajustar com recessão, deflação e com corte do Estado, como a Argentina fez. Só que na Argentina o custo não foi maior porque o Brasil, nesse período do **currency board**, financiou essa política. Nós sustentamos as exportações argentinas e amenizamos o impacto devastador que teria essa política na Argentina. Só que para o Brasil não vai ter nenhum Brasil atrás do Brasil para fazer o papel que fizemos no caso do **currency board** da Argentina.

Então, esgotando o patrimônio público com esse endividamento interno e externo, eles vão jogar na mesa o **currency board**. Hoje, o Brasil não tem nem por que — nós temos reserva, estrutura produtiva, capacidade de enfrentar ainda a crise e temos o resto de patrimônio estratégico que pode ser comprometido. Na hora que se esgotar o patrimônio — e não dá para vender a Praça dos Três Poderes, se bem que o Prefeito do Rio já está querendo também privatizar a Avenida Brasil e cobrar o pedágio na Ponte Rio—Niterói —, pode ser que tenhamos um momento de privatização da Praça dos Três Poderes e se faça um **leasing** para a Deputada Maria Laura poder fazer uma manifestação, os sem-terra etc. Mas, de qualquer forma, não temos mais patrimônio para sustentar esse déficit.

Termino dizendo o seguinte. Acho que tivemos uma atitude muito importante em todo esse período de ter, frente a essa agenda dominante e neoliberal, tido uma estratégia de resistência e de enfrentamento, e que, nesse momento, essa estratégia tem de ser a predominante. E a estratégia predominante de enfrentamento e de resistência ao acordo do FMI é explicar esse acordo para a sociedade, porque não está explicado, é tentar demonstrar os desdobramentos possíveis desse cenário.

A melhor hipótese, como disse, é voltar às condições macroeconômicas pré-crise e não necessariamente alavancar um crescimento sustentado, duradouro de reindustrialização, de reestruturação produtiva do País, de enfrentar a miséria, a pobreza e a distribuição de renda.

Acho que esse partido tem de ir além da indignação e da denúncia, e esse talvez seja o debate que deveríamos nos concentrar, a nossa bancada, o nosso partido neste Congresso deste ano. Temos de criar uma agenda alternativa para o debate. Não podemos simplesmente ficar presos, discutindo as medidas provisórias das negociações da pauta. Quem impõe a pauta, impõe a hegemonia do debate. Mesmo que no enfrentamento — hoje, temos um apoio da opinião pública como nunca tivemos talvez na história do nosso partido. E não digo a opinião pública que sempre esteve conosco: os excluídos, os trabalhadores, oprimidos e explorados. Digo que há uma parte muito mais ampla da classe média, do setor produtivo, no campo e na cidade que está sendo desmontado e destruído por essa política e que não encontra ressonância neste Governo para uma estratégia alternativa.

Precisamos retomar no debate econômico, primeiro, a teoria do desenvolvimento que um Celso Furtado deixou na história e que hoje está no ostracismo. Se der uma entrevista, tem direito a falar. Figuras como o Celso Furtado — acho que a Deputada Maria da Conceição Tavares faz parte dessa tradição, dessa herança — deram uma contribuição teórica sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento, o desenvolvimento do Brasil. É enfrentar o debate. O que interessa hoje é discutir criança na escola, como é que se produz mais alimentos. Como é que um país como o nosso pode estar importando feijão, arroz, milho e tomando dinheiro emprestado e vendendo estatal para financiar isso? Não é possível que não consigamos mostrar para a sociedade que podemos ter uma política agrícola para chegar a 100 milhões de toneladas de grãos. Parar de importar produto, gerar emprego no campo, impulsionar a reforma agrária e diminuir a crise social. É a discussão da habitação popular.

Estou pegando alguns setores, por exemplo, onde o crescimento não vai gerar importações. Portanto, não gera déficit nem demanda de capital externo. Porque tudo que gerar importações — e quero lembrar a vocês o seguinte: tem uma parte da indústria que não existe mais. Se o País crescer, é tudo importado. Aumenta o déficit, aumenta a necessidade de capital e não tem como financiar. Não pode crescer. Essa é a armadilha.

Onde podemos crescer? Na agricultura, na habitação popular, que não gera nenhum tipo de importações, nos serviços públicos. Educação e saúde. Aquele Prêmio Nobel indiano, por exemplo, criou o indicador de qualidade de vida, que o PND é uma outra coisa que não é aquilo que produzimos nessa sociedade. É saúde, mortalidade infantil, educação, qualidade de vida. Podemos crescer nas políticas sociais, no turismo que gera renda, divisas, investimentos direto e indireto.

Podemos pensar nessa estrutura industrial, podemos articular para produzir.

Acho que o PT tem de sair com uma agenda para a discussão do Fundo Nacional de Moradia, um programa de habitação popular. A nossa bancada tem um papel

muito importante na luta pela reforma agrária e tem de continuar essa luta, que é uma questão fundamental. Tem de discutir também política agrícola, desenvolvimento do campo, porque hoje muito dos pequenos produtores rurais são os sem-terra de amanhã, e os assentados de hoje voltarão a ser sem-terra depois de amanhã.

Então, sobre a discussão da política agrícola, da industrial, da reforma tributária, enfim, acho que temos de combinar nossa estratégia de enfrentamento e de denúncia a esse modelo que está se esgotando política e socialmente. É um Governo que está com a credibilidade fragilizada, sem sustentação política e com perda na sociedade de sustentação social.

Concluo, dizendo que esse é o nosso grande desafio, porque o povo só nos terá como alternativa se começarmos a nos mostrar para valer como alternativa e não simplesmente com palavras de ordem vagas, metas gerais, mas discutindo com seriedade caminhos concretos para amenizar essa desestruturação produtiva, essa massa de exclusão social que vai crescendo nos grandes centros urbanos. Enfim, não podemos simplesmente ficar resistindo e denunciando. Temos de apresentar um caminho novo e discutir com muita consistência qual é o projeto alternativo viável historicamente e que não perca os princípios, os valores que são o sentido da nossa luta e da constituição desse partido. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Muito obrigado, companheiro Aloizio Mercadante.

O Presidente do partido e também Deputado Federal José Dirceu solicitou que dedicássemos trinta minutos para que Luiz Inácio pudesse conversar conosco privadamente. Ele não se encontra aqui. Pergunto: vamos abrir um debate sobre o tema ou chamo o Lula e começamos a conversa?

Chamo o Lula? É isso? (Pausa.)

Companheiros, é vital essa conversa com o Lula. Vamos dar cinco minutos de intervalo e daqui a cinco minutos estaremos com o companheiro Luiz Inácio. A Liderança agradece ao companheiro Eduardo Suplicy, co-patrocinador desse evento na condução da bancada do Senado e palestrante, aos companheiros João Fassarella, Aloizio Mercadante, Maria da Conceição Tavares e ao companheiro Marco Aurélio Garcia a excelente qualidade das intervenções que fizeram, que, sem dúvida alguma, trazem subsídios para a intervenção da nossa próxima bancada.

Companheiros e companheiras, os nossos queridos Parlamentares tomem assento, os nossos amados jornalistas, por favor dêem-nos as costas. Ficaremos com muitas saudades, mas precisamos de que os companheiros-jornalistas nos deixem.

(Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - **O Estadão** quer o quê?

(Não identificado) - (Fora do microfone) - ... então, se você puder ajudar no adiantar da carruagem aí.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Vou meter esse copo na sua cara, porque o Lula tava aqui na hora em que chamei.

(Não identificado) - Não, sim — estou dizendo — com nosso atraso já.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Não aceito isso. (Pausa.)

Companheiros, companheiro Lula, por favor; companheiro Lula, por favor. Companheiro Lula, o Líder tá falando esse

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - Tô ouvindo aqui, oh...

(Fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Vamos tentar... Para ouvir, não... para ouvir, não. Nós vamos tentar pegar uma fita e fazer uma... um texto.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Pergunta à Assessoria ali se é possível, depois.

Eu pediria à Assessoria que começasse a tomar conta das portas. Pediria, mais uma vez, encarecidamente, aos companheiros-assessores, aos companheiros-jornalistas que, por obséquio, nos deixassem a sós com o Lula. (Pausa.)

Só permanecem Deputados e membros da Direção Nacional.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - E os meus assessores diretos.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - O companheiro Lula e Val (?) Freitas, obviamente... Obrigado, meu Líder.

(Não identificado) - E os Deputados?

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Os Deputados já estão aqui assentados. Fechar a porta, por favor. Desliga o som, né?

(Não identificado) - Marcelo, depois da explanação aqui, nós somos um parlamento auxiliar do Parlamento americano, não é?

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Somos uma Comissão técnica para assuntos do Brasil.

Vou, mais uma vez, encarecer ao companheiro Atos que retire o pessoal da sala. (Pausa.) Esvazie a sala aí, para podermos começar.

Você pode ficar. Você é o ouvido, os olhos e a consciência do Líder. Então, fique.

Vamos começar. Fechar as portas. Garcez (?) e Augusto, conversem no corredor, por favor.

(Não identificado) - Se o pessoal se sentasse mais perto seria até melhor do que ficar em pé.

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Vou pedir à Assessoria, o pessoal que tá aqui no **hall** da porta é o mesmo que estivesse dentro. Peça a colaboração da Assessoria, ouviu, Atos, para desobstruir o **hall** da porta lá e esse **hall** aqui, para poder...

Companheiro Lula, venha pra frente pessoal, para facilitar, porque senão vai ficar...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcelo Déda) - Vai ser sem som, vai ser sem som. Pessoal do som — espera aí um pouquinho. Sem gravação e sem som, pode desligar. Muito obrigado.